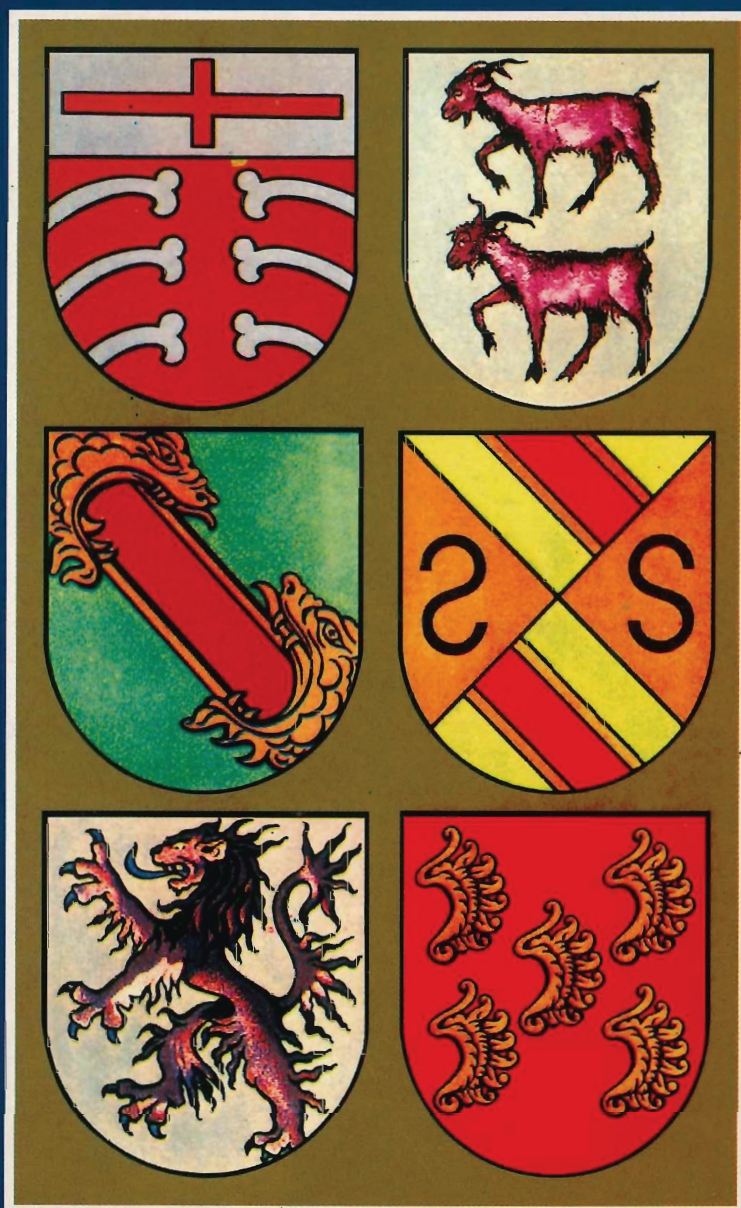


MOISÉS ESPÍRITO SANTO

O BRASONÁRIO PORTUGUÊS E A CULTURA HEBRAICA



Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

O autor é diplomado em Sociologia Rural (1973-76) pela *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (Sorbonne, Paris) e doutorado em Sociologia das Religiões (1976-80) pela mesma universidade. Em 1981 integrou o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa de que é, actualmente, professor catedrático de Sociologia das Religiões.

Além de orientar as cadeiras de Sociologia Rural Aprofundada e de Sociologia das Religiões, dirige uma pós-graduação em Sociologia das Religiões e várias teses de doutoramento. É director das revistas semestrais *Forum Sociológico* e *Mediterrâneo (Revista de Estudos Pluridisciplinares sobre as Sociedades Mediterrânicas)*.

Outras obras do autor:

Sociologia Rural:

Comunidade Rural ao Norte do Tejo (1980).

Sociologia das Religiões:

A Religião Popular Portuguesa (1984)

Lição: Introdução Sociológica ao Islão (1995).

Etnologia Histórica:

Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa (1988)

Origens do Cristianismo Português, precedido de *A Deusa Síria*, de Luciano de Samoçata (1993).

Os Mouros Fatimidas e as Aparições de Fátima (1995).

Etno-linguística Histórica:

Ensaio sobre Toponímia Antiga (anexo a *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa*).

Fontes Remotas da Cultura Portuguesa (1989)

Dicionário Fenício-Português (1993).

Post scriptum: este texto em rigor devia chamar-se "caldaico" em vez de "hebraico".

O BRASONÁRIO PORTUGUÊS
E A
CULTURA HEBRAICA

FICHA TÉCNICA

Título: *O Brasonário Português e a Cultura Hebraica*

Autor: Moisés Espírito Santo

Capa: Carlos Miguel

Gravuras da Capa: Brasões do *Armorial Lusitano*

Desenhos dos Brasões integrados no texto: João Carlos e J. Ricardo da Silva (*Armorial Lusitano*)

Editor: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões da U.N.L.

Depart. de Sociologia, da Fac. de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L.

Av. de Berna, 26-C, 1050 Lisboa

Tel. Directo: 796 01 57 ou 793 35 19 • Fax: 797 77 59

Todos os Direitos Reservados:

Moisés Espírito Santo e ISER da UNL

Execução: Gráfica 2000

Dep. Legal: N.º 117211/97

Moisés Espírito Santo

O BRASONÁRIO PORTUGUÊS
E A
CULTURA HEBRAICA

MOISÉS ESPÍRITO SANTO

ETNÓLOGO

SOCIÓLOGO

PROFESSOR DA U.N.L.

SPIRITUS UBI VULT SPIRAT



Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões
Universidade Nova de Lisboa

Recordo os apoios que me prestaram

Maria Antonieta Garcia
António Delgado
Miguel Quaresma Brandão

e renovo os meus agradecimentos

ÍNDICE

Introdução.....	11
Cap. 1 - HISTÓRIA DO BRASÃO PORTUGUÊS	
Genealogias.....	17
Ler um brasão.....	19
Brasão falante.....	23
Brasão livre.....	24
Primeiro ataque.....	27
Liberdade perdida.....	30
Decadência.....	33
Brasão europeu comparado.....	37
Resistência à nobreza.....	39
Diferenças.....	40
Cap. 2 - OS TEMPOS ÁUREOS DO BRASÃO	
Um espírito novo: o privado.....	45
Ostentação do privado.....	46
Fumos de fidalgo.....	49
Cap. 3 - SOCIOLOGIA DO BRASÃO	
O brasão e a fachada.....	55
Sinal de identidade.....	56
Brasão e Cultura.....	57
A diferença faz o brasão.....	59
Cap. 4 - HISTÓRIA LUSITANA DO BRASÃO	
O brasão de Noé na Lustânia.....	67
Hebraico ou caldaico?.....	69
Heráldica por decreto divino.....	73
As doze tribos de Israel.....	75
As doze cores.....	77
O Mito criador.....	79
O Graal, a Arca e <i>Aron</i>	81
O brasão que cria o nome.....	84

GUIA DE LEITURA	
O que é o caldaico	89
Leitura.....	92
Vogais.....	93
Génese da língua	94
Plurissemântica	95
Homofonia	96
Subdivisão dos vocábulos	97
Gramática	99
Cap. 5 - BRASÕES DE A a Z.....	101
Cap. 6 - JUDAÍSMO NORTENHO	
A verdade é judaica.....	243
Judeo-cristianismo	246
Judeus galegos.....	247
«Raça judaica».....	253
Tribo de Judá.....	255
Judaísmo português no séc. XV	258
Questões de sangue	261
Gente de <i>nessao</i>	264
Cap. 7 - O PODER DO NOME	
Senhores do Nome	269
O judeu dá sorte.....	271
Nome na ombreira	272
Moedas falantes	273
Quem lia os brasões?	275
CONCLUSÃO	281
Obras citadas no texto	287

INTRODUÇÃO

Não trato aqui de fazer um trabalho de heráldica, embora tenha percorrido um troço de caminho com os heraldistas que fui encontrando (foi um prazer conhecer o mundo do brasão) mas, quanto à linguagem do seu ramo, utilizarei apenas a estritamente indispensável, para facilitar a escrita. Mantenho-me na área da Etnologia histórica.

O tema do brasão pode parecer reduzido. Os heraldistas abordam-no pelas regras descritivas da heráldica ou pela Genealogia, o que é manifestamente pouco; Almeida Langhans observou-o através dos sinais da arte. Sousa Lara inovou, vendo o brasão pela Sociologia da comunicação. A Etnologia pode ir mais longe. Uma vez que a Cultura se revela em todas as suas criações e inibições e que a parte já contém o todo, é possível caracterizar uma vasta faceta da antiga sociedade através da paixão que suscitaram estes emblemas pessoais ou familiares e que os utentes mandaram gravar na sua sepultura. O brasão é um indicador da Cultura. Mas também não me alargarei. O objectivo deste trabalho é apenas descobrir a relação existente entre os figurados de alguns brasões e os nomes dos seus portadores.

Há um costume heráldico generalizado que é o do *brasão falante*: o conteúdo do brasão traduz o nome do seu utente. Diz um especialista: «Quando os nomes e os apelidos se podem substanciar em figuras, as figuras dizem-se *falantes* e sugerem logo à vista o apelido». Se é **Carneiro**, o brasão contém um carneiro; se representa coelhos, será da família **Coelho**; os **Cabrais** mandaram desenhar cabras no seu escudo de armas, os **Machados** machados, os **Cardosos** cardos e os **Chaves**, chaves. E os brasões com um figurado *a priori falante* atribuído a um apelido cuja significação nos escapa? Por exemplo: um homem sem braços no brasão de **Araújo**, cinco pêras no de **Lucas**, asas no de **Abreu**, duas serpes a disputarem uma barra nos de **Andrade**, **Carmona**, **Ruz**, **Rendon** e **Garrido**; são *brasões falantes* ou fantasias heráldicas? E os apelidos significantes com figuras divergentes, por exemplo, o **Madeira** tem águias, o **Silva** um leão, o **Leão** bolotas de carvalho, o **Sarmento** treze rodelas, o **Coimbra** um carneiro dentro dum cordel? E como é que o patromínico **Martins** se representa por um regador, o **Soares** (ou **Xuares**) por duas cabeças de serpe, o **Dias** por um braço sobre o mar, o **Lopes** por um pássaro? No Armorial que regista 800 brasões, estes «desentendidos» são

cerca de 250. Serão desentendidos ou *falantes* noutras línguas? Procurei se algum heraldista se interessou um dia por estes *falantes* desconexos. Não encontrei. Este trabalho trata apenas desses nomes-brasões desconexos.

Tomando 200 desses brasões cujos desenhos explícitos não correspondem à actual significação dos apelidos, demonstra-se que a figuração desses temas foi sugerida pela leitura dos apelidos em «caldaico» ou em hebraico que, da idade média até ao séc. XIX, se dizia ter sido a primeira língua de Hespanha. «Caldaico» é um termo popular para a associação (se não a mistura) dos glossários fenício, aramaico, acadiano e hebraico bíblico. Foi o falar vulgar dos fenícios, dos hebreus e dos púnicos, e que os linguistas históricos designam geralmente por acadiano, por aramaico ou por cananita. Por referência à tradição ibérica, utiliza-se aqui a classificação de «caldaico», entre aspas. Os desenhadores dos brasões em questão manuseavam perfeitamente esses glossários.

Não significa que os apelidos sejam de origem «caldaica»: *foram lidos como se o fossem*, e a coisa que a pronúncia do nome sugeriu passou a figurar no brasão. Casos há em que são patronímicos ibéricos, **Soares, Dias, Lopes, Martins, Bernardes...**, mesmo assim foram lidos em «caldaico», como quem brinca com as palavras doutra língua. Temos de classificar esse jogo linguístico, frequente nos meios populares, de «decalque fonético» ou de «tradução pela fonética». Alguns nomes podem ter sido herdados das civilizações fenícia e púnica (sugeridos esporadicamente em nota).

Também temos isto: há apelidos que tiveram origem no nome da coisa desenhada no escudo do cavaleiro ou no brasão do proprietário, lido em «caldaico»: a pessoa passou a chamar-se pelo sinal ou figura que desenhara no escudo. Mais: alguns símbolos foram emblemas colectivos que passaram para o brasão individual; o símbolo do clã ou da comunidade foi transposto para o brasão duma pessoa. Uma investigação exaustiva nesse sentido seria fascinante, mas o objectivo deste trabalho não é descobrir a origem dos apelidos.

Serve de guião a este estudo uma colectânea intitulada *Armorial Lusitano, Genealogia e Heraldica* - Texto de António Machado de Faria¹. Contém cerca de 800 brasões portugueses acompanhados por uma notícia sobre quem os usou. Também estão reproduzidos na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* em artigos do mesmo autor. O *Armorial Lusitano* inclui os brasões usados pelos estrangeiros (França, Flandres, Itália, Alemanha), «indigenizados» (é assim que se diz, isto é, inscritos no brasonário oficial) e que se excluíram (são também irrelevantes para o estudo em causa).

Os cerca de 200 brasões correspondem a 170 apelidos (alguns apelidos têm mais do que um brasão). Pode haver pequenas diferenças de um brasonário a outro, por exemplo, no *Brasonário* de Armando de Matos, o dos **Alvarengas** e o dos

¹ Lisboa, Edit. Enciclopédia, 1961.

Vasconcelos são iguais enquanto no *Armorial Lusitano* divergem num pormenor que é significativo. Ninguém acusará os compiladores de terem ordenado os brasões ao jeito do intérprete...

Quem os concebeu? Só se sabe que foram livremente usados ou, em linguagem heráldica, foram brasões *assumidos*; em princípio, o brasão *assumido* foi concebido pelo primeiro utente. O uso do brasão foi livre até 1512 aproximadamente, momento em que D. Manuel o proibiu, passando a ser um sinal exterior de fidalguia ou de nobreza. Um especialista diz que os heraldistas portugueses «quase esquecem» que o brasão foi *assumido* até ao reinado de D. Manuel, «o que no entanto tem a máxima importância para o estudo das origens, quer da forma da apresentação, quer do seu simbolismo». Penso que este trabalho pode contribuir para descobrir essas origens.

Quem os usou? Há alguns de que não se sabe a quem pertenceram, outros ainda são usados.

De quando datam? Alguns serão do séc. XI ou XII, anteriores à nacionalidade; *grosso modo* datam dos sécs. XIV-XV. Deixa de haver brasões concebidos em «caldaico» com D. Manuel (alguns posteriores já seriam usados antes).

Na sua maior parte, os nomes-brasões em questão são minhotos, galegos e lioneses, em relação com a origem da elite dirigente portuguesa medieval. Também o hebraísmo foi notável na Galiza nesses séculos recuados.

O século XV foi o «período áureo da heráldica em Portugal», a grande «moda». Far-se-á o seu enquadramento socio-económico, nomeadamente com o «novo espírito» que nascia e com o judaísmo português da época, recorrendo aos historiadores.

As citações podem parecer longas e fastidiosas. Mas o seu conteúdo é indispensável para compreender a questão. A lei manuelina que suprimiu a liberdade do brasão será longamente transcrita, assim como o *Tratado Geral da Nobreza* de António Rodrigues (1540) e o *Tezouro Heráldico de Portugal* de António José Vaz Velho (1820) no que toca às teorias medievais sobre as origens da armaria. Não pretendendo fazer trabalho de historiador nem de heraldista, limito-me a coordenar os textos que temos à mão.

Para começar, traça-se uma breve história da heráldica e sugere-se a função social que desempenhavam esses emblemas (uma *Sociologia do brasão*). Houve uma Europa do livre brasão. A «moda» foi geral; os emblemas eram sensivelmente os mesmos, importados, as regras do brasão eram comuns e a sociedade portuguesa integrou-se nessa Europa do livre brasão. Entretanto, os heraldistas portugueses não procedem a comparações, não citam os seus colegas estrangeiros e, como diz um autor, «até parece que ignoram que o brasão foi livre». Sendo os emblemas e as regras comuns, a investigação tem de ser levada por comparação. É interessante reflectir sobre as razões por que em Portugal, contrariamente aos países da Europa, não existiu uma heráldica burguesa como atesta Sousa Lara. Um *déficit* de cultura burguesa.

Far-se-à larga referência sobre o que se dizia na idade média quanto à origem da heráldica: os brasões têm origem na Bíblia. O primeiro heraldista português (1540) conheceu todos os brasões de Israel e cita as passagens bíblicas onde é questão de «emblemas de família» (os judeus conheciam esses textos de cór). Vaz Velho (1820) dirá sem receio de se enganar que o uso dos brasões foi introduzido com a língua hebraica na Lusitânia, por Tubal neto de Noé; até diz que a «barca» do emblema de Lisboa é uma reminiscência da arca de Noé.

«Isso são mitos» reagirão alguns. Mas o Mito é criador e justificador. É o Mito que constroi o quotidiano da Cultura, que a enaltece e defende. Para mais, as histórias bíblicas eram a única História e incontestável. Reconhece-se aos judeus a capacidade de usarem artifícios com a «língua que Deus falava». Do acreditar nessa origem dos brasões à ideia de brasonar os nomes em hebraico vai um passo. O mito lá estava para os justificar.

Entre as duas centenas de brasões que se seguem haverá alguns erros ou, então, casualidades linguísticas; em contrapartida, os exemplos incontestáveis serão até os máis inesperados como **Bernardes, Lopes, Martins** ou **Soares**. Quando se procede a uma pesquisa nova arriscamo-nos a colher a mais ou a menos; para evitar que fiquem no terreno coisas válidas, proceda-se como o agricultor que ceifa tudo e que, depois, separa o bom grão do mau. É preferível recolher a mais e lançar depois fora o que se demonstra não valer do que deixar coisas boas no terreno. Se algum mau grão resiste ao crivo, não invalida a colheita. A margem de 10% de erro será razoável? Os especialistas julgarão.

Lisboa, Maio de 1997

I
HISTÓRIA DO BRASÃO

GENEALOGIAS

Um brasão de família pode evocar uma genealogia; não é esse o tema deste trabalho em que as referências às linhagens não são prioritárias.

A seriedade das fontes genealógicas é variável por várias razões, nomeadamente porque os critérios de transmissão dos apelidos são imprevisíveis. «Toda a literatura genealógica foi desacreditada pelas interpolações e interpretações erradas dos séculos XVI e XVII, que os linhagistas do século seguinte continuaram a copiar e a aumentar até ao ponto de constituírem uma floresta impenetrável, onde era difícil distinguir a invenção pura da informação exacta. Além disso, os livros de linhagens (séc. XIV) foram transmitidos através de cópias tardias, onde os erros de transcrição e as pseudo-correcções dificultam enormemente a reconstituição segura dos textos primitivos. Tanto mais que a falta de unidade do original, sobretudo do *Nobiliário* do Conde D. Pedro, impede de descobrir critérios uniformes de crítica e interpretação. Finalmente, a primitiva transmissão oral de muitas genealogias prestava-se às maiores confusões»¹. Os genealogistas, diz outro autor, «desacreditaram a genealogia alterando algumas verdades mas nem todos os erros lhes devem ser atribuídos por a maioria se dever à má ou deficiente informação das pessoas e dos documentos a que recorrem. Há sem dúvida nos escritos genealógicos bastante fantasia nas origens e muitas ligações mal feitas, as quais frequentemente são motivadas pela abundante homonímia, ou por tradição vaga, o que na generalidade só causou mudança de pessoa e não de linhagem»². Por história genealógica entende-se frequentemente procurar o rasto de raízes prestigiantes e nobres. Diz um autor que uma busca genealógica tende sempre, num fatal destino, para encontrar no fim da linha D. Fruela ou D. Ordonho³. É curioso notar que o dicionário Figueiredo registre para o termo *prosápia* os significados «ascendência, e jactância, orgulho».

O brasão pode não dizer nada sobre a identidade de quem o usou. «Número apreciável de brasões de armas não representam a ascendência de quem os trouxe ou usa porque, embora sejam os dos apelidos respectivos, estes não tiveram a mesma proveniência das das linhagens a quem as armas pertenciam. Isto deu-se

¹ José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 287.

² António Machado de Faria de P. Cabral, *Origens da heraldica medieval portuguesa*, 1944, p.13.

³ Luis de Bivar Guerra, *Um Caderno de cristãos-novos de Barcelos*, Armas e Troféus, nº 1, 1959, p. 61.

sobretudo com os apelidos muito antigos, verificando-se existirem várias famílias que os tomaram em épocas diferentes sem parentesco entre si e, apenas, provindas do mesmo lugar de que se originou a designação familiar ou de outros de igual nome e, também, por começarem em alcunhas que, embora aplicadas a pessoas diversas, foram pontos de partida de um só apelido. Há depois que considerar o uso de apelidos tomados dos padrinhos e por simples adopção, voluntária ou imposta»⁴.

Veremos que D. Manuel estabeleceu que o brasões anteriores a 1512 só podiam ser usados por quem provasse pertencer-lhes, sendo o interessado obrigado a exhibir a «antiga linhagem». Os ricos pagavam a quem lhes encontrasse o rasto. Frades e clérigos (em vez de se ocuparem de teologia) fizeram-se especialistas neste género de pesquisa que se traduzia sempre em bajulação dos grandes. O rei também estabeleceu que a publicação de genealogias devia ter a «autorização» (controle ou censura) do Paço. A Inquisição pesquisava genealogias para encontrar os costados dos suspeitos enquanto estes se defendiam rebuscando genealogias alternativas. «Os inquisidores dispunham de informações sobre os parentes dos suspeitos e a primeira sessão de todos os processos era definida como 'sessão de genealogia' onde eram recolhidas todas as informações sobre a família do acusado»⁵. «Em 1572, o conselho supremo da Inquisição ordena a vigilância contra os cristãos-novos que tivessem apresentado informações genealógicas falsas para poderem passar às Índias»⁶. Alguns defendiam-se. Diz um genealogista que «os antigos linhagistas ou omitiam ou mascaravam em várias famílias a origem cristã-nova»⁷. Era um salve-se quem puder.

Alguns nomes já são conhecidos desde o séc. IX ou anteriores. As famílias que usaram esses brasões podem hoje ser desconhecidas porque os apelidos caíram em desuso. Noutros casos, os nomes são actuais mas não se pode atribuir o brasão a uma família em particular. Muitos apelidos cujos emblemas constam do *Armorial* que vai servir de guião a este estudo são, segundo o compilador, de origem «goda». Sem darmos importância ao que possa significar «origem goda», interessa-nos a referência temporal: os nomes já são referidos nos secs. VI-VIII⁸.

⁴ António Machado de Faria, *Armorial Lusitano*, p. 18.

⁵ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições*, p. 264.

⁶ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* p. 264.

⁷ Luis de Bivar Guerra, *Um caderno de cristãos-novos de Barcelos*, Armas e Troféus, 1961, T. II nº2 p. 181 o autor mostra como alguns cristãos-novos expulsos de Espanha e estabelecidos no Minho se muniam de genealogias de ascendência nobre (possivelmente falsas) enquanto outros demonstravam haver cavaleiros na sua família.

⁸ Por «godos» ou suevos, os historiadores tradicionais entendem «germânicos». Porque a dinastia goda foi a de um exército, banda ou tribo que conquistou Braga no fim do império romano, partem para as «influências germânicas» na cultura portuguesa desde essa época (quando não são «celtas»). Trata-se duma ideologia pan-germanófila que se implantou entre nós no séc. XIX e que durou até aos anos 70 do nosso século (se é que ainda não persiste). Quanto à dinastia que se impôs em Braga, a Sociologia dirá que os conquistadores do poder não se confundem com os autóctones, seja qual fôr o respectivo grau de assimilação.

Há também uma certa curiosidade por descobrir a origem dos apelidos, e poderão alguns prever que se descubram nomes judaicos neste estudo. Outros pensam que os judeus adoptavam nomes de árvores e animais como apelidos, pressupondo que os judeus eram pagãos ou ateus (judeus, maçons e comunistas andam confundidos no imaginário popular).

Podemos descobrir a lógica do brasão mas tudo quanto se possa dizer sobre a origem dos apelidos é, geralmente, aleatório. Os apelidos familiares são adaptações sucessivas tal como as próprias famílias. Sobretudo, é cientificamente errado tomar por *origem* ou início duma coisa, família ou apelido, o documento ou registo que o referencia.

A significação actual dum nome pode não ser a antiga: **Silva** significa, em latim, floresta e, em português, planta espinhosa; o problema é que ninguém nos pode demonstrar que esse apelido não seja a adaptação duma palavra doutra língua que não a latina, por aproximação fonética ou por decalque. **Carneiro**, **Colelho** e **Pinto** são hoje nomes de animais mas não se demonstra que tenham sido sempre assim pronunciados e entendidos já que a grafia foi arbitrária até ao séc. XIX e hoje é convencional. Os apelidos foram objecto de adaptações e corruptelas de palavras antigas; por exemplo, sabe-se que alguns **Cunhas** da Covilhã e do Fundão foram **Khuna** (em hebraico, dignitário religioso) e que na Europa deu **Cohen**. Nomes portugueses que hoje têm a significação de árvores, animais, etc., podem ter tido significações diferentes no passado, tendo-se adaptado a essas coisas familiares por aproximação fonética. A maior parte dos nomes actuais são anteriores à nacionalidade que, no fundo, foi um episódio político enquanto as pessoas não mudam de identidade com as mudanças políticas.

É um facto que vemos os judeus convertidos a mudar de apelido; mas são apelidos conhecidos, não foram inventados nem são originais. A Inquisição foi uma excepção; encontramos a cada passo documentos em que os judeus não se diferenciam dos cristãos nem pelos nomes nem pelos apelidos (voltarei a este assunto num outro capítulo).

LER UM BRASÃO

Um brasão é uma figura em forma de escudo com imagens ou sinais que nele se inscreveram para o diferenciar do outro. Integra a área dos emblemas, lebelos ou sinais distintivos que existem desde que há diferenciação de pessoas e de grupos. Interessam-nos aqui os brasões heráldicos que aparecem com a Cava-

O poder passa a ser exercido por um grupo estrangeiro enquanto a cultura permanece e a vida continua sob outra política. Aliás a história antiga demonstra que, frequentemente, os conquistadores é que se adaptam à cultura dos autóctones.

laria e com os seus jogos guerreiros nos sécs. XI-XII, em França, Alemanha e Flandres. Como o cavaleiro lidava encoberto pelos apetrechos protectores (cota, elmo e escudo) tornava-se irreconhecível; fazia-se então identificar por sinais que ele inscrevia no escudo.

Num torneio, o árbitro (chamado arauto) anunciava a entrada em lice dos combatentes identificando-os pelos sinais inscritos nos respectivos escudos, *lia o escudo* em alta voz. Para facilidade de leitura e compreensão do público, os sinais dos escudos foram sendo sistematizados e objecto de uma certa ordem. Daí as regras heráldicas que são simples e funcionais, em favor da legibilidade e facilidade de comunicação, uma espécie de esperanto visual. De peça indetificadora do lutador, o conteúdo gráfico do escudo passou a distintivo pessoal e meio de diferenciação. E aí temos o brasão. Por ter origem no escudo de guerra também se chama *brasão de armas, armarias*. O escudo começou por ser de madeira forrada com couro ou outras peles (donde procedem os sinais chamados «arminhos» e «veiros»); os pregos e as ripas visíveis deram as «aspas», «barras», «asnas»...⁹. Nos domicílios, o brasão encontrava-se dependurado num prego por uma correia¹⁰ como os retratos de família.

O brasão de armas foi uma *moda* que se difundiu desde o séc. XIII e que teve o seu auge entre nós nos sécs. XIV e XV. O brasão obedecia em toda a Europa às mesmas regras, pelo efeito da imitação. Houve uma Europa unida do brasão. De um país a outro, só variava na qualidade e na quantidade. A heráldica portuguesa é relativamente pobre quanto à qualidade e à quantidade. Os motivos inscritos no escudo podiam variar indefinidamente, para apontar um ideal, perpetuar uma recordação, sugerir uma metáfora. Respeitado um conjunto de sinais convencionais, não há limites para a escolha de motivos a inscrever no brasão.

Esses sinais são coloridos para mais visibilidade, sendo o azul, o vermelho, o negro, o verde, a púrpura e a cor do corpo humano os tons mais frequentes. As cores são alternadas com «metais» (cor do ouro e da prata); cores e metais chamam-se, genericamente, *esmaltes*. Uma regra fundamental em favor da legibilidade diz que «não se pode sobrepôr cor à cor nem metal ao metal». As armas que não obedecessem à regra (podia haver uma razão importante) eram chamadas «armas de *enquerre*» (do francês *enquiert*, «perguntar»), quer dizer, perante o brasão irregular, o leitor «interroga-se» sobre as graves razões que levaram o autor a transgredir; também serviam para chamar a atenção sobre o portador. Armas de *enquerre* célebres foram as da cidade de Jerusalém que se lêem: «ouro, cruz potenteia de prata», quer dizer, sobre o fundo *dourado*, uma cruz com os braços terminados em forma de T *prateada*, anomalia que se justificava pela profanação dos lugares

⁹ V. Geneviève D'Haucourt et Georges Durivault, *Le Blason*, pp. 17-26.

¹⁰ Cf. Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, II, p. 376.

santos. «Esta linguagem dos símbolos e das cores, ao falarem das pessoas, das coisas e dos lugares revelam e ao revelarem fazem história e decifram enigmas de tempo e de espaço, de acções e de agentes» (...) Daí que a heráldica seja «uma ciência e uma arte que estuda, ordena e elabora os símbolos e as marcas representadas por emblemas e brasões com figuras ou sinais geométricos pintados onde as cores e os metais se alternam. Constituem uma teoria de expressões plásticas que ‘falam’ das entidades por eles evidenciadas através de uma ‘linguagem’ polícroma e decorativa de entendimento feito pela sensação visual que é a mais rica e emotiva das sensações. Uma semiótica»¹¹. A semiótica heráldica fazia com que esses emblemas pudessem ser lidos por qualquer pessoa minimamente integrada no meio.

Pôr os motivos e outros sinais no escudo segundo as regras comuns dizia-se *ordenar o brasão*; descrever esses elementos era *ler o brasão* ou *brasonar o escudo*; a pessoa que adoptava um brasão pessoal tinha *capacidade heráldica*; o utente era um *armigerado*. A linguagem heráldica procede geralmente da língua francesa medieval mas alguns termos são de origem oriental trazidos, diz-se, pelos cruzados¹². Quanto aos arautos, saídos no séc. XII «da domesticidade inferior, moços de recados ou saltimbancos, de simples mensageiros que eram viram a sua importância crescer com o desenvolvimento de torneios cuja organização asseguravam. Conheciam e colecionavam as armarias em uso. Apresentavam ao público os lutadores dos desafios, torneios e escaramuças lendo em voz alta os respectivos brasões (brasonavam os escudos), impunham ordem no público e eram os árbitros. Acabaram por ser especialistas em matéria de brasonários (há-os em França do séc. XIII e na Inglaterra conta-se uma vintena deles anteriores ao séc. XIV). Por conhecerem a armaria duma vasta região e por a colecionarem, a eles se devem as regras e a linguagem da actual heráldica»¹³.

Diz um autor francês que «a linguagem dos arautos que *brasonavam os escudos* dos participantes num torneio com potente e alta voz era compreendida da grande maioria do público. A actual linguagem heráldica não tem nada de cabalístico, nem sequer é verdadeiramente técnica. Alguns termos são palavras caídas em desuso. No conjunto não constituía uma linguagem particular que fosse apenas inteligível a alguns especialistas. Com uma trintena de termos é possível descrever pelo menos 80% das armarias medievais»¹⁴.

¹¹ Almeida Langhans, *A Heráldica portuguesa, seus estilos e semiótica*, p. 9.

¹² O próprio termo «brasão» é considerado por J.P. Machado uma adaptação do «francês *blason*, de origem incerta» mas alguns autores franceses pensam que venha do alemão *blasen*, soprar, «porque os participantes num torneio eram anunciados pelo som duma trombeta» (J.M. Thiébaud, *Dictionnaire des Termes du Blason*). Uma explicação pobre para objecto tão estimado; sendo alguns termos heráldicos de origem «oriental» também podemos sugerir o hebraico *brh zan* (leit: *berazân*) «apresentação, selecção do ornamento». *Zan* é sinónimo de *alu* («ornamento») que vamos encontrar no nosso brasonário.

¹³ Do francês *herault* (arauto) procede o termo «heráldica».

¹⁴ Michel Pastoureau, *Les Armoiries*, 1976, p. 55 e 35. Para facilitar a exposição, neste trabalho (que é etnológico) adopta-se uma certa liberdade relativamente à linguagem heráldica.

Sendo uma peça de identidade (talvez o único registo de identidade da época) e um sinal de posse, havia junto dos monarcas um oficial chamado *rei de armas* que organizava o arquivo das armarias individuais em uso. Investigava no terreno e coligia metodicamente os emblemas com os nomes correspondentes organizando *armoriais*, *armeiros* ou *brasonários*; há *armoriais* franceses do séc. XIII e em Inglaterra contam-se uns vinte anteriores a 1400¹⁵. Em Portugal, o primeiro conhecido data de 1512, aproximadamente. O cargo de rei de armas aparece entre nós no tempo de D. João I.

Quanto ao figurado dos escudos: os temas característicos da Cavalaria são metáforas: leão marchante ou rampante (caminhando apenas com as patas traseiras), águia de asas espalmadas, serpe e dragão. Um autor classifica o escudo francês com o leão de brasão-uniforme, um uniforme de Cavalaria, emblema *passé-partout* do cavaleiro andante; «escudo do leão» e «bandeira do leão» eram sinónimos de insígnia de guerra ou de bafordo justificado como representação de «Jesus Cristo leão de Judá»¹⁶ mas também era um símbolo judaico. Substituiu a pantera germânica que passou a ser vista como pagã enquanto os infiéis eram representados por um «dragão»¹⁷. Leão e águia são inconciliáveis, nunca embarcam no mesmo emblema: em França, «pelo menos até ao sec. XIII a águia era usada pelos partidários do imperador e o leão pelos adversários; na Itália, ao longo das querelas entre Guelphes e Gibelinos as mudanças dum escudo do leão pelo escudo da águia, ou inversamente, não são raras»¹⁸. No brasonário português do séc. XIV os temas em voga são o castelo, a torre e apetrechos de guerra; é o emblema do político e do guerreiro. Castelo, leão rampante e águia espalmada devem equivaler-se em número.

O animal do escudo pode ter sido um emblema tribal em que um animal simbolizava ou era suposto estar na origem da tribo, sociedade ou religião. É o caso do leão que foi o labelo da tribo israelita de Judá (os judeus dizem-se da tribo de Judá cujo totem é um leão), dos cristãos («Cristo rei de Judá», descendente de Judá) e do reino ibérico de Leão. Nas profecias cripto-judaicas do Bandarra menciona-se com frequência o leão.

¹⁵ Genevève D'Hautcourt, *Le Blason*, p. 26.

¹⁶ «*Lion, passé-partout du chevalier chrétien*»: «sobre o peito ele tem o escudo do leão», «atinge o duque de Mille no escudo marcado com o leão», «quem não porta armas traz um leão» (uma bandeira com um leão), etc., Robert Viel, *Les origines Symboliques do Blason*, pp. 95 e 98. Diferentemente disto, diz o autor do *Armorial Lusitano* que o leão é o animal mais vulgar na armaria «sobretudo hispânica em virtude de na Península estar o antiquíssimo reino de leão» (*Vocabulário Heráldico*, anexo à o.c.).

¹⁷ Robert Viel, o.c. pp. 62-91.

¹⁸ Michel Pastoureau, *Les Armoiries*, p. 75.

Um grande leão se erguerá
E dará grandes bramidos
Seus brados serão ouvidos
E a todos assombrará¹⁹.

O apelido Leão era frequente entre os judeus portugueses. Existem emblemas com leão por toda a parte onde se estabeleciam judeus letrados e ricos.

Há depois entre nós um certo número de escudos, extremamente pobres, ordenados com sinais heráldicos abstratos que não exigiram nenhuma criatividade (aspas, veiros, besantes, barras, asnas, flores-de-lis, estrelas, crescentes lunares, xadrezado, cruces) que um leigo só podia ler como: «sinais X», «ziguezagues», «rodelas», «ângulos»... Não sugerem nada, são o pronto-a-brasonar sem imaginação.

BRASÃO FALANTE

Sendo o escudo como um cartão de identidade, é lógico que o seu figurado seja a coisa que o nome significa. Temos então um *brasão falante*, fácil de conceber e de ler. Diz A. Langhans: «Quando os nomes e os apelidos se podem substanciar em figuras, as figuras dizem-se *falantes* e sugerem logo à vista o apelido»²⁰.

O desenho é a tradução visual do nome, apelido, alcunha ou profissão do portador, com base na pronúncia correcta ou numa versão não etimológica, por associação fonética, aliteração, anagrama, trocadilho ou jogo de palavras. Quanto mais rebuscado, mais sugestivo. Podemos associá-lo às sociedades iletradas ou agráficas²¹: afixado sobre a porta e no muro das propriedades, era uma marca de posse equivalente às actuais placas com o nome ou firma; impresso nos documentos equivalia à assinatura, aos carimbos e aos logotipos.

Para entender o *brasão falante* torna-se necessário conhecer a língua, o dialecto, a gíria ou o linguajar particular da localidade ou da corporação do utente²².

¹⁹ «Já o Leão é desperto / Mui alerta / Já acordou, anda a caminho». «Vi um grão leão correr / Sem se deter / Levá sua viagem / Tomar o porco selvagem / Na passagem / Sem nada lho defender», *Profecias do Bandarra, Sapateiro de Trancoso*, p. 58, 69, 57.

²⁰ *Dicionário de História de Portugal*, Coord. de Joel Serrão, Art. *Heráldica*.

²¹ Nas sociedades iletradas havia e há ainda costumes semelhantes: os pedreiros das catedrais marcavam com desenhos pessoais as pedras que trabalhavam, os pescadores da região de Povoia de Varzim e Apúlia assinalam ainda hoje os seus objectos (barcos e utensílios de pesca) com marcas herdadas da família às quais, de pai para filho, acrescentam novos traços (cf. M.E.S *Religião Popular Portuguesa*, 1984, p 104).

²² Robert Viel, F. Cadet de Glassicourt et Baron Du Roure de Paulin, *Les Origines symboliques du blason - L'Hermetisme dans l'art heraldique*, pp. 185-192.

Os *brasões falantes*, por serem simples de conceber e de ler, não perdem qualidade nem prestígio. Um autor italiano diz que um brasão *falante* é da família ou pessoa que «para além do nome não tem nenhum facto glorioso de que se reclame» e dá o exemplo de uma família de Florença de nome *Peruzzi* que desenhou sobre a porta um quadro com seis pêras porque entendia que «é a das *pêras*»²³. Mas o brasão *falante* não é encarado depreciativamente. Houve-os em todos os povos e em todas as épocas, usados por famílias das mais distintas às mais modestas. Só serão simplórios se foram concebidos sem criatividade. Os *falantes portugueses* reproduzem a coisa ora por tradução literal, ora por aproximação fonética²⁴.

O motivo pode exprimir um atributo, posição social ou qualidade do utente mas, em princípio, só é *falante* se o tema fôr susceptível de traduzir a identidade. Poderá a identificação estar protegida por um segredo, reservada ao círculo das relações do titular eventualmente membro de uma ordem iniciática, sociedade secreta ou religião proibidas, e será então *falante* dentro do seu meio restrito.

O tema pode ter sido um emblema da tribo ou da comunidade, pode ter sido falante mas deixou de o ser. Os símbolos heráldicos universais ou políticos, por regra, não são *falantes*.

BRASÃO LIVRE

Em Portugal até ao princípio do século XVI o brasão foi livre, concebido pelo portador e usado livremente com a condição de não ser igual a outro. Em linguagem heráldica diz-se que o brasão foi *assumido*. Os interessados concebiam e usavam emblemas heráldicos livremente. Por outras palavras, o brasão não era conotado com uma categoria social, estrato ou *status*, nobre ou enobrecido. Era essa a regra em toda a Europa onde o uso do brasão, entre os séculos XIII e XIV se estendeu a todas as camadas da população. Entre os camponeses, difundiu-se sobretudo no século XIV (Inglaterra meridional, Suíça, Normandia) utilizando figuras de plantas embora pudessem ser também falantes»²⁵. Por volta de 1456

²³ Pietro Guelfi Camaiani, *Dizionario Heraldico*, art. Símbolo falante.

²⁴ Exemplos: **Aguiar e Aguilar**: águias, **Aranha**: aranhas, **Argolo**: chaves, **Azinhãl**: árvore copada, **Baleato**: baleia, **Bandeira**: bandeira, **Beliago**: baleia, **Braga**: algema, **Buzio e Bugio**: cornetas, **Calça**: um chapéu, **Carneiro**: carneiro, **Cerveira**: cervo, **Camisão**: cota de guerreiro, **Cariço**: árvore frondosa, **Cerejo**: árvore copada, **Corvacho**: corvos, **Cunha**: cunhas, **Espínola**: espinhos, **Feijó**: feijão, **Faia**: árvore frondosa, **Ferrão**: pregos, **Freixinho**: árvore frondosa, **Garcês**: garça, **Gamboa**: três folhas de árvore, **Godolfim**: golfinho, **Lanções**: lanças, **Loureiro**: folha de plátano ou de videira, **Montês**: lobo, **Macedo**: mocas, **Manuel**: mão armada, **Padilha**: pás, **Parada**: castelo e guerreiro, **Peixoto**: peixes, **Pina**: pinheiro, **Pinheiro**: pinheiro, **Quadros**: xadrezado, **Rebolo**: rodas, **Segurado**: machados, **Simões**: leão no cimo dum penhasco, **Saraiva**: espadarte, **Serpa**: dragão, **Soromenho**: árvore, **Vidal**: parra de vinha, etc.

²⁵ Michel Pastoureau, *Les Armoiries*, p. 31.

escrevia um autor inglês: «As armarias são *assumidas* pela própria autoridade do portador, e são válidas desde que outro as não tenha usado antes dele»²⁶. Os camponeses e os mesteiros dos burgos eram particularmente atraídos pelo uso deste tipo de emblema. Conhece-se um manuscrito suíço de 1408 em que estão transcritos os escudos de 57 padeiros da cidade de Lucerna. «Podemos afirmar que desde o fim do século XIII os burgueses e a gente dos ofícios usaram regularmente armarias»²⁷. Um autor nota que os heraldistas portugueses «quase esquecem» que as armas heráldicas até D. Manuel foram *assumidas* o que, «no entanto, tem a máxima importância para o estudo das origens, quer na forma da representação das armas quer no seu simbolismo»²⁸. Fernão Lopes também se refere à liberdade de insígnias e de brasões aquando da batalha de Aljubarrota: «Tinham uma alta bandeira de São Jorge e outros pendões de mistura, e a vanguarda com suas alas era semeada de bandeiras e pendões como a cada um aprazia ter porque ainda não havia rei-de-armas nem arauto que os desdissem»²⁹.

Diz um especialista: «D. João I, depois de ter pacificado o reino, e como a confusão nesta matéria (das insígnias) era de grande prejuízo à nobreza, movido do exemplo dos reis de Inglaterra com que estava aparentado, introduziu o ofício de *rei de armas* e de então para cá os há em Portugal. Até então os não houve nem menção deles nas crónicas dos reis precedentes, enquanto de então para cá se faz deles memória com largueza nas histórias do reino»³⁰.

Institui-se então o *rei de armas* encarregado de controlar as armas heráldicas. De facto, paralelamente ao brasão livre ou *assumido* «apareceu na Europa do séc. XIV uma nova maneira de adquirir brasão de armas: a concessão (pelo rei ou por um senhor local); tratava-se geralmente da confirmação das armas que o beneficiário já usava. O costume desenvolveu-se na Inglaterra e nos países germânicos onde a concessão de armas era uma fonte de rendimento para o Paço ou para os oficiais que as ordenavam. Mas essas cartas tinham sobretudo um carácter honorífico e constituíam obras de arte pessoais, como são as magníficas cartas de brasão»³¹.

Os oficiais de armas (reis d'armas e arautos) já eram uma instituição antiga na Europa, referenciada desde o séc. XIII, usando nomes de províncias. A função do rei

²⁶ Nicolas Upton, *Libellus de studio militari*, cit. por Carlos da Silva Lopes, *As Conquistas e descobrimentos na heráldica portuguesa do século XVI*, in *Armas e Troféus*, nº 2, 1960, p.108.

²⁷ D.L. Galbreath, cit. por Carlos da Silva Lopes, o.c. p. 110.

²⁸ António Machado de Faria de P. Cabral, *Origens da heráldica portuguesa*, p.7.

²⁹ Citado por Carlos da Silva Lopes, o.c. p. 110, ou «várias armas e insígnias que a muitos não pertenciam» segundo António José Vaz Velho, 1820, *Tesouro da Heráldica*, III, p. 55..

³⁰ António José Vaz Velho, *Tesouro Heráldico*, 1820, III, p. 55.

³¹ Michel Pastoureau, *Les Armories*, p. 37.

d'armas começou por ser a de um inspector dos títulos e direitos dos nobres, e desempenhava o papel, grosso modo, de conselheiro político e chefe de protocolo, passando depois a ser mensageiro e embaixador do monarca³². O problema é que, com a estreiteza e a rigidez das suas regras heráldicas, os oficiais d'armas contribuíram para estiolar a criatividade do brasão, banindo a espontaneidade. A heráldica foi «vítima da rigidez das suas regras resultando em esgotamento e numa composição donde toda a liberdade é banida e toda a sobriedade se ausenta»³³.

Aponta-se vagamente o nome do que seria o primeiro rei d'armas de D. João I: chamava-se Arrieta ou Arrundel tido por inglês, vindo em missão junto da rainha D. Filipa de Lencastre embora outros considerem que Arrieta era catalão. A indefinição da personagem e o desconhecimento do seu trabalho levam a que essa decisão joanina só conte como intenção de mandar «ordenar» os brasões segundo as regras europeias porque, parece, havia uma certa anarquia, nomeadamente o uso do mesmo emblema por pessoas diferentes.

No tempo de D. Duarte «encontra-se a menção de um rei d'armas intitulado *Portugal*»³⁴. Passa a existir desde então um diploma régio chamado *Carta de Brasão e Carta Régia de Mercê Nova*, pela qual o monarca concedia a determinado indivíduo um brasão de armas em recompensa de serviços prestados, transmissível a todos os descendentes, ordenado pelo oficial do monarca. A primeira data de 1438. Estas «mercês» equivaliam às condecorações honoríficas actuais, um prémio como pressuposto de ascensão. O brasão começou a ser um sinal exterior de nobreza pessoal. As Cartas consistiam em folhas de pergaminho «iluminadas mais ou menos habilidosamente mesmo por vezes ricamente» com o brasão ao centro e contendo os motivos da doação³⁵. Apesar das mercês do rei, «o uso do brasão não dependia delas; continuou a haver a liberdade de cada indivíduo, nobre ou plebeu, usar os símbolos heráldicos que preferisse; no caso de aparecerem armas iguais cabia ao soberano decidir qual devia abandoná-las; o dono do brasão podia doá-lo a quem lhe parecesse»³⁶.

Do tempo de D. Afonso V há várias referências ao rei d'armas *Portugal* que «ordenava brasões por expresso mandato» do rei³⁷. Apesar do papel deste oficial e

³² Cf. Geneviève D'Haucourt, *Le Blason*, p.26, Michel Pastoureau, *Les Armoiries*, 1976, p. 55 e 35.

³³ Michel Pastoureau, *Les Armoiries*, p. 35.

³⁴ Marquês de São Payo, *Reis de Armas*, in *Armas e Troféus*, 1960, nº 3, p. 243.

³⁵ Marquês de São Payo, *Cartas de Brasão de Armas (Um ensaio de diplomática)*, in *Armas e Troféus*, nº 3, 1960, pp. 221.

³⁶ Carlos da Silva Lopes, *As Conquistas e os descobrimentos na heráldica portuguesa do sec. XVI*. *Armas e Troféus*, nº2, 1960, p. 107.

³⁷ Carlos da Silva Lopes, *As Conquistas e descobrimentos na heráldica portuguesa do século XVI*, in *Armas e Troféus*, 1960, nº 2, pp. 107-127.

das Cartas de armas, os escudos concedidos «já eram os usados pelos requerentes»³⁸.

Desenvolvia-se a heráldica em toda a Europa no séc. XIV. Adoptou-se o *timbre*, motivo que figura sobre o brasão, originário da Inglaterra segundo parece. Entre nós, o primeiro brasão timbrado foi o de D. Pedro de Meneses governador de Ceuta (1431)³⁹. Apresentá-lo-emos; é particularmente astucioso quanto à mensagem secreta que pretende transmitir. O século XV foi o «século heráldico português por excelência, a idade de ouro da arte heráldica. O mosteiro da Batalha é o seu monumento mais expressivo, não porque seja um *armorial* de toda a nobreza como foi a famosa galilé do convento de Pombeiro de que existe apenas memória escrita e funcionou como padrão heráldico do séc. XIII ao séc. XVI, mas por conter os melhores exemplares quatrocentistas de escudos de armas e de decoração heráldica conhecidos em Portugal e, daí, se poder aferir a perfeição de um estilo e compará-lo com as contíguas excrescências do manuelino naturalista das capelas imperfeitas que se situa a uma grande distância do estilo harmoniosíssimo, no equilíbrio das formas e na delicadeza do talhe gótico que envolve todo o mosteiro»⁴⁰.

Sendo o brasão *assumido*, deduz-se que o utente concebia o seu conteúdo, conhecia a sua simbólica e *assumia* a relação entre o figurado e o nome. Sendo atribuído, não sabemos quem escolhia o conteúdo, se os oficiais ou se o *armigerado*. Sabe-se no entanto que, regra geral, os brasões concedidos por privilégio do monarca já eram os usados livremente pelos próprios, o acto do rei apenas valorizava o emblema. Com D. Manuel proibiu-se dar sugestões sobre os brasões.

PRIMEIRO ATAQUE

Por uma carta assinada em Toro, em 1466, D. Afonso V pretendeu restringir a liberdade: só os fidalgos podiam usar *metais* (cores de ouro e prata) nos seus escudos: «E por esta mando e defendo que nenhum plebeu nem outra pessoa traga nenhuma armas com metal em seu escudo, salvo se for fidalgo de cota de armas, sob pena de pagar um marco de prata para o rei d'armas porque assim é a minha mercê». Implicitamente reconhecia a legitimidade do brasão «sem metais» por todos, pequenos graus de nobreza, burgueses e

³⁸ D.L. Galbreath, citado por Carlos da Silva Lopes, o.c. p. 116.

³⁹ Francisco de Simas Alves de Azevedo, *Les premières armes portugaises timbrées*, Lausanne, Archivum Heraldicum n° 1, 1962.

⁴⁰ Almeida Langhans, *A Heráldica portuguesa, seus estilos e semiótica*, Armas e Troféus, IIIª série, 1974, Jan.-Março, n° 1, p. 16.

mesteirais⁴¹. Mas não se demonstra que esta carta régia tenha produzido efeitos tal como não produziram tentativas idênticas na Europa do tempo⁴². Até podemos ver esta medida integrada numa política mais vasta, nessa época, que era a tentativa de restrição do luxo e do uso de metais preciosos contra os quais protestaram as Cortes de 1472 e que veremos adiante com Costa Lobo.

D. João II contratou heraldistas estrangeiros para controlar a heráldica, entre eles o francês João de Crós que foi incumbido de fazer um levantamento dos brasões em uso e de elaborar um armorial oficial. Mandou-o «descobrir pelos arquivos, capelas e sepulturas as armas e insígnias de todos os fidalgos para se notarem e porem por memória nos livros». O resultado do levantamento é o *Livro do Armeiro-Mor* terminado por volta de 1512⁴³. Contém 319 brasões correspondendo a 287 «linhagens particulares» ou «chefes de linhagens». Mas não é exaustivo, faltam visivelmente as armas de várias famílias notórias que as usavam⁴⁴. O autor abre a colectânea com as figuras e as armas de três chefes bíblicos, «Josué Duque», «Rei David» e «Judas Macabeu», a que se sucedem outros soberanos antigos; segue-se uma série de reis e de bispos da época, da Europa e de algures. Mas o levantamento, para além de não ser exaustivo, tem uma falha grave: não reproduz os timbres que passaram a ser elementos constitutivos da maior parte dos brasões desde o séc. XIV. Perante isto, e já no tempo de D. Manuel, foi encarregado António Godinho de refazer a compilação com os timbres; resultou o *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas dos Reis Cristãos e Nobres Linhagens dos Reinos e Senhorios de Portugal*, executado entre 1517 e 1528⁴⁵. Também não é exaustivo por aí faltarem os brasões de várias famílias⁴⁶. Na Europa, o objectivo destes brasonários era o de servirem de registos das pro-

⁴¹ Carlos da Silva Lopes, *As Conquistas e descobrimentos na heráldica portuguesa do século XVI*, in *Armas e Troféus*, nº 2, 1960, p. 108; Armando de Matos, *Manual de Heráldica Portuguesa*, p. 191. Por «metal» ouro também se entende a cor amarela e por metal «prata», a cor branca. Uma vez que era regra fundamental da heráldica «não pôr metal sobre metal nem cor sobre cor» e as armas que infringissem essa regra eram convencionadas «falsas», esta proibição restringia as possibilidades de combinação. Para não serem classificadas de «falsas» segundo as convenções heráldicas, as armas dos não-fidalgos só podiam ter o campo de uma só cor (amarela e branca excluídas) e escudos «plenos» (vazios). Mas aquela regra heráldica nem sempre funcionou.

⁴² Michel Pastoureau, *Les Armoiries*, 1976, p. 37.

⁴³ Editado em fac-simile pela Academia Portuguesa de História com um estudo prévio de António Machado de Faria, Lisboa, 1965.

⁴⁴ Carlos da Silva Lopes, *As Conquistas e descobrimentos da heráldica portuguesa do século XVI*, in *Armas e Troféus* nº 2, 1960, p. 107.

⁴⁵ Publicado em fac-simile com a Introdução de Martim de Albuquerque e João de Abreu Lima, Lisboa, INAPA, 1987.

⁴⁶ Carlos da Silva Lopes, *As Conquistas e descobrimentos da heráldica portuguesa do século XVI*, in *Armas e Troféus* nº 2, 1960, p. 107.

priedades; os armoriais portugueses são selectivos e constituíam «prova de nobreza e marca de fidalguia» que o rei consultava aquando das suas viagens e recepções. Quem não estivesse representado no *Livro* (selectivo) não seria da fidalguia.

A partir da colectânea de António Godinho, D. Manuel fez «pintar nos seus escudos com cores, paquifes e timbres em uma das maiores salas do seu paço de Sintra - os que nela coubessem - mostrando o grande zelo na nobreza de seus vassallos em conservar a memória das armas das famílias deste reino»⁴⁷. Resultou a reprodução de 72 brasões monotonamente suspensos do pescoço de um veado, desenhos infantis, sem arte nem imaginação. Os critérios com que seleccionaram estes 72 brasões seriam a antiguidade das linhagens e o poder político das famílias. Entre os 72, 10 são *falantes português*⁴⁸ e 20 *falantes caldaico*⁴⁹.

Apesar das referências ao rei d'armas de D. João I e da pressão dos seus sucessores, o brasão continuou livre como em toda a Europa. O próprio rei d'armas de D. Manuel, bacharel António Rodrigues, reconheceu essa liberdade europeia: «E vemos na Itália que todos tomam armas a seu prazer as quais mandam pintar em suas capelas, casas e igrejas de que são confrades e fregueses, apenas a sé (?) faz distinção entre os cavaleiros e fidalgos e os cidadãos: os cavaleiros e fidalgos põem as suas armas pelas praças e são públicas, com elmos, bandeiras e cotas de armas e todas as outras coisas que lhes apraz, e os cidadãos não, salvo em suas casas e freguesias; e quando acontece aos cidadãos serem enobrecidos pelo imperador ou rei tomam aquelas armas que já traziam (...) Em Castela vemos também este costume em que os cidadãos tomam quaisquer umas»⁵⁰ («cidadãos» está por «burgueses»).

Os Descobrimentos, apesar do enriquecimento de muitos plebeus, não desenvolveram a heráldica. Um autor mostra que entre 1419 e 1494, o tempo que vai da criação do corpo de oficiais de armas por D. João I ao reinado de D. Manuel que suprimiu a liberdade do brasão, foram passadas 27 cartas de brasão; ora, «o reflexo da nossa expansão marítima no campo da heráldica não foi tão grande como se supõe. Basta examinar as cartas de brasão quatrocentistas. Facilmente se conclui que os serviços considerados consistiam quase exclusivamente em feitos de guerra contra inimigos do Reino, em especial contra os mouros de Marrocos.

⁴⁷ Vaz Velho, o.c. III vol. p. 59.

⁴⁸ Cunha («cunhas»), Manoel («mão armada»), Lobo («lobos»), Cabral («cabras»), Costa («costelas»), Lobato («lobos»), Serpa («dragão»), Nogueira («ramo de nogueira»), Cerveira («cerva»), Aguiar («águias»).

⁴⁹ Eça, *Menezes, Sousa, Vasconcelos, Melo, Silva, Andrade, Almeida, Mendonças Furtado, Abreu, Sá, Cortereal, Ribeiro, Meira, Carvalho, Pacheco, Teixeira, Siqueira, Pimentel, Vieira*. *A ordem é a que consta da Sala*.

⁵⁰ *Tratado Geral da Nobreza*, p. 147. Carlos da Silva Lopes, o.c. p. 121.

Era, pode dizer-se, o espírito de Cavalaria que dominava na concessão dessas mercês»⁵¹.

LIBERDADE PERDIDA

Diz São Payo que D. Manuel «desistiu de importar peritos estrangeiros e, mais avisadamente, preferiu enviar portugueses às cortes mais cultas da Europa (precursores dos actuais bolseiros)»⁵². Foram eles bacharel António Rodrigues com a categoria de rei d'armas e Martim Vaz com a de arauto. Frequentaram as cortes de França, Alemanha e Inglaterra para estudarem o funcionamento da heráldica.

Por volta de 1512, publicou uma lei de que se conhece apenas a cópia: *Regimento de nobreza dos reis de armas que mandou fazer o senhor rei D. Manuel que Deus tem*, que pôs fim ao livre uso do brasão. O brasão *assumido* ficou fora da lei⁵³. A heráldica passou para o controle dum corpo de oficiais com sede no Paço e a ser regulamentada por normas rígidas; os transgressores seriam banidos para as novas colónias. Um corpo dos oficiais ficou constituído por três reis d'armas chamados, respectivamente, *Portugal, Algarve e Índia*, por três arautos *Lisboa, Ceuta e Goa* e por três «passavantes» chamados *Santarém, Tavira e Cochim* (cada um responsável pela sua província)⁵⁴. Foi nomeado rei d'armas *Portugal* o bacharel António Rodrigues (pelo menos desde 1518) e Martim Vaz, rei de armas *Algarve*. António Rodrigues escreveu, depois, o primeiro tratado de heráldica que se conhece entre nós o qual permaneceu manuscrito até 1931 intitulado *Tratado Geral da Nobreza* (copiado literalmente dum autor espanhol que dedicou o seu livro a D. João II). Far-se-ão largas referências a esse texto de António Rodrigues quanto à origem dos brasões. O brasão do arauto Martim Vaz tem um interesse particular por ser um exemplo significativo da leitura secreta dos brasões que vamos encontrar.

A lei manuelina é exaustiva na descrição das funções do corpo de oficiais, um colete de forças contra a criatividade dos próprios oficiais (se algum dia a tiveram). Justifica deste modo: «Antes, os nossos reis de armas, arautos e passavantes não tinham regimento das obrigações, nem eles sabiam certifi-

⁵¹ Carlos Silva Lopes, *As Conquistas e Descobrimientos na heráldica portuguesa do sec. XVI*, p. 111.

⁵² Marquês de São Payo, *Reis de Armas*, o.c. p. 243.

⁵³ Carlos Silva Lopes, oc. p. 121.

⁵⁴ Vaz Velho faz derivar o termo «passavante» do facto de ele «poder passar adiante, ao grau seguinte», enquanto se trata duma adaptação do francês *poursuivant* «o que segue, prossegue» (Voc. Heráldico, art. *Oficial de Armas*), tradução pela fonética; há outros casos de tradução pela fonética na linguagem heráldica portuguesa, por exemplo, *lisonja* (forma em losango do escudo feminino) provém do francês *losange*. A designação dos officias pelo nome de províncias era comum aos países europeus e correspondia às áreas geográficas de jurisdição e de inspecção.

cadamente o modo e ordem que nisso deviam ter, nem assim havia sabedoria da maneira e cerimónias com que os ditos oficiais haviam de ser criados e providos dos ditos ofícios, e assim a cerimónia com que haviam de ser baptizados de seus nomes das províncias, cidades e vilas de que a cada um é dado nomes, nem havia nota da maneira como o rei de armas havia de dar cartas de armas àqueles que as requerem por procederem e descenderem de linhagens dos que as ganharam, nem havia estatuto sobre o que devia ser guardado pelos reis de armas, arautos e passavantes; nem havia nota das cartas de armas da nobreza que se dão àqueles que, por seus méritos e serviços, as ganham e a quem os reis e príncipes justamente as dão, havendo por coisa mui necessária à nobreza das armas que os oficiais delas houvessem de ter de seus ofícios, e que de todos houvesse regra certa para que em tempo algum houvesse àcerca delas dúvida, porque não seria razoável que houvesse em coisa que entre os homens quase do começo do mundo se tem por mais nobre, e por cujos sinais e demonstrações o louvor e merecimento de cada um é perpetuado em memória imortal»⁵⁵. O texto fixa as funções dos oficiais, as cerimónias da sua tomada de posse e até os discursos e os juramentos que serão pronunciados⁵⁶.

Incumbia aos oficiais de armas: redigir as cartas de brasão, passar certidões relacionadas com o seu uso ou propriedade, denunciar as fraudes em matéria de brasonários, reconhecer e certificar as genealogias e controlar, censurar e autorizar a publicação de obras de conteúdo genealógico⁵⁷. Esse corpo de oficiais tinha algo duma confraria iniciática, costume também importado da Europa: numa sessão pública o rei procedia ao «baptismo» de cada um (simulacro do baptismo católico), lançava água sobre a sua cabeça e atribuía-lhe um nome geográfico (Portugal, Algarve, Tavira, etc.) jurando cada um sobre os evangelhos. Discursos,

⁵⁵ In António José Vaz Velho, o.c. Vol. III p. 63, Armando de Matos, *Manual de Heráldica Portuguesa*, p. 192.

⁵⁶ Juramento do arauto: «Juro (...) que bem, fiel e lealmente servirei a el-rei, que não me mudarei nem passarei para nenhum outro rei (...) que em todas as mensagens, recados e embaixadas de que fôr encarregado (...) farei verdadeiras relações; inteiramente direi e farei o que fôr dito e não acrescentarei nem minguarii coisa alguma por ódio, dádiva ou prometimento (...). Juro que, quando me achar em algumas justas, torneios, guerras, escaramuças, desafios, saltos ou quaisquer outros autos de guerra de qualquer sorte e qualidade que sejam, farei digno e fiel testemunho de tudo o que vir por meus olhos, de boa fé e sem enganos nem malícia, sem acrescentar, diminuir ou tirar a honra, louvor e fama de nenhuma pessoa por nenhum respeito que seja (...) Juro que serei leal e fiel secreto a todo o estado de nobreza e a tudo o que me fôr dito em segredo, não somente nestes reinos mas em qualquer outro reino em que me achar (...) Juro que qualquer dádiva, bem ou honra que receber de qualquer rei, príncipe ou senhor a que fôr mandado o direi a el-rei nosso senhor...», Armando de Matos, *Manual de Heráldica Portuguesa*, p. 198. Estes oficiais estavam presentes nas grandes cerimónias públicas, recepções da Corte, etc. «Era função dos arautos chamar a atenção da assembleia em alta, 'Ouvide, ouvide', enquanto na abertura das cortes gerais era grande a intervenção do rei d'armas Portugal», Marquês de São Payo, o.c. p. 245.

⁵⁷ Marquês de São Payo, *Reis de armas*, o.c. p. 245.

cerimonial, juramentos, tudo rigorosamente previsto no texto régio que até diz quem devia trazer a taça de água e estender a toalha para enxugar o «neófito»⁵⁸.

O brasão dos familiares passou a não poder ser usado sem autorização do monarca: «Mandamos que aqueles que as ditas armas de seus antecessores quizerem tirar e haver delas cartas, façam a nós informação elegando as razões que têm para lhes pertencer, e as testemunhas que têm, para eles provarem como descendem daquele tronco, as quais informações darão ao dito rei de armas Portugal e ele as levará aos nossos desembargadores do Paço. Achando que a prova é bastante, mandaremos por despacho para que sejam dadas suas armas, em carta assinada pelo dito rei de armas, e selada de nosso selo de chumbo, a qual carta é da nota seguinte: *Dom Manuel por graça de Deus (...)* para que possa trazer o escudo de armas assim como trouxeram e delas usaram os seus antecessores e nobres e antigos fidalgos, em batalhas, campos, duelos, reptos e escaramuças, desafios, aneis, sinetes e divisas, e as pôr em suas casas e edifícios e deixá-las sobre a sua própria sepultura, e finalmente se servir e honrar, gozar e aproveitar em tudo e por tudo como à sua nobreza convém, com o que queremos que haja ele e todos os seus descendentes todas as honras, privilégios, liberdades, graças, mercês e franquezas que hão e devem haver os fidalgos nobres e de antiga linhagem e como sempre de tudo usaram e gozaram os seus antepassados...»

«Qualquer pessoa que tomar armas que de algum direito lhe não pertençam incorra em pena de dois anos de degredo para cada um (sic) dos nossos lugares de além-mar e pague 50 cruzados de ouro para o rei de armas ou outro oficial de armas que o acusar e fique incapaz de poder haver armas e delas usar. Os oficiais de armas não devem consentir que pessoa alguma traga ou use armas que lhe não toquem, nem tome apelido de Dom que lhe não pertence, pelo que tem obrigação de visitar sua província, fazer correição nela, vendo e examinando as armas; e achando que não são suas, constrangê-los a que as deixem mandando-as picar se as tiverem gravadas em casas, quintas, etc., e fazê-los condenar como dispõe o regimento da armaria e a ordem do reino».

Estabelece as regras para o ordenamento do brasão («o chefe da linhagem há-se trazer as armas directas, sem diferença nem mistura de outras nenhuma em seus quartéis») e para o uso do escudo em esquartelado, partido, cortado; fixa o método para que se reconheçam no brasão «os bastardos, os ilegítimos, os espúrios, os incestuosos e os sacrílegos». Ameaça quem der sugestões e conselhos: «Defendemos e mandamos que nenhuma pessoa de qualquer qualidade e condição que seja se atreva a mostrar armas a nenhum nobre nem fidalgo nem pessoa outra que lho requeira como as deve trazer, nem sobre isso lhe dar parecer nem

⁵⁸ Publicado na íntegra por Armando de Matos, *Manual de Heráldica Portuguesa*, Porto, 1941. Descobre-se também neste texto que «baptizar» significava (como hoje entre o povo) atribuir um nome, o que deprecia a fundamentação teológica do sacramento católico.

conselho (...) e quem à cerca disso alguma dúvida tiver e dela quiser declaração, requeira ao nosso rei de armas Portugal. O que o contrário fizer, perderá por isso dez cruzados em oiro para o dito rei de armas». Esta cláusula atingiu a possibilidade de o próprio escolher ou sugerir o conteúdo do brasão.

Os reis de armas «devem ser generosos e nobres, bons de entendimento, discretos, latinos (por ser língua universal), verdadeiros, ter lição grande dos livros de feitos de armas, boa letra e saibam desenhar, se ocupem a ler livros de bons costumes e crónicas de feitos de armas. Devem ter conhecimento para ensinarem aos arautos e passavantes a natureza, virtude, qualidade, condições, significações e posições das figuras, propriedades das cores, ervas e pedras, que devem ser gravadas nos escudos e a natureza dos metais, suas distinções, concordâncias e discórdâncias para que, tudo sabido, possam ordenar as armas em sua perfeição e conhecer a falsidade em parte ou em todo...»⁵⁹. Com a cláusula de «serem latinos» atinge o falante «caldaico».

Com isto, parece ter-se afirmado a Europa do brasão, no sentido em que se uniformizaram as regras. Mas a europeidade ficou de fora porque o brasão europeu era livre. Unicamente as regras técnicas ficaram a ser comuns à Europa. Introduziu-se a técnica e a semiótica, mas recusou-se a liberdade que representava o brasão nesses povos, para não dizer a rebeldia que, nesses países, sempre fez com que as normas restritivas das liberdades burguesas fossem inoperantes. Temos aqui um exemplo de como os portugueses importam as leis europeias mas, na sua alienação periférica, ignoram que o que adoptam é secundário e que as leis importadas não chegaram a funcionar na origem; importam o rebotinho e o caduco.

DECADÊNCIA

O rigor manuelino quanto às regras só funcionou enquanto viveu o autor. Mas a livre *capacidade heráldica* perdeu-se. No reinado do seu sucessor a rigidez afrouxou, não pelos anseios de liberdade mas porque «a categoria de cavaleiro de cota de armas era pura ficção legal. As cartas de armas, cada vez mais fáceis de obter, converteram em fidalgos de cota de armas as pessoas de pequena nobreza ou provenientes da burguesia»⁶⁰, «nobreza postiça»⁶¹.

Almeida Langhans não vê transição entre as leis manuelinas e a decadência. Ou essas leis provocaram a decadência ou já eram a expressão dela. «As preocu-

⁵⁹ Vaz Velho. o.c. pp. 104-129, Armando de Matos, *Manual de Heráldica Portuguesa*, p. 204.

⁶⁰ Carlos da Silva Dias, o.c. p. 124.

⁶¹ Almeida Langhans, *A Heraldica portuguesa*, p. 30

pações jurídicas e contenciosas sobrepuseram-se às estéticas; nos últimos registos de armas feito no livro iniciado por António Godinho, o desenho e a iluminura são tão grosseiros que não podem classificar-se como arte. A partir de então, a heráldica como arte de iluminura desaparece. A arte foge do brasão e concentra-se no aparatoso escultório das *tarjas* e *cartelas*. É o barroco que se anuncia (...) Os nossos dois grandes armoriais manuelinos são um eco retardado do séc. XV, gótico e caligráfico, a repercutir um tempo carregado de novidades, de descobertas e de inventos, tendo como centro a Natureza e como campo de expansão o Universo. Não admira portanto que a par das maravilhas góticas dos nossos armoriais quinhentistas, surjam a decoração manuelina e até as iluminuras daquele *Tratado Geral da Nobreza* de António Rodrigues (...) onde à mistura com a boa doutrina se começa a entrar pelo mundo da fantasia heráldica (...) A arte refugiou-se nos ornamentos exteriores dos escudos e as cartelas dos brasões começam a emoldurá-los e a abafá-los na pompa, um tanto austera, do barroco ocidental (...) Os espíritos imaginativos trabalham e a heráldica vê-se em breve envolvida em densa névoa cabalística e fabulosa que a torna hermética e fonte de patranhas incomparáveis, criadoras de lendas que se radicaram no espírito das gerações e ainda hoje perduram como única explicação da origem dos símbolos das armas e do seu significado. Na História, esta viragem corresponde a um momento turvo: derrotas, vexames colectivos, ilusões perdidas e o messianismo do mito sebástico (...) Do grande trabalho da Contra-reforma nascem novas ordens religiosas, revigoram-se as antigas e deste movimento resultam novos símbolos e novos brasões das comunidades religiosas, ou velhos novamente ordenados segundo o estilo da época, que ornamentam templos e mosteiros, timbram impressos e livros, marcam pinturas, azulejos e embutidos numa manifestação de espírito religioso que abarca todas as actividades e se estende a toda a parte aquém e além-mar (...) As figuras e as peças do brasão forçadas pelas formas avassaladoras das cartelas, iam sofrer ainda maiores tratos com a assimetria do novo estilo, tudo agravado pela mania da ostentação dos brasões, com todos os costados metidos em pilha dentro do mesmo escudo (...) Reduzida a mera expressão das famílias nobres, a heráldica decai por completo⁶².

Passaram a existir, por um lado, *Cartas de Brasão de Armas de Nobreza por Certidão* concedidas ao indivíduo que provasse ser descendente de um titular com brasão nos registos oficiais e que «vivesse à lei da nobreza» atestado por sentença judicial, com certidões, testemunhas e provas genealógicas («justificação de nobreza»); a primeira que se conhece é de 1504; por outro lado, *Cartas Régias de Brasão de Armas de Nobreza e Fidalguia*, porque «Havia quem se não satisfizesse com um mero diploma, muitos pretendiam alguma coisa mais: que lhes fosse

⁶² Almeida Langhans, *A Heráldica portuguesa, seus estilos e semiótica*, o.c. p. 25-27, idem, *Heráldica, Dic. de História de Portugal* coord. de Joel Serrão, p. 206.

reconhecida e confirmada a sua qualidade e estatuto jurídico de ‘fidalgo de linhagem’ superior ao ‘fidalgo de cota e armas’ com os privilégios que lhe eram inerentes por lei (por muito vagos e quase teóricos que, de facto, eram)»⁶³. De 1438 (data da primeira carta de armas conhecida) até 1910 foram passados mais de 3.100 Cartas, segundo o marquês de São Payo.

Diz São Payo que o cargo de rei d’armas, «pelo menos no séc. XIX, foi distraído da corporação dos oficiais de armas. É que, «com o andar dos tempos, a morte da Cavalaria e, depois, a extinção prática da Nobreza com o regime liberal e abolição do instituto vincular, os oficiais de armas haviam perdido as suas funções por atrofiamento do órgão. Passaram a ser recrutados para efeitos de cerimonial». Também, considerando as listas dos reis de armas desde 1512 e dos escrivães da nobreza publicadas por São Payo, vemos os mesmos nomes a sucederem-se ou a passarem para o filho ou sobrinho. De 1765 até 1910 com um curto intervalo em torno de 1810, o Cartório da Nobreza foi ocupado pela «dinastia dos Campos»⁶⁴.

Na prática «o controle e a elaboração dos privilégios heráldicos eram exercidos por um secretário chamado escrivão da nobreza que executava os despachos do rei d’armas, passava as certidões e redigia as cartas. São portanto da sua lavra os textos dos diplomas emanados daquele juízo».

No tempo de D. João V foram introduzidas outras condições para a obtenção desta carta: sendo reformador do Cartório da Nobreza frei José da Cruz, clérigo da ordem de São Paulo, passou a exigir-se um atestado de «limpeza de sangue» (contra os cristãos-novos) bem como a prova de os seus antepassados terem sido «tratados à lei da nobreza, com armas, escravos, criados, cavalos e amas para os filhos». O frade foi nomeado «em circunstâncias que se ignoram talvez por imperícia dos reis de armas» diz São Payo⁶⁵. Aliás, é conhecido o fascínio de D. João V pelos meios monásticos (até lhe chamaram o rei freirático). Depois, no tempo das Luzes e do Iluminismo, os *maîtres à penser* de Portugal eram os frades; enquanto os europeus tinham os Enciclopedistas, os portugueses ouviam os frades que eram simultaneamente regulares clientes dos bordéis, fornicadores lascivos, e acompanhantes («conselheiros») das senhoras que os maridos deixavam a sós em casa ou que, até, «residiam na casa das suas penitentes», segundo os forasteiros da época (os estrangeiros são os melhores observadores das Culturas)⁶⁶. Também os

⁶³ Marquês de São Payo, *Cartas de Brasão de Armas (Um ensaio de diplomática)*, in *Armas e Troféus*, nº 3, 1960, pp. 221-230. Também havia cartas híbridas e de *indigenização* concedidas aos estrangeiros a quem se reconhecia o direito do uso dos seus brasões de origem.

⁶⁴ Marquês de São Payo, *Reis de Armas*, o.c. p. 248.

⁶⁵ Marquês de São Payo, *Cartas de Brasão de Armas (Um ensaio de diplomática)*, in *Armas e Troféus*, nº 3, 1960, pp. 221-230.

⁶⁶ Charles Frederic de Merveilleux, in *O Portugal de D. João visto por três forasteiros*, pp. 183, 202, 205, 255; J.B.F. Carrère, *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, pp. 122-124.

mesmos estrangeiros descreveram a miséria e a sujidade asquerosa de Lisboa, o que não impedia que uma vulgar família urbana de 4 pessoas tivesse 10 criados pagando-lhes uma ração diária de arroz, enquanto uma qualquer dona de casa só saía á rua acompanhada por duas ou vinte lacaias⁶⁷. Numa sociedade escravagista não é difícil passar por fidalgo. Mas a ideia do frade foi de pouca dura porque o marquês de Pombal aboliu em 1773 a distinção entre cristãos-novos e velhos. Repito: a condição de «limpeza de sangue» para a obtenção de uma carta de armas só foi exigida nesta época quando esse critério do sangue funcionou para as ordens religiosas e os lugares na administração desde 1574.

Os oficiais d'armas não recebiam vencimentos mas emolumentos da parte dos *armigerados*, «emolumentos que foram exactamente: um marco de prata para o rei d'armas no tempo de D. Manuel; até ao final do século XVII, sucessivamente 800, 1.000 e 2.400 reis ao escrivão pelo pregaminho, feitiço, combinação e registo. No século XVIII, quando as cartas de armas passaram a ser objecto de maior luxo artístico, o preço seria de ajuste prévio com o responsável pela sua execução, e chegaria a ser elevado (...) Nos meados do século XIX, os encargos montavam a cerca de 202 mil reis que seriam hoje (1960) assaz para cima da seis mil escudos»⁶⁸.

Sendo pagos à tarefa por quem pedia o reconhecimento desse direito, ou dessa vaidade, cabe perguntar: qual era o grau de isenção destes oficiais em matéria de direitos e transmissão de brasões ou de atestados genealógicos? São Payo responde: «O valor histórico das cartas de brasão será, em primeiro lugar, o de qualquer outro diploma oficial. Do seu conteúdo há que distinguir (...) a afirmação oficial nele certificada da afirmação histórica nele contida que, por vezes, pode não coincidir. A matéria genealógica consignada nos diplomas por eles passados é que tem sido objecto das mais acervas críticas e com razão. Muitas vezes as cartas de brasão registam genealogias insuficientes ou muito insuficientes, algumas vezes, falsas. A carta de brasão chegou a ser instrumento judicial para se comprovarem falsidades». O mesmo autor conhece exemplos de cartas de brasão que os interessados mandaram redigir com uma genealogia para justificar certos

⁶⁷ «Não há terra como Lisboa onde os criados de ambos os sexos sejam tantos e onde se seja mais mal servido. Pululam nas casa dos fidalgos e dos grandes e nalgumas delas davam para povoar uma aldeia (...) A burguesia foi contagiada por este luxo da criadagem (...) As casas dos estrangeiros têm muito menos criados (...) O que resulta desta multidão de criados? Não é este uso uma maneira de multiplicar o número dos ociosos, de mandriões e de bargantes?» J.B.F. Carrère, *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, p. 35. «As senhoras portuguesas vão a pé à igreja, vão sempre acompanhadas por um comprido séquito de escravos, criados e açafatas. Os escravos (em Lisboa há pretos e pretas para ali trazidos de África) vão à frente; seguem-se-lhes as criadas, as açafatas a seguir, depois a meninas da família e finalmente a Dona ou Senhora. Vão seguindo umas após outras, muito lentamente, numa fila que chega à extensão de 10, 15 ou 20 pessoas (César de Saussure (1730) in *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, pp. 271, 183, 202, 205, 273.

⁶⁸ Marquês de São Payo, o. c. p. 252.

direitos em tribunal cível e que, depois, elaboraram outras com genealogias diferentes para justificar uma questão contrária à primeira. E ambas constituíram instrumentos de prova. As decisões do ofício da nobreza não tinham recurso. Passavam-se as cartas de armas em face duma sentença judicial que forçoso era aceitar e era indiscutível. Os magistrados, perante depoimentos de quatro ou cinco testemunhas ou familiares que depunham que o justificante ‘vivia à lei da nobreza como viveram seus pais e avós’ e umas certidões de baptismo, logo sentenciavam que o justificante era pessoa nobre e descendia das famílias dos seus apelidos (...) E um caso conhecemos em que o escrivão preparou uma mistificação de alto coturno para lavar a mancha semítica em família israelita estrangeira de origem portuguesa e que só não perpetrou porque um grosso escândalo fez desandar o pretendente do país para fora»⁶⁹. Não diz quem foi o pretendente em causa.

O testemunho deste especialista convence-nos da arbitrariedade das Cartas de brasão e de que a relação entre o portador e uma «antiga linhagem» pode ser fantasista. Tudo se demonstrava e tudo se comprava. Os oficiais ou escrivães cujas decisões não tinham recurso, embolsando as multas e recebendo pelos diplomas aqueles emolumentos, seriam natural e impunemente corruptos.

Braamcamp Freire dizia: «Ainda há quem tome a sério as ascendências das cartas de brasão; pois fiquem sabendo que poucos mais vastos repertórios de mentiras haverá, do que são as genealogias das tais cartas, do século XVII para cá. A coisa fazia-se assim: o pretendente juntava alguns documentos provando ser filho e neto de fulanos e, se não sabia por sua mão tecer a ascendência daí para trás, entendia-se com alguns dos muitos genealogistas encartados, que sempre por aí formigaram (Beretti em 1760 diz que os portugueses só tratavam de genealogia, roupas, mulheres, prazeres e cortezas) e que lhe arranjavam obra aseada, às vezes talvez a troco de algum pinto, melhor ou pior disfarçado. Apresentada aquela ao escrivão da nobreza, este levado pela sua geralmente bem provada ignorância e pela consideração que lhe merecia o famoso genealogista autor do papel, aceitava-o como oiro de lei, quando a maior parte das vezes não passava de reles pechisbeque»⁷⁰. Veremos adiante outras fraudes sobre a «limpeza de sangue».

BRASÃO EUROPEU COMPARADO

Podemos tomar a evolução do brasão como um observatório das dinâmicas sociais, estratificação, mobilidade dos estratos e mecanismos de afirmação individual ou do status. A heráldica é um «autêntico instrumento registador das prefe-

⁶⁹ Marquês de São Payo, *Reis de Armas*, p. 253-254.

⁷⁰ *Brasões da Sala de Sintra*, II, p. 305, nota.

rências e da maneira de ser de cada época o que lhe dá uma importância decisiva nos estudos históricos, muito para além do simples auxiliar identificador de uma pessoa ou marcador de uma data. Ajuda a compreender a psicologia colectiva e, em dadas ocasiões, pode até ser o melhor meio de interpretar essa psicologia»⁷¹.

Os sociólogos sabem que uma cultura se reflecte em todas as suas criações e inibições mas ela só é compreendida se fôr comparada com outra face ao mesmo fenómeno. Podemos tomar por comparação o caso da heráldica francesa. Como funcionou aí o brasão e como reagiram os interessados à tendência da classe estabelecida para restringir essa criação popular emergente? Temos então um exemplo da diferença de culturas tanto mais que existiu uma Europa do brasão:

O *Inventaire des Sceaux de Normandie*, do séc. XIII, demonstra que o brasão não era apenas apanágio dos cavaleiros e dos nobres mas que também os homens livres, camponeses e artífices possuíam o seu⁷². Até se conhece um pergaminho datado de 1408 em que constam os brasões de 57 padeiros de Lucerna (Suíça). O *Livre des Aveux du Comte de Clermont en Beauvaisis*, manuscrito de 1373-1374, contém nada menos do que 1.018 brasões pertencentes a camponeses e a homens livres de condição social sensivelmente equivalente. No séc. XIV, cerca de 40% das armarias conhecidas eram ostentadas por não-nobres. «Esta percentagem, talvez inferior à realidade porque os arquivos rurais foram menos protegidos do que os dos grandes feudatários, não cessará de crescer até ao fim do século XVIII em França e em certos países, como a Suíça onde a maior parte das famílias patriarcais camponesas possuíam e possuem ainda a capacidade heráldica. As mulheres (desde o fim do séc. XII), os bastardos, os servos, os carrascos (tipo de ofício vil, se os há), os judeus e as próprias povoações beneficiaram todos do mesmo direito. O *Inventaire des Sceaux de l'Artois* contém emblemas de judeus com 'leões rampantes'; Michel de Nostre-Dame dito *Nostradamus*, médico e astrólogo de origem judaica, usava, nos meados do séc. XVI, o brasão: 'vermelho, roda aberta de oiro com a jante seccionada entre cada raio'. Todas as camadas sociais sem excepção tinham *capacidade heráldica*. Durante mais de três séculos, a nobreza nunca reivindicou a exclusividade das armarias. Um uso constante desde tantos anos tinha-se tornado um costume. Aos que imaginam que os escudos nobres se distinguíam dos escudos plebeus por características precisas, é fácil responder que os esmaltes (cores e metais) utilizados eram rigorosamente os mesmos, tal como as figuras e os ornamentos (...). Examinando um emblema medieval, nada permite distinguir a classe social do seu proprietário». Um outro autor confirma: «A pretensa diferença entre armas nobres e armas burguesas é, para o período medieval, um mito tenaz de que convém absolutamente nos desembaraçar»⁷³.

⁷¹ Almeida Langhans, o.c. p. 29.

⁷² Sem outra menção, estas informações referentes à França são retiradas de Jean-Marie Thiébaud, *Dictionnaire des Termes du Blason*, Besançon, Cetre, 1994.

⁷³ Michel Pastoureau, *Les Armoiries*, p. 33.

«As primeiras tentativas de regulamentação do direito público tocante às armarias aparecem em 1430 e em 1466. Amédée VIII duque de Savoie e Afonso V rei de Portugal quiseram restringir o porte do escudo de armas aos nobres, sem sucesso. Em 1417 Henri V de Inglaterra proibiu o porte de armarias não justificadas pela concessão duma autoridade competente ou por um direito hereditário mas tais disposições tiveram um eficácia relativa. Em França, a primeira tentativa de regulamentação das armarias vem do rei François Ier, de 1536, mas essa ordem ficou letra morta (...). A diferença entre ‘armarias autênticas’ e simples ‘sinais heráldicos’, que alguns estabelecem, residiria no facto de apenas as ‘autênticas’ poderem comportar timbres? O timbre seria o apanágio da nobreza? Aparecido no século XIV, o timbre nunca esteve generalizado entre os nobres. Os plebeus da idade média timbravam as suas armas sem serem inquietados».

RESISTÊNCIA À NOBREZA

O autor cita uma longa série de tentativas reais para proibir aos burgueses e plebeus o uso do timbre nos seus brasões. Todas foram inúteis. Nenhuma destas disposições proibia aos plebeus o uso de armarias sem timbre. Finalmente Luis XIV, em 1696, sujeitando os utentes de brasões a um imposto, criou um «serviço público de armas e brasões» impondo às comunidades (civis e religiosas) e aos particulares a obrigação de registar as suas armarias sob pena de uma multa e do confisco dos bens armoriados. Entre 1696 a 1709 foram recenseados 110.000 brasões, 70% dos quais pertenciam a plebeus. O édito do rei reconheceu *de facto* à gente do comum o direito de usar escudo de armas, segundo o texto régio, «pelo seu mérito pessoal, como um sinal de honra e distinção, nos seus corpos, companhias e comunidades». Luis XV, em 1760, tentou de novo «limitar o uso do brasão - com ou sem timbre - aos nobres e a certas categorias bem determinadas de plebeus mas o Parlamento, estimando esse texto ‘contrário às leis, máximas e usos do reino’ proibiu a sua execução e, sem outra oposição, ficou reconhecida a capacidade heráldica para todos».

A Revolução de 1789 assimilou as armarias aos sinais exteriores de nobreza e de feudalidade. «Se tal amálgama era caricatural, o facto é que, enquanto os plebeus faziam uso dos seus brasões como sinal de identidade, os nobres serviam-se deles para afirmar os seus direitos sobre a via pública, títulos funerários nas igrejas, painéis e postes armoriados para delimitar os senhorios, marcas nos moinhos, lagares e fornos banais, selos notariais passados pelo senhorio... A destruição dos brasões foi paralela à abolição dos privilégios a fim de destruir todas as formas de pressão fiscal que lembrassem o antigo regime, até que a Constituinte de 1790 aboliu as armarias, os títulos, a nobreza hereditária e as condecorações. A caça aos brasões, nitidamente mais marcada em Paris do que na província,

acentuou-se depois dos famosos decretos de 1793 que ordenaram a destruição de todos os escudos apostos nos edifícios públicos e privados, nas baixelas, nas joias e até nas lareiras das cozinhas. Só escaparam a esta vindicta iconoclasta certas obras de arte transportadas para os museus»⁷⁴.

O mesmo quanto à heráldica espanhola. O brasão sempre foi *assumido*, tendo-se desenvolvido em quantidade e qualidade. Não existem em Espanha armoriais oficiais como os nossos manuelinos mas apenas colecções particulares de brasões. Não existiu um corpo de oficiais. Não havia um registo geral como o nosso Cartório da Nobreza. Havia «cartas executórias» que correspondiam um pouco às nossas cartas de brasão mas limitavam-se ao reconhecimento das armas pretendidas pelos impetrantes. As pedras de brasão, muito abundantes hoje em toda a Espanha nomeadamente na Galiza, assinalam a cada passo edifícios mais antigos ou menos antigos, desde as torres medievais aos solares e capelas setecentistas. Uma característica da heráldica espanhola são as justificações míticas e lendárias dos brasões traduzidas em escudos paisagísticos⁷⁵.

DIFERENÇAS

A diferença ressalta nesta Europa brasonada. Em França, onde a heráldica floresceu a níveis sem comparação com a nossa, sempre se manteve livre apesar das reacções da nobreza. Entre nós o rei fez mão baixa, e sem que se conheçam reacções, sobre essas marcas identitárias, até ameaçando banir para as colónias quem usasse armas sem autorização fossem elas as da família (relação castigo-crime que só se explica pela demência). O monarca legislou sobre o escudo inteiro, esquartelado, cortado ou partido com cotica ou com lisonja, modas e gostos. Os oficiais de armas não eram escolhidos pelas suas qualidades, mas por critérios que ainda hoje escapam aos especialistas do ramo, cooptados por um sombrio sistema de compadrio, pagos com grossos emolumentos para elaborar genealogias e traçar sinais num escudo. Um pífio pronto-a-mostrar. Compreende-se que, depois do esplendor do século XV, se assista à decadência não só da heráldica como à da própria cultura pátria, poucos anos depois.

Diz A. Langhans que «o rigor da regulamentação manuelina, ao proteger com uma trama de disposições legais o direito ao uso do brasão de armas foi, sem dúvida, necessário pois havia que garantir por todos os lados esse direito exclusivo e defendê-lo contra as usurpações, mas preparou o caminho para o advento

⁷⁴ Jean-Marie Thiébaud, o.c. pp.18-30.

⁷⁵ Estas informações são extraídas de Armas e Troféus nº 2, 1960, Bibliografia, (sem ref. de autor) servindo de comentário à obra *Blasones e linajes de Galicia*, por Frey José-Santiago Crespo Pozo, Santiago de Compostela, 1957.

das formas anómalas que haviam de macular a heráldica de falsificações legalmente admitidas. A exclusividade do direito ao uso do brasão, confirmada só aos *armigerados* nobres provocou verdadeiros artifícios (...) A tendência irresistível para a ostentação estava sempre a romper as malhas apertadas da lei ou a procurar escapar-se através das lacunas e omissões (...) Por influência de factores vários, e um deles foi o declínio da arte dos copistas-calígrafos provocada pelo aparecimento da arte de imprimir, a heráldica entra, como arte, em franca decadência; como arte de iluminura, desaparece. A arte foge do brasão⁷⁶.

Sem menosprezar este ponto de vista, digamos que «o direito exclusivo» de usar labelos distintivos é que está na base das habilidades fraudulentas; face à exclusividade a usurpação até é legítima. Os familiares que pretendessem usar as armas dos antepassados sem autorização do rei não eram usurpadores. Depois, não sendo eu crítico de arte nem do ramo da heráldica, permito-me duvidar que o fim da arte de brasonar se deva atribuir ao aparecimento da tipografia. Em França a heráldica foi fértil até à Revolução e a tipografia foi um meio de difusão da heráldica. Em Portugal, a tipografia (importada pelos judeus de Leiria) também não fez aparecer artistas-impressores, se comparamos com o estrangeiro. As boas gravuras sobre a vida das cidades ou dos campos de Portugal que alguns colecionam são de autores estrangeiros. A criatividade burguesa não floresce nesta cultura, mas com regimes de exclusividade de expressão, ainda menos.

Ao brasão aristocrático português não se associa o ferrete de opressão nos espaços públicos e no sistema socio-económico, como na França do antigo regime onde, na tormenta, os *sans coulottes* decretaram o seu arranque. Entretanto, nas aldeias e nos latifúndios de Portugal, as arbitrariedades dos proprietários e dos senhorios locais não deixaram de existir, com ou sem brasões. Naquela época, era Portugal um reino que o bacharel e o barão partilhavam sem contestação, «um país embrutecido pelo fanatismo, desmoralizado por uma espécie de cesarismo imbecil, uma plebe monástica e secular e o pessoal das secretarias; uma turbamulta mais do que um povo porque a ausência de povo é a outra face da ausência de uma autêntica burguesia»⁷⁷. O poder pessoal do barão nota-se ainda no insólito efeito que oferecem os altares de certas igrejas onde nem sempre sabemos se o culto católico que se presta nesses locais se dirige a Deus ou aos *armigerados* que lá fundaram a sua sepultura. Aqui jaz o brasão da fidalguia.

⁷⁶ *A Heráldica portuguesa, seus estilos e semiótica*, o.c. p. 26, idem, *Heráldica, Dic. de História de Portugal* coord. de Joel Serrão, p. 206.

⁷⁷ Vitorino Magalhães Godinho, *Estruturas da Antiga Sociedade Portuguesa*, p. 151-154.

II
OS TEMPOS ÁUREOS DO BRASÃO

ESPÍRITO NOVO: O PRIVADO

A heráldica teve uma forte difusão na Europa no séc XIV. Os brasões que vamos encontrar são na sua grande maioria dos sécs. XIV e XV. Convém caracterizar essas épocas, porque a heráldica reflecte o seu tempo.

No século XIV entre nós, como na Europa, assistiu-se a um surto de desenvolvimento. Afirmaram-se os estratos dos artífices e dos comerciantes que deram origem ao mercantilismo e, na Europa, à racionalidade burguesa. Diz Mattoso que D. Dinis «já não se limitava a tirar rendimentos fiscais do comércio crescente, procurava agora fomentá-lo. A multiplicação de privilégios e feiras entre 1284 e 1295, com um novo surto de cartas entre 1301 e 1308 tem significado idêntico. O mesmo se diga da protecção à actividade mineira e ainda dos investimentos em terras inundadas para secar paúis ou em matas para as desbravar. Como se vê, ao contrário de D. Afonso III, o seu filho investe os rendimentos em estruturas produtivas; não se contenta com medidas de carácter financeiro». O período que vai de 1280 a 1325 «mostra a aceleração generalizada das actividades económicas (...) Em contraste com o progressivo desenvolvimento do potencial económico do domínio régio, tornado uma grande empresa de tipo pré-capitalista, e com o provável enriquecimento de alguns mercadores, parece notar-se uma certa estagnação dos cistercienses e ordens militares que antes, provavelmente com poucas concorrências, dominavam a economia nacional (...). Com esta provável estagnação das grandes empresas agrícolas, parecem agora encontrar-se indícios de maior difusão da moeda e maior intervenção económica de proprietários vilãos ou de gente de escalões diferentes da sociedade». O autor faz referência à instalação de associações de mercadores e de acordos entre comerciantes portugueses, galegos, aragoneses, gauleses e genoveses, e exportações regulares para Flandres e Génova, e o alargamento da colónia de estrangeiros em Portugal. «Estes acontecimentos são na verdade as primeiras verdadeiras manifestações de uma economia nacional»¹.

A idade média foi menos estática do que muitas vezes se pensa, diz ainda Mattoso que fala do aparecimento, por esta época, de um «espírito novo» que é a «separação entre o público e o privado». «Uma das mutações mais importantes da vida medieval foi a forma de integração do indivíduo na sociedade. Profunda-

¹ José Mattoso, *Identificação de um País - Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, Vol. II, p. 44-46.

mente inserido, quase sem vida autónoma, no grupo de que fazia parte, fosse, num primeiro círculo, a parentela, fosse, num segundo, a comunidade da vila ou aldeia, passa agora a ser considerado como um ser dotado de consciência, de capacidade, de iniciativa, ao qual se garantem os direitos, o uso de bens e propriedades, ao qual se apela para agir responsabilmente para evitar o mal e praticar o bem, do qual se exigem impostos por cabeça ou por cada transacção»². O brasão significa exactamente isso: a afirmação do eu-privado.

Foi toda a transformação europeia que se fez sentir com o aparecimento da burguesia, em reacção contra o feudalismo e a aristocracia. A crise de 1383-85 foi sintoma dessa ascensão: a fidalguia tomou partido pelo rei de Castela, e a burguesia comercial e marítima tomou o caminho da revolução. Vitória da revolução burguesa sobre o rei de Castela e a aristocracia rural. A burguesia aliada ao povo rural impôs D. João I. Introduziu-se o modelo da «guerra pé-terra» que, diz A. Sérgio, consistia num «processo de oferecer combate que era próprio dos exércitos da burguesia utilizado na Flandres e em França e que Nun'Alvares adoptou contra a aristocracia, a superação do modo de guerrear do nobre pela tática das formações de plebeus de que o burguês pode usar»³. O dia da batalha de Aljubarrota assinalou a «queda da cavalaria da Península Ibérica. Mais do que embate de duas nações, houve o choque de duas políticas e de duas classes»⁴. Foi nesse momento que Fernão Lopes notou a liberdade dos pendões heráldicos na gente «pé-terra».

OSTENTAÇÃO DO PRIVADO

Uma manifestação da mudança, em Portugal, foi o desregramento da ostentação e do luxo no séc. XV, o «século áureo da heráldica». Diz Costa Lobo: «A mania da ostentação atingira proporções epidémicas duma loucura colectiva. Das classes mais elevadas propagava-se ao povo. «Os fidalgos da corte mudam trajos a miúde, vestem brocados, panos de seda e de lã de tão altos preços que dão mau exemplo a todo o mundo: nisso desbaratam a maior parte da sua fazenda. O desatino alastrou-se até ao povo que os textos régios classificavam de *«gente meã e meúda»*, *«ofícios mecânicos e gente desta sorte»*, *«gente de baixa-mão»*, *«gente de baixa-sorte»*, *«arraya miúda»*, *«peonagem, lavradores, criadores e gente desta sorte»*, tudo expressões que indicam o menosprezo em que eram tidos pelo rei e pelos costumes os não-fidalgos. Diziam alguns «homens bons» que os abusos de dou-

² *Identificação de um País*, p.63.

³ António Sérgio, *Sobre a Revolução de 1383-85*, Obras Completas, Ensaaios, Tomo VI, p. 121.

⁴ António Sérgio, *Breve Interpretação da História de Portugal*, p. 33.

rados e prateados das espadas, lanças, punhais, cintos, precisavam de ser coibidos porque se dissipavam as fortunas e o reino caminhava para a perdição. Era urgente um remédio; que se decretasse o tipo de panos com que cada um se devia vestir segundo a sua graduação». Foi assim que nas Cortes de Lisboa de 1459 se protestou contra o alastrar do luxo. Nas de 1472, um projecto propôs uma hierarquização de vestuário e consumos de acordo com a estratificação social que fixasse «legislativamente a qualidade do vestuário de cada classe social podia usar», discriminação minuciosa dos trajos, tipos de tecido ou calçado, ornamentos prateados ou dourados, atribuídos a cada estrato; até fixava o que deviam vestir as meretrizes para se distinguirem das «honestas». Mas esta hierarquia de vestuários «pareceu ao rei demasiado rígida e impraticável; respondeu que não se podia dar provisão acomodada, mas que ele ia proibir o uso de ouro a quem não fosse cavaleiro»⁵.

Magalhães Godinho vê no projecto dos procuradores das Cortes a «influência da mentalidade burguesa que é contra a ostentação e a prodigalidade, a fim de favorecer a aplicação reprodutiva, e por isso exalta a simplicidade de vida e de poupança, ao contrário da nobreza; em relação ao séc. XIX, o sociólogo Goblot observou que o domínio cultural da burguesia impôs o vestuário severo, sobretudo para o sexo masculino⁶. Mestre Isaac Catalão, judeu, perito em finanças públicas, aconselhava D. Duarte «a que não consentisse em Portugal estrangeiros que exercessem o ofício de ourives, sedeiros, sirgueiros, borzegueiros e outros mesteres de luxo que provocam os homens ao desgoverno e a despesas não honestas, bem escusadas, e que atraem à corte os fidalgos para andarem vida ociosa, suas heranças deixando perder, quando em tempos antigos os senhores residiam em suas terras e as melhoravam; que, para tolher os desmandos da opulência e para facilitar a todas as coisas necessárias à vida, almotaçasse (i.é, fiscalizasse) o preço das coisas de todas as mercadorias, segundo o regimento da boa justiça, a qual é dar a cada coisa seu merecer, e dar ao homem o que seu é, para os homens viverem em regra de gran fartura e riqueza, fora de toda a míngua e pobreza que é cativo contra franqueza (i.é, liberdade)»⁷. É uma posição típica do puritanismo calvinista que se fará cada vez mais sentir na Europa central e nórdica.

Mas «este plano de retrocesso à simplicidade dos tempos de outrora ficou baldado como os demais. D. João II, que não era superior às tentações da vaidade ostentatória, proibiu, contudo, em 1486 o uso de brocados e marchetarias de seda: somente permitia aos homens gibões e carapuças, às mulheres saínhos e guar-

⁵ Costa Lobo, *Historia da Sociedade Portuguesa no séc. XV*, pp. 401, 423 e 398. «A indústria de ourives gozou, em toda a idade média, de singular proeminência, por isso que todas as classes invertiam a máxima parte dos seus cabedais móveis em jóias de ouro e de prata, que respondiam ao duplo fim de ostentação e de pecúlio de reserva. Uma parte do dote das filhas de famílias fidalgas constava geralmente de peças de ourivesaria» (p. 317).

⁶ Vitorino Magalhães Godinho, *Estruturas da Sociedade Portuguesa*, p. 229.

⁷ Costa Lobo, o.c. p. 394.

nições de vestido. Mas ele próprio, quatro anos depois, dispensou a lei para as festas do casamento do seu filho»⁸.

O poeta Álvaro Brito propunha:

Por trajos demasiados
em que todos sam iguais
sam confusos
os três estados danados
alterados mesteirais
em seus usos.
Nom devemos ser comuns
senam para Deos amarmos
e servirmos.
Nam sejamos todos uns
em ricamente calçarmos
e vestirmos.

E Crisfal:

E como em a baixeza
de sangue e de pensamento
é certa esta certeza:
cuidar que o merecimento
está só em ter riqueza⁹.

Os novos sinais de riqueza não significaram a mudança de racionalidade para a cultura burguesa europeia onde os oficiais mecânicos, os comerciantes e os lavradores elaboravam a ideologia positiva do trabalho. O espectáculo a que se assistia entre nós era a plebe improdutiva a macaquear a fidalguia preguiçosa, o inócuo a plagiar o infértil. Entre os dois era o vazio. «O cavaleiro deixou-se arrastar pela cobiça mas não soube tornar-se mercador e arruinou-se nos gastos demasiados. O mercador quis ser ou viu-se forçado a pretender ser cavaleiro, e a hipertrofia do Estado-negociante obstou ao desenvolvimento de forte burguesia mercantil e industrial. Descobriu-se a necessidade de poupança, mas desviou-se para a colocação imobiliária, sem fomentar o investimento. O dinheiro da expansão irá sobretudo para as igrejas multiplicadas, no deslumbramento da talha, e para os solares a polvilhar a província - e o solar e a igreja ainda serão os pólos da construção urbana, fora disso assaz modesta»¹⁰.

⁸ Costa Lobo, o.c. p. 401.

⁹ Cancioneiro Geral, cit. por Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos Portugueses e a Economia Mundial*, Vol. I p. 60.

¹⁰ Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos Portugueses*, p. 62.

FUMOS DE FIDALGO

Alguns visitantes estrangeiros da época viram os portugueses na sua miséria encoberta por aquela ostentação de dourados que os homens-bons das cortes e mestre Isaac Catalão censuraram. Cada uma das suas observações é uma radiografia da Cultura da época:

«Dados ao folgar não gostam do trabalho; e por isso não dão hospedagem para ganhar dinheiro, nem a nacionais nem a viajantes. São grosseiros, gente sem bondade nem misericórdia, incluindo a própria corte do rei. Usam capas pretas e largas que lhes pendem pelas costas até abaixo como os frades agostinhos...»¹¹.

«Há em Lisboa muitíssimos homens e marinheiros que se empregam nesta navegação para a Etiópia (i.é, Guiné) e é verdadeiramente extraordinária a quantidade de escravos negros acobreados que nesta cidade existem. Aqueles que são das cercanias dos trópicos de Câncer e do Capricórnio são de côr negra, e aqueles que são das regiões equatoriais são pretos retintos». (Ao visitar a ferraria e fornos de fábrica de material naval:) «Eram tantos os trabalhadores negros junto dos fornos que nos poderíamos supôr entre os Cíclopes no antro de Vulcano (...) Há também judeus riquíssimos que se dedicam à venda de quase todas as mercadorias, e que vivem só do trabalho dos seus escravos»¹² (dez por cento da população eram escravos, segundo os historiadores modernos).

«... a rareza do solo arroteado, a miséria das povoações em que a maior parte das moradias são construídas de barro e cheias de imundícies. Os fidalgos em casa vivem na extrema penúria mas fora alardeam grande estado. Mesteirais e lavradores são pouco propensos ao trabalho. Todos têm na cabeça fumos de fidalgo. A pobreza é grande...»¹³.

«A gente miúda gosta que lhe dêem o tratamento de *senhor*, manha esta comum a toda a Hespanha. Vivem parcamente porque a plebe pela maior parte é pobre, e os cavaleiros que se têm em conta de ricos fundam a opinião da sua riqueza em possuírem uma ou duas aldeias com trinta ou quarenta vizinhos, cada uma no meio de campinas estéreis com vinte ou trinta folhas cultivadas e o tudo mais é inculto, áspero e coberto de pedras, com alguns casebres mesquinhos e mal concertados como eu os experimentei durante muitas semanas daquela viagem. Poucas pessoas se dão às letras, mas aplicam-se muito aos comércios, género de vida aborrecido pelos nobres que não podem ouvir falar em tal, tendo por gente vilíssima os mercadores. Exercitam-se aparentemente nas armas, e algum tanto em cavalgar, contentando-se com ter leves princípios destas duas profis-

¹¹ Narrativa do cavaleiro silesiano Nicolau de Poplau (1484), citado por Costa Lobo, o.c. p. 239.

¹² Relatório do alemão Jerónimo Munzer, em 1494, cit. por V. Magalhães Godinho, *Estruturas*, p. 269.

¹³ Do relatório enviado por Guicciardini, embaixador de Florença em Castela, ao seu governo (1513), cit. por Costa Lobo, p. 241 que diz aplicar-se também a Portugal.

sões, sem querer suportar mui diurno exercício (...) O povo miúdo vive pobremente, sendo a sua comida diária sardinhas cozidas, salpicadas, que se vendem com grande abundância por toda a cidade. Raras vezes compram carne porque o alimento mais notável é esta casta de peixe que se pesca em notável cópia fora da barra...»¹⁴.

«Como aos fidalgos não lhes dá para andarem a pé, e Lisboa é toda às subidas e descidas, havendo lugares por onde não podem passar carros nem cavalos, nunca por lá passam. Os portugueses cristãos-velhos (ao contrário dos cristãos-novos) das classes superiores são gente de pouco saber mas muito soberba e tão teimosa que demovê-los das suas opiniões é impossível. Eles é que sabem tudo e a sua terra é a melhor do mundo. Pecam pela locacidade vã, três quartos das palavras consistem em 'vossa mercê' e em juras sobre os santos evangelhos e por estas barbas»¹⁵.

«... Tem Milão as mais das ruas mui largas com muitos jardins que ocupam mais quantidade de terras, e as ruas de Lisboa comumente são estreitas com mui poucos jardins e as casas muito cheias de moradores, muitas das quais têm três e quatro vizinhos, o que não se costuma em Milão»¹⁶.

«Não nos admiremos com a sua presunção. Não têm nenhuma instrução. Não aprendem nada dos outros países; que só lhes falem da grandeza das suas casas, e das belas acções dos seus antepassados; eles pensam que não há nobreza mais ilustre do que a deles, nem nação com homens mais insignes... A tendência para o falatório, ao qual se dedicam desde muito cedo, retira-lhes o desejo de se instruírem e de viajar; são argutos, fingidos, extremamente preguiçosos e supersticiosos»¹⁷.

*

Era este, genericamente, o meio que aspirava ao brasão enquanto «sinal exterior de fidalguia» e que não era a manifestação da racionalidade burguesa ou de um estatuto novo, criado e assumido pelo indivíduo que aspirava à distinção. Todas as observações precedentes serão reproduzidas por alguns forasteiros que visitaram Portugal no séc. XVIII - princípio do fim de l'*Ancien Régime*. A preguiça e as macaquices urbanas que disfarçavam a miséria familiar, o desconforto da vida e as frustrações pessoais foram finamente analisadas por J.B.F Carrère, pesquisador sem compromissos e

¹⁴ Relatório de dois enviados oficiais de Veneza a Filipe I (1580), cit. por V. Magalhães Godinho, *Estruturas*, p. 254.

¹⁵ Um italiano, Sasseti (1578), cit. por V. Magalhães Godinho, *Estruturas*, p. 111.

¹⁶ Diário de Gaspar Barreiros, em 1546, cit. por V. Magalhães Godinho, *Estruturas*, p. 232.

¹⁷ Relatório dum embaixador francês (1684) (Etat du Royaume de Portugal), Ed. por Veríssimo Serrão, Cit. por V. Magalhães Godinho, *Estruturas...* p. 112.

muito bem informado; a descrição das mentalidades, da rua e do funcionamento das instituições provoca, hoje, uma viva repugnância¹⁸.

A aspiração ao tratamento de *senhor* é indicador de uma cultura plebeia e escravagista, que não burguesa. A pessoa escravizada necessita dum rito para já não se sentir escravo, e o que trata o outro por *senhor* reconhece ou simula publicamente a alforria do interlocutor; mas é uma qualidade não forçosamente assumida no foro da consciência do plebeu ou ex-escravo, por isso tem que ser ritualizada pelo interlocutor (a personalidade e a liberdade conscientes não necessitam de ritos convencionais). Em 1976 na região de Leiria ainda era uma aspiração dos operários e dos agricultores o serem conotados com um *senhor*. Os homens vestiam-se, serviam-se do dinheiro, falavam, etc., afectadamente com o intuito de parecerem um *senhor*; quem regressasse da cidade ou da emigração, um funcionário, um polícia, era um *senhor*. A Câmara Municipal, que os rurais tratavam de *Senhora Câmara* («*Saiba a Senhora Câmara que...*» diziam eles nas suas justificações), também distinguia as mulheres conforme elas moravam nas aldeias ou na vila: na sua correspondência oficial, as das aldeias eram tratadas de *Senhora Maria* ou *Júlia*, as da vila de *Dona Maria* ou *Júlia*¹⁹. O estatuto social ainda era de tipo *Ancien Régime*, definido pelo local de habitação (rural ou urbano) e não por critérios de riqueza ou de produção económica. A aspiração ao título de *doutor* vai substituindo a do tratamento por *senhor*.

As classificações de argutos, fingidos, preguiçosos e supersticiosos são realçadas nos relatórios e nas notas de viagem dos forasteiros do séc. XVIII e que, aqui e ali, acrescentam «falsos e traidores aos amigos». Quanto à ignorância e à ausência do desejo de se instruírem serão sobretudo notadas no séc. XVIII, disfarçadas por certos usos como, por exemplo, o porte obsessivo de óculos que os forasteiros comentam com humor («pretendem passar por sábios...», «não é por causa da leitura que eles têm a vista cansada»)²⁰. A moda generalizada dos óculos por «vista cansada» devia ter sido a única manifestação do Iluminismo em Portugal. A actual aspiração ao título de *doutor* perpetua a antiga ideologia do fidalgo que simulava sabedoria, justificando por outro lado a pretensão de não ter que se instruir nem ter que mudar de ideias.

As acusações de falta de vontade de hospedar parecem-nos hoje estranhas; no entanto, a ausência de hospedarias para os estrangeiros é sobretudo notada no séc. XVIII; quando encontravam uma casa privada que hospedasse era descrita de miserável, sórdida e repleta de bichos. Os numerosos comerciantes europeus

¹⁸ *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, B.N.L., 1989.

¹⁹ *Comunidade Rural ao Norte do Têjo*, por M.E.S., investigação levada a cabo entre 1973 e 1976 sob a direcção do Prof. Placide Rambaud da *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (Paris), Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1980.

²⁰ *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, B.N.L., 1989 pp. 67, 115 e 271.

que vinham a Portugal pernoitavam em casa dos conterrâneos por falta de vontade dos naturais. A acusação de argutos e de fingidos será repetida por todos os forasteiros do séc. XVIII, acrescidas de «grosseiros e violentos» acusações atestadas com factos e até com números.

A Cultura tende a ser imorredoura: o novo é a perpetuação do antigo por outras formas.

III
SOCIOLOGIA DO BRASÃO

O BRASÃO E A FACHADA

Os portugueses habituaram-se a ver os brasões esculpidos (os que não se desfizeram em caliza) nas frontarias de edifícios geralmente decrepitos que a gente das aldeias aponta hoje, com ares de reverência passadista, como «casas brasonadas» algumas delas conotadas também com refúgios de almas penadas. Os seus proprietários foram os *senhores*, classificativo a que o mesmo povo aspirou até aos anos 70 do nosso século. Brasão de fachada. Outros brasões - sinais exteriores de fidalguia - jazem nas sepulturas das igrejas (morreram com o baronato).

Desviado da sua função inicial, tornado um sinal de superioridade social pelas leis anti-burguesas manuelinas, o brasão da fidalguia, se não morreu na solidão das paredes carcomidas, fechou-se nos cofres dum número cada vez mais reduzido de famílias. É que, numa cultura gregária que concêbe a igualdade como igualitarismo ou imitação, em que os modelos de massa obstroem as veleidades de individualização, intolerante face aos diferentes, até a nobreza se envergonha das marcas dos seus avós. O brasão é um *quid* sociológico.

A lei manuelina distorceu o sentido do brasão mas não é menos verdade que a fachada da casa passou a assumir grande relevo. A *gente miúda* ou de *baixa mão* (como o rei classificava os seus obedientes súbditos) logo que adquire alguns direitos sociais (que não conquistou), preocupa-se em demonstrar pela fachada que já não é *pé-terra*. Assim como o fidalgo do séc. XV gastava a sua fazenda em espadas e cintos dourados e era imediatamente imitado pelo plebeu, assim um casal operário do nosso tempo se dispõe a empenhar as economias de dezenas de anos para se mirar numa fachada. Muitos há que emigram para, apenas, construírem uma casa em competição com a do vizinho. O brasão tornou-se desnecessário.

Esta cultura de fachada imitativa do *senhor* reconhecível pelos comportamentos de rua, nasceu no séc. XVI com a instauração do brasão enquanto «sinal exterior de fidalguia». É pré-burguesa. A fachada da casa (quantas vezes encobridora de pobreza, de frustração sexual e de desagregação familiar) passou a ser indicador da emancipação social. O resultado é a massificação, pela base, dos estilos de vida oposta à individualização que o brasão promovia. Carrère, habituado aos *chateaux* urbanos e rurais de França, observou em 1796 que o brasão nos frontispícios das casas de Lisboa era o único ornamento artístico da arquitectura dos ricos: «Os edifícios com a categoria de palácios não passam de casas vulgares,

sem elegância, sem ornatos, dignas - quando muito - de serem habitadas por um particular medianamente rico. Só os brasões dos proprietários as distinguem e é esse o único ornamento que ostentam¹.

Não foi essa a evolução do brasão nos países europeus onde a racionalidade burguesa e individualista se foi implantando. O emblema heráldico não era concebido para ser afixado nas frontarias (nem as velhas casas decaíram). Participou mais da intimidade doméstica do que da publicidade de fachada. Nas cidades e burgos anglo-saxónicos, as actuais marcas dos comércios de qualidade, albergues, restaurantes ou ourivesarias, podem ainda ser os antigos brasões da família; há empresas multinacionais de bebidas, tabacos, têxteis e de outros produtos que herdaram o emblema da antiga oficina. O brasão que diferenciava o mesteiral do séc. XV continua a distinguir a qualidade dos produtos capitalistas.

SINAL DE IDENTIDADE

O brasão era um sinal de afirmação, de distinção social e de diferenciação ou, como dizemos em Sociologia, de *identização* (valorização da diferença). Entre os mesteirais, desde o séc. XIV europeu, teve a função de enaltecer o trabalho e a profissão, notabilizar o indivíduo e cultivar o que mais tarde se chamará direito de cidadania. Fosse ele de cavaleiro, de burguês ou de camponês, o emblema pessoal distinguia o seu utente da turbamulta dos «sem-nome» ou «sem-marca». Cada brasão era um sinal de autonomia e de individualização: nomeava, diferenciava e separava, como um cartão de identidade. Representava uma história de vida, um projecto e até um pensamento secreto. Enquanto os nobres e os cavaleiros se justificavam pelas suas linhagens e tradições de poder, os mesteirais *armigerados assumidos* instauravam a diferença e fundavam a sua história, já que os camponeses mantinham os seus registos de família e os *Livros de Rasão*². Este modelo de identificação, que foi o do brasão *assumido*, representa a aurora da sociedade de indivíduos que emergia da plebe caudilheira.

O brasão apelava à defesa da honra pessoal e congregava a parentela. Símbolo do mérito dos antepassados, desenvolvia o brio dos jovens e integrava-os nos projectos dos fundadores e granjeadores do património. Era a bandeira da família autocrática. A divisa *aleo* acompanhada dum carvalho arrancado e duma

¹ *Panorama de Lisboa em 1796*, p. 29.

² Registos familiares, do fr. *Livre de Rayson* que era um costume dos agricultores e outros chefes de família gauleses que consistia em manter, de geração em geração, um registo onde anotavam acontecimentos familiares, movimentações de pessoas, negócios, contas, «razões», etc. O costume existiu em Portugal, chamados genericamente *Arquivos de Família*, por exemplo um citado por V.M. Godinho em *Estruturas*, p. 278, *Livro das idades dos meus filhos. Também dos nascimentos de meus avós e algumas antiguidades desta Vila de Ovar*, por José Pereira Chaves Valente.

pele de veado, de D. Pedro de Meneses que instituiu um morgadio (1431) estipulando o uso obrigatório da divisa para os seus herdeiros, é significativa do que representava o brasão do séc. XV para a integração familiar: o termo *aleo* lido em «caldaico» rotativamente, com pequenas variantes vocálicas, produz este preceito: «Juro na presença do Altíssimo governar este emblema da família mesmo se tiver de ser sacrificado como este carvalho e como esta pele de veado».

Não admira que no nosso tempo, face à massificação, os indivíduos se lancem no uso de sinais diferenciadores. Consta-se até nos países da Europa o ressurgimento da heráldica com o aparecimento de «gabinetes», empresas artesanais, que ordenam brasões pessoais e à criação pelos Estados de organismos para os registar como já o faziam para as marcas e os logotipos. Mas nem todas as culturas engendram os valores positivos da diferença e da individualização que têm origem na burguesia europeia.

BRASÃO E CULTURA

Sousa Lara, que distingue a heráldica familiar da heráldica burguesa, diz que o brasão familiar desempenha funções manifestas e funções latentes. A função manifesta relaciona-se com o «desenvolvimento da Cavalaria, mais tida como praxe do que como arma de guerra». Caracteriza-a a «hereditariedade dos símbolos ou marcas em regime de exclusividade para cada linhagem e nasce pela fixação da marca nas classes dominantes». O escudo fala-nos directamente da linhagem do seu possuidor, e indirectamente da sua antiguidade, feitos e posição da mesma dentro da estrutura social, bem como define o sexo, a situação jurídico-familiar do nascimento do seu utente e as ligações familiares da sua geração». Uma outra função manifesta é a «marca de posse», em relação, nomeadamente, com o analfabetismo: «utiliza-se a simbologia heráldica com uma finalidade esfragística», como um selo ou carimbo, «embora o selo não esgote a função da marca de posse. A heráldica servia para identificar a propriedade pessoal: limites das terras, livros, cavalos, louças, mobília, edifícios e sepulturas; quase todos os pertences eram susceptíveis de serem armoriados com a representação heráldica do seu senhor. A função «latente» relaciona-se com a «ostentação social intimamente ligada aos fenómenos do prestígio e da imagem. Esta função, podemos dizê-lo, vê o seu significado variar no sentido directo da decadência da feudalidade e tornar-se função fulcral a partir, digamos, da revolução industrial na Europa», acompanhada de dois fenómenos que são: «1ª - incremento e divulgação da erudição cultural a cada vez maiores faixas da população, desde o Renascimento até aos nossos dias fazendo substituir, por caducidade, a linguagem heráldica por outras formas de comunicação social e, 2ª - alteração do sistema de estratificação social correspondente à decadência e queda da feudalidade e a tendência constante no Oci-

dente para a substituição das 'situações de privilégio' pelas 'situações de direito'. Temos então a heráldica familiar da burguesia³.

Diz Sousa Lara que Portugal é um mau exemplo para falar de heráldica burguesa: «Uma tradição política continuada fez com que a classe dominante portuguesa, sobretudo após o período da decadência feudal, absorvesse sistematicamente os indivíduos que por méritos próprios iam conseguindo um *status* económico, político ou ocupacional adquirido que os transferia da *massa* (no sentido *paretiano* da expressão) para a elite. Esta mobilidade social vertical ascendente, evidente a partir da crise de 1383-85 provocou, por via de nobilitação, a impossibilidade da constituição de uma crescente burguesia sólida e valorizada». Depois, «o próprio ordenamento jurídico do Estado impedia taxativamente o reconhecimento de uma classe social intermédia entre a nobreza e o povo. As leis de 6.4.1538 e a Resol. de 27.3.1738 são identificadas pela seguinte síntese bem elucidativa: 'Escudeiro e peão. Entre uma e outra cousa não pode considerar-se estado médio'⁴. Daí que as manifestações heráldicas da burguesia se tenham limitado a marcas de posse como ferros de gado e raríssimos 'ex-libris' e 'super-libris', marcas de autoria como as dos ourives, prateiros e estanjeiros e poucas mais manifestações similares⁵.

A análise de Sousa Lara é refrescante no universo dos tratadistas do ramo marcado pela fixidez nobiliárquica. Vendo a questão pelo lado da Sociologia das culturas, eu acrescentaria: a capacidade da aristocracia em integrar os indivíduos que ascendiam a um status superior (económico) levando à «impossibilidade da constituição de uma crescente burguesia sólida e valorizada», levanta a suspeita da frágil racionalidade dos novos estratos. Se a racionalidade burguesa despontasse com força e os seus modelos fossem frutíferos, ela impôr-se-ia, a recuperação pela aristocracia do plebeu enriquecido seria impossível, a situação invertia-se: seria a própria aristocracia a adoptar os novos modelos. A racionalidade burguesa seria tão rudimentar que não resistiu ao «próprio ordenamento jurídico do Estado» o qual impedia, por lei, «o reconhecimento de uma classe social intermédia entre a nobreza e o povo». As classificações de *gente de baixa-mão* e as outras do mesmo jaez são representativas duma cultura esclavagista em que o rei anuncia a baixeza dos seus súbditos e estes não depreciam idolatrar o monarca que assim os trata. Se o movimento fosse rompante nenhum «ordenamento do Estado» o conseguiria vencer e ele próprio reordenaria o Estado. A floresta de insígnias pessoais na batalha de Aljubarrota era a expressão do empenho identitário e criativo da

³ *A Heráldica Familiar e a Sociologia da Informação*, Armas e Troféus, 1981, pp.53-69.

⁴ Cita Manuel Fernandes Thomaz em «*Repertório Geral ou Índice Alfabético das Leis Extravagantes do Reino de Portugal*, ed. 1815, Tomo I, pag. 407, notando que o escudeiro era o grau mais baixo da nobreza e que peão era sinónimo de plebeu.

⁵ *Heráldica familiar e a Sociologia da informação*, p. 66-67.

gente meúda e meã num empreendimento colectivo que era a independência. A nova racionalidade europeia tentava emergir na espontaneidade das marcas pessoais dos novos estratos ávidos de emancipação face à plebe e à aristocracia. Mas a justificação de D. João I lá está: pôr em ordem as insígnias para evitar um «grande prejuízo à nobreza». A cultura burguesa foi um nado morto. O ouro das colónias foi um desperdício: partiu em fachadas de igrejas.

A DIFERENÇA FAZ O BRASÃO

O *déficit* da heráldica no sec. XVI não é o único. Os portugueses ocuparam colónias mas deixaram o país no seu estado de miséria crónica. Reinventaram a escravatura que estava já desaparecida na Europa e deixaram de trabalhar. Realizaram-se fora (explorando a escravaria) e falharam no interior. Relegaram o trabalho para o mouro e para o preto. Pavoneavam-se com o ouro nas ruas e não produziam o pão que comiam. Magalhães Godinho analisou esses *déficits* causados pelas viagens marítimas: «Portugal dependia estreitamente para o seu abastecimento de base dos cereais nórdicos e em Lisboa, o bom pão alvo é fabricado com trigo francês, flamengo e alemão e do Mediterrâneo, trazidos pelos navios que vinham carregar sal e especiarias»⁶; passou a viver dos escravos.

Todos os traumas, incluindo a Inquisição, resultam desse desencontro com a racionalidade europeia que se reflectiu no brasão. «Se estamos perante uma sociedade mercantilizada não é contudo uma sociedade burguesa. Decerto, chegaram a nascer sucessivas burguesias e em alguns momentos parecia que ia assumir papel de relevo, por exemplo em 1383-1385. Voltou porém sempre a integrar-se nos quadros da sociedade tradicional sem a afeiçoar em novos moldes, e a ficar subordinada à oligarquia latifundiário-mercantil que contra ela utiliza a arma da Inquisição (...) Sem suprimir o Santo Ofício nunca seria possível formar-se a sociedade burguesa»⁷.

Sem a ideologia positiva do trabalho e da diferença, a Cultura não criou ciência, tecnologia, filosofia ou teologia. Até hoje. Imita selectivamente e repete; um forasteiro da época de setecentos sentenciou: «A ciência portuguesa nunca esteve em moda, onde quer que fosse e provavelmente assim será sempre»⁸. De origem plebeia que recusa o valor da diferença de que o brasão *assumido* foi um sinal, a Cultura não produz obra individual salvo um ou outro milagre e na resistência. Continua oposta à inovação, em qualquer domínio que seja, com fundamento num acervo de modelos mentais que apelam ao conformismo. O seu

⁶ *Os Descobrimentos Portugueses e a Economia Mundial* Lisboa, Presença, Vol. III, 1971, p. 229..

⁷ Vitorino Magalhaês Gdinho, *Estruturas da Sociedade Portuguesa*, Arcádia, 1980, p. 170.

⁸ Giuseppe Baretti, *Lisboa Setecentista Vista por Estrangeiros*, coord. de Piedade Braga Santos, Teresa Rodrigues e Margarida Sá Nogueira, Lisboa, Livros Horizonte, 1996, p.93.

modelo de educação é infantilizante, valoriza a dependência, funcionando o agregado familiar como um meio de controle contra a emancipação. Sendo a família o cadinho da Cultura, o exemplo da dependência encontra-se enaltecido em todos os domínios. Daí a produção cíclica de fascismos de que a Inquisição é um paradigma. O momento do declínio da heráldica foi o da perseguição aos judeus e protestantes que, uns e outros, são as expressões religiosas da pessoa autónoma e individualizada face a Deus.

«Colónia cultural de além-Pirinéus» é como Sousa Dias classifica a sociedade portuguesa sob a Renascença (o colonizado imita deformando): «Modéstia e carência de autonomia - eis dois pilares fundamentais do edifício cultural português do período de quinhentos. A força da sua inércia constituía um obstáculo de peso à exploração, pelo menos à exploração maciça, das Descobertas como motor da nossa mentalidade. Os esforços de um Pedro Nunes, de um João de Castro, de um Garcia da Orta e de outros como eles, não repercutiam ao nível da universidade ou da alta sapiência do seu tempo»⁹.

Se a lei dizia que «entre o escudeiro e peão não pode considerar-se estado médio», também no séc. XVI, além do clero-nobreza e da massa plebeia, ainda menos passou a haver desde o momento em que, entrado o *stablishment* em pânico com os espetros do liberalismo judaico-protestante, o rei piedoso solicitou humildemente ao papa a instalação da Inquisição, mantida a ferros durante três séculos. Com ela apoderou-se da nação uma esquisofrenia generalizada, mitigada apenas pela esperança de fuga. A Cultura deixou de ter modelos, mecanismos ou reflexos de defesa ou de equilíbrio - classifique-se como se entender a debilidade mental colectiva - que promovessem a mudança que só podia vir da racionalidade burguesa.

A insipiência da heráldica que Lara e Langhans constatarem é um reflexo do resto. A filosofia, a teologia e a ciência também não eclodiram. O clero impôs a fobia do judaísmo e do protestantismo (ainda hoje impõe a fobia das seitas). Até a pátria sossobrou com a implantação da Inquisição. Como um castigo bíblico¹⁰.

Enquanto o brasão europeu marcava a individualidade, a sociedade portuguesa reprimia toda a veleidade de diferenciação. O controle social era implacá-

⁹ *Os Descobrimentos e a problemática cultural do séc. XVI*, p. 269.

¹⁰ Os judeus expulsos do séc. XVI consideraram a humilhante derrota de Alcácer Quibir como um castigo bíblico. Depois do apogeu das Descobertas, essa interpretação pelos fieis da Bíblia tem razão de ser. Os judeus portugueses de Marrocos celebraram até aos princípios deste século (não sei se ainda o fazem) os «*Purim* de D. Sebastião». Os *Purim* são uma festa carnavalesca prescrita pela Bíblia (*Livro de Ester*) para caçar dos adversários e celebrar as irremediáveis vitórias judaicas. D. Sebastião é equiparado a Amam, o primeiro-ministro do rei Assuerus que havia ordenado a exterminação dos judeus de Babilónia mas que acabou por ser ele a vítima, por um contra-golpe do novo primeiro-ministro nomeado pelo rei seduzido pelas graças de Ester concubina judeo-secreta do rei. Sobre a festa marroquina dos «*Purim* de D. Sebastião», v. M.E.S. *Origens Orientais da Rel. Pop. Portuguesa*, pp. 151-153.

vel. Por exemplo, Maria Antonieta Garcia exumou dos arquivos um *Caderno de Culpas do Bispado da Guarda e seu Distrito e das Visitações* (1607-1625), uma *Devassa* clerical¹¹. Aí se sente o peso do controle e do obscurantismo contra toda a diferença. Por *Culpas* entende-se geralmente os pecados do confessado, sob a Inquisição também eram as diferenças de que uns acusavam os outros, maquinações de vizinhos. *Visitações* ou *Devassas* episcopais eram inquéritos clérico-policiiais sobre os comportamentos das pessoas, tudo *devassado*. Às faltas que o pecador confessava sob o sigilo sacramental acresciam-se as elucubrações que os vizinhos inventavam sobre ele, tudo jurado pelos Santos Evangelhos (a igreja católica faz frequentemente dos Evangelhos a arma do Diabo). A gente passava o dia a espiar quem tinha «livros defesos» (há trinta anos a Bíblia ainda era um livro defeso, quem a tivesse em casa era suspeito), e a ver quem mudava de roupa ao sábado, e a encostar o olho aos buracos das fechaduras para descobrir como se rezava no interior ou se acendiam velas, e a cheirar os lixos dos vizinhos para testar se comiam ou não carne e quando, e a matutar se os feirantes trabalhavam ao sábado ou ao domingo, e a palpitar sobre o que diziam as velhas aos postigos, e a controlar o modelo de roupa no lavadouro, e o Santo tribunal registava tudo. Dizer «Meu Deus do céu!» e «Salve-o Deus» eram provas de judaísmo e a pessoa não se livrava de inúmeras maçadas (devia dizer-se «Jesus Cristo»). E os juízes da Santa Inquisição, rotineiramente, mais não fizeram, durante trezentos anos, do que *devassar*, incitar à delação, torturar os suspeitos e encaminhá-los para o fogo. Um mundo de dementes. O poeta António Ferreira (sec. XVI) até tinha medo de falar com os seus botões:

A medo vivo, a medo escrevo e falo
Hei medo do que falo só comigo
Mas ainda a medo cuido, a medo calo¹².

Podem objectar-me com o facto de a Inquisição se não ter ocupado de heráldica. Mas é verdade que «contar um cavaleiro na sua genealogia» era um alibi para escapar à Inquisição. O uso do brasão não dependia da religião, mas imunizava o portador. Ter na família um *armigerado* era uma garantia para não ser incomodado. O emblema que individualizava o comerciante e o funcionário - pessoa com nome na rua - marcava a distância entre a família do utente e a plebe cuja familiaridade - com a sua tendência mórbida para a intromissão na vida privada da vizinhança - não era recomendável. Os cristãos-novos ao alcance da rua eram as vítimas sistemáticas do controle social. Um brasão sobre a porta separava os meios, inibia o rapazio (e o mulherio) de se meter com a gente daquele *senhor* (se a plebe aspirava ao tratamento

¹¹ *Denúncias em Nome da Fé - Perseguição aos judeus no distrito da Guarda de 1607 a 1625* («*Caderno de Culpas do Bispado da Guarda e seu Distrito e das Visitações*»).

¹² Cit. por Maria Antonieta Garcia, p. 19.

de *senhor* também temia o *senhor*), distanciava a família, impunha o temor e segregava as relações sociais. O brasão protegia.

A Inquisição ocupou-se de castrar a personalidade individual que o brasão burguês representou. O *déficit* da heráldica burguesa e a manutenção da Inquisição, dois exemplos extremos, não são fenómenos isolados porque as culturas retratam-se em todos os seus produtos ou *déficits*: modelos, justificações racionais, tabus, ordem social ou desordem psíquica, são coerentes na personalidade de base.

Para justificar que a heráldica burguesa se não instituiu em Portugal e floresceu nos meios protestantes, podemos recorrer à *Ética Protestante e Espírito do Capitalismo* de Max Weber. Vejamos: o princípio calvinista segundo o qual a Salvação se adquire «só pela fé, só pela graça, só pelas Escrituras»¹³ está em paralelo com o brasão burguês porque: a teologia protestante assenta na liberdade individual, a burguesia está em ruptura com a cultura ancestral, a liberdade materializa-se em sinais diferenciadores e o brasão era um emblema identificador; conclui-se que só as culturas que aceitaram o protestantismo e o judaísmo tiveram *capacidade heráldica* burguesa. A diferença faz o brasão.

As seitas protestantes que fundaram a América do Norte adoptaram textos bíblicos como este:

Agarra-te à tua vocação,
ocupa-te bem da tua tarefa
e envelhece no teu trabalho.
Não admires as obras dos pecadores,
confia no Senhor e agarra-te à tua vocação.
Porque é coisa fácil ao Senhor,
rapidamente, num instante, enriquecer um pobre.
A benção do Senhor é a recompensa do homem piedoso,
num instante o Senhor faz florescer a sua benção¹⁴.

As culturas onde se difundiram essas seitas evangélicas que sacralizaram o trabalho e a profissão e para as quais a riqueza do homem piedoso é indicador da Graça, essas culturas produzem bens económicos, ciência, filosofia, teologia, modas e novidades; enobrecem as diferenças, e o brasão notabilizava o trabalho e a autonomia. As culturas que não aceitaram o protestantismo e o judaísmo, que condicionam a Salvação à integração no seio da madre-igreja reprodutora de gestos de submissão, que fazem teologia com o argumento do camelo que não passa

¹³ *Sola fide, sola gratia, sola Scriptura* princípio calvinista que elimina a eficácia dos sacramentos indispensáveis, segundo a teologia católica, para a salvação e o próprio axioma católico de que «fora da Igreja não há salvação». Para o protestantismo, a salvação é individual numa relação eu-Deus.

¹⁴ *Eclesiástico*, 11:20-22.

pelo buraco da agulha, que vangloriam a pobreza e cultivam a esmola (a esmola é obrigatória para evitar a revolta, diz Santo Agostinho)¹⁵, refractárias ao trabalho e opostas à criatividade individual, essas não produzem riqueza, ciência, filosofia ou teologia; são católicas por arrastamento (podiam ser islâmicas); não têm *capacidade heráldica* burguesa e entendem que só as «nobres linhagens» e os «fidalgos honrados» têm direito de usar labelos de distinção.

¹⁵ *Cidade de Deus*, XXI, XXVII.

IV
UMA HISTÓRIA LUSITANA DO BRASÃO

O BRASÃO DE NOÉ NA LUSITÂNIA

E se no Portugal medieval se dissesse que a heráldica é de origem hebraica e que os primeiros a usar brasão foram os judeus? Era o que corria, pelo menos no séc. XVI: o brasão tem origem no judaísmo e a primeira língua dos hispânicos foi a dos judeus. Brasão e língua judaica (ou caldaica) foram introduzidos simultaneamente na Península. Assim como se *assumia* o brasão, assim se contava a História. Uma História *assumida*.

Muitos disseram na Europa durante a idade média que a heráldica tem origem na Bíblia. Até pretenderam *brasonar* o escudo de David («azul com harpa de ouro»). Três grandes heraldistas portugueses partem desse pressuposto bíblico. São eles António Rodrigues o já conhecido rei d'armas de D. Manuel (1540), um autor a que chamo pseudo-Albergaria (1640?) distinto do heraldista António Soares de Albergaria que também veremos¹ e António José Vaz Velho (1820). Pretendem eles que o brasão foi introduzido na Península ibérica pelos filhos de Noé e, com ele, a língua hebraica; baseiam-se na Bíblia e nos *Livros dos Rabinos*. Aqui começa a História, a «nossa», isto é, construída pelo Mito.

Comecemos por Vaz Velho (1820)²: «Vem a armaria, não como arte mas como ciência, a ser mais antiga do que a heráldica. Por isso há duas épocas, a antiga e a moderna. A armaria foi estabelecida pelos primeiros chefes de família no mundo; porque, segundo os Livros Sagrados, e particularmente os dos Rabinos, a origem desta ciência, isto é, a escolha de certos sinais e divisas tomadas

¹ Neste capítulo vão citar-se António Soares de Albergaria e o pseudo-Albergaria. Por este último refiro-me ao autor dum manuscrito de 331 folhas numeradas no recto da folha, sem título e sem autor, atribuído pelo catálogo da Biblioteca Nacional a António Soares de Albergaria com o título *Armaria* (Cod. 1118). O manuscrito teve como menção de autor, em escrita minúscula, *António Soares de Albergaria* que foi fortemente riscado e, por baixo, *Elogios Genealógicos das Nobrezas de Portugal* também em letra minúscula. Está num tipo de letra muito diferente do manuscrito *Triunfos de la Nobleza* de Soares de Albergaria. Descreve sensivelmente os brasões de *Triunfos de la Nobleza* reproduzidos a aguarela na página recto enquanto a página verso contém brasões rascunhados. O texto contém vários tipos de letra; alguém aproveitou os espaços entre parágrafos e capítulos para acrescentar texto, o que torna o manuscrito compacto com escritas não alinhadas e frequentemente ilegíveis. Abre com os brasões que António Rodrigues diz terem sido os das tribos de Israel, copiados dele, mas apresentados sob a forma duma árvore genealógica.

² *Tezouro Heráldico de Portugal ou Tratado de Armaria Portuguesa e Arte de Brazonar os Escudos dos Reis e Famílias Nobres destes Reinos*, três volumes (1820) editado em 1958.

pelo chefe de um partido ou de uma família servindo para marcar o poder e distinguir umas das outras, foi antes do dilúvio, ou para melhor dizer, pouco depois da criação do mundo (eis aqui o princípio da primeira época), começando no tempo de Seth terceiro filho de Adão o qual persistindo na crença do verdadeiro Deus não quis comércio nem aliança com os filhos de Caim e para estabelecer notável distinção tomou por símbolo, e os seus descendentes, certas figuras de animais, frutas, plantas e outras coisas criadas cuja mistura e união eram como mistérios secretos e hieroglíficos, praticados e entendidos por estes primeiros homens que pela comunicação de Adão tinham perfeito conhecimento das suas virtudes, propriedades e significações, enquanto os descendentes de Caim usavam ferramentas e armas como distintivos». Mas a invenção da verdadeira armaria é atribuída aos hebreus e data da era pós-diluviana.

Continua: «Segundo Zonare³ no 4º Livro dos seus *Anais*, os descendentes de Noé e os seus filhos multiplicaram-se e dividiram-se em muitos bandos. As armas e as insígnias foram também divididas e cada um seguia o estandarte do príncipe ou chefe sob qual domínio estava. Sem, filho mais velho de Noé (donde procedem os hebreus) recebeu do pai o 'leão' como divisa de realeza; Jafeth, o mais novo, disputou com Sem o direito de o usar pela mesma razão (...) Foram os filhos de Noé e seus descendentes usando destes e outros sinais para denotar as ciências que eles inventavam, a propriedade e fertilidade das províncias em que estabeleciam os seus domicílios e os seus domínios (...). Coube a Cam a África, a Jafeth a Europa e a Sem a Ásia⁴».

Depois: «Partindo Jafeth com a sua gente para a Europa, não tardou muito tempo sem que Túbal, seu quinto filho, tenha costeado as praias do Mediterrâneo, passado o estreito de Gibraltar, dobrado o Cabo de São Vicente, entrado pelo Sado e, agradando-se da amenidade das suas margens, colocou na margem esquerda no ano 145 depois do dilúvio a primeira cidade do seu império; e como foi este o primeiro lugar em que Túbal com sua gente fez o primeiro assento, se chamou Setúbal, que significa 'ajuntamento' de Túbal cujo termo ainda hoje conservam os espanhóis para designar o governo de qualquer povoação, e nós 'câmaras' nas cidades e vilas. Escuso enumerar aqui os autores que o afirmam porque são inúmeros, assim como os poucos que o negam por inimigos ou por empenho. No tempo dos romanos se chamou Sethubriga, por acharem esse nome mais moderno no tempo de Brigo, 4º rei das Espanhas que, como pouco corrupção ou por abreviatura de pronúncia, se mudou em Setúbal, a

³ Em nota diz que foi um autor do séc. XII sem mais pormenores.

⁴ Este texto de Vaz Velho corresponde, grosso modo, às referências bíblicas quanto à descendência de Noé, depois do Dilúvio (Gen. cap. 10); a localização dos sítios ou continentes que couberam a cada linhagem é difícil de equiparar ao mundo conhecido. Aos filhos de Jafeth (um dos quais Tubal) couberam sítios que alguns autores identificaram com as ilhas e as costas do Mediterrâneo e a Europa: Sefarad, Tarsis ou Tartessos (Ibéria), Kitim (Roma), Mesek (Ocidente europeu), Askenasi (Alemanha)...

primeira povoação da Península, mas no sítio onde se chama Troia⁵. Foi esta entrada, como disse, no ano 145 depois do Dilúvio (outros dizem 150), 1801 da criação do mundo e 2203 antes da era cristã. E com ela não só as primeiras insígnias mas também a primeira linguagem dos lusitanos, a hebraica».

Note-se bem: as primeiras insígnias entraram na Lusitânia com a língua dos judeus.

HEBRAICO OU CALDAICO?

Chegado a este ponto Vaz Velho abre uma *nota* para contradizer alguns autores que dizem que a língua trazida por Túbal foi a caldaica, rastros de uma polémica entre cripto-judeus e nacionalistas: «Por se dizer que a cidade de Babilónia era cabeça da antiga Caldeia, a dos assírios, não se segue que Túbal trouxesse a língua caldaica à Lusitânia; porque esta língua foi nascida da confusão de Babel, quando já Túbal nos estava plantando a hebraica que era a da sua família». Também se opõe a outro autor, Pereira, que «pôs o ano da confusão das línguas de Babel no de 1757 da criação do mundo, 2247 antes de Cristo e 101 depois do dilúvio, na tradução que faz da Bíblia impressa em 1791, pois que naquele ano é que teve o início o trabalho da dita torre pelos descendentes de Noé (...) E tendo-se trabalhado nela pelo espaço de 60 anos, foi pois a confusão de Babel no ano 161 do dilúvio, 1817 da criação do mundo e 2187 antes de Cristo» (fim da *nota*).

«Pois sendo a confusão das línguas da Torre de Babel no ano 161 do dilúvio e cujo trabalho principiou em 101, já havia 61 anos que Túbal tinha aportado em Portugal e feito aqui o seu primeiro assento. Sendo porém destruída pelos romanos, godos e árabes, depois da expulsão destes, principiámos a edificar na outra margem do rio onde se observa a vila de Setúbal, chamando-se Tróia, como disse, ao sítio ou ruínas da primeira (...)»⁶.

«Túbal deixou as insígnias do seu pai Jafeth (o 'leão') e tomou por divisa da empresa árdua e da navegação um 'navio armado de prata', da qual ele começou a meter a arte em uso: e não pareça fora de mistério que, perdendo-se esta insígnia

⁵ No seguimento de outros autores antigos, Vaz Velho faz derivar Setúbal do hebraico *Shet Tubal* «sede, assento de Túbal». A terminação *-briga* nas cidades da Lusitânia será do fenício, púnico e hebraico *briga* «amuralhada, trancada, fechada» como se deduz dos próprios textos de Estrabão comentados por L. de Vasconcelos, Cf. M.E.S. *Dic. Fen-Port.* pp.71-72. A história da povoação de Espanha pelos netos de Noé já consta (sem referências a Setúbal e Troia) da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (Lisboa, IN-CM 1984, Introd. de Luis Filipe Lindley Cintra).

⁶ O.c. Iº Vol. pp. 91-92. O topónimo Troia sugere o país dos Argonautas pelos quais se interessou Martins Sarmiento que escreveu um livro sobre as relações da gente da antiga Troia com a Península, *Os Argonautas*. Há outros sítios chamados Tróia (Minho, Alto Douro, etc.), com interesse arqueológico e compreendidos em constelações de topónimos fenícios.

pelas repetidas invasões dos diferentes bárbaros e romanos que assolaram por tantas vezes a nossa Lusitânia, viesse por um efeito assaz maravilhoso, passados mais de 33 séculos, a renovar-se e a estabelecer-se a mesma insígnia de Noé por armas na capital desse reino pelo primeiro rei dele, D. Afonso Henriques, em memória da trasladação dos ossos de S. Vicente do Promontório Sacro, hoje de S. Vicente, por estarem ali sepultados, para a cidade de Lisboa descobertos ou insinuados por dois corvos pois se não sabia o verdadeiro lugar deles»⁷.

Vaz Velho tanto se baseia nos textos sagrados como nos *livros dos rabinos* designação que tanto cobre obras genéricas de história e apologética de rabis locais como o *Talmude*⁸. O cômputo certo e convicto dos anos «do mundo» e «do dilúvio», estranho à Bíblia, é dos *livros dos rabinos* e integra-se na actual era judaica. Vaz Velho adoptou o modelo típico da exegese judaica medieval. O cuidado em situar a época em que viveram tais personagens e a fé que põe nesse cômputo, sugerem que o tema tenha sido tratado num texto judaico sobre a entrada de Túbal, e só podia ser de um português pois que privilegia Setúbal e o País povoado logo depois de dilúvio por tão ilustre personagem.

O cômputo rabínico de Vaz Velho foi arranjado em 60 anos para contradizer a corrente ibérica segundo a qual «a primeira língua de Hespanha foi o caldaico». Esse argumento dos 60 anos passa por ser decisivo. Foi o hebraico e não o caldaico porque o hebraico era a língua de Deus, de Noé e dos filhos que escaparam a Babel enquanto o caldaico é um produto da confusão. Porquê esta argumentação rabínica de 60 anos na era pós-diluviana? Porque o judaísmo ortodoxo defendia o primado do classicismo bíblico em desfavor do acadiano (caldaico) que foi o idioma dos fenício-púnicos idólatras⁹.

Eis toda uma História que enobrecia o judaísmo (justificada pela Bíblia). Servia de prova em favor da ligação ancestral da religião judaica à Lusitânia. A Ibéria herdou os privilégios bíblicos e o prestígio israelita. Daí se extrairiam provas e argumentos. Com a Bíblia em mão, conhecendo minuciosamente as datas

⁷ O.c. Vol. I pp 86-94.

⁸ Coleção de comentários bíblicos dos rabis do exílio em Babilónia e de Jerusalém anteriores à nossa era, e que figurava nas sinagogas ao lado dos rolos da Bíblia.

⁹ Sobre a confusão de Babel diz a Bíblia: «Toda a gente se servia duma mesma língua e das mesmas palavras. Como os homens se deslocassem para Oriente, encontraram aí um vale no país de Shinear (Babilónia) e aí se estabeleceram. E disseram uns aos outros: 'Vamos, façamos tijolos e cozamo-los no fogo'. O tijolo serviu-lhes de pedra e o betume de argamassa. E disseram: 'Eh! Construamos uma cidade e uma torre cujo cimo penetre os céus; adoptemos um nome e não nos dispersemos'. Mas Deus desceu para ver a cidade e a torre que eles tinham construído e disse: 'Eis que fazem um só povo e falam uma só língua, tal é o princípio das suas façanhas; confundamos as suas línguas de modo que não se entendam uns aos outros'. E Deus dispersou-os daí sobre toda a face da terra e eles deixaram de construir a cidade. Por isso se chama Babel, quer dizer, foi lá que Deus confundiu as línguas dos habitantes da terra e foi de lá que ele os dispersou sobre a terra» (Gen. 11:1-9, contrariamente a essa etimologia popular, *Bab-el* significa «porta do céu»).

e os nomes, que argumento melhor teriam os judeus portugueses para se reclamarem de uma Ibéria de religião judaica?

Frei Bernardo de Brito na *Monarquia Lusitana* (1597) também se refere longamente a Túbal classificando-o de «primeiro pai e autor das gentes portuguesas». Apoiar-se no «rabino Salomon e os mais rabinos», e nos «autores da cronologia *Seder Olão*» (ordem universal). Frei Bernardo, que diz seguir outros autores, acrescenta detalhes sugestivos: «O patriarca Noé passou em Espanha com muita gente em sua companhia, aos 115 anos do reino de Túbal em Espanha e havendo 257 que passara o dilúvio. E vendo a povoação de Setúbal, como fora a primeira, era a mais notável e de melhor política que as outras; contente da boa ordem e governo que em tudo vira, foi correndo toda a costa ocidental de Espanha onde querem os autores que fundou duas cidades em Biscaya, Noela e Noegla, nome das suas noras e delas faz particular menção Estrabão». Diz também que «Durante o reinado de Túbal estiveram o sumo-sacerdócio e o sumo-pontificado confiados a Sem, filho de Noé (do qual descendem os hebreus), a quem chamam também Melquisedec rei de Salem, como doutissimamente aponta Genebrardo, aprovado com o parecer dos *rabinos* e de São Jerónimo». Depois morreu e foi «sepultado com o universal sentimento o famoso Túbal, primeiro pai e autor da gente portuguesa; dizem os autores que lhe sucedeu em seu reino Ibero...». Quanto à língua também diz que, antes das línguas serem confundidas, a de Japhet, de Túbal e de Espanha era a hebraica «da qual pela mudança dos tempos viemos a falar a que hoje vemos tão diferente daquela: é que, na vida, a mais certa constância é não a guardar o tempo em cousa alguma»¹⁰. O autor dá conta de outras teorias «com mais imaginações e subtilezas inventadas de bom juízo do que em fé e autoridade de livros antigos».

Um dos que usava «subtilezas inventadas» para defender que a primeira língua dos ibéricos não foi a hebraica mas a caldaica, era o heraldista António Soares de Albergaria (1631), castelhanófilo e anti-judaico¹¹. Tal era a polémica a que faz referência Vaz Velho sobre a língua e, por inerência, sobre a heráldica.

O texto de Soares de Albergaria também serve para exemplificar o estado em que se encontrava a reflexão científica e intelectual sob a Inquisição: «De Sem

¹⁰ Frei Bernardo de Brito, *Monarquia Lusitana*, I^a, I^o 2^o-3^o. Segundo Costa Lobo, esta história de Frei Bernardo integra-se na tendência messiânica de resistência aos Filipes. «Como admitir que um reino tão ilustre pela ancianidade, pela protecção divina, e pelo valor dos seus filhos, houvesse de perecer? A esta conclusão alvejavam as histórias de Bernardo de Brito... Dar alento aos portugueses, era este o seu propósito». Segundo Frei Luis de Sousa, a primeira gente que abordou à Península foram os filhos de Deucalião (versão grega do Noé que repovoa a terra lançando pedras para trás das costas); Costa Lobo, *Origens do Sebastianismo - História e Perfiguração Dramática*, Lisboa, 1909, p. 73.

¹¹ *Triunfos de la Nobleza Lusitana y origen de sus blasones*, 1631, Cap. V-VII, Manuscrito da Bibl. Nacional redigido em castelhano. Tem a capa impressa com título, nome do autor e data (1631). Estava pronto para tipografia, com as gravuras previstas e algumas (retiradas doutras obras) já integradas no manuscrito.

procede a linha do Salvador, de Jafeth procede a gentilidade, e de Cam procedem os egípcios e os etíopes que nascem negros (não pelo ardor do sol) mas por maldição do seu pai Noé, por vil e perversa condição, filhos de tão mau e vicioso homem¹². Jafeth enviou o seu filho Túbal - a quem chamam também Sem Tofail - acompanhado de alguma gente para povoar a Espanha no ano 143 depois do dilúvio e 2163 antes do nascimento do Salvador. Era Túbal generoso e sábio em todas as letras, grande astrólogo, matemático, filósofo e descobriu os movimentos do céu. Túbal (Sem Tofail) edificou a cidade sobre um porto à entrada do mar maior que depois se chamou Setúbal. Fundou também Morar que em caldaico significa 'povo de cabeça maior' e se chamou mais tarde Mérida¹³. Túbal viveu 260 anos. Dele descendem os espanhóis. Noé visitou os seus filhos em Espanha. «Prova-se que foi mais ilustre a descendência de Túbal que as dos seus irmãos. Seguindo a opinião mais certa de que a Espanha foi fundada por Jafeth, faz com que seja mais favorecida de Deus do que seria se o fosse pelos filhos de Sem de quem procede a ascendência do Salvador. Embora dela saísse o seu povo hebreu em que foi tão enobrecida, e não na de Jafeth, depois da sua dureza e desconhecimento de tão vil e infame quanto se vê pelo desprezo de que sempre se fez a nação judaica, é mais baixa do que a dos mouros e negros, pois é mais afrontoso ser-se judeu. Deixou-os Deus pela sua obstinação e pecado por terem morto o seu filho e deste propósito se encontram no lugar do profeta Oseias¹⁴(...) Querendo o Génesis contar as gerações, pôs em primeiro lugar Sem e em último Jafeth; mas logo, descrevendo a divisão das gentes pelo mundo, põe em primeiro lugar Jafeth pai de Túbal e em último Sem, antepondo a gentilidade ao judaísmo. É de admitir que na noite em que o Senhor nasceu em Belém de Judá apareceu uma nuvem de luz e claridade denotando que Cristo o novo sol nascia para alumiar a Espanha na fé e na religião. Assim foi mais ilustre na luz da graça a linha de Jafeth do que a de Sem, e é maior louvor para Espanha haver sido fundada por Túbal filho de tal pai, Jafeth, patriarca tão ilustre».

Quanto à língua diz Soares de Albergaria: «As pessoas que trabalhavam na torre de Babel só falavam a língua caldaica (*tinha 'hebraica', riscou e sobrepôs 'caldaica'*) que se corrompeu em muitas, e assim davam água por ferro e cal por areia, e logo cessou a obra. As línguas de Babel foram inventadas pelos anjos. A prova é que Deus disse 'Desçamos e confundamos...' porque falava com os anjos

¹² Cam incitou os irmãos a trocar do sexo do pai que se despiu embriagado (sendo o «primeiro que plantou vinhas, não conhecia os efeitos do vinho»). Informado pelos irmãos da insolência de Cam, o pai condenou-o a ser escravo deles. Santo Agostinho considera que a escravatura e a condição laboral têm origem no pecado de Cam, teologia que, quanto ao trabalho e à escravatura, foi a da igreja católica até à encíclica *Rerum Novarum* (1891).

¹³ Talvez uma referência do acadiano *mâr eru* «homem-mó, pedra de moer», ou *mâr hr* «homem-montanha».

¹⁴ Profeta bíblico que escolheu para esposa uma prostituta para mostrar que os israelitas também se tinham «prostituído» aos deuses estrangeiros.

protectores das regiões do mundo. De maneira que foram 71 anjos e cada um deu uma língua diferente à sua região. O anjo padroeiro de Babilónia deu-lhe a língua caldaica, o da Grécia a grega, e o de Espanha a espanhola. Os anjos inventores das línguas deram-nas às regiões que lhes coube em sorte, exceptuando a hebraica que Deus tomou por sua conta por ser a do seu povo, sobre tudo favorecido posto que depois, pelo seu pecado, fosse excluído e entrado para o seu lugar o povo gentílico que passou a ser o amado e o escolhido».

Comparado com os textos precedentes que tentam aproximar-se da Bíblia e dos *rabinos* (seria a visão tradicional medieval?) o castelhanófilo Albergaria representa a reacção anti-judaica. Contém todos os argumentos que foram usados pelo baixo clero e pela arruaça contra os judeus durante a Inquisição. Discurso caricato, argumentação imbecilizante, mas não deixam de ser os dum «dos mais distintos genealogistas e notável escritor» da época¹⁵. Digamos também que os cristãos-novos se haviam organizado num partido forte e influente a favor de D. António prior do Crato filho natural de uma judia com D. Luis, contra o cruel Filipe de Espanha (...) que morreu coberto de tumores e de furúnculos, tornando-se objecto de asco e horror. Contam que um clérigo - talvez pertencente à raça oprimida - predissera esta morte ignominiosa devido à sanguinária rigidez que usou para com os criptojudéus»¹⁶.

HERÁLDICA POR DECRETO DIVINO

Mas a época em que os descendentes de Jafeth-Túbal usaram armarias é ainda a da gentilidade. Na época seguinte, a heráldica foi instituída por «preceito divino», com a ortodoxia judaica, aquando da caminhada das 12 tribos através do deserto com a Arca da Aliança. É o que dizem António Rodrigues, o pseudo-Albergaria e Vaz Velho que se apoiam na Bíblia. Vaz Velho depois da história circunstanciada de Túbal, refere sucintamente os textos bíblicos; António Rodrigues alonga-se nas citações bíblicas, reproduz os brasões das tribos e dá a posição destas atrás das respectivas insígnias com o número dos seguidores; o pseudo-Albergaria abre a sua série de brasões

¹⁵ Apresenta-se como «sacerdote olissiponse». O texto, em castelhano, contém extensos elogios aos Filipes. Publicou *Troféus Lusitanos, Parte Iª* (1632) que consta de brasões da família real e outras famílias nobres (brasões esses que não têm relevância para este trabalho). Segundo a *Grande Enc. Port. e Brasileira* foi beneficiado da paróquia de Santo Estêvão de Alfama e fundador de várias capelas uma delas em Almada para onde se retirou no fim da via. Deixou outro manuscrito, *Tratado dos santos portugueses, com licença para impressão, no ano 1639*. Alguém que parece ser seu irmão, Francisco Soares de Albergaria, corregedor da Corte em 1640, foi morto num dos corredores dos Paços da Ribeira por ocasião da restauração do reino, em 1 de Dezembro, quando soltava vivas a Filipe III. Como ficou dito, o Catálogo da Bibl. Nacional atribui-lhe o manuscrito *Armaria* (Cód. 1118) que não parece do mesmo pelas razões apontadas.

¹⁶ Meyer Kayserling, *Historia dos Judeus em Portugal*, p. 235 e 239.

com uma menção ao cap. 49 do *Genesis*, reproduz os mesmos brasões das tribos israelitas que António Rodrigues mas sobre uma árvore genealógica nascente das partes sexuais do fundador que se encontra deitado. São três os textos bíblicos em que se baseiam para atribuir à heráldica uma origem judaica:

O primeiro é o cap. 49º do *Livro do Génesis*: no fim da sua vida, Jacob chama os seus 12 filhos (cabeças das futuras 12 tribos de Israel) e, abençoando-os, caracteriza-os com breves palavras comparando-os com animais; isto é, o fundador atribui às descendências dos seus filhos personalidades colectivas, destinos diferentes, de acordo com as qualidades de animais; as linhagens arrastarão os temperamentos fixados pelo antepassado comum. Esse discurso bíblico é o das culturas totémicas, em que um povo ou tribo herda as qualidades de um animal impostas por um antepassado *in illo tempore*, as quais constituirão as suas referências identitárias e serão objecto de tabus. O animal-totem é o emblema da tribo.

Um segundo texto é o cap. 2º do *Livro dos Números* sobre um recenseamento no deserto. O texto é significativo porque fala expressamente de «emblemas de família»: «Os israelitas acampem cada um perto do seu estandarte, sob os emblemas das suas famílias», «junto dos irmãos da sua casa», «cada um debaixo da sua bandeira», «dabaixo da insígnia da casa de seus pais»¹⁷. Podemos julgar como quisermos a Bíblia, histórica ou teologicamente; em Etnologia histórica, a Bíblia é um documento verídico. Ficamos a saber que as famílias ou os clãs desses tempos se reconheciam por emblemas; associando este texto com o da bênção de Jacob deduz-se que os emblemas dos israelitas eram totémicos. Vaz Velho compreendeu: «No ano 1491 antes da era cristã e caminhando debaixo do comando de Moisés para a terra da promessa, já as 12 tribos levavam insígnias em suas bandeiras para se distinguirem umas famílias das outras como vemos nas sagradas escrituras...».

O terceiro é o cap. 28º do *Livro do Êxodo* em que Deus dita como devem ser os paramentos do sumo-sacerdote Arão, com 12 pedras preciosas donde veio a ideia das «cores e dos metais do brasão», segundo Vaz Velho e o pseudo-Albergaria.

António Rodrigues reproduz os brasões das 12 tribos; o pseudo-Albergaria copia-os e repete-os sobre uma árvore genealógica. Ambos apresentam o nome das 12 tribos em círculo, em torno dum centro que diz «Jacob teve de quatro mulheres 12 filhos cabeças das 12 tribos» (figuração do peitoral dos paramentos de Arão) e representam os emblemas israelitas em torno da Arca, brasonados com os animais com que Jacob identificou os filhos. A. Rodrigues, seguindo o *Livro dos Números*, enumera a multidão de cada tribo que seguia a insígnia familiar

¹⁷ Vers. 1-2, variações conforme as traduções, *Bíblia de Jerusalém; Bíblia Sagrada* (trad. de Ferreira de Almeida), *Old Testament Hebrew and English*. O propósito do texto bíblico é proceder ao recenseamento do povo no deserto.

através do deserto e até diz, com uma precisão tão certa quanto fantasista, o lugar que cada tribo ocupava no cortejo atrás da Arca da Aliança¹⁸. Vaz Velho, obsecado pelas datas rabínicas, situa este acontecimento da «instituição da heráldica» «pelos anos 857 depois do dilúvio».

AS DOZE TRIBOS

A. Rodrigues conjugando o cap. 2º do *Livro dos Números* (recenseamento) com o cap. 49º do *Génesis* (benção de Jacob) diz fantasiosamente: «Judá ia diante da arca com 75.600 homens de peleja e as insígnias do seu pendão eram um leão de ouro em campo celeste segundo a bênção de seu pai que lhe disse ‘Por ti folgarão os teus irmãos e te farão reverência e será tua mão sobre a cerviz dos teus inimigos, vencerá o leão da tribo de Judá raiz de Jessé’» (a caminhada atrás das insígnias não consta na Bíblia e segundo o texto, o pai disse: «*Os teus irmãos te louvarão, a tua mão estará sobre a nuca dos teus inimigos e os filhos do teu pai se inclinarão diante de ti. Judá é um leão novo; subsistiu da presa, deitou-se como um leão e como uma leoa. Quem o despertará? O cetro não se arrederá de Judá nem a vara de chefe de entre os seus pés até que o tributo lhe seja entregue e que os povos lhe obedçam...*», Gen. 49:8-9).

«À mão direita de Judá ia Zebulon (...) e as suas armas eram uma nau de prata em campo sobre ondas da boa fortuna porque o seu pai lhe disse ‘Serás guia de estradas duvidosas e ajuntarás as gentes em trabalhos e passá-las-ás a seguro até Sidon’» (texto bíblico: «*Zebulon mora à beira do mar, ele é marinheiro nos barcos ao lado de Sidon*», Gen.49:13). Os três heraldistas concordam que o seu brasão fosse uma barca.

«À sestra (i.é, esquerda) de Judá ia Issacar (...) As suas armas eram o sol e a lua de metais de ouro e prata em campo morado e um asno negro em campo branco porque Jacob lhe disse ‘Serás regedor das gentes e sábio sobre todos os teus irmãos e sofrê-los-ás com a tua prudência como o asno sofre com a carga’» («*Issacar é um asno robusto deitado no meio dum campo fechado; percebeu que o repouso é bom, que o país era agradável, estendeu à carga a sua cerviz, tornou-se escravo de corveia*» Gen. 49:14-15; o asno também era um animal nobre e exemplo de sageza). Vaz Velho diz que as armas eram apenas um asno.

«As armas de Ruben eram um homem porque havia de redimir a linhagem humana»; Vaz Velho diz que «eram umas ondas de mar a que seu pai o tinha comparado» («*Ruben, tu és o meu filho mais velho, meu vigor, primícias da minha*

¹⁸ O propósito deste texto bíblico é proceder a um recenseamento. O lugar e a caminhada das tribos da forma como os descreve o autor português não constam. A Arca da Aliança era um templo portátil para ser levado aos ombros durante as deambulações, um instrumento cultural próprio de nómadas.

virilidade, auge de orgulho e auge de força, como um ímpeto de águas; mas não serás o mais excelente porque subiste ao leito do teu pai, contaminaste o leito de teu pai, subiste à minha cama», Gen: 49:2-3; refere-se a um incesto com uma concubina do pai).

«À direita de Ruben ia Gad (...) as suas insígnias era gente armada num escudo branco e preto porque lhe disse o pai ‘Serás forte capitão de gentes...’» («*Uma tropa o acometerá mas ele a acometerá no fim*», Gen. 49:19). Para Vaz Velho o brasão era um homem a cavalo com uma espada na mão.

«Na parte sestra de Gad ia Simeon (...) As suas armas eram um castelo colorado em campo de ouro porque lhe disse seu pai ‘Como combateste e tomaste o castelo de Salem sem que eu fosse sabedor...’¹⁹ («*Simeon e Levi são irmãos na maldade; eles levaram a violência até ao extremo; que a minha alma não entre no seu conluio, que o meu coração não se una ao seu grupo, porque na sua cólera mataram homens e nos seus desregramentos mutilaram touros*» ou, segundo outra tradução: «*nos seus desregramentos cortaram os jarretes aos touros*», Gen. 49:5-6). Segundo Vaz Velho as insígnias de Simeon eram «uns vasos de maldição pois que haviam de ordenar a morte de Cristo».

Na parte norte ia Dan (...). As suas armas eram uma águia de ouro em campo negro por uma benção que o seu pai lhe deitou quando disse ‘Serás juiz do povo como das tribos, e serás como a cobra na estrada e como a serpente no caminho que sabe subtilmente morder o cavalo e crescerás sobre os homens como a águia nova cresce sobre as aves’» («*Dan julga o seu povo como qualquer tribo de Israel. Que Dan seja uma serpente na estrada, uma víbora cornuda no caminho que morde os jarretes dos cavalos e faz cair o seu cavaleiro*», Gen. 49:16-17²⁰). Para Vaz Velho o brasão de Dan era uma cobra.

«À direita de Dan ia Aser (...) As suas armas eram uma oliveira verde em campo branco porque lhe foi dito ‘Serás abundante em todas as coisas como a oliveira entre os seus filhos’» («*Aser, o seu pão é succulento, ele fornece iguarias de rei*», Gen. 49:20). Para Vaz Velho, eram um feixe de espigas de ouro «porque lhe disse seu pai que teria abundância de pão».

«À sestra de Dan ia Neftali (...) As suas armas eram uma gazela de ouro sobre morado porque lhe disse seu pai ‘Serás vitorioso, e como uma gazela alegre em seus amores que não teme morrer por eles...’» («*Neftali é uma gazela rápida que diz belas coisas, ou faz belos efeitos*», Gen. 49:21, tradução incerta). Para Vaz Velho era um veado.

«Efraim (parte da tribo de José) ia ao sul (...). As suas armas eram um touro colorado porque foi chamado pelo pai José ‘boi fértil’ sobre todos os seus irmãos»

¹⁹ O castelo em causa não é de Salém mas de Siquém.

²⁰ Dan significa «julgamento». Sempre que António Rodrigues sempre que neste texto a Dan escreve erradamente David.

(«José é uma planta fecunda perto da nascente e as suas vergôntes ultrapassam o muro; os arqueiros apanharam-no mas os seus arcos partiram-se e os tendões dos seus braços romperam-se», Gen. 49:22-24). Outra tradução: «José é um fruto fecundo», mas também pode ser «José é uma vaca fecunda»²¹.

«Manassés (parte da tribo de José) ia na parte sestra de Efraim (...) As suas armas eram uma licórnica branca em campo verde porque havia de ser singular no universo». Para Vaz Velho as armas de José eram um «arco com flechas porque lhas haviam de atirar os seus irmãos».

«Benjamim ia à destra de Efraim (...) as suas armas eram um lobo negro sobre diversas cores porque lhe foi dito 'Partirás à caça com teus irmãos, como o lobo todas as manhãs e que à noite reparte o despojo'» («Benjamim é um lobo rapace; de manhã devora a presa e até à tarde partilha o despojo», Gen. 49:27)²².

Afonso de Dornelas na introdução à publicação do manuscrito de António Rodrigues em 1931, demonstra que o *Tratado Geral da Nobreza* de António Rodrigues foi copiado da obra do espanhol Pedro Gracia Dey intitulada *Blazon General* (1489)²³.

AS DOZE CORES

O terceiro texto é o cap. 28º do *Livro do Exodo* que, segundo Vaz Velho, revela que as «12 cores usadas nos brasões» também são de origem bíblica e foram mandadas expôr no peitoral de Arão sob a forma de 12 pedras: «Estas são pois as vestes que farão: um peitoral, um éfode, um manto, uma túnica bordada, uma mitra e um cinto²⁴; farão pois santas vestes para Arão teu irmão e para seus filhos e para me administrarem o officio sacerdotal. E tomarão o ouro, o azul, a púrpura, o carmesim e o linho fino. E farão o éfode de ouro, de azul, de púrpura, de

²¹ O original diz *pr't* «fruto e «vaca», em acadiano. A tribo de Efraim e de Manassés é a mesma que a de José, duas meias tribos.

²² António Rodrigues, *Tratado Geral da Nobreza*, pp. 71-74.

²³ «Copiado literalmente entre as páginas 68 e 128 do *Tratado*. A obra de Gracia Dey até foi dedicada ao rei português D. João II, mas à qual nunca em Portugal se fez referência. António Rodrigues fez como fizeram outros cronistas com outras obras, e que ainda hoje, se fôr possível, também haverá quem faça», Introd. ao *Tratado da Nobreza*, o.c. pp. I-XXII). Consultei o original; chama-se exactamente *Blazon General y Nobleza del Universo ao sereníssimo príncipe, alto e mui poderoso rei D. João II de Portugal, por Pedro de Gracia Dei, galego, criado e rey de armas de los reys D. Fernando y Dona Isabel, impresso em Coria, em 1489*. Segundo o autor espanhol que introduz a edição fac-similada do *Blazon* (1882) esta autoria não é segura, o livro não podia ter sido impresso em Coria e o nome Pedro Gracia Dei é problemático (seria um pseudónimo). Para além do que foi copiado o original só contém duas extensas dedicatórias a D. João II.

²⁴ «O hebraico bíblico aplica o nome *éfode* a três objectos diferentes: um instrumento divinatório que servia para consultar Deus, uma tanga de linho e uma espécie de avental usado pelo sumo sacerdote preso ao ombro com suspensórios» (*Bib. de Jerusalém*, nota ao texto).

carmesim e de fino linho torcido, obra esmerada. Terá dois suspensórios que se unam às suas duas pontas. E o cinto de obra esmerada do éfode, que estará sobre ele, será da mesma obra, igualmente de ouro, azul, púrpura, carmesim e linho fino torcido. E tomarás duas pedras de ônix e gravarás nelas os nomes dos filhos de Israel. Seis dos seus nomes numa pedra e os outros seis noutra pedra, segundo as suas gerações; lavrarás estas duas pedras com os nomes dos filhos de Israel conforme à obra do lapidário, como os labores dos selos; engastadas ao redor em ouro as farás. E porás duas pedras nos suspensórios do éfode, como memória para os filhos de Israel; e Arão levará os seus nomes sobre os ombros, para memória diante do Senhor. Farás também engastes de ouro e duas cadeiazinhas de ouro puro, de igual medida, de obra de feira as farás; e porás as cadeiazinhas de feira nos engastes. Farás também o peitoral do julgamento de obra esmerada, conforme à obra do éfode o farás, de ouro, de azul, de púrpura, de carmezim e de linho fino torcido. Quadrado e duplo, será de um palmo o seu comprimento e de um palmo a sua largura. E o encherás de pedras de engaste com quatro ordens de pedras: a ordem de um sárdio, de um topázio e de um carbúnculo. Esta será a primeira ordem. E a segunda ordem será de uma esmeralda, de uma safira e de um diamante. E a terceira ordem será de um jacinto, de uma ágata e de uma ametista. E a quarta ordem será de um berilo, de um ônix e de um jaspe, engastadas em ouro. E serão aquelas pedras segundo os nomes dos filhos de Israel, 12, segundo os seus nomes; serão esculpidas como selos, cada uma com o seu nome, para as 12 tribos. Também farás para o peitoral cadeiazinhas de igual medida, obra trançada de ouro puro. Também farás para o peitoral dois anéis de ouro e os porás nas extremidades do peitoral (...) E também farás um ornamento-placa de ouro puro e nela gravarás como as gravuras dos selos: 'Consagrado a Yaweh'. E atá-la-ás com um cordão de azul de modo que esteja na mitra, na frente da mitra estará. E estará na testa de Arão»²⁵.

Os autores reproduzem o peitoral de Arão como um círculo de 12 pedras-cores e os 12 nomes tribais. E Vaz Velho de concluir: «Os israelitas não tinham mais do que estas divisas e sinais particulares, além das diferentes cores que se distinguiam pelas 12 pedras do peitoral que Arão, supremo sacerdote, trazia sobre o peito e em cada uma das quais estava gravado o nome da tribo (sardónica, topázio, esmeralda, carbúnculo, safira, jaspe, ligúrio, ágata, ametista, crisólita, cornalina e berílio) como Deus tinha ordenado a Moisés para Arão. Eis pois o estabelecimento da Armaria provada também pela Escritura Sagrada, posto que fora da arte mas por preceito divino»²⁶.

Tais são os episódios bíblicos em que os nossos «grandes heraldistas» viram a fundamentação do brasão e, com a heráldica, a introdução da primeira língua

²⁵ Ex. 28:4-38, Tradução de Ferreira de Almeida.

²⁶ O.c. p. 99. O aparato de cores e de pedrarias do «decreto divino» faz lembrar o testemunho dum desfile da primeira cruzada em Constantinopla que fala dos «escudos resplandecentes de ouro e de pedrarias, e pintados de variadas cores», Geneviève d'Hautcour et Georges Durivault, o. c. p. 13.

hispânica. As suas obras foram publicadas muito tempo depois de escritas. A. Rodrigues teria terminado o seu texto por volta de 1540, no início da expulsão dos judeus e sob o peso dos critérios nobiliárquicos que ele próprio serviu; ficou manuscrito até 1935. O pseudo-Albergaria mantém-se em estado de manuscrito. O de Vaz Velho, de 1820, só foi publicado em 1958. O de Soares d'Albergaria não foi publicado talvez por «razões políticas», ligado aos Filipes (em não mencionar os brasões de Israel, os textos bíblicos e em recusar a língua hebraica na Espanha demarca-se da corrente cripto-judaica). As referências bíblicas de A. Rodrigues tendencialmente cripto-judaicas são do espanhol Pedro de Gracia Dei que, apesar de dedicar a sua obra ao rei D. João II, sempre foi ignorado em Portugal. Parece ter caído uma praga bíblica sobre os heraldistas.

Porquê tanto silêncio? Não se deverá aos critérios de História científica que só aparecem com Herculano (J. Mattoso diz que não há investigação científica em Portugal antes da década de 70 do nosso século). A razão será: à ideologia nobiliárquica repugnaria a origem judaica do brasão. Os letrados não sabiam gerir o mito popular (nem digeriam a Bíblia), os intelectuais (quando os havia) não tinham formação adequada para relativizar as explicações populares, posicionamento que só virá com as Ciências sociais. Diríamos que houve uma vontade em encobrir estes textos. Os preconceitos anti-judaicos sobrepuseram-se. A «origem bíblica das armarias» enobrecia o judaísmo em detrimento da fidalguia que se tinha reservado a exclusividade do brasão. Talvez, também alguns soubessem que muitos brasões estavam ordenados em «caldaico» e em hebraico.

O MITO CRIADOR

Almeida Langhans vê nas armas fantasistas dos chefes israelitas do *Livro do Armeiro-Mor* e nas alusões bíblicas do *Tratado Geral da Nobreza* «a entrada no mundo da fantasia heráldica, ficções e laivos de degenerescência sintomática»²⁷. Ora, essas fantasias vêm apenas retardadas e os nossos armoriais conheceram o mesmo atraso. Vaz Velho (1820) adoptará ainda a teoria bíblica.

As teorias sobre a origem bíblica da heráldica só foram postas em causa, na Europa, no séc. XVII. Entretanto, a ligação das armarias à Bíblia era perfeitamente justificada. Sabia-se, ou intuía-se, que os símbolos distintivos eram tão antigos como os grupos humanos. A Bíblia era a referência fundadora da Humanidade. Acreditava-se em tudo o que ela diz sobre a Criação e os primeiros seres humanos, as inimizades entre Caim e Abel, depois entre Sem, Cam e Jafeth; Jacob atribuiu às descendências dos 12 filhos qualidades de leão, águia, serpe, gazela,

²⁷ O.c. p. 27.

lobo, licórnio e vaca, tudo símbolos muito difundidos na Europa do brasão. Os hebreus agruparam-se sob as insígnias das respectivas famílias. Acreditava-se à letra na história do dilúvio e em tudo o resto, não só porque era a interpretação oficial e obrigatória (lembrar o caso de Galileu, de 1632) mas, sobretudo, porque era a única História disponível. Eis a razão por que era lógico, razoável e até obrigatório associar a invenção da heráldica aos israelitas.

As referências bíblicas estavam perfeitamente conformes com o espírito da Cavalaria, a Távola Redonda, o Santo Graal, o Tosão de Ouro e o mais. Cavaleiros cristãos e donzelas castelãs podiam deliciar-se a ouvir esses textos bíblicos onde estão referidos os emblemas da Cavalaria. Os arautos - que colecionavam brasões - é que os conheceriam bem, descobrindo neles as razões por que uns optavam pelo leão, outros pela águia, ou lobo, ou gazela, ou serpente. O brasão era a grande moda. Referenciados os emblemas na Bíblia com a sua funcionalidade, a heráldica saía realçada. Cabia aos hebraístas explorar o filão do seu património. Foi o que os judeus ibéricos teriam feito.

Que a armaria não tenha origem na Bíblia nem num preceito divino estamos conversados. E quem nos garante que a heráldica não se desenvolveu a partir destes mitos? As acções do quotidiano não são justificadas pela história factual nem pela cientificidade das origens mas pelo Mito que é a visão vulgar que têm de si as sociedades sem a mediação da ciência, da filosofia ou da teologia, produto da Cultura e caudal da tradição. É a educação, a religião, a tradição e, enfim, a herança cultural que fundam as acções e os gestos quotidianos. Memória colectiva em movimento, lógica em acção, o Mito é que fornece o discurso da identidade, cauciona os valores, justifica as condutas sociais e lhes dá coerência. A verdade científica nada pode contra o Mito. Se o Mito e a História são contraditórios no apuramento dos factos, o Mito prevalece no discurso sobre a identidade e na percepção vulgar da vivência colectiva. Modo de apreensão do real e das condutas, o Mito é como a religião: *religa* o Homem ao seu passado e ao seu destino. É ele que dá a razão ao social e justifica a realidade.

Maurice Halbwachs demonstrou que um certo número de cidades e aldeias da Palestina, hoje centros importantes de peregrinação, lugares santos, não existiam no tempo de Jesus. Foram criados pelo Mito. Passaram a existir com os dizeres dos peregrinos que os «identificaram» e apontaram como locais por onde passou Jesus. São apenas adaptações míticas. Memorizando os evangelhos, os peregrinos foram atribuindo a certa rocha, gruta, árvore decrepita, campo de trigo ou de oliveiras, passagem do rio, rasto de pés ou ruela urbana as «provas locais» da presença de Jesus. «A memória colectiva é essencialmente uma reconstrução do passado; se ela adapta a imagem dos factos antigos às crenças e às necessidades espirituais do presente, o conhecimento científico das origens é secundário, se não é totalmente inútil»²⁸. Também, quanto

²⁸ *La Topographie légendaire des evangiles en terre sainte*, Paris, PUF, 1971, p.7.

aos evangelhos, sendo fruto dum trabalho colectivo de elaboração e em parte popular, bem podem os historiadores demonstrar que Jesus não existiu como esses textos o relatam...

A portugalidade não teria aderentes se a gente não esquecesse que o Reino resultou de guerras fronteiriças entre caudilhos de província, e não perpetuasse o mito da predestinação. A lenda de Ourique contribui mais para a coesão da nação do que as sábias razões históricas. A *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão (1547) é o Mito patriótico escrito. A *Monarquia Lusitana* (1597), o mesmo. Sejam esses mitos postos ou não em causa, o certo é que duram.

Face ao perigo da desintegração das nações os mitos é que salvam. Os mitos duram e a História esquece-se. Em Aljubarrota a padeira Brites tem mais honras do que os estrategas militares e os mortos na luta. E o milagre das rosas, o que não conta para o prestígio de Coimbra da Universidade? Portugal talvez não fosse o que é, o Norte e o Sul, sem o mito medieval dos infiéis. Inversamente, enquanto os historiadores exaltam os Descobrimentos como uma epopeia (há quem fale de profecias e de segredos iniciáticos), as *estórias* e a memória colectiva das aldeias falam de «emigrantes no Brasil»: mitos nuns, factos noutros.

O discurso sobre a História também é camaleónico e incessantemente refeito para indigitar modelos e anti-modelos. A História é o arquétipo do presente. Há tantos discursos sobre o mesmo passado quantas as conjuturas e quantos os sucessivos presentes; com adesão permanente e imutáveis são as *estórias* locais sobre os heróis de província, fundadores de vilas e benfeitores de capelas: «O rei passou por aqui», «O príncipe fundou...». A História só vale se fôr mitogénica.

Citando Nietzsche, «sem o mito qualquer cultura vê-se privada da sua força natural saudável e criativa: só um horizonte cercado de mitos pode completar a unidade de toda uma tendência cultural. As imagens do mito têm de ser os vigias demoníacos, omnipresentes sem se fazerem notar; sob a sua protecção cresce a alma jovem, sob a sua égide o homem interpreta a sua vida e os seus combates; e o próprio Estado não conhece leis mais poderosas, embora não escritas, do que o fundamento mítico que garante a sua conexão com a religião e a sua emancipação a partir de representações míticas»²⁹.

O GRAAL, A ARCA e ARON

A Cavalaria, o grande facto da História medieval, é o produto duma teia de mitos tecidos sobre uma vastíssima tela que vai dos donquixotes de subúrbio aos sublimes eleitos do Graal, com as cruzadas pelo meio. A produção literária medieval conotada com a Cavalaria são exclusivamente mitos. E temos isto: a Mito

²⁹ *O Nascimento da Tragédia*, Círculo de Leitores, 1996, p. 160.

criou a Cavalaria e a Cavalaria criou a heráldica. O desfile solene das tribos do Israel através do deserto atrás das respectivas insígnias seguindo a Arca da Aliança a caminho da Terra Prometida, podia servir de enquadramento imagético do ideal da Cavalaria. A Terra Prometida era a terra santa ocupada pelos infiéis; a Arca da Aliança podia ser o arquétipo do Graal; o tosão d'ouro seria o prémio do guerreiro idealista ou mercenário que esperava receber um feudo. Tudo concorre para que o texto bíblico sobre os emblemas fosse visto como estando na origem do escudo de armas. Diz Mattoso que «a Demanda do Graal é a expressão mais sedutora e evocativa das aventuras do cavaleiro errante, esse personagem que ainda no princípio da época moderna servia de modelo a Cervantes para traçar a figura desconcertante de Dom Quixote. O cavaleiro que parte sozinho ou em bando, com ou sem escudeiro, à procura de aventuras, está muito longe de ser uma ficção literária. Corresponde à realidade viva que se manteve durante longos anos na Idade Média ocidental e que muitos outros romances de cavalaria idealizaram, desempenhando a função social de servirem de exortação e de suporte a uma manifestação fundamental do comportamento aristocrático.

«Os romances de Cavalaria, como se sabe, foram lidos entre nós, pelo menos em traduções e adaptações que datam do século XIV. Mas decerto mais cedo ainda, ou mesmo em casos esporádicos, por via oral ou em extractos, já desde o fim do século XIII. O principal alimento literário dos jovens cavaleiros portugueses eram as epopeias. Em primeiro lugar, sem dúvida, as epopeias castelhanas que entre nós exerceram grande influência sobre trovadores e jograis (...) A realidade histórica misturava-se intimamente com a ficção literária e esta, por sua vez inspirava e motivava a própria realidade»³⁰.

Ora, não há textos bíblicos mais conhecidos e citados pelos judeus do que os referentes ao *Êxodo*, entre eles o episódio do *Livro dos Números* que sugere a força do povo a caminho da Terra da Promissão. Até se lê aí uma menção explícita às «insígnias de famílias» que qualquer pessoa associa a armarias. Se a Cavalaria se inspirava ou se nutria com os ideais religiosos, justificados pela Bíblia, sendo a Bíblia a única história universalmente acreditada entre os cristãos e obrigatória, podemos concluir que o cavaleiro médio consideraria a Bíblia como estando na origem da heráldica.

Muitos rabis também saberiam de cór o texto de Jacob abençoando os 12 filhos e donde se extrai a ideia de emblemas totémicos, os mesmos que se liam nos brasões europeus. A Arca da Aliança representava para eles o escrínio da Tora; o invólucro das sinagogas onde se guardam os rolos da Tora chama-se *aron* (que quer dizer «arca»); é como o Graal. O nome do sumo sacerdote que exhibia os paramentos de ouro e prata e com as pedrarias «donde provêm as 12 cores da heráldica», era Aron («arca»). Nos heraldistas portugueses, os nomes das 12 tri-

³⁰ *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 355.

bos em torno do centro que diz «Jacob teve de quatro mulheres 12 filhos cabeças das tribos» e que representa o peitoral de Aron, sugerem os 12 cavaleiros da Távola Redonda. A Arca da Aliança era o altar de 12 tribos nómadas e dizia-se que continha a Lei e «imagens santas»³¹, que fora usurpada ou se encontrava perdida, enquanto o Graal exposto sobre um altar continha «manjares celestiais» e era o objectivo dos 12 cavaleiros andantes («Lançarot viu a tábola de prata que servia de altar e o Santo Graal em cima»)³². A Cavalaria era uma tribo errante que tinha os 12 cavaleiros por modelos³³. Os muçulmanos veneravam também a *kubah* que era uma arca e fora um relicário de ídolos pré-islâmicos (seria uma réplica fraudulenta da Arca?) e era um altar. Exibindo este acervo bíblico que os cristãos não podiam negar e sabiamente interpretado nos *livros dos rabinos*, não é difícil supôr que os judeus eruditos da idade média associassem o Graal à Arca, se interessassem por armarias, se tomassem por ordenadores de brasões e, até, se considerassem com maior *capacidade heráldica*.

³¹ Nahum M. Sarna, em *Exploring Exodus - The Heritage of biblical Israel*, apresenta sob o ponto de vista da Etnologia histórica a simbologia da Arca de acordo com os costumes nómadas e semitas (Schocken Books, New York, 1986, pp. 190 e ss.).

³² *A Demanda do Santo Graal*, ed. de Joseph-Maria Piel, Lisboa, IN-CM, 1988, Cap. DXLVI. «Lançarot (...) foi-se de câmara em câmara até que chegou à camara onde estava o Santo Graal e ali viu um tão grande lume como se fosse a hora do meio dia. E catou a câmara e via-a tão freiosa e tão rica que nunca viu coisa que tão bem lhe parecesse. E em meio da câmara estava a tavao de prata em lugar de altar, e o Santo Graal desuso cuberto tão ricamente como era aquele dia de Josephes, o primeiro bispo, i cantou missa. Quando viu o lugar u o santo vaso estava coberto, logo soube bem que aquele era o Santo Graal (...) então catou de todas partes se poderia ver alguém que o estrovasse d'entrar lá, porque ele queria ir até à santa mesa e descobrir o santo vaso para ver o que ai havia. Então ouviu uma voz que lhe disse: 'Lançarot, não entres dentro porque não te é autorgado'. Mas ele era tão desejoso de ver aquilo por que tantos homens bons se esforçaram que se lançou dentro o que mais pôde. Mas não entrou muito que sentiu muitas mãos que o apanharam pelo corpo e pelos braços e pelos cabelos e sacaram-no fora e deram com ele tão grande queda em terra que cuidou estar morto. E ficou esmorecido até que foi dia claro». Também Moisés se aproximou da sarça ardente e ouviu: «Tira as sandálias porque o solo que pisas é santo», e Yaweh fulminava o que se aproximasse da Arca da Aliança não sendo «autorgado».

³³ Não investiguei a temática da Távola Redonda e do Graal (estas comparações são do conhecimento enciclopédico) mas parece-me lógico associar o Graal à Arca da Aliança e relacionar os mitos da Távola Redonda com a cultura do Médio oriente. A literatura medieval refere-se à Bretanha mas há que ter em conta a relação entre a Cavalaria e as Cruzadas. As arcaicas raízes médio-orientais das Bretanhas podem estar disfarçadas ou terem sido apropriadas pelo celtismo; uma prova é Stonehenge, megalitismo de origem médio-oriental. Os nomes dos cavaleiros do Graal e da Távola parecem decalcados sobre o acadiano e o hebraico: Graal ou Grael: *gher allel* (leit: *gual*) «hóspede do Altíssimo» ou *grh allel* (leit: *garaal*) «iniciado do Altíssimo» enquanto os dos cavaleiros traduzem as qualidades dos heróis: Artur (*ar tur*) «brilho do cinto», Parcival (*prs ybl*) «estender a corrente», José de Arimateia, Livro do (*ary mat*) «companheiros do báculo», Avalon, ilha encantada, (*awh lun*) «agradável pernoita ou boa hospedagem», ou *aby lwn* «mestre ou pai dos discípulos», Lançalot (*lham salâtu*) «o inteligente da família ou do clã», Galaaz-sargento de Cristo (*glh az*) «revela-se forte», rei Peles genro de Galaaz (*pls*) «abre o caminho», etc., mas quem é que consegue pôr em causa o mito celta?

O BRASÃO QUE CRIA UM NOME

Alguns dos símbolos que integram os brasões que vão seguir já eram emblemas de reconhecimento pessoal, clânico ou tribal, usados eventualmente pelos mesmos que os passaram a usar no escudo de armas. Quem o diz é o genealogista António Machado de Faria de P. Cabral, um positivista que não prossegue mitos: «Sabe-se que existiam, desde há muitos séculos atrás, emblemas pessoais, alguns anteriores à idade média. Não tinham ainda o carácter de armas de família transmitidos imutáveis como representação simbólica dos ramos da linhagem mas, talvez, de marca pessoal com que ornavam seus escudos de guerra. Havia já certa permanência de símbolos da colectividade, representando tribos e povos, a qual passou depois a fixar-se nos escudos soberanos (...) Não curaram os heraldistas e os oficiais de armas de distinguir entre o que era desconhecido e portanto sem regra e o que se conhecia desde a criação da heráldica e obedecia a um princípio. Para eles tudo falava a mesma linguagem universal transmitindo o mesmo espírito cavalheiresco; assim o simbolismo (emblemas e sinais) atribuído pelos heraldistas e oficiais de armas não deve ter sido mais do que a adopção legalizada do simbolismo (emblemas e sinais) anterior (...) Antes das conhecidas manifestações heráldicas, já existiam com carácter hereditário certos emblemas ou até conjuntos embora o seu uso não fosse no escudo de guerra nem este se representasse, fora do emprego habitual, simbolicamente, servindo de campo para tais emblemas ou conjuntos. São até muito anteriores ao aparecimento das primeiras manifestações heráldicas da sigilografia - suposto começo da armaria». Também «na heráldica peninsular há origens comuns de certos emblemas o que mostra não só a antiguidade destes mas a persistência da sua tradição que, mesmo afastada da origem no espaço e no tempo, manteve a memória das velhas linhagens antes de o seu significado ser absorvido pelo simbolismo do conjunto, quando a heráldica perdeu plasticidade pelos oficiais de armas, no desejo da codificação internacional³⁴. Portanto, os símbolos heráldicos podem ter sido sinais colectivos anteriores ao brasão.

Sem perder de vista a regra vulgar do *brasão falante* (primeiro houve o nome e depois o brasão) há casos em que podemos supôr o contrário: o nome da pessoa tem origem no escudo; o portador passou a ser nomeado pelo conteúdo do escudo, o seu «nome de guerra» (o que não significa que os nomes iguais tenham a mesma origem). Este processo de reconhecimento do cavaleiro pelo escudo era frequente na Europa. Na sequência de emblemas que vamos ver há casos que parecem evidentes, por exemplo: **Alvarado**: «emblema cortado» («escudo cortado» é um sinal heráldico), **Vasconcelos**: «três séries de veiros» (recortes), **Alvarenga**: «emblema de veiros irregulares», **Ribeiro**: «esquartelado de veiros», **Albornoz**: «em-

³⁴ António Machado de Faria de P. Cabral, *Origens da Heráldica medieval portuguesa*, 1944, pp. 6 e 16.

blema apagado por desrespeito (desonrado)», **Almeida**: «emblema com muitos furos, rodela ou botões», **Almansa**: «emblema de aljavas», **Alcoforado**: «emblema de fundo xadrezado». Alguns apelidos podiam ter vindo do animal emblemático desenhado no escudo, **Abreu**: «o milhafre», **Silva**: «o do leão, ou que é leão», **Vaz**: «natureza do leão» ou «natureza da fénix», **Garro**: «leão (ou chacal) pequeno», **Garrido**: «leões (ou chacais) pequenos lado a lado», **Madeira e Medeiros**: «muitas águias», **Chacu**: «javali», **Xira**: «corno, ponta (licórnica)», etc. Do mesmo modo alguns *falantes portugueses*: alguém com uma caldeira no escudo podia passar a chamar-se **Caldeira** sendo as caldeiras «insígnias de ricos»³⁵.

Segundo as crónicas gaulesas, também os guerreiros podiam ser nomeados pelo nome da coisa desenhada nos respectivos escudos: o «escudo do leão», que era uma espécie de «uniforme militar do cavaleiro», deu o apelido **Lion** e esta origem do apelido «é confirmada pelo uso muito generalizado, na época, do apelido **Lion**» (até corria o provérbio «Quem não porta armas traz um leão») ³⁶. Os portadores dum escudo com um 'leão' passaram a ser conhecidos por **Lion**; o nome teve origem num «nome de guerra». A passagem de emblema a nome constata-se também algures, como na Suécia «apresentando um interesse para a antroponímia em que se pode analisar a formação e o devir de certos nomes de família ou alcunhas. Na Alemanha é frequente o nome **Konig** em famílias que usam um *urso* nas suas armas; aparentemente enigmático, isso explica-se pelo facto de no sec. XI, no folclore ocidental, o urso desempenhar em vez do leão o papel de 'rei' dos animais». O nome nem sempre precede o emblema falante, mas o costume de usar este ou aquele emblema levou à adopção do nome ³⁷.

Se pensarmos que os recrutados para as guerras não eram forçosamente identificáveis nem conhecidos uns dos outros, que os soldados do nosso tempo também podem ser identificados pelas suas manias, pelo modo de usar a farda e por ápodos circunstanciais que passam a ser o seu «nome de guerra», compreende-se que os cavaleiros uma vez regressados passassem a nomear-se por esse nome. O nome de guerra que os soldados se atribuem entre si é como uma nova identidade, um título iniciático que assinala a nova condição do utente; o exército atribui-lhes números, o homem é um número que tem o mesmo cariz do passo iniciático. O novo nome perpetuava a memória da aventura. Os cavaleiros eram aventureiros e mercenários, com forte mobilidade geográfica como os ladrões de caminhos. Na Cavalaria havia de tudo: «exilados, expatriados, trovadores, voluntários da guerra santa, aventureiros sem escrúpulos, assaltantes de igrejas e de mosteiros, nobres semi-marginalizados que não encontravam um lugar nas estrutu-

³⁵ António Soares de Albergaria, *Triunfos... brasão Caldeira*.

³⁶ Robert Viel, *Les origines symboliques du blason*, pp.94-106.

³⁷ Michel Pastoureau, *Les Armoiries*, p.73, *Le Bestiaire heraldique au moyen age*, T. II p. 300.

ras próprias da classe e que ao mesmo tempo eram convidados à agressividade e à ousadia pela ideologia própria do meio»³⁸. Finda a guerra, estabeleciam-se em territórios diferentes dos das respectivas origens eventualmente dados em recompensa, ou usurpados, podendo passar a identificarem-se pelo antigo «nome de guerra».

O escudo deu o nome ao guerreiro para além de ser a reprodução do emblema identitário do clã ou da colectividade, segundo o que vimos sobre a «precedência de alguns símbolos aos escudos de cavalaria». Mas isso não significa que os nomes idênticos tenham a mesma origem.

Os brasões que se seguem são anteriores ao séc. XVI e foram *assumidos*, isto é, concebidos e usados livremente tendo os conteúdos sido escolhidos e, em princípio, compreendidos pelos seus utentes. Há alguns (devidamente referenciados) que foram atribuídos mas os especialistas supõem que já eram usados pelos próprios, os monarcas limitaram-se a reconhecê-los.

³⁸ José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 360; o autor esclarece bem as situações muitas vezes precárias dos cavaleiros medievais.

GUIA DE LEITURA
(«O Caldaico»)

O QUE É O CALDAICO

«Caldaico» é a designação popular para a associação dos antigos idiomas semitas do Médio Oriente, acadiano (ou acádio), assírio, fenício e hebraico que alguns autores dizem ser dialectos duma língua-matriz que se desconhece. Diz um especialista: «Outrora as línguas semitas do Médio Oriente estavam ligadas entre si por transições insensíveis. As relações mais ou menos estreitas que elas revelam, segundo a sua posição geográfica, permitem apenas de as classificar em dois grandes grupos: um oriental e outro ocidental. O grupo oriental compreende, entre outros dialectos, o acadiano comum à Babilónia e à Assíria; o grupo ocidental compreende o fenício, o hebraico e o aramaico»¹.

Os autores modernos não são unânimes na classificação do «caldaico», nomeadamente porque a classificação variou com os séculos. A polémica é de natureza cultural uma vez que os hebraístas se reclamam do prestígio da língua bíblica, e é tanto mais académica quanto se ignora a precedência dos dialectos e qual tenha sido a língua mãe. A polémica diz sobretudo respeito à ortodoxia bíblica. Segundo um autor «a língua caldaica, ou seja o dialecto pós-hebraico da Palestina, pertence ao grupo das línguas semíticas e deve o seu nome à errónea suposição de que os judeus o haviam trazido da Caldeia depois do seu cativeiro. Na realidade, é um antigo aramaico ocidental que durante o reinado de Alexandre Magno se substituiu ao hebraico pelo que já em tempos do império assírio (sec. IX a.C) dominava uma grande parte da Ásia anterior. A literatura caldaica na Bíblia começa em várias secções do Antigo Testamento, de Esdras e Daniel (sec. IV aC). Um dialecto caldaico mais moderno é aquele em que se escreveram os *Targums* concluídos no séc. IV de Cristo. O caldaico será depois representado no aramaico do Talmude de Jerusalém e no arameo-samaritano do Pentateuco. Na época maometana o caldaico foi substituído pelo árabe»².

Na prática da língua, o caldaico é uma associação dos glossários acadiano, fenício, aramaico e hebraico, falados na costa da Síria-Palestina e, depois, pelos fenícios e púnicos. No fundo, é a tradição linguística da Assíria, de Babilónia (Caldeia) e da Fenícia. A da Fenícia também se chama cananita (de Canaã). Os

¹ Charles-F. Jean, *Grammaire Hebraique Élémentaire*, Paris, Letouzey et Ané, 1943, p. 7.

² Encic. Universal Europeo-Americana Ilustrada.

judeus adoptaram o glossário caldaico durante o exílio em Babilónia (sec. VII a.C.), ao ponto de deixarem de compreender a Bíblia, necessitando de tradutores nas sinagogas³.

O «caldaico» são mais léxicos dispersos geográfica e historicamente do que línguas estruturadas, comparativamente com as europeias; os diferentes léxicos coexistiam⁴. Por exemplo, o hebraico bíblico era a língua escrita dos judeus eruditos enquanto no quotidiano circulavam os glossários regionais. A língua dos cartagineses é uma miscelânea onde coexistem todos os glossários (fenício, acadiano e hebraico)⁵. Foram esses léxicos, sobretudo o acadiano e o fenício, que falaram os povos do Médio-orientte durante os dois mil anos em que circularam, colonizaram e fundaram feitorias, até à Grã-Bretanha.

Os textos acadianos, em escrita cuneiforme e conhecidos desde o 3.º milénio a.C, são os documentos mais antigos que existem. No séc. XV a.C. o acadiano (ou acádico) foi a língua internacional dos mercadores e das relações entre os potentados de toda a região interior, Assíria e Babilónia ou Caldeia.

Deve-se aos fenícios o actual alfabeto (sec. X), uma invenção dupla: classificação dos fonemas e atribuição de um signo a cada um (até então a escrita era hieroglífica ou cuneiforme, e silabária). Os antigos escritos fenícios revelaram-se nos textos de Ugarit (costa da Fenícia, ao norte de Sidon e de Tiro) descobertos nos meados do nosso século e que datam do séc. XV a.C⁶. A língua havia-se difundido pelas feitorias do litoral mediterrânico, em particular na Africa do Norte⁷, e da costa de Canaã até ao país dos hititas e à actual Turquia; o seu glossário é o mais abundante depois do hebraico bíblico.

O hebraico herdou sobretudo o acadiano e o fenício, contando com o glossário mais abundante. É conhecido pela Bíblia (Antigo Testamento). Também é o glossário mais recente; os primeiros escritos bíblicos datam do séc. VIII a.C. Entretanto ignora-se o genuíno falar dos antigos hebreus (sec. XX-X) que seriam

³ Cf. Fabre d'Olivet, *La Langue hebraïque restituée*, p. XXXV.

⁴ Os glossários fenício, acadiano, assírio, aramaico e hebraico bíblico constam no *Dicionário Fenício-Português, contendo as línguas faladas pelos Fenícios e Cartagineses*, pelo autor do presente trabalho. Todas as significações propostas neste estudo sobre o *Brasonário* são extraídas desse Dicionário.

⁵ Tomback R., *Comparative Semitic Lexicon of the Phoenician and Punic Languages*, Scholars Press, Missoula, Montana (UEA).

⁶ Até à descoberta dos textos do séc. XV, o glossário fenício era conhecido por pequenas obras (epitáfios, dedicatórias, etc.), da Fenícia e de Cartago. O espólio de Ugarit, começado a explorar em 1928 por uma equipa francesa, consta de duas abundantes bibliotecas (dum palácio e dum templo) constituídas por colecções de placas de tijolo cozido, com documentação política e administrativa, e uma abundante literatura civil e religiosa, em vários estilos de escrita cuneiforme e em várias línguas (corespondência diplomática, por exemplo). Este espólio refere-se aos sécs. XV e XIV a.C., mas o local de Ugarit já era habitado desde os anos 7.000 a.C.

⁷ Charles-F. Jean, o.c. p.8.

o fenício e o acadiano; este desconhecimento deve-se ao facto de os autores do Antigo Testamento «terem adaptado os textos originais ao dialecto da Judeia numa época relativamente recente»⁸; para mais, a vocalização desses textos foi fixada pelos 'pontuadores' numa época ainda mais recente» (veremos isso adiante).

Na tradição ibérica medieval, «a primeira língua da Hespanha foi a caldaica»⁹ e encontramos uma polémica quanto a isso na história da heráldica portuguesa. Tradições de várias aldeias da Galiza pretendem que «o primeiro idioma da região foi a língua dos judeus»¹⁰. Momsen historiador do império romano atribui a dificuldade da implantação do latim no sul da Península ao facto de o povo desta região falar a língua dos fenícios¹¹. Noutros trabalhos, recorrendo a um método etno-linguístico demonstro que os Lusitanos falaram o cananita (o mesmo que caldaico). Descobre-se, de facto, que centenas de expressões do linguajar popular, que só têm significação por convenção, são decalques fonéticos ou traduções pela fonética de fórmulas antigas em «caldaico» com a mesma significação da actual fórmula¹². Também se demonstra a origem fenícia duma boa parte da toponímia portuguesa, recorrendo a um método etnológico, diferente do método filológico clássico que se descobre ser uma fraude (rebusca uma palavra latina para a fazer coincidir com a palavra moderna)¹³.

⁸ Charles-F. Jean, o.c. p. 8.

⁹ Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Historiografia da Língua Portuguesa*, pp.201-207.

¹⁰ José Ramon Onega, *Los Judios en el Reino de Galicia*, Torregalindo-Madrid, Editora Nacional, 1981, pp. 25-30.

¹¹ Theodor Mommsen, *Histoire Romaine*, L. VI^o, cap. II, Paris, Robert Laffont, Col. Bouquins, 1985, p. 548.

¹² Por exemplo: «Morar em cascos de rolha» (i. é, muito longe), «Está o mar um cão» (estou com pouca sorte), «Passar à peluda» (acabar a tropa), «Mulher que faz cartilhas de mar» (é uma prostituta), «Deu às de vila diogo» (fugiu), «Quem está de fora racha lenha» (cala-se), «Há roupa na corda» (alguém está a ouvir), «Há mosquitos por cordas» (discórdia entre o casal) «Alegre como uma pêga sem rabo» (muito contente), «Andar à paz de pílula» (estar sem dinheiro), «Ir nas catambrias» (cair bêbado), «Ir nas bimbás» (cópula sem penetração), etc. Em *Fontes Remotas da Cultura Portuguesa* interpretam-se 347 fórmulas destas.

¹³ Método etnológico: 1^o - Os topónimos eram objectivos, nomeavam coisas existentes (rio, cais, colina, campo, mina, palácio...). A coisa pode ainda existir e o nome antigo ter sido traduzido, os dois topónimos coexistem: serra do Marão (*maron* «alto»); minas do Pegão (*pehom* «carvão»); cabo Raso (*rash* «cabo»); cabo Espichel (*spi sheol* «falésia funda»); campo da Cheda, Chada ou Achada (*shed* «campo»), há mais de uma centena de Chadas, Chedas e Achadas em todo o País; fonte dos Carros (*qarr* «fonte»); fonte do Estio (*sty* «beber»); Fontainhas / fonte-aíngas (*otne* «fonte»), há umas 300 Fontainhas (sempre pronunciado desta forma); Xira (*sira* «barco»), etc. 2^a - Os nomes organizam-se em «constelações de topónimos», isto é, em torno do nome que significa «mina», há nomes para «obra», «oficina», «aldeia», «mineral»...; perto de «palácio», há «jardim», «poder», «governador», «juiz»... 3^o - Os nomes repetem-se algures em constelações idênticas. 4^o - Com a repetitividade da constelação, testam-se uns nomes e descobrem-se outros. A repetitividade, possibilitando o controle, constitui a caução de cientificidade, diferentemente do método filológico clássico que toma as palavras individualmente rebuscando palavras latinas que se lhes adaptem. Cf. M.E.S., *Ensaio sobre Toponímia Antiga*, anexo a *Origens Orientais da Religião Pop. Portuguesa* (exploram-se as constelações de 50 sítios Carcavelos (*karka belus*: «domínio do senhor, feitoria», há muitos ao norte do Tejo) e em *Fontes Remotas da Cultura Portuguesa* umas dezenas de topónimos Córtes (*kort*, lugar de encontros jurídico-tribais, pp. 205-385). Na constelação Carcavelos encontra-se uma dezena de Cadouços (*kadosh* «santuário»).

Para compreendermos como os autores dos brasões elaboraram o conteúdo do escudo, é necessário perscrutar o funcionamento da língua «caldaica», como ela era utilizada na tradição popular.

LEITURA

Na transcrição das línguas semitas surgem problemas com certas consoantes, ou porque não existem nas línguas europeias ou porque e se torna difícil reproduzi-las graficamente. O fenício antigo tem três T e três S, o hebraico tem dois T; há uma consoante Y ou I e um som vocálico i, uma consoante A e um som vocálico á, uma consoante W e um som vocálico w (ô), duas guturais, etc.

Expõem-se no quadro seguinte as transliterações que vamos utilizar:

Transcrição neste trabalho	Consoante correspondente	Leitura
A	<i>Alef</i>	á (aspirado)
B	<i>Bet</i>	b, v
H	<i>Hê</i>	e, ê, â
E	<i>Hê</i>	e, ê, â (1)
G	<i>Guimel</i>	gâ
H	<i>Het</i>	gâ (2)
Y	<i>Yod</i>	í (aberto)
I	<i>Yod</i>	í (aberto) (3)
Ø	<i>Ayn</i>	âu, êi, êu (4)
P	<i>Pê</i>	pê, fê
S	<i>Tsadé</i>	se, ça (5)
S	<i>Sameq</i>	se, ça (5)
<u>S</u>	<i>Shin</i>	xe, che, je
T	<i>Tet, Tau</i>	tê (6)
W	<i>Wav</i>	w, ô, úe (7)
U	<i>Wav</i>	ú, úe (8)
Z	<i>Zain</i>	ze

(1) - Dos textos acadianos, equivale ao *Hê*

(2) - Pronuncia-se como o J castelhano (ex.: *hijo*)

(3) - Dos textos acadianos, equivale ao *yod*

(4) - Consoante sem correspondência em português: «uma nasal aspirada vinda do peito».

(5) - Não se registará a distinção gráfica entre o *tsadé* e o *sameq*, com uma diferença fonética quase imperceptível em português.

(6) - Não se registará a distinção entre o *tet* e o *tau*, diferença fonética impossível em português.

(7) - Diz-se que é uma semi-consoante, pronuncia-se como o w inglês (ex.: *work*).

(8) - Dos textos acadianos, equivale ao *wav*

As restantes consoantes: **D** (*dalet*), **L** (*lamed*), **M** (*mem*), **N** (*nun*), **R** (*resh*), **K** (*kaf*), **Q** (*qof*) equivalem às europeias.

O idioma não tem: o **C** que é dado pelo **K** e pelo **Q**; o **F** que resulta do **P**; o **V** que é uma variante do **B**.

VOGAIS

As actuais línguas semitas, que são o árabe e o hebraico, não comportam vogais escritas mas apenas consoantes. Para lermos as consoantes necessitamos como é óbvio de sons vocálicos, mas as vogais não foram previstas pelos inventores da escrita. É isto porque são línguas concebidas para a oralidade em que a escrita funcionava apenas como mnemónica. As vogais *subentendiam-se*, estavam adstritas às consoantes faladas. Com o tempo a oralidade perdeu a primazia, as vocalizações exactas das situações esqueceram-se. Perdida a memória da oralidade, se diversificarmos os sons vocálicos adstritos às consoantes, as significações alteram-se. Para o hebraico bíblico, os sábios judeus (já na nossa era) recorrendo à memória ancestral fixaram a oralidade dos escritos bíblicos assinalando as «vocalizações exactas» por meio de pontos e de traços sob as consoantes (sem tocar no texto original); foram os chamados *pontuadores* ou *massoretas*. Os arranjos de pontos e de traços que vemos sob as consoantes do texto hebraico correspondem às nossas vogais e indicam como a consoante deve ser vocalizada. Entretanto, só a confiança que temos nos especialistas nos garante que fosse essa a *oralidade exacta original*, ou que fosse a única. Os autores que transliteraram os textos acadianos integraram no corpo do vocábulo as respectivas vogais. A vocalização do fenício foi em parte reconstituída por comparação. Também o árabe actual indica as variações vocálicas em forma de pontos e de linhas sobre as consoantes.

Enquanto as consoantes semitas se transmitiram ao longo dos milénios com uma notável fidelidade, sem conhecer abrandamentos e outras mutações fenéticas como as línguas neo-latinas, os sons vocálicos podiam ter variado. Mas as vogais são sempre leves, rápidas ou surdas, quase imperceptíveis, enquanto as consoantes são carregadas e marteladas; por exemplo, por serem os sons vocálicos leves e rápidos, podia não haver grande diferença nas vogais *â*, *e*, *ó*, *ô*. A primeira palavra da Bíblia *BR'SIT* («no princípio»), composta apenas de consoantes e que hoje lemos *berashite*, podia ter-se lido (os sons vocálicos vão em minúscula): *BaRaSIT*, *BôRôSôIT*, *BeReSeIT*, *BeiReiSiIT*, etc., em que as vogais são leves e as consoantes carregadas. Aliás, variações fonéticas deste tipo existem em todas as línguas. Os europeus de além-Pirinéus queixam-se dos portugueses que «comem» as vogais e a última sílaba das palavras; também sabemos que a gente do norte de Portugal diz *Poârto* e *Mâinho* e que, no sul, a palavra Lisboa embora assim escrita se pronuncia *Lesboua*.

As distinções entre a consoante **A** e o som vocálico *á*, entre a consoante **I**, **Y** e a vogal *í*, entre a consoante **W** e a vogal *ô*, podem parecer bizantinas ou nulas

mas elas existem nos glossários. Limito-me a transcrever os vocábulos como eles constam nos dicionários.

GÉNESE DA LÍNGUA

É indispensável ter em conta que uma diferença fundamental separa as línguas semitas das europeias: relaciona-se com a génese dos vocábulos. Expliquemo-lo por este modo simples: as línguas europeias constituem um acervo de vocábulos, fixos ou flexíveis; as palavras são códigos e cada uma tem a sua significação particular; a língua criou os vocábulos que aparecem definitivamente constituídos; a ideia-conceito reside na palavra. Diferentemente disto, as línguas semitas formaram-se a partir dos fonemas. A ideia reside no fonema; cada consoante é portadora duma «ideia vaga»; associando-se duas consoantes, a significação clarifica-se (chama-se «raiz»); agregando-se à raiz outra consoante, especifica-se melhor a situação, sem se perderem as significações trazidas pelas consoantes precedentes. Os vocábulos são o efeito da agregação das consoantes que *rodaram* entre si, como numa dança, para criar as ideias. Exemplo: a consoante **A** (*alef*) «reproduz a ideia de causa produtiva ou de força geradora»¹⁴. O **B** (*bet*) é «um sinal de acção interior associado a potência»¹⁵. O **M** (*mem*) «reproduz a ideia de desenvolvimento e de manifestação exterior»¹⁶, o **T** (*Tet*) contribui com a ideia de «determinação, definição, limite»¹⁷ e assim sucessivamente. Vejamos nos exemplos seguintes como o **A** e o **B** agregam outras consoantes e as significações que daí resultam:

A+B - «pai»

A+M - «mãe»

AB — «pai»

BR - «filho»

BR' - «criar»

BN - «descendência»

BT - «casa, e filha»

BD - «separar em partes iguais»

BDR «dispersar»

¹⁴ Fabre D'Olivet, *La Langue Hebraïque Restituée, 2ème Partie*, fac-simile de 1985, p. 6.

¹⁵ Fabre D'Olivet, o.c. p. 16.

¹⁶ Fabre D'Olivet, o.c. p. 75.

¹⁷ Fabre D'Olivet, o. c. p. 133.

- AM — «mãe»
 MT - «cama»
 MD - «multiplicar»
 MR - «cachorro, cria»
 MR' - «terra fértil»
 MN - «contar»
 MNT «parte, porção»
 AT — «tu» (pronome pes. feminino)

Vemos nestes exemplos que a consoante **A** é comum a «pai» e a «mãe»; o **B** contribui para a ideia de «geração»; o **R** entra em «criar», «filho», «terra» e «cachorro»; o **D** sugere «separar»; o **N** aponta para «quantidade»; o **T** é comum a «casa», «cama» e «porção»; o **D** contribui para «separar em partes iguais» e «multiplicar»; «criar» e «terra fértil» têm em comum **R'**.

No fenício e no hebraico, as palavras são ora biliterais (duas consoantes) ora trilaterais; raramente comportam apenas uma consoante ou mais do que três; no acadiano, são frequentes os vocábulos com três ou mais consoantes, mas são geralmente associações de vocábulos.

PLURISSEMÂNTICA

Uma vez que as palavras se formaram com a *rotação* das consoantes, trazendo cada uma a sua «significação vaga», os vocábulos acabam por ser plurissemânticos (donde a dificuldade de tradução). Exemplos de plurissemântica:

- AB** - «pai, mestre, conselheiro, ancião, antepassado».
AM - «mãe, tribo, nação».
BR - «filho, trigo, campo».
MD - «excesso, força, poder».
SDQ - «justo, justiça, legitimidade, ter razão, inocentar, normal, sucesso, graça».
QR' - «clamar, convocar, convidar, recitar, ditar, encontrar, acontecer, expôr-se, parte visível, rosto de pessoa (cara)».
SiT - «pôr, assentar, mandar, vir, ordenar, impôr, nomear, voltar, dirigir, tomar posição, traje, vestes, vestimenta, erva daninha».
BaRu - «observar, ver, examinar, tomar conhecimento, adivinhar, declarar, provar, espiar, estabelecer-se, tomar, pilhar, revoltar-se».
BR' - «criar, engordar-se, desbravar, arrotar»
ES - «profundeza, fosso, mexer, destruir, freixo, novo»

HOMOFONIA

As consoantes classificam-se (como nas línguas europeias) em labiais, guturais, sibilantes, palatais e dentais. Ora, como a ideia base reside na consoante e sendo o vocábulo o efeito da agregação de consoantes, as consoantes que são próximas foneticamente também o são semanticamente; é como se os homófonos fossem sinónimos. Mais concretamente, os vocábulos foneticamente próximos são semanticamente complementares. Se as consoantes permutarem dentro dos respectivos grupos, fornecem significações complementares. Não é uma regra absoluta mas uma constatação *ad-hoc* muito frequente.

Guturais	G (<i>guimel</i>) e	H (<i>het</i>)
Dentais	T (<i>tet</i>) e	Ṭ (<i>tau</i>)
Laringais	A (<i>alef</i>) e	Ø (<i>ayn</i>)
	A (<i>alef</i>) e	H, E (<i>hê</i>)
Sibilantes	S (<i>tzadé</i>) e	Z (<i>zain</i>)
	S (<i>samek</i>) e	Ṣ (<i>shin</i>)
Palatais	K (<i>kaf</i>) e	Q (<i>qof</i>)

Rebuscando vocábulos dentro do mesmo grupo de consoantes, embora com vocalizações sensivelmente diferentes, encontramos significações complementares. Exemplos (as consoantes vão em maiúscula e a vocalização em minúscula):

AD	«paizinho, papá»	>	HaD	«nome divino»
HeR	«engravidar»	>	ER	«cadinho»
GâBâL	«fronteira»	>	ḤâBeL	«grupo, bando, e tornar vazio»
SeB'	«beber em excesso»	>	SeB	«sete vezes»
KâHâL	«poder»	>	QâHâL	«reunião, assembleia»
SâD	«reconfortar»	>	SâD	«peito, amor»
SeGwT	«cova, buraco»	>	SeḤâT	«amalgamar metais»
HeR	«engravidar»	>	ERu	«cadinho, almofariz»
GâDu	«estar juntos»	>	ḤâDu	«fazer feliz»
QâLu	«queimar»	>	KâLâH	«consumar, acabar»
AwR	«luz do dia»	>	ØwR	«varar os olhos, cegar»
ESeRu	«desenhar»	>	EṢeRu	«endireitar»

Na cultura púnica as sibilantes S, Ṣ e Z eram usadas arbitrariamente podendo umas estar pelas outras numa «verdadeira desordem»¹⁸, tal como em Portugal se diz *Viseu* e *Vijeu*, *Barcelos* e *Barxelos*.

¹⁸ A. Van Den Banden, *La Grammaire Phenicienne*, p. 7.

SUBDIVISÃO DOS VOCÁBULOS

Nas antigas escritas «caldaicas» não havia separação de vocábulos. O texto era pegado sem separação de palavras. A separação dos vocábulos era o efeito da oralidade e a escrita um guia da oralidade. As primeiras versões da Bíblia (sec. VIII a.C.) foram escritas sem separação de palavras; apenas os períodos eram separados por dois pontos e numerados (donde a numeração dos versículos bíblicos). A separação dos conceitos resultava da entoação e das pausas da fala. Entoadado ou pausando (dividindo) duma forma obtém-se uma significação, entoado diferentemente encontra-se outra, complementar à primeira. O mesmo quanto aos vocábulos bi-consonânticos e tri-consonânticos: dividindo-os em dois grupos de consoantes, encontramos as ideias-conceitos subjacentes, aparentemente complementares do vocábulo inicial. A parte contém o todo. Exemplos:

BaRa : «criar»	→ Ba R' : «vir . aliado»
DaGoN : «trigo»	→ Da GaN : «que é do . jardim»
MeZeG : «vinho misto»	→ Me ZaG : «água . brama, ruge»
BiNiH : «construção»	→ Bi NôH : «a atingir objectivo»
GaDoL : «gabar-se»	→ Ga DâL : «a voz . corre»
GaGaN : «anjo guardião»	→ G' GaN : «soberbo . jardim»
ERES : «agricultura»	→ ER ES : «cadinho . do freixo»
	→ HR ES : «engravidar . profundeza»
	→ HR ES : «montanha . fresca ou nova»
	→ HR ES : «montanha . mexer»
	→ AR ES : «trazer produto . profundeza»

Em resumo: refazendo a oralidade, rebuscando consoantes do mesmo grupo e reestruturando as sílabas, encontram-se significações complementares reais ou imaginárias do vocábulo proposto.

Vejamos o exemplo da primeira palavra da Bíblia, **BR'SIT** («no princípio») que inicia o relato da Criação. O original tem apenas consoantes; a vocalização foi fixada pelos *pontuadores* passando o vocábulo a ser lido com uma determinada entoação (*BeRaSIT*). Se adoptarmos entoações e vocalizações outras, se desagregarmos as sílabas (respeitando a ordem das consoantes), aparece uma sequência de significações complementares à teoria bíblica da Criação.

1 - Leitura oficial (vogais fixadas pelos *pontuadores*):

BeRaSIT : «no princípio»

2 - Leituras outras (dividindo as consoantes de outros modos, com diferentes vocalizações) e usando a plurissemântica:

BeRe <u>S</u> IT	: na cabeça, em chefe . há, tem, está, cá está!
Ba Ra <u>S</u> IT	: entra . tremor . há, tem, cá está!
BaR A <u>S</u> IT	: ordena . existência, ou fogo . está!
Ba AwRa <u>S</u> IT	: vem . luz da vida . manda, põe, assenta
BaR' <u>S</u> IT	: cria . põe, manda
BaR'Ai <u>S</u> IT	: criar . homem . está
BeERe <u>S</u> IT	: no cadinho . põe, manda
BeHeRe <u>S</u> IT	: engravidando . põe, manda
BaR Hw <u>S</u> IT	: filho . ele . põe, assenta
BaR Hi <u>S</u> IT	: filho . ela . põe
BaR E <u>S</u> IT	: filho . novo . cá está!
BeR Ai <u>S</u> IT	: falar claramente . homem . está
BeR E <u>S</u> IT	: no meio . árvore (freixo) . há
BaR E <u>S</u> IT	: observa . arvore . aqui está
BeRw <u>S</u> IT	: zimbros, junípero fenício . cá está
BeERES <u>S</u> IT	: no desejo . está
BaR Ai <u>S</u> IT	: prova . homem . aqui está
BaR Hi <u>S</u> IT	: revoltar . ela . manda
BaR Ai <u>S</u> IT	: tomar conhecimento . homem . está
BaR Ai <u>S</u> IT	: revoltar-se . homem . está
BwR Hw <u>S</u> IT	: examina . ele . vestimenta
BwR Hi <u>S</u> IT	: examina . ela . vestimenta
BouR Hw <u>S</u> IT	: na nudez . ele . vestimenta
Ba Ra <u>S</u> ITa	: vem . ruína . próxima
BeRw <u>S</u> IT	: haste de lança . tem, há, aqui está
BeERES <u>S</u> IT	: na agricultura . está
BeHRe <u>S</u> i IT	: na gravidez . desolação . há, tem, está
BoR Ai <u>S</u> IT	: sepultura . homem . há, tem, cá está!

Podemos construir muitas mais versões e as significações correspondem às situações descritas ao longo dos três capítulos do *Génesis (criação do Homem, pecado, castigo e expulsão do paraíso)*¹⁹. Isto faz supôr que o texto partiu da rotação de **br'shit**. Certo é que estas significações estão correctas face aos glossários. A parte contém o todo. **Br'shit** é o ADN da Criação.

Era este o uso popular dos glossários «caldaicos». A cultura popular usava o idioma desta forma livre, podendo criar histórias muito desenvolvidas a partir de

¹⁹ Na introdução ao *Dicionário Fenício-Português*, para exemplificar como funcionava a língua, desdobra-se em mais de uma centena de versões o vocábulo *bereshit*; as versões reproduzem a criação do Cosmos, do Homem e dos animais, a instalação no Eden, a atribuição dos nomes aos animais, a proibição de comer de certa árvore, a tentação da mulher, a descoberta da nudez, a descoberta das vestes, a queda, o trabalho agrícola como castigo, as dores do parto, e expulsão do Paraíso.

uma só palavra, encontrando as circunstâncias e os atributos reais ou imaginários do vocábulo. Este uso da língua repugna aos meios eruditos uma vez que ele adultera as verdades doutrinárias e oficiais nos seus fundamentos ideológicos. É a razão por que a ortodoxia judaica sentiu a necessidade de fixar as vogais do texto sagrado, o que equivaleu a *optar por uma oralidade e uma semântica entre várias*.

Os autores dos brasões também jogaram com os glossários caldaicos desta forma. Encontramos até antigos mitos (sugeridos pelo conteúdo dos brasões) que teriam sido criados a partir da rotação de vocábulos. O brasão **Teixeira** contém uma licórnica; ora, rodando o nome **Teixeira**, encontra-se o mito medieval; o brasão do **Vaz** contém a fénix no fogo e o seu mito encontra-se rodando o vocábulo **Bas**.

GRAMÁTICA

A gramática é inexistente nos textos «caldaicos» (e é reduzida no hebraico bíblico). As palavras seguem-se umas às outras (um pouco como o inglês). Não há flexão verbal (no hebraico é rudimentar), o verbo é como um substantivo. Existem levantamentos sobre a gramática fenícia mas, na prática, podem nem se notar indícios de gramática²⁰.

Os vocábulos encontram-se frequentemente anexados no estado *constructo* ou *construído*, semelhante à estrutura inglesa e ao genitivo latino onde introduzimos a preposição *de*;

God's word - palavra de Deus
verbum Dei - palavra de Deus

No «caldaico» o acento tónico do primeiro vocábulo desloca-se caindo a sua última vogal:

DéLi ARu - balde transportar
DeLáRu - balde de transportar

A singularidade dos vocábulos encontra-se *desfazendo os efeitos da oralidade*.

O idioma não têm a nossa preposição *de* (posse ou lugar) nem o nosso verbo *ser* pelo que se subentendem sempre que forem necessários, como se podem subentender os artigos se não constam no texto.

²⁰ A. Van Den Branden, *Grammaire Phenicienne*, Beirut, Bibliothèque de l'Université du Saint Esprit, Librairie du Liban, 1969. Cyrus H. Gordon, *Ugaritic Textbook, Vol. III - Grammar*, Roma, Pontificium Institutum Biblicum, 1965. Giuseppe Furlani, *Grammatica Babilonese e Assiria con Testi e Vocabulario*, Roma, Istituto per l'Oriente, 1949. Raymond Jestin, *Abregé de Grammaire Sumérienne*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1951.

V
BRAZÕES DE A A Z

Os brasões que se seguem foram concebidos a partir da leitura do nome em «caldaico» ou porque o autor entendeu que o nome tinha essa origem ou, simplesmente, porque procedeu a uma tradução pela fonética: a coisa que o nome significava passou a figurar no brasão. A tradução pela fonética (chamemos-lhe assim) consiste em alguém traduzir uma palavra estrangeira a partir da pronúncia; é um processo usado naturalmente pelos iletrados ou por brincadeira. Todos conhecem exemplos disso; numa anedota popular o francês *je ne comprends pas* dá «não comprei pá». É conhecida a fábula de Esopo em que a expressão latina *dixit margarita ad pulos* (disse a pérola aos pintos) foi traduzida por «disse Margarida aos pulos». Os emigrantes em França traduzem *moules* (mexilhões) por *mulas* («comer mulas»), *main d'oeuvre* (mão d'obra) por «manobra» («a minha profissão é manobra»), *prime* (prémio de rendimento), por «prima» («ganhei uma prima»). Fernão Lopes falando da preparação da batalha de Aljubarrota diz: «O arcebispo de Braga pregando uma bula de Urbano VI contra os cismáticos incrédulos propunha que tanto que comessem a ferir o inimigo se lembrassem de dizer *et verbum caro factum est* (e o verbo se fez carne); alguns simples e ignorantes perguntavam o que queria isto dizer e os outros, por sabor, respondiam que queria dizer 'mui caro feito é este', retorquindo aqueles: 'é verdade, mas queira Deus que o torne hoje mui barato'»¹. Muitos topónimos portugueses são decalques sobre nomes antigos (testados hoje com elementos existentes no terreno) que, por tradução fonética, passaram a ter significações diferentes².

Segundo a lógica do *brasão falante*, o conteúdo representa o que a pronúncia do apelido evoca. Podem alguns nomes ser de origem fenícia, hebraica ou cartaginesa apontando para qualidades ou profissões enquanto outros tiveram origem na própria leitura do escudo, mas não é o objectivo deste trabalho descobrir a origem do nome.

A transcrição do glossário original vai em **negro** e é rigorosa, conforme com os dicionários. Como é regra entre os autores, as consoantes estão em caracteres maiúsculos e os sons vocálicos em minúsculos; isto significa que a genuína significação está nas consoantes podendo as vogais variar sensivelmente: *e > a > o*, *au > eu > ei*, etc. Os vocábulos acadianos podem ter as vogais em maiúsculo por corresponderem

¹ *Crónica de D. João I*, 2ª Parte, cap. 41.

² M.E.S., *Ensaio sobre Toponímia Antiga*, anexo a *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa*, pp. 259.

às consoantes dos outros dialectos (A, E, U). Em *itálico* apresenta-se a pronúncia vocálica que consta nos dicionários:

ALu BØR NaS = glossário segundo os dicionários
alubournáx = leitura

Propõe-se uma leitura fluente ligando as palavras como na oralidade. As significações são literais em prejuízo, eventualmente, de uma forma mais literária. Os algarismos que seguem as significações reportam-se à procedência dos vocábulos:

ALu BØR NaS
alubournáx - ornamento, emblema² . de acender⁴ . levantado¹

em que:

- 1 = vocábulo dos textos fenícios (secs. XX-XV a.C.).
- 2 = vocábulo dos textos acadianos/assírios (sécs. XX a.C. - VI d.C.).
- 4 = vocábulo do hebraico bíblico (secs. VIII a.C. e mais recentes).
- 5 = vocábulo do aramaico bíblico (sécs. V a.C. e mais recentes).

Havendo vocábulos comuns aos vários dialectos (o que é corrente) opta-se pelo mais adaptado, foneticamente, à situação.

A referência aos textos/épocas não é um efeito de erudição mas uma caução de rigor. Quando se propõe um vocábulo duma língua desaparecida ou pouco conhecida deve indicar-se a fonte escrita (ou o dicionário) onde ele conste. A falta dessa menção pode ser especulação e ludíbrio. Os filólogos portugueses, por costume, não cumprem essa regra; evocam línguas mortas e ignotas ou, como eles dizem, «exóticas»³, sem mencionarem o texto ou o dicionário onde consta a palavra, manipulando deste modo os leitores que confiam ingénuos ou servilmente nos «sábios» e nos «mestres»⁴.

Apresentam-se todas as variações de leitura ou rotações fonéticas do nome procurando-se esgotá-las. A ordem é *ad-hoc*. Esta seriação exaustiva pode resultar em fastídeo mas o objectivo é demonstrar que o desenho heráldico foi escolhido a partir de, pelo menos, uma dessas leituras.

³ J.P. Machado classifica de «exóticos» os alfabetos medio-orientais (fenício, hebraico, árabe...) esquecendo que foram esses povos que inventaram o sistema alfabético.

⁴ Leite de Vasconcelos nunca apresenta as fontes quando remete as suas etimologias para a língua celta que ele próprio diz desconhecer, e outros quanto à língua árabe antiga. Devemos ver nessa falta um sintoma da prepotência do «mestre» e, numa sociedade de fraca instrução e de nula investigação, uma possibilidade de ludibriar os leitores.

Cada brasão é introduzido por uma notícia sobre a família ou linhagem que o usou reproduzida do *Armorial Lusitano - Genealogia e Heráldica*, salvo outra referência. Sendo a «origem da família» discutível, tal notícia serve para calcular a época em que o emblema foi usado ou conhecido.

Todos os brasões que seguem foram *assumidos*, usados livremente e, eventualmente, criados por quem os usou pela primeira vez. Os concedidos por *Carta de Armas* (no sec. XV) também já eram os usados pelos próprios, limitando-se o monarca a atribuir-lhes um cunho honorífico.

ABELHO

«Nome de família asturiana que se passou a Portugal em data incerta, o qual é frequente no sec. XIV». O emblema contém um cortiço com as abelhas em círculo e uma foice espetada no tampo. Ao lado e à altura da foice, uma árvore. **Abelho** podia passar por «masculino de abelha»; o certo é que, nos meios populares como noutros, esse termo não é utilizado enquanto tal. Seja como fôr, pergunta-se: que função desempenha a foice espetada no cortiço?



Abelho

H B-ALLu

abalho - o1 . da (com a) picareta, enxada, instrumento perfurante (cf. foice)⁵

AB ALLu

abalho - profissional, mestre, pail . da picareta

AHB ALLu

aebalho - ama, gosta da1 . picareta

H B-ALu

abalo - o . do tambor1 (cf. cortiço)

H B-A'Lu

abailo - o . em bando2 (cf. enxame)

H B-HwL

abaole - o . dançando em roda⁴

ØB ALLu

eubalho - alpendre, telhado, baldaquino⁴ . da picareta

ØB B-ALLu

eubalho - alpendre . com picareta

ØB A'Lu

ebailo - alpendre . do bando

ØB ELu

eubelo - alpendre, baldaquino⁴ . em cima²

HBeL

gabele - bando, grupo, e inchado1

H B-AiL

abâilo - o . da árvore magestosa do tipo do carvalho⁴

⁵ B-ALLu: o B-, be, do fenício e do hebraico, é uma partícula que significa «em, entre, com, como, de (qualidade ou matéria)» e liga-se à palavra que rege; apresenta-se aqui separada por um *hifen* para facilitar o controle do glossário.

Ou associações fonéticas de todos os vocábulos precedentes:

H B-ALLu/AiL

abailho/

abalho - o . da picareta / carvalho

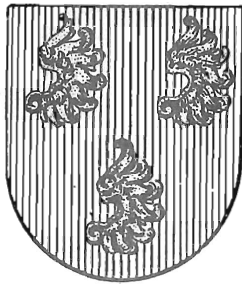
H B-A'Lu/HwL

abaulo - o . do bando . a dançar em roda

ØB B-ALLu/A'L/HwL

eubailho

eubaolo - alpendre . com picareta / com o bando / a dançar em roda



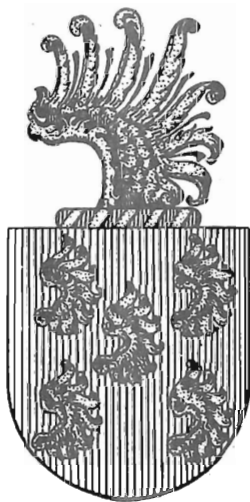
Abreu (antigas)

AB B-A'Lu/HwL/ALLu/AiL

abalho

abailho - mestre . com bando / a dançar em roda / da picareta / com carvalho

A foice, picareta ou enxada é que constituiriam o primitivo emblema para sugerir uma profissão (ferreiro? agricultor?); com outras referências linguísticas passou a lembrar «masculino de abelha», ficou em creolo.



Abreu (modernas)

ABREU*⁶ +⁷

«A família do brasão vivia no Minho na época de D. Afonso Henriques (séc. XII), sendo proprietária de várias terras». O emblema contém asas.

H B-R'H

abreue - o1 . do milhafre, ou com milhafre⁴

ABR R'H

abrreue - vôo⁴ . de milhafre

AHB R'H

aebreue - ama, gosta de1 . milhafre

⁶ O sinal * significa que este nome-brasão consta do *Livro do Armeiro-Mor* de João de Crós, brasonário oficial mandado compilar por D. João II (terminado em 1509) e do *Livro da Nobreza* encomendado a António Godinho por D. Manuel (1518?) onde se inscrevem as linhagens nobres de Portugal. O facto de um brasão não constar nesses *livros d'armas* pressupõe que a linhagem ou a pessoa que o usou não seria da nobreza mas do estrato vilão ou burguês. Entretanto os autores modernos apontam faltas de brasões nestas compilações. Um ou outro será posterior e disso se fará menção.

⁷ O sinal + significa que este brasão consta do brasonário manuelino da Sala de Sintra «mostrando o grande zelo do rei em conservar a memória da nobreza dos seus vassalos» (Vaz Velho). Só figuram aí 72 brasões que são os das mais antigas linhagens ou famílias mais prestigiadas.

AB R'H

abreue - pai, mestre, chefe¹ . milhafre⁴

ØB R'H

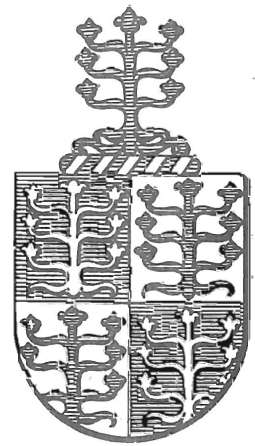
oubreue - nuvem, e alpendre, baldaquino⁴ . de milhafres

ØBR R'H

oubreue - atravessado, e coberto¹ . de milhafre

ALBERNAZ*

«Família conhecida desde o fim do sec. XIII». O autor do *Armorial* diz que o emblema consta de «quatro carpeteiros com um carpeteiro no timbre». Segundo os dicionários, o carpeteiro «é uma espécie de pereira ou de cerejeira bravas, e carpeta, uma espécie de bolota». Tal árvore é desconhecida e as significações são vagas. É o único caso em que esta árvore e símbolo heráldico aparecem⁸. Do que se trata aqui é duma réplica vulgar do candelabro judaico, a *menorah*, composto de sete braços.



Albernaz

ALu B'R NaS

alubernax - ornamento, emblema^{2º} . de acender¹ . levantado²

AL BØR NaS

albeirnex - ornamento/alto¹ . de acender⁴ . levantado

ALu B-ER NaS

alubernax - ornamento . em cobre² . levantado

ALu BR NaS

alubernax - emblema . de metal brilhante¹ . levantado

ALu BeR NS

alubernax - ornamento . ao meio² . levantado¹.

AL BaR NS

albarnax - ao alto . vê-se². levantado

Alu B'R NSØ

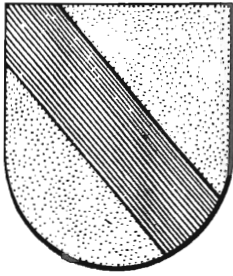
alubeirnasou - emblema . de acender . expulso, extraído, arrancado⁴

⁸ Enquanto símbolo heráldico (que encontramos uma única vez) o carpeteiro é definido do seguinte modo: «Árvore fantástica, semelhante à forma dum candelabro que, segundo uns, é de três bicos e segundo outros, de sete bicos (...) Dizem que representa o abrunheiro bravo, o amieiro silvestre, a cerejeira brava ou a cerejeira branca», Luis Stubbs S. M. Bandeira, *Vocabulário Heráldico*, art. *Carpeteiro*.

⁹ *ALu*, do acadiano, significa «ornamento» por um lado, e «quinta, palácio, povoação» por outro (para além de «raça de carneiros», «tambor» e «demónio celeste»); será aqui traduzido frequentemente por *ornamento*, *emblema* e *brasão*. A associação entre *ornamento* e *quinta* ou *palácio* pressupõe que o termo para o «brasão» colocado no frontispício do palácio ou da quinta como sinal de identidade e de pertença, era *ALu*.

O apelido pode ter origem no tema desenhado no escudo ou num emblema tribal. Compare-se com o candelabro ou *menora* que era um móvel monumental do templo de Jerusalém em ouro maciço, pilhado pelos romanos no fim da Guerra dos Judeus (séc. I d.C.) e introduzido como troféu no templo da Paz, em Roma.

ALBORNOZ



Albornoz

A família com este nome e brasão «vivia nos princípios do sec. XIII, senhor de Albornoz em Espanha». Um dos **Albornozes** veio para Portugal «por causa de um crime». As suas armas são: de ouro, com banda de verde atravessada. A acusação de «crime» pode ter sido inventada a partir do nome que contém «fugir, rejeitar ou perder a honra»; o apelido pode ter origem no escudo que foi apagado, barrado por desonra «por causa dum crime» como era costume na Cavalaria; a barra atravessada sugere ápagamento ou ocultação.

ALu BØR N'S

alubournôs - ornamento, emblema, brasão¹⁰2 . queimado, arruinado, destruído⁴ . rejeitado, desrespeitado⁴

ALu BØR NZH

alubornâze - emblema . pureza, brancura⁴ . salpicada, borrifada⁴

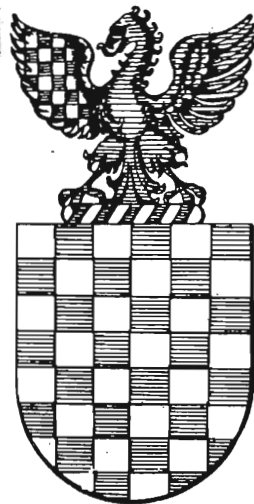
ALu B-URu NwZ

aluburunôz - emblema . do ou no tecto, terraço ou telhado²¹¹ . afastado, perseguido⁴

ALu B-ØwR NSØ

alubournasou - emblema . a descoberto⁴ . expulso, extraído, arrancado⁴¹²

Note-se a precisão de **B-URu**, «no tecto, terraço ou telhado» que é o lugar do brasão.



Alcoforado

ALCOFORADO*

«Foi usado por uma família nortenha do século XIII». Fundo xadrezado. No timbre uma águia com uma asa xadrezada como o campo do brasão.

¹⁰ Para *ALu* traduzido por «emblema» ver nota anterior.

¹¹ *BuRu*, acad.: «telhado de palha»; *URU*, acad.: «tecto, telhado, terraço», sendo a B- a preposição «no, para».

¹² A partícula *B-* que precede a palavra é a preposição «em, com, por».

ALu KP PRD

alucafaradu - emblema, brasão² . de base¹³ . dividida, cruzada⁴ (xadrezada)

ALu Qw PRD

alucofarado - emblema² . de expansibilidade⁴ . dividida, e bifurcada⁴, (xadrezada)

ALu KaPH RaDu

alucaferado - emblema² . de asa² . andar, guiar, prosseguir²

HLK PRD

alecufarado - andamento, caminho¹ . cruzado, bifurcado⁴

ALK ØPH RaDu

alecoferado - caminho, andamento¹ . pássaro¹ . prosseguir

ØL KaPH RaDu

aulcaferado - em cima . a asa² . prossegue²

Pode ser um caso de apelido com origem no escudo.

ALMANSA

«Família procedente dos reis de Leão pelo que é muito ilustre e antiga». Cinco aspas, cinco arminhos (ou aljavas?) e cinco rodas chamadas de Santa Catarina (rodas de tortura).

ALu MZ'/MaZu

alumâza - ornamento, emblema² . rasgado, ou de rasgar¹, ou espremer, prensar²

ALu MS'

alumasoa - emblema . do sofrimento⁴

ØLM ØNS

aulmaunxe - encobre¹ . castigo⁴

HLM MSH

aulmasa - golpear¹ . em contenda, em rixa⁴

ØL MZa

aulmasa - em cima¹ . rasgar

ØLM ØNS

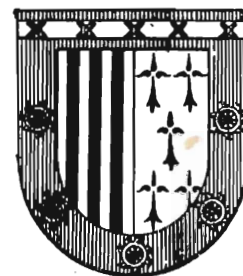
aulemaunxe - durável⁴ . a castigar

ØLM HMS

aulmgamse - sempre . cinco¹

ØL HMS

aulgamse - em cima¹ . cinco



Almansa

¹³ KP é do hebr. pós-bíblico, «base, suporte». O P pode ler-se *Fê*.

HLM HMS

almgamse - golpear . cinco

A ideia de «golpear, castigar» aparece sob três sinónimos:

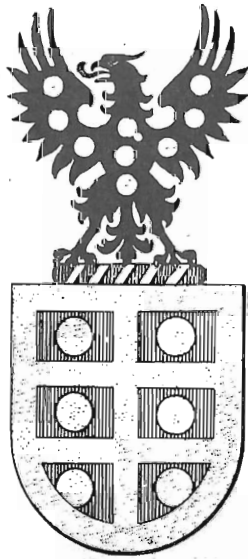
HLM - golpear

MaZa - espremer

ØNS - castigar

O nome teria assumido a nasal a partir de **HMS** (cinco) ou **ØNS** (castigar) e tido origem no escudo.

ALMEIDA*+



Almeida

Pertenceu a uma família do sec. XIII oriunda da Terra de Lafões segundo Braamcamp Freire. Tem seis «besantes» (discos) figura que procede, segundo os autores, duma moeda de Bizâncio. No timbre, uma águia coberta dos mesmos (que sugerem furos).

HwL MD

aulmade - rodas, voltas, discos⁴ . numerosos⁴

HwL MDH

aulmeda - rodelas . são o modelo, o padrão, ou a medida

HwL L-MD

aulemade - rodelas, discos . para ou no vestuário¹⁴

ØLM MD

olmade - fecha⁴ . vestuário, roupa

ØLM MD

oulmade - fecha, fechos (botões?) . numerosos

ØLM MD

oulmade - botões (?) de roupa

HLM ØD

alomâde

alomeide - golpear⁴ . repetidamente⁴, ou em torno¹

HLM ØDH

alomeida - golpear . atravessar, ou tirar, ou enfeitar⁴

ØLM ØDH

oulmauda

oulmeida - continuamente¹ . tirar, ou atravessar⁴

AwL M-ØDH

aulmeida - corpo, barriga⁴ . como que atravessado, ou enfeitado¹⁵

¹⁴ L- preposição «a, para, em» que se liga à palavra que rege.

¹⁵ M- prefixo enfático e partícula para a voz passiva ligada à palavra que rege, estando aqui separada para facilitar o controle do glossário.

Contém três termos diferentes para «repetição»:

- ØD - repetidamente
- ØLM - continuamente
- MaD - numeroso

O brasão **Almeida** é o mesmo do **Melo**, nome muito diferente e sem relação de parentesco (veremos como o autor deste último chegou ao mesmo resultado gráfico).

ALVARADO

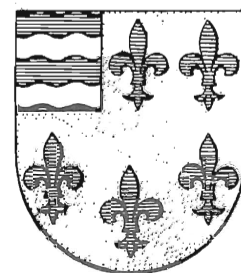
Não se diz a época em que este brasão foi usado mas é de uma «antiga família». O canto esquerdo foi amputado de uma flor-de-lis. É o único caso.

ALu BRD

alubarado - emblema2 . cortado, apartado, separado 1

ØL BRD

oulbarado - em cima 1 . cortado.



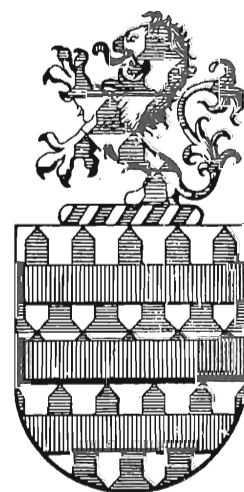
Alvarado

O nome pode ter tido origem no escudo.

ALVARENGA

Família do séc. XII, segundo o *Armorial*. «Os Alvarengas procedem dos de Riba Douro de um filho segundo de Egas Moniz e vivem na região de Arouca» segundo Mattoso¹⁶ baseado nos *Livros de Linhagens*. O brasão contém quatro faixas de peças chamadas *veiros* que aqui são irregulares, dispostos diferentemente variando na altura. É o único caso de *veiros* apresentados com esta disposição em todo o *Armorial*.

Podem servir como exemplo de *veiros* normais os de Vasconcelos e de Ribeiro. «*Veiros* (do fr. *vair*) são umas figuras em forma de campânulas invertidas, de prata, postas ao lado umas das outras e separadas por outras das mesmas dimensões em posição contrária, de azul»; são recortes. Diz-se que o nome *veiro* deriva do latim *varius* que seria um «animal de pêlo azulado no dorso e branco no ventre. Não se sabe que espécie de animal fosse. Santo Isidoro fala dum peixe do mesmo nome que não foi posteriormente identificado». Os especialistas não se entendem quanto à origem do termo *veiro* dando cada qual a sua explicação¹⁷. Pode ser



Alvarenga

¹⁶ *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 297.

¹⁷ Luis Stabbs S.M. Bandeira, o.c. Art. *Veiro*, depois de citar Santo Isidoro, diz que vem do latim *varius* «várias cores», o que é inexato porque o termo nessa língua significa simplesmente «vário, variado» sem qualquer pressuposto de cores. Há autores que fazem proceder o *veiro* da «forma muito estilizada da pele das costas ou do ventre do

do fenício-púnico *bary* (corte, recorte)¹⁸.

ALu BRY NG

alubaringa - ornamento, emblema² . de corte, recorte¹ (veiro) . em andamento¹

ALu BRY NGØ

alubaringâu - ornamento, emblema . de recorte, veiro . que se junta, se toca, se amachuca⁴

ALu BRY EN GH

alubarienga - ornamento . de recorte (veiro) . mutante . fugidio¹

ALu BRY EN G'H

alubarienga - emblema . de veiros . que mudam² . de altura¹

ALu BaRu EN G'H

alubarenga - ornamento . vê-se² . mudar². altura, altivez¹¹⁹

ALu BaRu EN G'H

alubarenga - mansão, castelo, cidade² . vê-se . mudar . altura, altivez

ALu BeRu ØiN GH

alubereinga - ornamento . medida de distância², meio . vê-se . fugir¹

Lendo «veiro»:

ALu veir EN GH

aluveirenga - emblema . de veiro . mutante . fugidio

Sinónimos de «ver»:

BaR - ver

ØiN - ver

Sinónimos de «mudar»:

NG - andar

EN - mudar

GH - fugir

esquilo cinzento muito usado na idade média» (J.M. Thiebaud, o.c. p.205) e outros não conhecem a origem desta peça. Soares de Albergaria explica por seu lado: «Esta forma de deriva da palavra francesa *vair* (vário) referente a 'varios sucessos na guerra, ora com dúvida da vitória ora com grande rasgo, pelo que os veiros significam os altos e baixos» (*Triunfos*, Art. Alvarenga). Para além das incógnitas quanto aos pretensos animal ou peixe, não se pode aplicar o adjectivo *várias* às «duas cores, prata e azul».

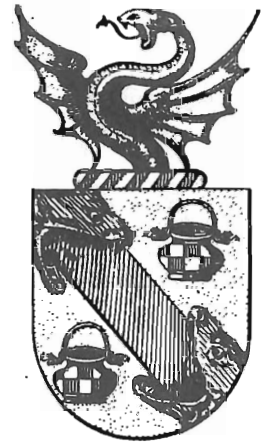
¹⁸ A origem do «veiro» (em espanhol *vero*, em italiano *vajo*, em francês *vair*) podia bem ser o fenício *bary* «corte, recorte» (*bariu* > veiro) mais plausível do que «pele de esquilo» ou de peixe. Há outros termos heráldicos procedentes do Médio-Oriente: na heráldica francesa, os termos *gueules* (vermelho), *sinople* (verde) e *azur* (azul) são vistos como tendo origem oriental (Geneviève D'Haucourt, *Le Blason*, p. 14.), *vair* pode estar na mesma situação.

¹⁹ *BaRu EN G'H* - a leitura é *barenga* (não *baruenga*) em virtude da última vogal cair perante a vogal da palavra seguinte, com mudança de acento.

O apelido pode ter tido origem no brasão. Alguns armoriais representam o brasão Alvarenga como o dos Vasconcelos (com veiros regulares); é assim que os vê Braamcamp Freire²⁰. Limito-me a lê-lo como ele se encontra no *Armorial Lusitano* que não cita as fontes.

ANDRADE, d'ANDRADE, DANDRADE*+

Família antiga de que se conhecem alguns membros «vindos da Galiza mas não se sabe de que época». O *Livro da Nobreza* de António Godinho (1518) regista Dandrade. Braamcamp Freire diz que anda associada aos Freires (Freire de Andrade), família galega do séc. XIII. Representa duas serpes abocando uma barra como num desafio, símbolo que vai aparecer com outros nomes diferentes. Um brasão concedido por carta de D. João II em 1485 a João Gonçalves do Arco e «cuja família é conhecida nos nobiliários por Andrades do Arco» representa um centauro a atirar ao arco com o braço estendido (o *Livro do Armeiro Mor* só regista Andrade do Arco, a Sala de Sintra ostenta Andrade com as duas serpes). O brasão sugere a linguagem desportiva ou do bafordo.



Andrade

DaN NDR ADu

dandrade - processo, julgamento² . de apostar¹ . duração²

DaN DR' ADu

dandrade - processo, julgamento² . de braço¹ . durar²

D NDR ØD

dandrâde - o que¹ . aposta, jural . aliado/testemunha¹

NDR ADu

anedrado - jura, voto¹ . contrato, aliança (aposta)²

AN DR' ØD

andarâude - o meu¹ . braço¹ . dural¹.

ANN DR' ADu

annedaradu - tempo enquanto² . braço . dura²

aNDR ADu

anderadu - jura, voto . duração, durante²

ØN D RDH

aunderada - ver¹ . qual é que¹ . domina⁴

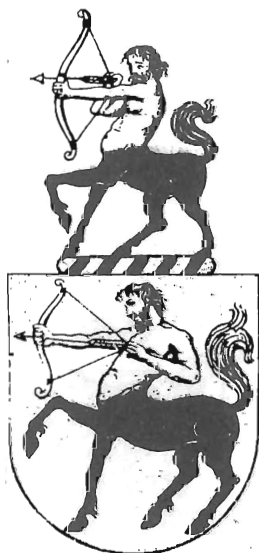
ØN D R' ØD

aunderaude - ver . qual é . parceiro . notável (campeão?)¹

ØN D RaD

aundrade - ver . qual é . parceiro . levar, prosseguir²

²⁰ «Há muitas analogias entre os brasões das duas famílias», *Brasões da Sala de Sintra*, I, Art. Vasconcelos, p. 342. Os Alvarengas não constam na colecção de Sintra.



Andrade

AN DRY ØD

anderiãde - eu . observo1 . parceiro

AN DR' ØD

anderãude - eu1 . brilho1 . sempre4

AN D RaD

anderade - sou eu1 . quem . leva2

AN D RDH

anderada - força1 . qual é que1 . domina4

AN D RØD

anderãude - força . qual é que . treme, estremece4

AN DaR ØD

anderãude - força . duração2 . duração1

ANA DR' ØD

anadraude - contra2 . braço1 . parceiro1

ANNu DR' ADu

anedradu - tempo enquanto2 . braço . dura1

HN DR' ADu

enederadu - medir1 . braço . duração, durante2

HN DaR ADu

endaradu - medir . duração . contrato, aposta

HN DaR ØD

endarãude - aqui/mede-se1²¹ . duração2 . parceiro1

HN DR ØD

enderãude - do lado de cá1 . fala, brilha1 . parceiro, aliado1

HwN DR' ADu

aundrade - é fácil, arriscar4 . braço1 . durante2

ANN DR' ØD

andrãude - tempo2 . braço1 . durante4

ANN DaR ADu

anndarãude - tempo . duração . durante2

AMD RaDH

amdrada - sempre1 . dominar

AMD R' ADu

amdradu - aniquilar1 . parceiro . duração

AMD DaR' ADu

amdarade - sempre . braço . durar

AMD DaR ØD

amderaude - sempre . duração . campeão

²¹ HN: fen., «aqui!», «olha aqui!», «do lado de cá» e «medir».

Note-se a variedade de vocábulos para:

medir, força - **HN, AN**

dominar, notável (campeão?) - **RaDH, ØD**

durar, tempo, sempre, prosseguir - **ANN, AMD, DaR, RaD,**

ADu, ØD

levar, ganhar - **DaR', RaD**

parceiro, aliado, contrário - **R', ØD, ANA**

contrato, aposta - **aNDR, ADu, ØD**

Notem-se as (quase)homofonias:

DaRY - observar

DaR - brilhar

DaR' - braço

DaR - duração

D R' - o qual é . parceiro

AN - eu, e força

ANA - contra, e adversário

ANN - tempo

ØN - ver

HN - medir

ADu - contrato, aliança (aposta)

ØD - parceiro, e aliança, contrato

Tem origem na linguagem desportiva, até sugere o jogo chamado hoje «braço de ferro» tanto mais que aparecem «braço» e vários sinónimos de «duração». É o mesmo que Freire. O apelido do Arco terá origem no brasão com o arco.

ARAGÃO

«Nome medieval de várias famílias frequente nas Beiras e no Algarve, com geneologias desconhecidas, podendo alguma ser de origem catalã». Um touro furioso.

ARAH ØNH

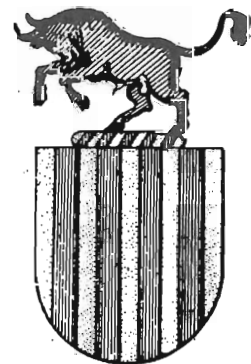
aragauna - novilho1 . testemunha, dá a entender4

ARAH HaNu

araggan - nvilho . excitar, provocar2

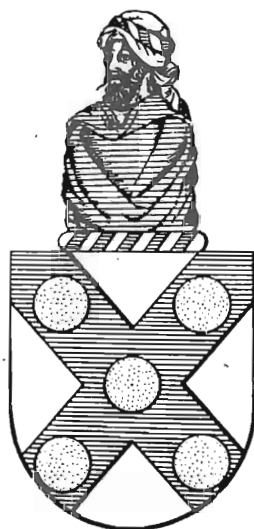
ARAH AôN

aragaon - novilho1 . força, vigor4



Aragão

ARAÚJO (d' ARAÚJO)*



Araújo

Nome antigo frequente em Portugal e na Galiza. Parece ter pertencido a Rodrigues Anes d'Araújo, senhor do castelo de Araújo mas ignora-se a época. Representa-se por um homem com turbante («um mouro») embrulhado, e sem braços ou decepado. Concebido a partir da leitura d'Araujo:

DR' HuSu

darauixo - braço1 . derretido, dissolvido²²

DRØ Sw'

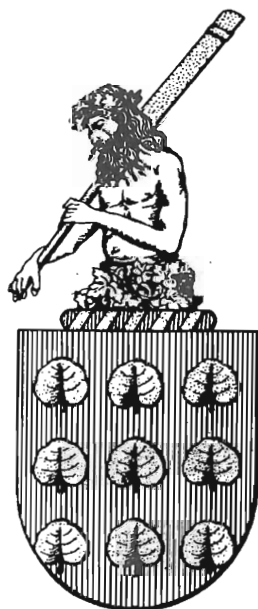
darauxue - braço5 . nada, vazio⁴

DR' S'

darausa - braço . eliminado1

Judeus portugueses fugidos para Marocos e depois regressados usam o nome Bendrau (*ben darao*) que o autor da *Genealogia Hebraica - Portugal e Gibraltar* justifica deste modo: «Trata-se duma alcunha árabe com o significado de 'o filho do braço' dada a quem se impõe pela força ou a quem age livremente segundo a sua vontade»²³ mas não dá a versão «árabe» do nome nem diz de que dialecto árabe se trata. Pelo que toca ao nosso Araújo, não é do hebraico (em que braço se diz *azeroa*) e que os judeus conheceriam, mas do fenício e é comum ao aramaico.

ARRAIS*²⁴



Arrais

Usado por uma família do séc. XIII. Representa um homem nú, «um selvagem» (segundo o autor que venho citando) com um remo (ou um pau) ao ombro, assente em folhagem e na cabeça uma grinalda também de folhagem. Se se referir a um comandante de barco, porquê um homem acabrunhado? E que sentido terão aqui as folhas e folhagem?

AR R' IS

arraais - folhas, ramos² . pessoa, parceiro1 . pau

H R' IS

arraais - o . parceiro . da planta, do pau

ARR AiS

arraix - amaldiçoado⁴ . homem⁴

²² *HuSS* (*huxxo*) «derretido, moido, pisado», do glossário da medicina caldaica (acadiana).

²³ José Maria Abecassis, *Genealogia Habraica, Portugal e Gibraltar, sécs. XVII a XX*, vol. I p. 723.

²⁴ Não consta no *Livro da Nobreza* de António Godinho.

ARR H IS

arraís - amaldiçoar . o . pau

AR AiS

arraix - folhas, ramos . homem

ØRR HH IS

âurraais - despido, destapado⁴ . doente¹ . planta, pau²

ØRR HH ES

âurraaex - despido . água, charco¹ . perturbado²

HH R' IS

aarraís - doente . parceiro¹ . pau, planta

H RS

arrax - o . chefe, principal, dirigente, cabeça⁴

O termo português «arraís, chefe da embarcação» provirá da última expressão.

ÁVILA

Há várias linhagens Ávila com armas diferenciadas e conhecidas desde o séc. XI. Uma delas é a de Antão Gonçalves de Ávila vinda de Espanha no séc. XV e que se estabeleceu em Almeida (refugiado) onde se ligou à família de Afonso Gonçalves de Antona criado da infanta Dona Beatriz que foi duquesa de Saboia; tendo passado à Ilha Terceira e «pela muita amizade que teve com ele deu-lhe em casamento a sua filha Inês Gonçalves de Antona e cedido muitos bens que possuía na ilha». O nome Antão ou o apelido Antona (ou ambos) sugeriram os «olhos» que preenchem dois quartos do brasão e os Gonçalves deram a ideia de «organizar em grupos»:

Antona:

ØN TØN

einton - olho⁴ . carregar⁴ (i.é, de olhos carregado, «ser todo olhos»)

ENu TØN

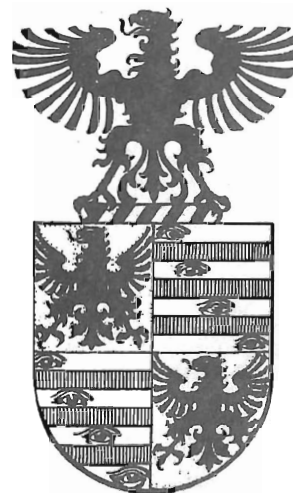
enuton - olho² . carregar

Gonçalves:

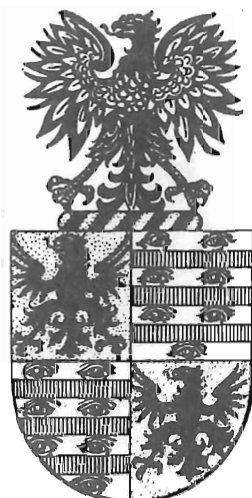
HMS L-BaS/BuS

gomxalebax /

gomxalebux - agrupados, postos em fila ou em ordem de batalha⁴ . para estar atento, e produzir, ou cativar² / bens, tesouros, haveres²



Ávila, do Duque de Ávila e Bolama



Ávila (outros)

HMS LBS

gamxalebux - agrupados, postos em fila ou em ordem de batalha⁴ .
vestir, trajar, usar⁴.

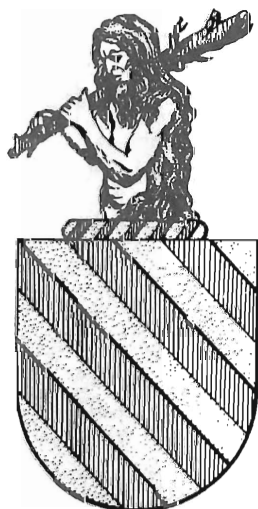
HMS L' BwS

gonxalobox - reagrupados . para não⁴ . traír, denunciar, ser vergo-
nhoso⁴

Portanto **Gonçalves Antona** foi traduzido por: «agrupados para não traír ser todo olhos».

AZAMBUJA*

Brasão duma família do sec. XII. O timbre representa «um selvagem» (segundo o autor do *Armorial*), acabrunhado, tendo ao ombro um tronco e os cabelos caídos até à cintura.



Azambuja

AZ aMBwS

azambuxe - constrangente⁴ . esmagamento⁴

ØS aMBwS

asambuxe - pau¹ . esmagamento

ØS ØM BuS

ousambuxe - madeira, pau¹ . como¹ . bens, haveres

ØMS BuS

oumsebuxe - leva às costas¹ . haveres²

ØS ØM BwS

ousambôxe - pau . com . vergonha⁴

AZN BwS

azenbuxe - armamento, apetrecho de guerra⁴ . da vergonha

AZN BwS

azenebuxe - pondera⁴ . vergonha

ESEN BwS

esenebuxe - sente² . vergonha

ØZ ANH BwS

auzanbuxe - pêlos⁴ . contra⁴ . vergonha

ØZ ANH B-USS

ozanebuxe - pêlos . até² . ao fundo, ao fundamento²

ØZ MBwS

ouzambuxe - pêlos⁴ . órgão genital⁴

AZAMBUJAL

«Usado por um proprietário de Azambujal, no Alentejo», datado de 1554. Representa-se por uma árvore com uma adarga (escudo pequeno) no tronco. A árvore é vista como um azambujeiro, e o que faz aí a adarga?

AZN B-USALu

azenebuxalo - armamento, apetrecho de guerra⁴ . no bosque²⁵

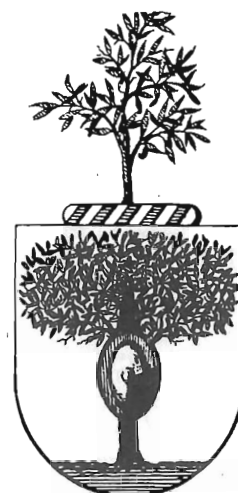
AZN B-USALu

azenebuxalo - atenção, tomar atenção!⁴ . ao bosque

AZN B-USALu

azenebuxalo - ouvido, orelha⁴ . no bosque

O brasão é duplamente falante, em português e em «caldaico».



Azambujal

AZEREDO*

De uma «família nobre e antiga (...) originária da Galiza». «Dez bastões de ouro em contra-banda» continuados no leão do timbre²⁶.

ESER HT

eseret - desenho² . de varas, cordas, fios

ØS ReDu

âxeredo - leão⁴ . prossegue, continua, junta²

ESER EDu

eseredo - desenho² . único²

ASR EDu

aseredo - unido, atado, cingido¹ . um só²

ESERET

eserete - dez²

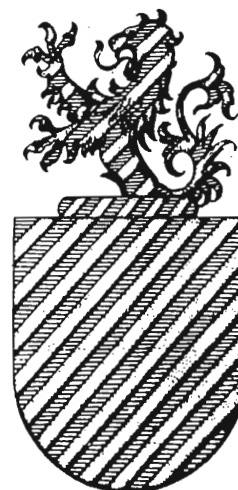
ESER EDu

exeredo - dez² . só²

ESER HT

exeret - dez . varas, cordas, fios¹

Pode ter origem no escudo.

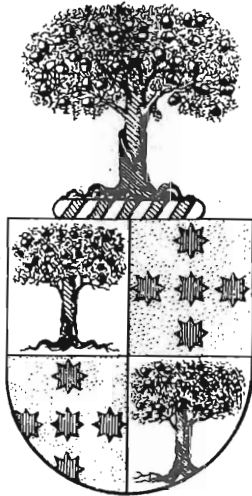


Azeredo

²⁵ B- do fen. e heb., partícula ligada à palavra que rege: «em, por, entre».

²⁶ Soares de Albergaria que não apresenta o desenho descreve-o com oito varas apenas. No Pseudo Albergaria tem dez.

AZINHAL SACOTO*



Azinhal Sacoto

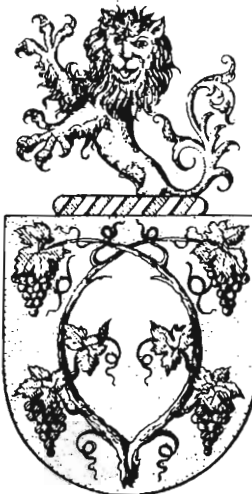
«Família do Alentejo cujo apelido tomou duma herdade do nome Azinhal. A família do ramo Azinhal Sacoto usam: esquartelado, o primeiro e o quarto de prata com uma azinheira arrancada de verde, e o segundo e o terceiro com estrelas postas em cruz. No timbre um das azinheiras do escudo». Note-se (autor do *Armorial* não o faz) que a «azinheira» tem o tronco em parte nú, a casca arrancada.

SQ ØTH

sekote - arrancar, tirar1 . casca, cobertura, roupa²⁷

Será um sobreiro? De qualquer forma tem a casca arrancada como diz o nome; sacoto seria o termo para «arrancador de cortiça».

BACELAR



Bacelar

De uma família do sec. XIII. Um ramo de videira cruzado. Pode ser duplamente falante:

BØS LaRu

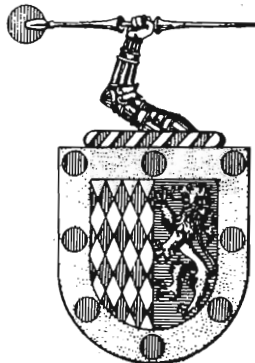
bâuxelar - uvas bravas e azedas⁴ . ramificação, cruzamento²

BAS LaR

baxelar - tem, está² . ramificado, cruzado

O termo português «bacelo» (vinha brava ainda não enxertada) deverá provir de *BØS ELu* (*bâxelo*) «uvas bravas e azedas, vegetal/puro» (*ELu*, do ac., tanto significa «vegetal» como «puro»).

BAENA



Baena

De uma família do sec. XIV. Um braço empunhando uma lança que espeta ou atinge o centro duma rodela.

Ba ENa

baena - entra, penetra1 . o olho²

Ba' ENa

baiena - atravessa² . o olho

B-ENa

baena - no olho²

B-ØiN

baeina - no olho1

²⁷ *ØTH* hebr. bíbl. «cobrir, esconder, envolver (casca, roupa, etc.); hebr. pós-bíbl. «roupa, capa, agasalho».

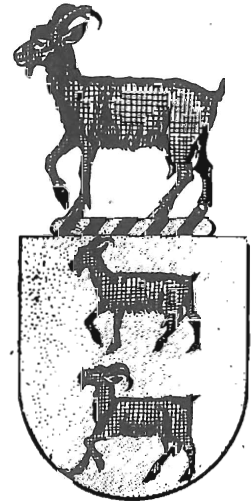
B-HN

baene - à medida1

BAIÃO*

«Entre a mais antiga nobreza de Portugal sobressai a família dos Baiões que tem por cabeça D. Arnaldo a quem alguns autores dão por pai Guido imperador da Itália e Adelaide (...) parentes de Pepino rei de Itália e de Carlos Magno e que viveu nos fins do século X. Foi senhor de Baião e casou com Dona Ufo, descendente dos reis godos de quem teve filhos, um dos quais D. Gosendo Araldes de Baião que sucedeu no referido senhorio, serviu os reis de Castela D. Fernando e D. Garcia, e combateu os mouros. Teve D. Gosendo muitas outras fazendas nas margens do Cávado assim como o senhorio de Penaguião, e foi governador da justiça no ano de 1030. Dele descende a família deste apelido». Armas: duas cabras passantes, emparceiradas e uma no timbre. É o mesmo brasão de Resende.

O brasão foi construído não a partir de Baião mas de Gosendo, uma pronúncia de Rosendo. Aliás, o Livro do *Armeiro Mor* regista Baião Resende. É a razão por que é o mesmo brasão que o de Resende.



Baião

R' ØZ EMED

reouzemedede - vêem-se4 . cabras4 . juntas, vizinhas, juntamente2

RØ ØZ EMED

rouzémedede - apascentar4 . cabras . junto ou juntas

RØ SMD

rousémedede - apascentar4 . a par, em parrelha1, e em compromisso4

R' ØZ EMED

raouzémedede - parceiro, sócio1 . cabras4 . juntas, vizinhas

R'/RØ SEMDu

rausemdul

reusemdu - parceiro / pastor . equipamento (em equipa)

RES EMED

rexémedede - cabeças2, reses. juntas, vizinhas, juntamente

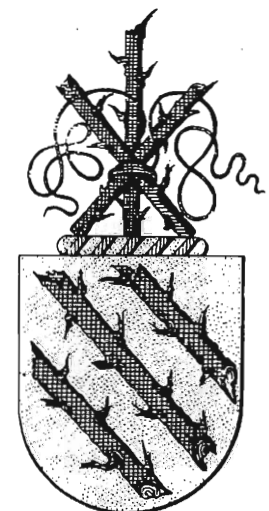
RÂS EMED

râxémedede - possuir2 . juntamente

Ver em Resende o que significa «emparceirar cabras»

BAIROS, BAIROS ou BARROS*

«Família nobre de Portugal que uns autores dizem ser a mesma dos Barros e outros a fazem diversa. O Livro do *Armeiro-Mor* regista



Bairros

Bairos. Por se desconhecer actualmente a sua origem, nada se pode afirmar a tal respeito. As duas palavras andam muito confundidas na linguagem antiga se é que não têm o mesmo significado». Brasão anterior a 1506. Paus em bruto, não aparados, e três dos mesmos no timbre.

BaR ØS

barous - vêm-se² . paus, madeiral

BaR' ØS

barous - desbrava⁴ . madeira

BRR ØS

barrous - selecciona, separa e afia⁴ . paus

Podia ter sido o termo para «carpinteiro» (ou lenhador?).

BARATA

Brasão duma família do sec. XIII embora se discuta se esta ou outras com nome semelhante são «originárias de França ou de Aragão». Comporta três mãos direitas, mostando as palmas e uma no timbre.



Barata

B-RHT

baragte - na palma da mão¹

BRH HT

baraate - selecciona⁴ . linha, traço¹

BaR HT

barate - examina, adivinha, declara² . linha, traço

BeR HT

berate - distância² . da linha

BaR AT

barate - adivinha . sinal⁵

B'R AT

barate - explica claramente⁴ . brandura⁴, encontro², vitória⁴

Podia ter sido o termo para «quiromante».



Barba

BARBA

A primeira família que se conhece com este brasão foi a dum alcaide de Celorico da Beira, no tempo de D. Sancho II (sec. XIII). Comporta ramagens de hera em torno duma cruz de Cristo e, no timbre, um mouro barbudo com um ramo de hera na mão.

B-ARu BA

baruba - com ramagem, folha² . vem¹

B-ARu BA

baruba - trazendo/folhagem²⁸ . vem

BA ØRB

baourba - vem . entrar¹

B-ARB

barba - em quatro¹ (cf. a cruz)

BARBOSO*

«Desconhece-se quem tivesse sido esta família, sabendo-se apenas que é anterior a 1509 uma vez que o brasão consta do *Livro do Armeiro-Mor*». No timbre, uma cabeça de touro.

BuRu BâZu

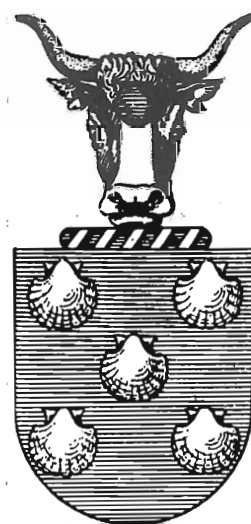
burubâso - vitelo² . presa, troféu⁴

BaRu BâZu

barubâzo - declara, demonstra² . troféu

BØR BâZu

bourbâzu - pastoreio, de pastar⁴ . despojo, troféu



Barboso

BAREJOLA*

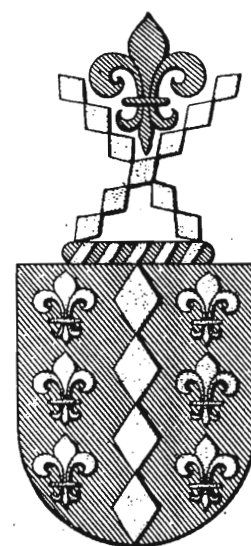
«Nome que se conhece apenas pelos livros de armas», anterior a 1509. «Quatro lisonjas unidas e firmadas, em pala». No timbre duas filas de lisonjas em aspa.

BeRu SuLu

beruxulo - meio². levantado, arrebatado

BeRu SwL

beruxole - meio . em baínha, cauda, aba⁴

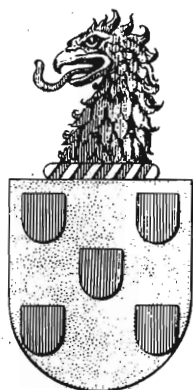


Barejola

BARVANÇA ou BARBANÇA*

«Desconhece-se a origem desta família, sabendo-se apenas que o seu brasão já existia em 1509». No timbre, uma cabeça de águia furiosa.

²⁸ B-ARu: B- sendo a preposição (*a, com*), ARu, acad. tanto significa «trazer» como «folhas, ramagem».



Barvaça

B-ERu BNS

berubansa - em, como a águia² . irada, aborrecida⁵

B-ARaB ANS

barabanx - como volátil² . irascível¹

BERNARDES

«Família cujo apelido primeiramente foi patronímico», filho de Bernardo. O nome andou associado aos Botados e as duas famílias confundem-se segundo o autor do *Armorial*. O brasão é do séc. XV ou anterior. Um aqueduto em arcos e em pisos.

B'R NaR D'S

bêrnardês - cisterna, poço⁴ . canalizado² . levanta os pés, pisa, salta e dá voltas¹.



Bernardes Brotado

Sabendo que o nome é ibérico, o autor lêu-o na fonética caldaica reproduzindo muito fielmente um «poço canalizado em pisos e que dá saltos»; «pisar» é o mesmo que «pôr em pisos» e um monumento em arcos é o que «salta» e «levanta os pés».

O brasão dos Botados, falante português, contém três canos de metal jorrando água concedido a Henrique Bernardes Botado, em 1578.

BERREDO

«Família de antiga linhagem cujo solar é a Quinta do Berredo em Santo Estêvão de Geraz, concelho de Lanhoso, a qual foi de Martim Pais Ribeira que fez dela honra, tomando os descendentes este apelido» (não diz a época). As armas são: um castelo ardente sobre uma rocha; no timbre, o castelo ardente do escudo.



Berredo

B'R ØD

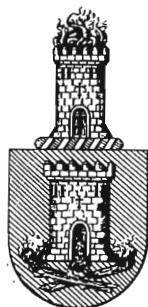
bereudo - incendiar, acender¹ . tron¹

BØR RDH

beirrede - incendiar⁴ . governo, domínio⁴

BØR ØD

beireudo - incendiar⁴ . tron¹



Tiçã

Compare-se com o falante português Tição (anterior a 1506).

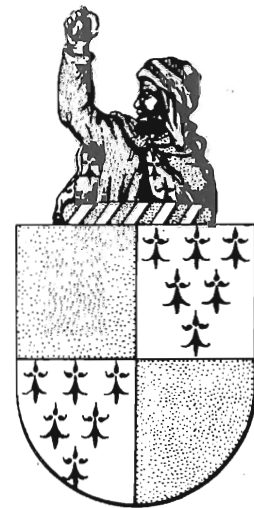
BOTETO*

Família desconhecida mas o brasão é anterior a 1509. No timbre, «um mouro com uma pedra de prata na mão em acção de atirar com ela»

BHT HT

bâtâte

bâtete - pedra preciosa, esmeralda⁴ . cair de cima¹



Boteto

BRAMDÃO* e BRANDÃO*

O *Livro do Armeiro Mor* distingue dois brasões com nomes escritos diferentemente: Bramdão e Brandão. O Bramdão consta de torchas de cera acesas chamadas, em português, brandões. Foi usado por uma família que está referenciada desde o sec. XII e que «deu origem ao topónimo Paços de Brandão» segundo o autor do *Armorial*.

Bramdão:

B'R ØM DM

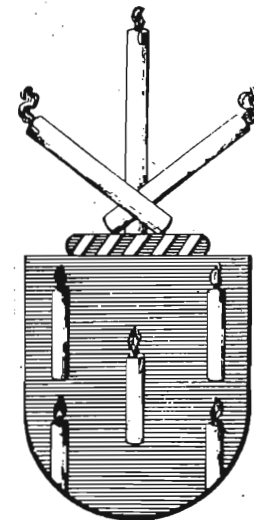
beraumdam - arde, acende²⁹ . com¹ . produto envernizante, unto (cera)¹

B'R ØMD DM

beraumddam - arde . colocada de pé⁴ . produto untuoso

B-RaM D AM/DM

bramddam - desfazendo-se² . porque é¹ . se fôr⁴ / produto untuoso.



Brandão

Sendo o brasão falante português, esta análise serve para demonstrar a origem fenícia do «brandão ou torcha»³⁰.

²⁹ B'R, do fen. «arde, acende; abandona, deixa; explica claramente».

³⁰ J.P. Machado diz que o termo é de «provável origem céltica», do nome irlandês *Breno* ou *Brennaim*, através do latim *Brendanus* mas não demonstra a relação entre esses termos nem a que existe entre o pretenso santo irlandês e a torcha portuguesa. O certo é que os filólogos portugueses desde o século XIX fazem os impossíveis para atribuir à cultura portuguesa uma origem «celta», isto é, germânica de que a Irlanda, para eles, constitui uma espécie de relíquia (para o efeito «celta» tudo serve). A vaga avassaladora do pangermanismo que se instalou em Portugal com a crise francesa e anti-semita de *l'Affaire Dreyfus* (fins do séc. XIX) à qual se seguiram as 1ª e 2ª Grandes Guerras, teve efeitos desastrosos nas mentalidades letradas portuguesas fazendo esquecer a identidade mediterrânica da cultura portuguesa. As Ciências Sociais e Humanas - que só apareceram em Portugal cem anos depois da Europa - sofrem ainda desse traumatismo anti-mediterrânico.



Brandão, de João
Brandão

25

Brandão:

De Duarte Brandão, filho de judeus nortenhos. Acusado de ter morto um homem quando adolescente, fugiu para Inglaterra onde foi favorecido pelo rei Eduardo IV que o apadrinhou no baptismo cristão, nomeou-o cavaleiro da Ordem da Jarreteira e general na guerra contra a França. Foi governador da ilha de Guernesy. Instalou-se depois em França onde adquiriu grande fortuna; o próprio rei português D. Afonso V viveu à sua custa quando esteve em França para entrevistar Luis XI (1476). Depois de muitas peripécias políticas, desentendimentos com a política inglesa, voltou a Portugal onde, enquanto nobre inglês, se distinguiu na manutenção de boas relações com a Inglaterra. Teve os favores de D. João II que lhe concedeu o senhorio de Buarcos e foi conselheiro de Estado de D. Manuel. Solicitou a entrada na Ordem de Cristo mas, apesar do seu prestigioso *curriculum*, foi recusado por «reparo de judaísmo». Morreu em 1512³¹. Os descendentes da sua linhagem aparecem numa lista da Inquisição, em Braga e Barcelos. Brandão é um nome muito presente entre a primeira leva de judeus ou cristãos-novos portugueses refugiados em Amsterdão (fim do séc. XVI) os quais eram do Norte³². As armas de Duarte Brandão são bem o símbolo das guerras que travou: dois dragões batalhantes passados e repassados em aspa.

BRH AN/ANA DaN

beraandan - delegado⁴ . geral, onde quer que seja1 / para² . processo judicial²

BRH ØM MDoN

beraumdon - delegado, representante . contra . disputas, contendas

BaRu ØND AN

beraundan - vê-se² . atado, enlaçado⁴ . fortemente¹

B'R ØND ANN/AN/DaN

beraundan - explica claramente⁴³³ . atado, enlaçado . adesivo, e hostil² / força¹ / processo judicial²

³¹ *Grande Enciclopédia Port. e Bras.*, Art. Duarte Brandão. Esta informação sobre a Ordem de Cristo deve ser relativizada porque «não encontramos traços de estatutos de limpeza do sangue antes do estabelecimento do Santo Ofício. É apenas em 1558 que encontramos o primeiro diploma papal excluindo os cristãos-novos à ordem dos franciscanos e em 1572 à ordem de Cristo» (F. Bethencourt, o. c. p. 264).. Talvez se entenda pelo costume de «algumas ordens ou confrarias espanholas, desde o séc. XIII, e sobretudo nos finais do séc. XV e princípios do séc. XVI terem introduzido esse critério»

³² Lista publicada por David Franco Mendes - J. Mendes dos Remédios, *Os Judeus Portugueses em Amsterdão*, Lisboa, Tavola Redonda, 1990, pp. XXXVIII-LIII.

³³ *B'R*, fen., «acender, e abandonar, deixar»; hebr. «explicar claramente, e poço». O mesmo vocábulo para significações tão diferentes? Justifica-se porque *B'R* também se refere ao processo judicial que, no Médio Oriente, se organizava com uma ordália junto da água (poço ou rio) tomada como testemunha (o suspeito era abandonado à água, se se

B-RØM DaN

braumdan - bramando, ou em algazarra⁴ . processo judicial

BeRu ØM MDoN

berammdon - no meio de² . gente, com, e contra¹ . rixas, contendas⁴

B-RaM MDoN

beramdon - na qualidade de desfazer² . disputas, rixas

B-RaM DaN

bramdan - na qualidade de lançar, instalar, fundar² . processo judicial

Notem-se os vocábulos:

- RØM** - algazarra
- RaM** - desfazer, e fundar, lançar
- DaN** - processo judicial, e tribo israelita de Dan
- D AN** - quem, de quem . força
- D ANN** - que é . adesivo, e hostil
- ØM (AM)** - gente, tribo, e contra
- ØND** - atado, enlaçado
- MDoN** - rixa

Brandão teria sido um atributo ou posição política da civilização púnica³⁴, mas também pode ser lido:

BR AM DaN

baramdão - filho⁴ . da tribo⁴ . de Dan⁴
sendo Dan o nome da tribo israelita cujo emblema ou totem era uma serpente³⁵

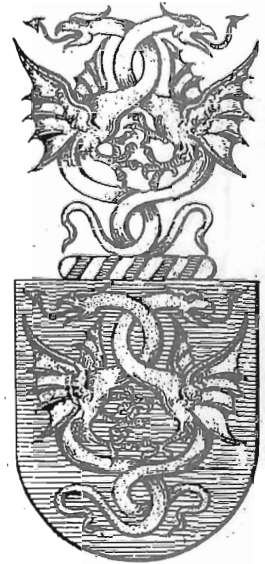
BREDERODE

«Família holandesa de que um ramo se passou para Portugal» (sem menção de época). No timbre, dois braços empunhando cada um

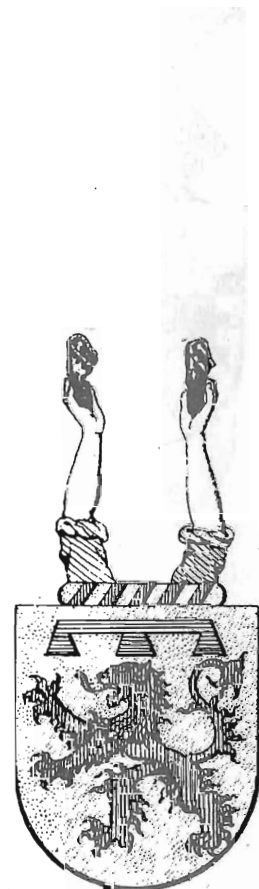
submergisse a acusação era justificada). O Código de Hamurabi, do séc. XVII a.C. e escrito em acadiano, prescreve esse processo chamando ao rio *Nabar Ilu (nagarilu)* «rio deus» («Seja lançado ao deus rio» para ser testado). O nome do rio Jordan, em Canaã, tem essa origem (*dan* «processo judicial»). Em Lisboa (num sítio chamado Cortes e Poço do Bispo) encontrou-se uma ara com uma inscrição ao deus Júpiter Assaeco; comparando estes e outros nomes de sítios com a inscrição, deduz-se que o ritual judicial da ordália pelo rio se praticou também na Lustânia (M.E.S. *Fontes Remotas*, pp. 164-167).

³⁴ Do fenício-púnico *BRH AN DaN (baraandão)* «representante geral do processo judicial, delegado de justiça» ou *BRH AN/ØM MDØN (beraamdon)* «delegado contra desavenças», *B-RaM DaN* «na qualidade de estabelecer processo judicial», isto é, juiz.

³⁵ Uma profecia do Bandarra diz: «Vi a Tribo de Dão / Com os dentes arreganhados / E muito despedaçados / da Serpente e do Dragão», o.c. p. 77.



Brandão, de Duarte Brandão



Brederode

uma pata de cavalo (ou de burro). Que a família seja ou não estrangeira, o brasão é falante caldaico.

B-REDu ØRôD

beredourôde - na perseguição². do burro selvagem⁴

BaRu DR' ØwD

barudaroude - examinar² . braço⁴ . repetido, e testemunha⁴

BaRu DR ØwD

baruderôude - notar² . tapete⁴ (cf. pata) . repetido, e testemunha⁴

BeRu DHR ØD

beruderuode - duas horas, ou uma légua² . galopar⁴ . continuamente⁴

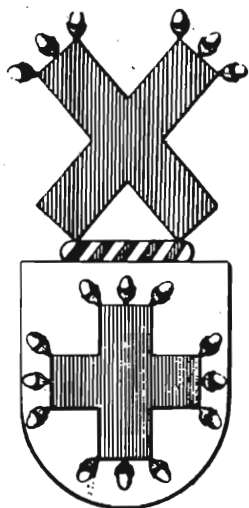
BeRu HDH RwD

berederode - duas horas . estender o braço⁴ . vaguear, deambular⁴

BeR ØD ØRôD

berêderode - duas horas . até que/presa, despojo . burro selvagem⁴³⁶

BULHÃO ou BULHÕES*



Bulhões

«Família portuguesa do início da nacionalidade que segundo alguns proviria de Godofredo de Buillon» primeiro rei cristão de Jerusalém. Parece ter sido a família de Santo António de Lisboa que no séc. XVI se representava com este brasão. No séc. X^o escrevia-se Bollon³⁷. Representa bolotas sobre uma cruz. Diz Soares de Albergaria que uma variante «representa no timbre um ramo de carvalho verde».

B-ALLAN

bâlân - em glande, bolota, e carvalho²

BØH ALÔN

bôualon - saliência⁴ . do carvalho⁴

BuL ALÔN ØS

bulalones

> *bulhones* - produto⁴. do carvalho . árvore⁴

Ba'u ALÔN ØS

baualones - cercado de² . carvalho . árvore

É sensivelmente o mesmo que Leão.

³⁶ *ØD* - fen. e hebr., com mínimas diferenças vocálicas, significa simultaneamente: «repetir, testemunhar, continuamente, até que, despojo», etc.

³⁷ J.P. Machado, *Dicionário onomástico*, art. Bulhão.

BUSTAMANTE

«Família de origem castelhana». O escudo, de que se ignora a época, comporta 13 arruelas. A simbólica do 13, fasta ou nefasta, é antiga.

BuSTu MNT

buxtumante - vergonhosa² . porção, contagem, dose, fórmula de encantamento¹

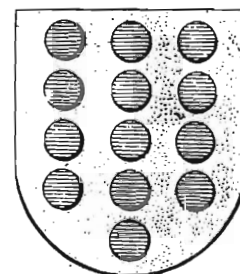
BaŠ Tu MNT

baxtumante - afastar¹ . fórmula de encantamento . dose, porção

BuST AMMuTu

buxtamutu - vergonhoso . oráculo²

É o mesmo que Sarmiento quanto à tradução do nome e ao conteúdo. O dos Salzares contém a mesma simbólica do 13. Os cristãos alcunhavam os judeus de *Treze*³⁸ por referência a Judas o traidor que na última ceia perfazia o 13.



Bustamante

CABEDO

«Família de origem castelhana». A que usou este brasão é do sec. XIV. Comporta caldeiras de ferro (ou almofarizes?)

KBD

cabedo - dá agasalho, alberga, presta honras⁴

K'B ØDH

cabeide - doença, sentir dores⁴ . tira, faz passar⁴

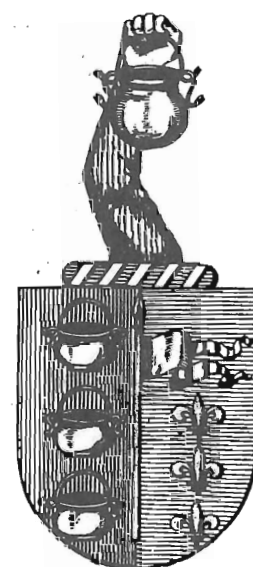
QaB ØDH

cabeda - declara, diz² . comunidade cultural⁴

Pode ter sido uma insígnia de hospedaria ou hospício³⁹. É o mesmo que Quevedo.

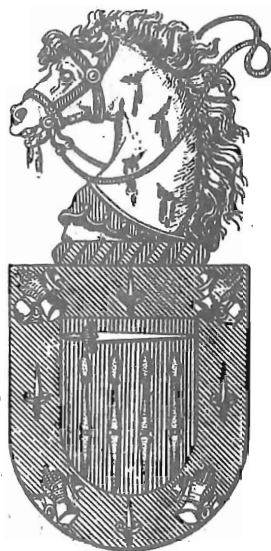
³⁸ «Muitos que andam na Misericórdia são dos *Treze* por nossos pecados», *Um Caderno de Cristãos-Novos de Barcelos* publicado por Luis de Bivar Guerra p. 310, e isto porque os cristãos-novos integravam as Misericórdias.

³⁹ A expressão popular «ter cabidela» em casa de alguém significa «ter a honra de frequentar» a casa dum rico (*kabed el*: «honra elevada»). Os sítios Cabedo, Quevedo e Cabedelo podem ter sido lugares de hospedarias ou estalagens. Tal como os vários topónimos ou ruas urbanas *da Cova da Onça* que existem no país (*kabed ansh*, «albergue dos irmãos» ou «albergue dos doentes»); em Alcobaca, o sítio Cova da Onça corresponde ao local onde funcionou o albergue do mosteiro; em Caldas da Rainha, a rua da Cova da Onça (frente às termas) é hoje uma rua de pensões e ainda aí existe o pátio para albergar o gado e as carroças dos forasteiros, pertencente à Santa Casa da Misericórdia local. As Misericórdias, no seu início, herdaram os bens e continuaram a função de antigas confrarias populares vindas, algumas, das antigas religiões.



Cabedo

CABRAL



Cabral, de Jorge Dias

Os Cabral, Cabrita e Cabreira são exemplos fáceis de brasões *fa-lantes português* representando cabras, e podem ser antigos (sec. XIII). O de Jorge Dias Cabral foge à regra. Segundo o autor do *Armorial*, foi-lhe concedido pelo imperador Carlos V e confirmado por D. João III em 1530 «pelos actos de valor que praticou». Representa um certo número de apetrechos de guerra: quatro lanças, uma espada, quatro punhais, quatro adagas e quatro manoplas de armadura. No timbre, um cavalo com quatro feridas e a boca gotejando sangue.

O nome foi lido *Cabral* e *Cabgal* que também é uma pronúncia vulgar.

KBR ALLu

cabralu - multiplicar⁴ . instrumentos perfurantes¹

K'B HL

cabegal - causar e sentir dores⁴ . sentir dores⁴

K'B GLY

cabegali - sentir dores . ferir-se¹

Notem-se os sinónimos redundantes:

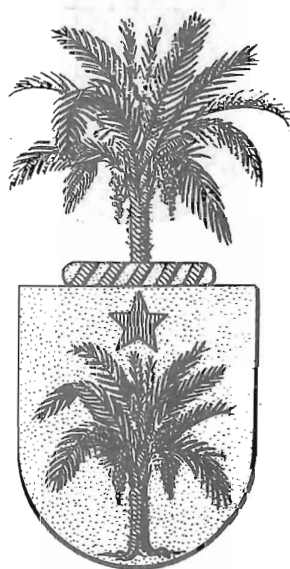
K'B - causar e sentir dores

HL - sentir dores

GaLY - ferir-se

A cabeça de cavalo (ou égua) é a mesma do Portugal.

CÁCERES



Cáceres

«Provêm os deste apelido de Castela donde passaram diversas vezes a Portugal». Há referências a estas famílias, que exerceram cargos políticos importantes e tiveram vários senhorios, desde o século XIV. A Álvaro Gonçalves de Cáceres, cronista-mor de D. Afonso V («nosso servidor e leitor das crónicas e livros de Castela», diz o documento régio)⁴⁰ foi dada Carta de brasão em 23 de Junho de 1459 por serviços prestados em Alcácer Seguer embora se possa pensar que o brasão já fosse usado antes disso (não consta do *Armeiro-Mor*). Uma palmeira e uma estrela.

QSR ØS

caxerese - robusta, vigorosa, forte⁴ . árvore⁴

É o efeito duma tradução pela fonética.

⁴⁰ Carlos da Silva Lopes, *As Conquistas e descobrimentos na heráldica portuguesa do séc. XVI*, o.c. p. 107.

CALHEIROS

«Família minhota cujo nome parece provir do topónimo Calheiros, Ponte de Lima», do sec. XIV. Contém vieiras e, em timbre, dois bastões cruzados sustentando uma vieira.

KaLLu ARu

kalharu - recipiente² . de peixe² (i. é, concha)

Q'L LaRu

kalharo - em cima¹ . cruzamento, bifurcação²

KaLa ARu

kalaru - encerra¹ . peixe

KaL' ERu

kalero - sustenta, retém, contém, e fecha-se² . peixe

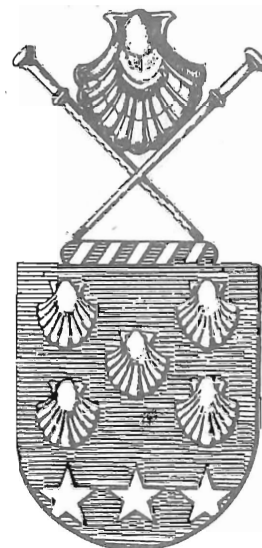
KaLL ØRH

kalhaura - recipiente . de derramar, esvaziar⁴

KaLL ØwR

kalhauro - recipiente . de converter-se, acordar, levantar-se⁴

É sensivelmente o mesmo do Sequeira quanto às vieiras e quanto ao sentido do nome. Proponho em Vieira uma explicação para a origem, a etimologia e o uso religioso da vieira.



Calheiros

CALVO

«A primeira família que usou este brasão viveu no sec. XIII no lugar de Calvos, Entre-Douro-e-Minho». Comporta metade fivelas e metade vieiras em esquadrelado. No centro e em timbre, um leão.

Ka LBU

kâlebu - como¹ . leão¹

Ka YBL

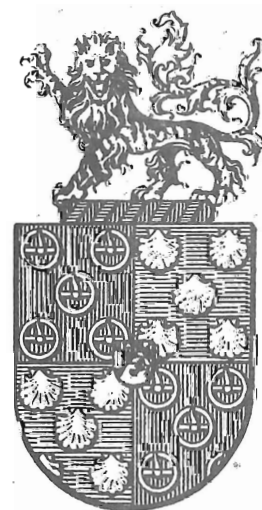
kâible - como . cinto, corrente¹

KaLu ØBH

kalauba - fecha, retém² . o que é gordo⁴

KBL

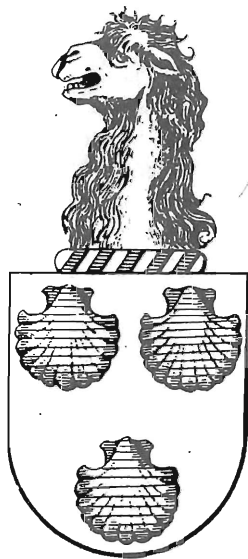
kable - grilhões⁴



Calvo e Calvos

CAMELO

Família minhota de que um dos membros exerceu cargos políticos em Riba de Lima, relacionada com D. João I que lhe deu «as rendas dos escrivães públicos e tabeliães de Entre Douro e Tâmega,



Camelo

com os foros dos judeus do Porto»⁴¹. As suas armas representavam uma cabeça de camelo no timbre e constam no *Livro do Armeiro-Mor* (não no *Livro da Nobreza*). O camelo evoca uma «pessoa boçal, um plebeu ignorante»⁴². Qualquer portador seria tentado em mudar de emblema justificando-se com uma boa razão. Foi o que fez Lopo Rodrigues Camelo, escrivão de D. Sebastião. As suas armas passaram a comportar um rio e uma mão que puxa a de um naufrago, tendo a de cima a palavra *rey*. No timbre, um braço ergue uma estrela. Uma bela história.

«Na *Carta de Armas* em que se concede este brasão, o próprio rei D. Sebastião diz: ‘Em dia de São Simão do ano 1570, vindo eu de Odemira para Coimbra, chegando a uma ribeira lamarosa, que havia de passar, se adiantou com temor de o porto dela pondo em risco a sua pessoa e vendo que padecia trabalho lhe acodi tirando-o de tal perigo por uma mão que lhe pedi’»⁴³. Esta história que tem o rei como protagonista da carta de brasão é duvidosa (as cartas de brasões foram objecto de fraudes e irregularidades). É o único caso (salvo erro) em que uma Carta de armas é justificada pelos méritos do doador e não pelos do armigerado. D. Sebastião é o rei-messias ou salvador. Na época existiu uma forte tendência para inventar mitos e lendas com os brasões, segundo Langhans. A história deve ser muito mais antiga e foi inventada a partir do nome (a referência «entre Odemira e Coimbra», indeterminada, será uma fórmula para encobrir a exactidão do local). Com a rotação e com a plurissemântica do nome pode desenvolver-se uma história muito circunstanciada sobre um «afogamento»; até se descobre que o «assistente do alto» pegou no afogado pelo antebraço:

KM HL'

kamela - quando1 . desgarrado (como ovelha desgarrada)⁴

KM ELu

kamelo - colina1 . elevada²

KH ML'

kemela - pois que⁴ . rampa, aterro⁴

⁴¹ António Soares dde Albergaria, *Triunfos...* bras. *Camelo*.

⁴² L. Bandeira, o. c. Art. *Camelo*.

⁴³ Reproduzida por Vaz-Osório da Nóbrega, *Armas Animadas* in *Armas e Troféus*, IV, 1, 1963, p. 78, cit. e por Franz Paul de Almeida Langhans, *Heráldica - Dicionário de Hist. Port.* (Direc. Joel Serrão). Soares de Albergaria dá uma versão diferente: «Conta-se que indo el-rei a Coimbra, entre São Marcos e Tentúgal, encontrou uma ponte caída sobre o Mondego, e tendo de passar tentou o rei atravessar a vau do que o dissuadiu o escudeiro dizendo que era muito fundo; o rei ordenou então a Lopo Rodrigues que passasse primeiro a que este respondeu ‘Senhor, se me engana bendito engano’. Lançando-se com o cavalo afundou-se de modo que só se via o braço e a cabeça. O rei vendo-o em tal perigo pediu-lhe a mão e pô-lo em terra, de modo que o escudeiro pediu que lhe desse armas conforme o sucedido. O rei acedeu à condição de ele não as misturar com outras da sua linhagem» (*Triunfos*, bras. *Camelo*).

K-AMELu

kamelo - assim um homem, um indivíduo, fulano⁴⁴

K-ØM HaLu

kamaalo - assim da companhia, familiar⁴ . tremer, estremecer²

K'H MeL

kaemelo - desamparado⁴ . precipício, abundância de água²

K-AML

kaamalo - então desmaiar, perder o vigor⁴

KHH AMELu

kaaamelo - tornar os olhos inexpressivos⁴ . o homem

K ML

kamelo - pois, já que⁴ . cheia, torrente¹

KH MH ELu

kamaelu - de modo que⁴ . águil . por cima²

K-AMELu

kamelo - então o homem

KM ELu

kamelo - buscar⁴ . em cima²

QYM ELu

keimelo - assistente¹ . do Alto, de Deus

KaM HL

kamele - agarrar, ligar² . olha, olha aqui!¹

Ka AMH ELu

kamaelo - o teu² . antebraço⁴ . para cima

K M' Elu

kamaelo - aqui⁴ . por favor!¹ . para cima²

K-AMELu

kaamelo - então o homem

QM HaLu

kaamelo - levantar-se¹ . escorrer, gotejar²

QwM HL'H

komelea - erguer-se, ficar válido¹ . daí em diante⁴

KM ELu

kamelo - certamente¹ . purificado²

K HM HL

kaamele - tanto que⁴ . eles¹ . olha, olha aqui!¹

Ka AMELu

kaamelo - teu² . homem



Camelo, de Lopo Rodrigues Camelo

⁴⁴ K- do fen., «assim, como, pois, já que, de certo, seguramente» ligado à palavra que rege.

QaM EL

kamelo - flameja2 . em cima (cf. estrela)

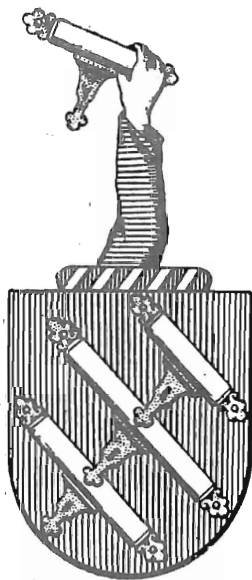
QaM HiLL

kamâilo - flameja . estrela d'alva4

A estrela do escudo e do timbre, que é um símbolo solar, pode ser a reprodução de «São Simão», dia do pretense salvamento: *shn' sheiman* (leit. *xane xeiman*) «brilho do sol»⁴⁵. A palavra rey escrita no braço do salvador pode ser R' (leitura: *rée*) «camarada, companheiro».

CAMINHA

«Família do sec. XII». Consta de três fechaduras ou trancas e, no timbre, um braço empunhando uma fechadura.



Caminha

KaMu INH

kamina - agarra, colhe, liga2 . oprime, aperta4

K-MNØ

kaminou - assim1 . retém, segura, e mantém afastado4

QaM INH

kamina - exterior2, adversário1 . aperta

KaM M-INu

kammino - agarra, liga, colhe2 . pelo olho2

KaM INa/INH/INu

kamina/o - agarra, liga . quando, mediante, e de fora2 / aperta2 / olho2

QaM INa/INH/INu

kamminalo - exterior, e adversário . quando, e de fora / aperta / olho.

K-MI INa/INH/INu

kamimalo - de facto qualquer um4 . de fora / aperta / olho

Notem-se os homófonos:

INa - de fora, e quando, e mediante

INH - aperta, oprime

INu - olho

Cf. Cogominho e Fagundes que contêm chaves.

⁴⁵ *Sheiman* «sol», *b'al sheiman* (*balxeiman*) «senhor sol», do púnico. A igreja mais antiga que se conhece em Portugal é a de São Pedro de Balsemão, perto de Lamego; São Pedro é o mesmo que Simão Pedro, festejado a 29 de Junho, no solstício do verão; foi um culto solar. Balsemão procede de *b'al sheiman*. As festas populares do 24 e 29 de Junho (São João e São Pedro) sendo festas solares, também se caracterizam pelo costume dos banhos santos, um culto de origem médio-oriental e fenícia. A queda no ribeiro pode ser uma alusão aos banhos santos.

CAMÕES

«Família de origem galega, do sec. XIV». Representa uma serpe (um dragão?) saindo de entre dois penhascos, dum fosso.

Ka MÔN ES

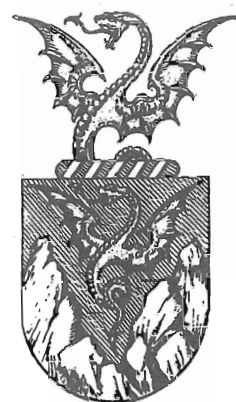
camones - como . esconderijo, toca⁴. fosso, profundez²

QaM ØN ES

camounes - levantar-se do¹ . sulco¹ . profundez², fosso²

KaMô NeS

camônes - assim, como se⁴ . levanta-se, fogel¹



Camões

CAMPOS*

Há várias linhagens Campos. Uma antiga que se conhece é a de Martim Campos que vivia Entre Douro e Minho no século XIII. D. Afonso V, em 1465, concedeu a Gonçalo Vaz de Campos pelos serviços em Africa, as armas que são: três cabeças de leão cortadas, ensanguentadas e uma no timbre. O brasão de Vaz também tem um leão.

KaN P ØS

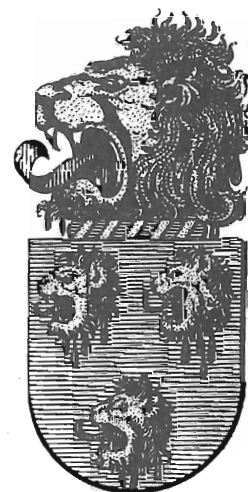
canepoux - dispôr, fixar¹, fazer cuidadosa, clara ou habilidosamente² . boca¹ . de leão⁴

KaM P ØS

kamepoux - colher, agarrar² . boca . de leão

KaM NPS

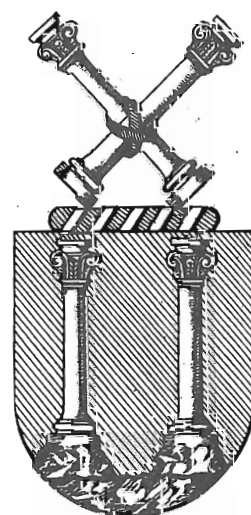
kamepex - agarrar . garganta, respiração, folgo⁴.



Campos

CÃO*

«A primeira família que se conhece com este nome, que deve provir de alcunha, data do sec. XIV» usado por Diogo Cão o descobridor. Há quem veja nestas colunas os padrões dos Descobrimentos. De facto, atribui-se a Diogo Cão a erecção na costa africana dos primeiros padrões para assinalar a passagem dos navegantes portugueses, e a quem D. João II enobreceu «atendo também aos méritos do seu avó, pelos serviços prestados por este ao rei D. João I»⁴⁶. Apesar da semelhança com os padrões, o brasão de Diogo Cão representa colunas clássicas, é anterior aos padrões que contêm o escudo do rei D. João II encimado por uma cruz. «As colunas do brasão de Diogo Cão já eram do seu pai e do seu avô», anteriores aos



Cão

⁴⁶ Grande Enciclopédia Port. e Bras, Art. Diogo Cão.

descobrimientos⁴⁷. As mesmas atadas em aspa constantes no timbre também divergem dos padrões. Num caderno da Inquisição do século XVI proveniente de Braga, Diogo Cão é tido como antepassado duma família de cristãos novos, condenados⁴⁸.

KN

Kan - fixo, e direito, estável, correcto, honesto⁴

QM

kam - levantar-se, estar de pé¹

K-AN

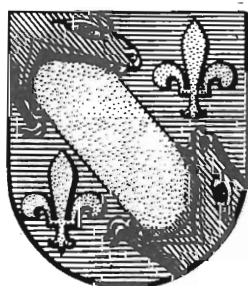
kan - deveras¹ . forte¹

K-HN

ken - bem medido, seguramente medido¹

Compare-se com o de Encerrabodes que contém duas colunas caídas, cruzadas e não atadas sugerindo o derrube, e com o de Ximenes muito semelhante ao de Cão.

CARMONA



Carmona

Desconhece-se a origem e a época do brasão. Representa duas serpes que disputam ou abocanham uma barra.

QRa MÔNH

kramôna - invocar, berrar¹ . parte, porção, petisco¹

KRH MÔNH

karamouna - negociar⁴ . parte

KR MÔNH

karmona - curtal . parte

QRM ÔNH

karmôna - estender, cobrir¹ . réplica, resposta⁴

QRR MÔuN

karremôune - murmúrio¹ . do covil⁴

⁴⁷ Carlos Silva Lopes, *As Conquistas e os Descobrimientos na heráldica portuguesa do séc. XVI*, Armas e Troféus nº 2, 1960, p. 117. : «"Asy pelos serviços que Gonçalo Cão seu avô fez a el rei D. João meu trisavô dando-lhe Badalhouce (Badajós) no tempo das guerras que havia el rei de Castela com o dito senhor. E bem assim aos que seu pai fez a el rei meu senhor e padre que Deus tem e por consequente aos que ele Diogo Cão fez ao dito rei meu senhor e a nós nas partes de Africa e também nas da Guiné aonde agora o enviamos a descobrir por serviço de Deus..." O brasão foi ordenado pelo rei de armas Portugal».

⁴⁸ «Lista dos Judeus que se baptisaram em Barcelos e das gerações que deles precedem», in Armas e Troféus.

KR MÂN

karmone - manda, ordena¹ . cada um²

KR MÂN H

karmona - manda . dividir em partes⁴

KaR MØN

karmoune - plataforma² . oposição, negação⁴

CARO

Família de que se desconhece a origem. Consta de caldeiras (ou almofarizes?) em volta.

KeRu

keru - forno²

KaRu

karo - entreposto, centro comercial²

K ERu

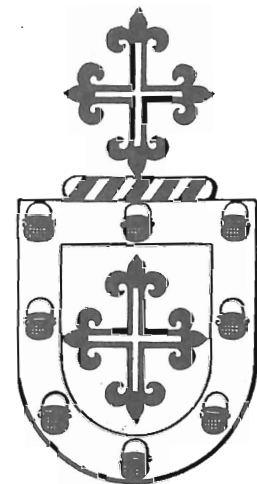
keru - de certo . bronze² (e dinheiro?)

K ERu

keru - certamente . cadinho, pilão² (panela?)

K ARu

karo - de certeza . levar e trazer produto²



Caro

CARREIRA

Desconhece-se a família que usou este brasão. Um fundo de água; em volta sete águias distantes tendo cada uma inscrita no peito uma letra: **R E Q U I E N**⁴⁹. Muito sugestivo.

QR' ERu

caraero - evoca, invoca, recita, encontra⁴ . a águia²

QR ERu

carero - fonte, e murmúrio¹ . da águia

KR ERu

carrero - plataform¹ . da águia

QRR ERu

carrero - frescura, manter fresco⁴ . águia



Carreira

⁴⁹ O autor do *Armorial* lê erradamente REQUIEM (o que se vê na figura é um N, não um M).



REQUIEN

REQUIEN

rekuien - longínquo2 . olho2

REQUIeNu

rekuien - longínquo . olho2

REQUIøiN

rekuiein - longínquo . olho1

REQUIEN

rekuien - afastado2 . deveras1 . vê, olho2

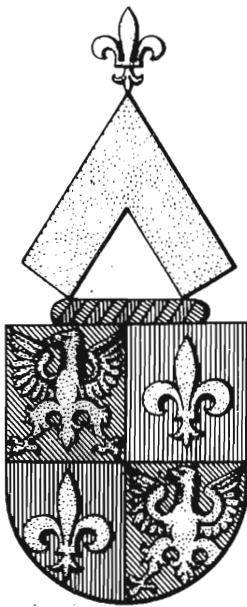
R' Qw IEN

reikuien - visão4 . distância4 . olho

Note-se a fidelidade da expressão **REQUIEN** para «olho», «ver» e a sugestão de «longínquo».

CASQUEIRO

Brasão de que se desconhece a época, «duma antiga família alentejana». Em esquadrelado, águia e flor-de-lis. No timbre uma figura chamada em heráldica *asna* («peça semelhante a um esquadro, de ângulo inferior a 45 graus») rematada por uma flor-de-lis. A asna dá o efeito de cone e a flor-de-lis sugere um laço.



Casqueiro

KIS QRø

kixcaro - cone truncado2 . lacerado, cortado4

KIS KRø

kixcaro - cone truncado . esteio, coluna4

KIS KaRu

kixcaro - cone truncado2 . domina2

QS QRø

kaxcaro - corte, recorte, borda, limite1 . cortado

QS K ERu

kaxkero - recorte . correspondente à1 . águia, e planta2

QS K ERRu

kaxkerro - recorte . correspondente ao . laço2 (cf.flor-de-lis)

Ka SQ ERRu

kaxekerro - de modo que1 . realça2 . laço

Ka SHQ ERu

caxekero - de modo que . realça . águia, e planta

Esta é a única ocorrência do significado «cone truncado». O apelido pode provir do escudo.



Carreira

CARVALHO*+

«Antiga família que se supõe proceder de Bartolomeu Domingues instituidor do morgado de Carvalho» (sec. XIII-XIV). «Parece que o apelido foi tirado do lugar do Carvalho, concelho de Penacova situado nas abas da serra do Carvalho» (ou o topónimo provém do apelido...). A. Machado de Faria de P. Cabral diz que o utente foi parente em 8º grau em linha descendente de D. Mendo Viegas de Sousa (sec. X) que usou o brasão Sousa⁵⁰ demonstrando que os emblemas já eram usados antes de integrarem os brasões.

Uma estrela de oito raios encerrada na caderna de crescentes lunares dos Sousas. No timbre, um cisne membrado com a estrela do escudo no peito. Note-se que as asas do cisne se assemelham às dos querubins.

KRoB ALu

kerobalo - querubim . é o ornamento, emblema²

KRoB AiL/ØL

kerobail

kerobal - querubim⁴ . estrela d'alva⁴ / por cima¹

KRoB B-AiL/AwL

kerobail

kerobaul - querubim . com estrela / na barriga⁴

KRoB B-AHL

kerobáel - querubim . no tabernáculo (Arca da Aliança dos israelitas no deserto)⁴

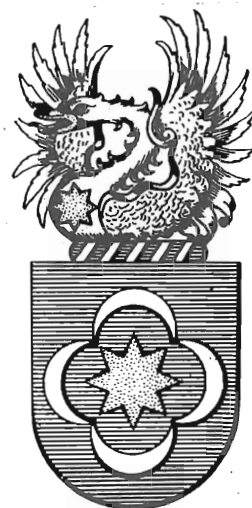
QRB B-HiL

kerebail - interior, centro, seio⁴, parte íntima da mulher² . com estrela d'alva

QRB ALu

kerebalu - interior . ornamento, emblema²

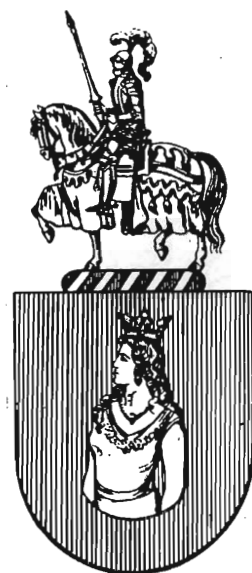
O escudo pode ter dado origem ao apelido e este ao topónimo.



Carvalho

CEISSA

«Ignora-se a origem desta família». Representa uma rapariga com um golpe na garganta. Segundo o autor do *Armorial*, o apelido «deve provir da povoação de Ceissa, Vila Nova de Ourém». Contrariando esta hipótese, o brasão refere-se a uma célebre história de Nossa Senhora de Ceissa (Montemor-o-Velho, Coimbra) ligada às proezas do abade João de Lorvão relatadas por Frei Bernardo de Brito, na



Ceissa

⁵⁰ *Origens da Heraldica Medieval Portuguesa*, carta.

*Monarquia Lusitana*⁵¹ e que se resumem no seguinte: aquando dum ataque do castelo de Montemor pelos Mouros, temendo-se que as mulheres cristãs fossem raptadas pelos Mouros e denunciassem ou traíssem os cristãos, o abade João de Lorvão tomou a insólita decisão de as degolar, e assim fez. Entretanto os cristãos ganharam a batalha; e foi então que Nossa Senhora de Ceissa ressuscitou as mulheres que o abade havia degolado e estas passaram a viver com uma cicatriz no pescoço. A imagem de Nossa Senhora de Ceissa também passou a ostentar uma cicatriz semelhante, por milagre (entende-se que foi por oposição ao abade e por solidariedade com as mulheres). Ceissa é o nome duma aldeia nas proximidades de Montemor-o-Velho com capela e um culto muito seguido em honra da Senhora cuja imagem tem pintada a cicatriz.

SS

sese - golpear, fender¹

SSØ

xesâu - fenda, apresentar uma fenda⁴

Sa AiSa

saaixa - que é¹ . mulher⁴

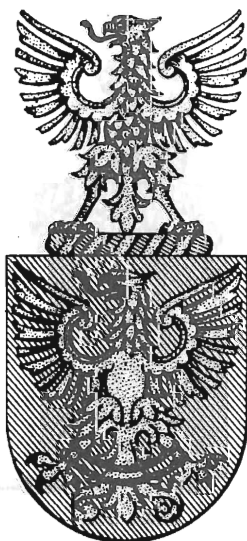
Sa ESa

saexa - que é . nova²

A história de Frei Bernardo de Brito (o nosso mais insigne criador de patranhas patrióticas) foi inventada a partir do nome da povoação ou vice-versa.

CENTEIO

«Família cuja origem se desconhece» e de que não se diz a época. Representa uma águia com os pés atados por um cordão.



Centeio

SeN Te'u

xenteio - sapato, sandália² . morde²

SíMeT HY

simetâie - ligadura² . dela¹

SêMT HY

semetâie - retém² . ela (retém-na)

SêMT HiH

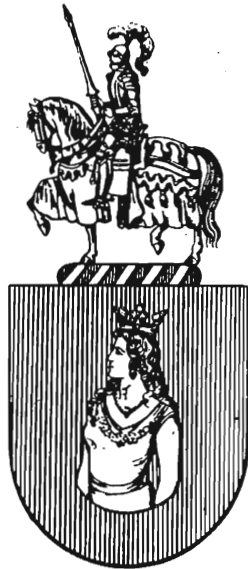
semtâia - atavio² . dela⁴

SMT HY

xemetâie - largar⁴, e perdoar¹ . ela (largá-la, perdoar-lhe)

Um outro brasão Centeio é *falante português* com feixes de centeio.

⁵¹ Frei Bernardo de Brito, *Monarquia Lusitana*, Parte II, Li. VII, Cp. XII e XIII.



Ceissa



CHACU ou CHACIM*

Para uns autores trata-se de duas famílias, para outros Chacu é a corrupção de Chacim. Todos concordam que as armas são comuns às duas, anteriores a 1506. Um javali com a língua (ou um dente?) fora da boca.

SaGu

xagu - javali²

SaGu SiM

xagusin - javali . posto, ordenado, erigido, e nomeado⁴

S'H SiN

seaxin - atenção ao⁴ . dente²

SaGu SeN

xagusen - javali . selvagem²

SaGu SN

xagusen - javali . desloca-se¹

S SiN

xassin - que é, que é do¹ . gado (lanígero)¹

S SeN

xasen - que é . gado miúdo²

Chacu é o mesmo que Chacim na medida em que Chacim é SaGu SiM «ordenado, posto ou chamado javali». Chacim também é nome dum antigo concelho transmontano (actual Macedo de Cavaleiros) nome que, segundo a *Grande Enciclopédia Port. e Bras.* significa em português antigo «javeli», portanto tudo concorda⁵². O javali do brasão será um símbolo totémico como a porca de Murça no vizinho distrito de Vila Real⁵³. Entre 1625 e 1755 contaram-se 158 cristãos-novos naturais de Chacim julgados pela Inquisição⁵⁴.

Pode ter origem no escudo e num animal totémico.

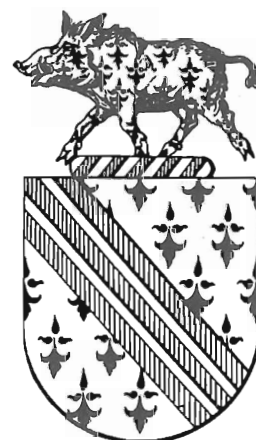
CHANOCA

Nome e brasão que existiam no sec. XIV. «Dois braços de leão» encimados por uma estrela.

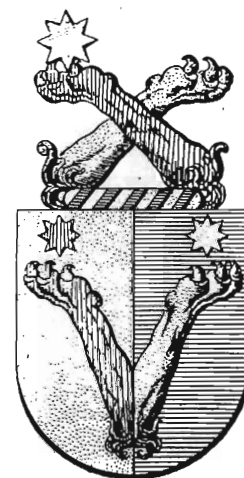
⁵² Existe perto desta povoação, num serro agreste, um santuário a Nossa Senhora de Balsemão «porque nosso Senhora apareceu com bálsamo na mão às vítimas de um rei mouro», etimologia popular, quando o nome *baal seiman* é um nome fenício para «Senhor Sol», um culto astral.

⁵³ Os heraldistas medievais atribuíram aos frígios um brasão com um javali. O porco foi o emblema dos descendentes de Isaú que vendeu ao irmão Jacob os seus direitos de primogenitura por um prato de lentilhas.

⁵⁴ Abade de Baçal, *Os Judeus no Distrito de Bragança*, pp. 65-76.



Chacim



Chanoca

SeN AKu

xenaco - dupla1 amarra2 (cf. dupla garra)

SeN AKKu

xenaku - duplo . martelo2

SaNaQu

sanaco - ligada, justaposta, aprisionada2

SuN AQô

sunaco - pernas2 . cabra montesa4

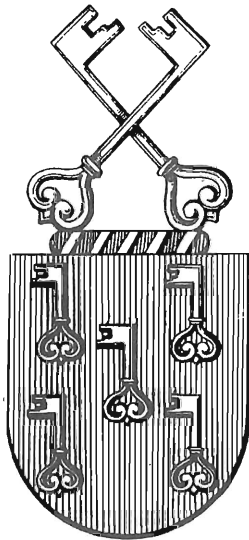
SaN AQô

xanaco - animal corredor, burro, dromedário2 . cabra montesa4

S NKH

xanaká - que é . abatido4

O nome pode provir do escudo



Cogominho

COGOMINHO*

Família e brasão do sec. XIII. Nome vulgar entre os cristãos novos de Barcelos e Braga processados pela Inquisição no sec. XVII. Representa chaves.

QØG M-INH

cogumina - abre, liberta⁴⁵⁵ . por aperto, opressão4

QØG M-INu

cogumino - abre, liberta . por um olho2

QØG Mi INu/INa

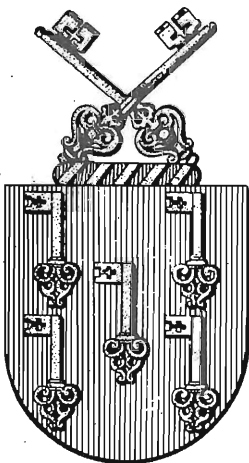
cogumiino

cogumiina - abre . quem4 . quando, enquanto, e olho / de fora, e aberta2

KØG MNØ

koguminou - abre, liberta . retém, segura, e mantém afastado4

Compare-se com o Chaves (séc. XIV).



Chaves

COIMBRA*⁵⁶

«Ignora-se a origem da família dos Coimbras mas não oferece dúvida que o apelido foi tomado da cidade do seu nome. O ramo mais importante desta linhagem, se houve só uma, foi o de Braga» (que

⁵⁵ *Qøg*: parte da expressão hebraica *PaQaG-QøG* significando "acto de abrir o cárcere, libertação" (Isaias 61:1).

⁵⁶ Não consta do *Livro da Nobreza* de António Godinho.

relação há entre o nome da cidade e o emblema?) Dois brasões. Um deles, provavelmente do séc. XIII, representa uma corda com nós que cerca um cardo ou alcachofra (planta fibrosa) e uma estrela («cordão de São Francisco» segundo o autor do *Armorial* mas esse só tem três nós).



Coimbra

Qw-HN BeRu

koenbêro - fio, cordão, linha de medição² . distância, medida de distância²⁵⁷

Qw-HN BR'

koenberá - extensão medir² . arroteamento, terra arroteada⁴

Qw IMBu BR'

koimebberá - fio . de fibra² . arroteada, desbravada

Qw IMBu ØRH

koinboura - fio . fibra . derramar, espalhar, descobrir⁴

KH HN BeRu

kaenberu - correspondente⁴ . cá está, olha aqui! . ao meio²

KH IMBu UR

kaimebure - correpondente . fibra² . de erval¹

Ke INBu UR

Keinebure - como que⁴ . fruto² . de erval¹

Qw-HN BR

koenbara - fio de medir¹ . campo aberto⁴

Sugere a função chamada hoje «louvado», medidor e calculador do preço de terrenos agrícolas, para efeito de partilhas ou de impostos. O outro, do bispo de Ceuta D. Frei Henrique de Coimbra (anterior a 1509), o único que consta do *Armeiro-Mor*, representa o mesmo cordão e, ao meio, um cordeiro.

Qw IMRu

koímero - cordão² . carneiro¹

Qw-HN B-R'

koenebrá - fio de medir¹ . de pastor, de pastagem²

K IN BR'

kainebera - pois¹ . mediante² . criar, engordar⁴

Note-se que a pronúncia popular do nome da actual cidade pode ser *coímera*. Diz Langhans que o pretenso cordão de São Francisco (esse só tem três nós) que veremos ainda em Eça, Fazenda, Montoia e Temudo, «a sua disposição ou arrumação, é exactamente a que se seguiu no ordenamento das cadeias simbólicas das Armas de Navarra»⁵⁸ (não diz o que fossem essas cadeias).

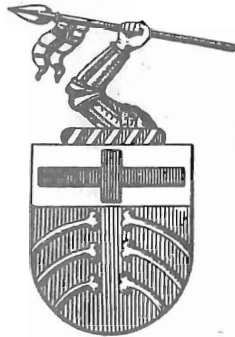


Coimbra, do Bispo de Ceuta D. Frei Henrique de Coimbra

⁵⁷ *Qw-HN* (leit. *koen*): *HN* é a terminação do fenício para «medida».

⁵⁸ *A Heráldica portuguesa, seus estilos e semiótica*, in *Armas e Troféus*, 1974, nº 1, p. 18.

CORTE-REAL*+



Corte-Real

Ou Cortereal na Sala de Sintra. Nome e brasão «de que se ignora ao certo a origem». Representa ossos voltados para cima que se diz serem costelas. Será lógico associar Corte-Real à corte do rei mas também é simplista, e que tem a corte do rei a ver com costelas? Alguns autores justificam que a família Corte-Real esteve associada à família Costa (cujo brasão contém costelas). Outros dizem que se trata de nomes de família autónomos com origens diferentes referenciados no sec. XIV. Soares de Albergaria chama-lhe Costa Corte Real mas na genealogia que apresenta não há nenhum nome Costa. A associação dos dois nomes também se pode dever aos respectivos brasões porque em ambos se vêem costelas. O que consta do brasão Corte Real tanto podem ser costelas como tíbias, homófonos de honra e de parentela:

KuRiT R'H ALu

curitereialu - tíbia, canela² . vê-se, conhece-se, e provém, preenche⁴ . ornamento, emblema, e palácio, quinta, cidade²

KuRiT R' ØL

curitereâul - tíbia, canela² . regida, orientada⁴ . para cima, e governar, reger¹

KuRiT R' ØL

curitereâul - tíbia . pessoa, parceiro¹ . parente, congénere, e governa, regel

QRT R' ØLØ

cârtereâulôu - a honra¹ . rege . a costela⁵

QRT R'H ØLØ/ØL

cârtereiâulôul

cârtereiâul - a honra . conhece⁴ . costela / parente

KuRiT R'/R'H ØLØ

curitereiâulôu - a tíbia . rege / vê, e provém . a costela

QRT R' ALY

cârterealio - honra . pessoa, companheiro . valente¹

Notem-se as semelhanças:

ØLØ - costela

ØL - parente, reger, e para cima

«Costela» e «parente» são homófonos e, em português, sinónimos. «Ter a mesma costela» significa ser parente. O brasão (ou o nome) pode referir-se a um provérbio ou divisa do género «a honra revela-se na costela ou rege a costela» ou «a honra reconhece-se na parentela».

Também pode haver uma relação entre os ossos e o governo ou a honra. O osso do morto foi um «símbolo de firmeza, força e virtude. No Oriente (Índia, Tibet...) os ossos eram utilizados na confecção de armas divinas»⁵⁹. As tíbias «orientadas para cima» significavam direitura, honra. Na cultura ocidental também se usaram os ossos, como emblema, para sugerir valentia. Depois, **KuRiT** (tíbia) é homófono de **QaRiT** (cidade) e de **QaRit** (honra) e quase homófono de **KoRT** (pacto, aliança). Entre os caldeus, fenícios e hebreus **KoRT** exprimia o reconhecimento das leis ou a legitimidade do poder, espécie de acordo constitucional entre o povo e o chefe tribal renovado ciclicamente. Podíamos ter:

QRT R' Alu

cartereâlo - honra1 . rege . emblema, e palácio ou cidade

KRT R' ØL/ØLØ

cortereâl - contrato1 . de pessoa1 . congénere / costela1

QRiT R' ØL/ØLØ

caritereâul - cidade1 . de aliados1 . congéneres / costela (mesma costela)

KRT R' ØL

cortereâl - contrato1 . de rege, dirigir, pastorear1 . governo1⁶⁰.

COTIMO

Família e brasão de que se desconhece a origem (anterior ao sec. XVI) embora se avenge que «possa ter relação com os Goetmen, da Bretanha francesa» diz o autor do *Armorial* sem demonstrar o mínimo que seja. Representa nove aneletes ou anilhas finas (denominados em heráldica «memórias»).

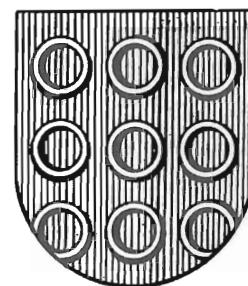
KuTiMu

kutimo - ourives2

QT INH

katina - pequeno4 . aperta, oprime4

O nome podia ser o de uma profissão (note-se a exacta correspondência fonética, *kutimu*). Embora estes sinais semelhantes a argolas estejam classificados de «memórias», o *Armorial* só refere um



Cotimo

⁵⁹ Jean Chevalier et Gheerbrandt, *Dictionnaire des Symboles*, Art. Os.

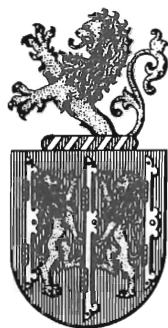
⁶⁰ Corte e Real também podem ser dois topónimos diferentes mas vizinhos. Terão sido locais de reunião da tribo ou da comunidade com o chefe local para o reconhecimento das leis, forma primitiva do Contrato Social, costume já documentado no séc. XII aC. entre os Fenícios e os Hebreus (V. *Origens Remotas da Cultura Portuguesa*, II Parte, Cap. VIº «Cortes d'el-rei»).

outro brasão que as inclui (D. Pedro de Mascarenhas, sec. XVI) com 16 aneletes repassados dois a dois, como hoje se representam as alianças de matrimónio.

COUCEIRO



Couceiro (antigas)



Couceiro (modernas)



Couceiro, de Francisco
Couceiro

Desconhece-se a sua origem (sec. XIV) e «admite-se que prove-nha do topónimo Couceiro freguesia do concelho de Vila Verde». Existem três brasões: o mais antigo, do sec. XIII (?) tem cálices e, no timbre, um leão a oferecer um cálice; um moderno (sec. XV?) com gonzos ou couceiras (bateñtes inferiores de porta ou janela, e também extremidade onde estão fixados os gonzos) que separam ou encerram dois leões com um leão no timbre; um outro (sec. XIV?) tem uma águia com uma «argola de couceiro» ou gonzo no bico.

KS ØRH

caxaura

caxeira - taça ou cálice¹ . derramar, esvaziar, e entregar⁴

QSR

casser - apertar, encurtar⁴

QwS ERu

coxero - armadilhar⁴ . águia²

Qw/QoH ØS ØwR

câuxeiur - linha de medir / esperar em emboscada⁴ . leão⁴ . levantado⁴

QSR

caxer - amarrar, atar⁴

QS ØwR

câsseiuro

câssauro - extremidade, limite, borda⁴ . movimentar-se⁴ (i. é, gonzo)

QS ARØi

cassaroi/

cassoira - extremo, limite, borda¹ . inferior, do fundo⁵

QS ARØ

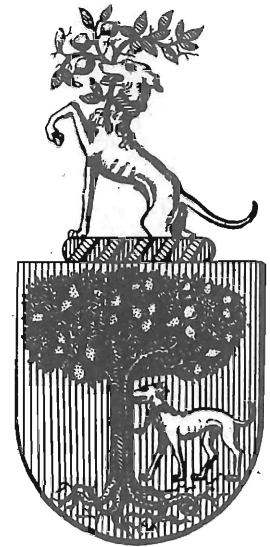
cassârau - extremo . terra⁵

O dois brasões com couceiros tanto são falantes português como caldaico⁶¹.

⁶¹ As versões *QS ARØ*, *QS ARØi* servem para mostrar a origem do «couce ou couceira da porta». Os vários topónimos Couce e Cós (perto da Nazaré, que foi a costa há mil anos) procedem de *Q&S* (extremo, limite).

DELGADO

Consta de um cão sob um limoeiro e, no timbre, um cão marchante, prazenteiro, levando na boca um ramo de limoeiro. Diz o autor do *Armorial* que este brasão foi usado pelos descendentes de Paio Delgado nos primeiros tempos da monarquia, que o nome tem origem em alcunha, podendo ser de épocas diversas e atribuída a mais de um indivíduo. Em Lisboa, desde o século XIII, Payo Delgado foi o nome de um hospital ou albergue dos mais famosos (à rua do Borratém) cuja fundação se atribui a Payo Delgado⁶². Segundo Júlio Castilho, Payo Delgado «foi um dos nomes que desde mui remotas eras se achavam ligados aos primeiros tentamos de caridade em Portugal, o instituidor da famosa albergaria que deu apelido a uma família»⁶³. Pergunta-se: porque é que o brasão do alberguista havia de ter um cão e um limoeiro?



Delgado

DaL GD

dalgado - mensageiro, corredor, e com2 . coriandro ou limão1, e fortuna4

D ELL GD

delhegado - o do, que é, porque é1 . sumo, óleo vegetal2 . limão, coriandro

D ELL GDØ

dellegadou - que é . óleo vegetal, sumo . retalhado, cortado4

DaL GD

delgado - correr2 . saltar1

DLG GD

dalggado - correr, saltar4 . saltar

Segundo a *Grande Enciclopédia Port. e Brasileira* «do coriandro extrai-se uma substância química usada em farmácia com o mesmo nome e que também se encontra no limão»⁶⁴. O limão do emblema substituiu o coriandro.

Nome **Delgado** associado a um albergue:

DL GaDu

delgado - pobre1 . juntos, ajuntamento2 (ajuntamento de pobres)

DL AHD

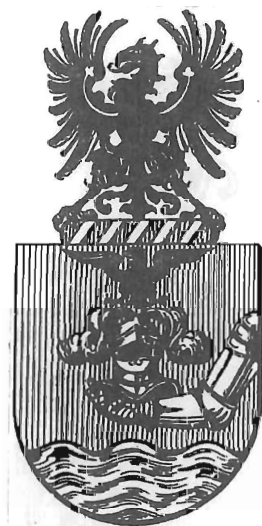
delagade - pobre . tomar, ocupar-se de1

⁶² Fernando da Silva Correia, *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, pp. 308, 380, 463, 526.

⁶³ *Lisboa Antiga*, vol. III (2ª ed., 1935), p. 92.

⁶⁴ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, art. *Coriandro*.

Delgado seria o termo para o ofício de alberguista, ou para a função caritativa.



Dias

DIAS

Há muitas linhagens Dias nome que, segundo se diz, é patronímico de Diogo. «Alguns usam por armas as seguintes dadas a um **Domingos Dias**» (não diz a época, sec. XV?): sobre o mar, um braço de armadura que segura um casco de prata posto de frente e guarnecido de plumas de várias cores e encimado por uma águia. Brasão dos mais astuciosos.

O braço e o casco são a reprodução de **Domingos**:

D ØMMY NGS

douminegox - o que é1 . de braços largos1 . de cobre ou bronze5

D ØMMY NHS

douminegâx - o que é5 . de braços largos . aproxima, e apresenta, oferece4

D ØMMY NHS/NGS

douminegâx

douminegôx - o dos . braços largos1 . oferece, apresenta / cobre ou bronze

D ØMMY NG GZ

doumingôz - o dos . braços largos . parte1 . guerreiro1

D ØMMY NG GwZ

doumingôz - o que é . de braços largos . parte . passa, e traz4

Vê-se que «oferecer» se diz como «cobre ou bronze». De «largos braços» significará generoso.

E o apelido **Dias**? É uma charada. **Dias** está representado pelo mar ondulado (tempestuoso) porque «mar» e «dia» se dizem com a mesma palavra:

IØM

ioum - dia, mar, tempestade, e vento4

YM

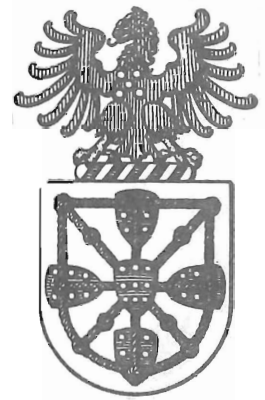
iamu - dia, mar, e deus do mar1

Vendo o «mar», o bom conhecedor traduzia **Dias**.

O tema do mar e este processo de jogar com o nome latino são característicos do séc. XV.

EÇA (d' EÇA, ESA ou EZA)*+

«Conta-se entre as mais nobres famílias, pela sua origem real bem patente nas armas do seu apelido. Provém de D. Afonso Sanches senhor de Lafões, filho bastardo de D. Pedro I e de D. Inês de Castro por seu filho D. João..., data de 1360» segundo o *Armorial*. Para Soares de Albergaria foi de D. Fernando Deça alcaide de Vila Viçosa (sec. XIV). Langhans diz que foi do senhor de Eça, povoação situada, segundo parece na Galiza mas que nunca foi encontrada naquelas partes de Espanha». Atribui esse topónimo a Navarra e que inclui o cordão no estilo de «ordenamento das cadeias simbólicas de Navarra»⁶⁵ (não diz o que tenham sido). Escudo: Cinco escudetes agregados por um cordão (de São Francisco diz o *Armorial*, porquê?) com nós passado em cruz, em aspa e em orla. No timbre, uma águia.



Eça

D'S

dese - dar voltas¹

DaSu

daso - torcer, virar, endireitar, e trazer confusão²

D AZ

deâze - o que . está constringido, muito apertado, e forte⁴

D HS

dease - o que . está quieto⁴

ENCERRABODES

«Parece que esta família teve origem no Alentejo e querem certos autores que o apelido começasse com Pedro Rodrigues do Landroal, alcaide-mor da vila do mesmo nome, contemporâneo de D. João I» (sec. XIV). Soares de Albergaria diz que pertenceu a Pedro **Anes Cerrabodes** «pessoa principal de Lisboa no tempo de D. Afonso V. O Pseudo Albergaria transmite **Cerrabodes**, **Sera Bodes** e **Serrabodes**. Duas colunas em aspa caídas uma sobre a outra e uma águia de negro.

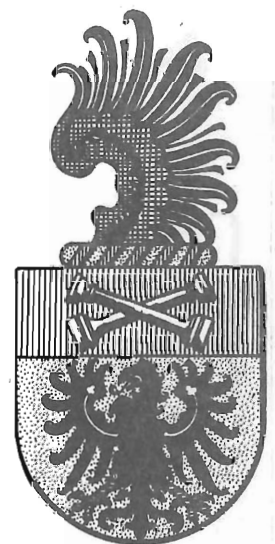
SwR RaB BD/BØD/B-ØD

sorrabâde

sorrabâude - pedra, e esculpida⁴ deita-se² . separa-se⁴, e em partes iguais⁴ / por cima / da companheira¹

NS SwR RaB BD/BØD/B-ØD

enessorabbode - arrancada¹ . pedra, e esculpida . deita-se . separa-se / por cima / da companheira



Encerrabodes

⁶⁵ Almeida Langhans, *A Heráldica portuguesa, seus estilos e semiótica*, Armas e Troféus, nº 1, 1974, p. 18.

ANH SwR ØB BØD/B-ØD

anessorabode - cai⁴ . pedra, e esculpida . do alpendre⁴ . por cima /
na companheira

AMS ERu BD/B-ØD

amesserubode - forte⁴ . objecto em bronze, e águia² . separadas⁴ /
na sala do trono¹

ENS SER ØBD

enxerroubode - fraco² . princípio² . de obra, trabalho⁴

HN SR ØBD

encerroubode - eis¹ . desgostoso, aborrecido⁴ . trabalho

HN SR/SER ABD

encerrabade - aqui¹ . aborrecido / princípio . de ruínas⁴

EM/EN SwR RaB BØD

ensorrabade - quando, e lugar² / mudar² . pedra . vacila, deita-
se² . para trás

ENS SRH BD/ABD

enxxerabade - está fraco, cede, decai² . desata-se² . separa-se / cai
em ruínas⁴

ANS SR BD/B-ØD

anxxerabade - fraca, doente¹ . bracelete⁴ . separação / juntamen-
tel

ENS ERRu ABD

enxerrubade - está fraco, cede . laço² . arruina-se

ENS Ru ABD

enxerabade - o que era direito² . cai em ruínas¹

AM/AN SR BØD

encerabode - se⁴ / forte¹ . atacar¹ . cai sobre, ou para trás

ANS SR RB BØD

encerrabode - compelido⁴ . líder, chefe¹ . grande⁴ . cai para trás

EM/EN SRR ABD

emcerrabade - quando, e lugar² / mudar² . governo, direcção⁴ .
arruina-se

EN M̄SRR BØD

enmxerrabâde - altera-se² . o equilíbrio¹ . cai sobre, ou para trás

H MiSRH ABD

emixerabade - o governo, a soberania, o poder⁴ . perde-se, arruina-
se

HN/EN SRR ABD

encerrabade - olha!¹ / alterado . o poder . cai em ruínas

EN/AM SRH ABD

emcerabade - quando / se . lutar, contender⁴ . cai em ruínas

AM/AN SRH ABD

emsorabade - se / forte¹ . rebelião, obstinação⁴ . cai em ruínas

Compare-se com o Cão que tem duas colunas cruzadas e atadas significando «estável».

ESQUÍVEL

Segundo o autor do *Armorial* a família «provém da Cantábria» (não refere a data). Uma águia arrebatava um coelho com as garras.

ØSQ IBL

auskibele - briga, contenda⁴ . leva, traz¹

ØSQ IB ELu

auskibel - briga . inimigo . por cima²

ØSQ IB B'L

auskibbel - briga . inimigo¹ . dominador¹, e faz¹

ØSQ IB BaLu

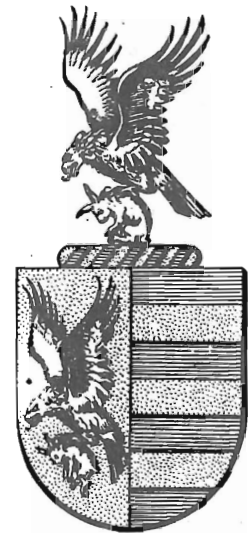
ausquibbal - briga . fruto¹ . do dominador²

ØS Ki BaLu

auskibalu - faz, produz⁴ . cicatriz⁴ . de fazer morrer²

ØSQ QaBL

auskabal - briga . encontro hostil²



Esquível

FAGUNDES*

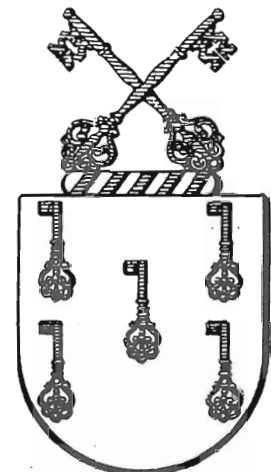
«Família antiga, referenciada por D. Pedro no *Livro das Linhagens*» (séc. XIV). Representa chaves. Veja-se o que encerra o nome Fagundes representado por chaves. Compare-se com o Cogominho (anterior a 1506) e o *falante português* Chaves (séc. XIV) que se representam com o mesmo conteúdo:

PH ØM D D'S

fagoumddês - fecha² . gente, e contra⁶⁶¹ . o que, e porquel . é saltante, dá voltas, e que pisa⁶⁷¹

PH ØN D D'S

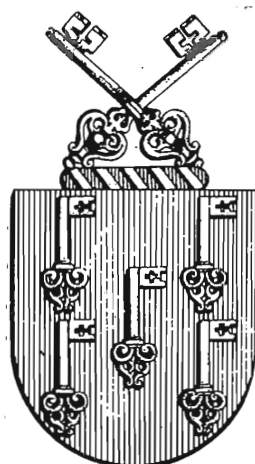
fagounddes - lâmina delgada⁴ . olho, sulco¹ . que . dá voltas, salta, pisa



Fagundes

⁶⁶ ØM, em fenício, significa simultaneamente «com, como, até, contra, gente»; em hebraico, «família, parente, povo, nação», e «em companhia de, junto de, com».

⁶⁷ D'S, fenício: «levantar os pés, pisar, e dar voltas»; DwZ, hebraico: «saltar, saltitar».



Chaves

PH ØM D wZ

fagoumdos - arma, laço⁴ . contra, e gentel . saltante

PH ØM D ES

fagoumdêx - fecha . a gente, e contral . o quel, e porque . mexe, e destroi²

PH UM D'H ES

fagumdeiex - fecha . quando, ou se² . uma ave de rapina⁴ . perturba²

PH HM D HS

faggoumedex - fecha . tenda, vestibulo¹ . por causa de . silêncio, quietude⁴

PH GUN D IS

fagunedix - fecha . entreposto² . do que, e porquel . existe, e propriedade¹

PH GaN D ØS

fagganedes - fecha . jardim¹ . da, e por causa¹ . árvore⁴

PH ØM DaY IS

fagoumdeix - fecha . gente, e contral . roubar¹ . propriedade

PH UM D IS'

fagumdeise - fecha . quando, e se . sai, ou leva para fora, ou produz⁴

PHG ØM D ES

fagoumdex - fecha . gente, família, e contral . quem¹ . perturba

PH UM D HS

fagumdex - fecha . quando, e se . porque, e quem¹ . silêncio, quietude⁴

PH ØNN D HS

fagounnedex - fecha . morada¹ . de quem, e porquel . silêncio, quietude

PH ØMD D ØS

fagômedoux - fecha . refúgio, posto, lugar, estabelecimento, posição⁴ . de quem, e porque . trabalha, realiza, dispõe, coloca, faz⁴

PH HMD AS/IS

faggâmedaxl

faggâmedix - fecha . agradável, cobiçável⁴ . existe⁴, fundamental⁵ / há, é, e propriedade⁴

PH ØM D'S

fagoumedês - fecha . com1 . dar voltas1

PH ØN D'S

fagounedês - fecha . olho, sulco1 . dar voltas

PH ØN NwD ES/AS

fagounôdex

fagounôdax - fechar (é) . olho, sulco . oscilar, menear4 . mexer/um pouco4

FAJARDO

«Procedem os Fajardos da família dos Galegos, sendo Pedro Anes Galego, o primeiro que se chamou Fajardo, senhor de Santa Marta da Ortigueira» (séc. XIII)⁶⁸. Três rochedos alinhados e encimados por, diz o autor, um «pé de ortiga». No timbre, um urso com um ramo da mesma. Em vez de ortigas deve ser «murta» porque é o mesmo termo para «urso».

PH ASu ADR

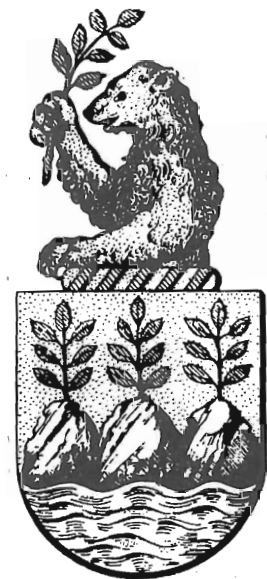
feaxadre - vê-se, entende-se, quer dizer1 . murta, e urso2 . magestoso1⁶⁹

PH ASu ADR

feaxadre - vê-se1 . murta . planta, arvore1

PH ASu ØDR

feaxaudre - vê-se . murta . alinhada, reunida, e sachada4



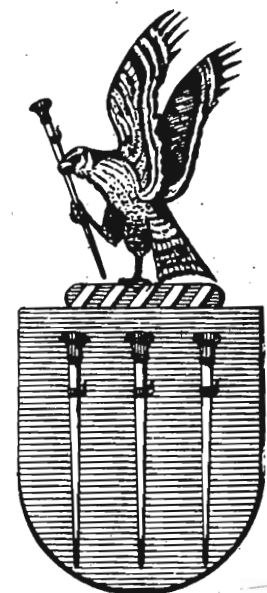
Fajardo

FALCÃO*

Anterior ao século XIV. «Pretendem alguns que esta família seja de origem inglesa, de Mosem João Folkonet (...) mas o apelido também se originou em alcunha sem ter nada a ver com aquele». Três bordões direitos. No timbre, um falcão segurando um bordão com o bico e o pé direito.

PaL KN

falcane - cetro, insígnia real, e dinastia, reino, governo2 . recto, direito1



Falcão

⁶⁸ Escreve o autor do *Armorial*: «Dizem que a alcunha de Fajardo, imposta a Pedro Anes Galego, significa cerro forte - *faxchar* - na língua dos Árabes, aos quais a devia». As etimologias «árabes» propostas pelos filólogos portugueses (que nunca apontam as suas fontes e quando não existe uma língua árabe mas muitos dialectos, um dos quais o corânico) valem o que valem. Seja como fôr, o nome foi lido em caldaico.

⁶⁹ O S de **ASu** é um *sameq*, próximo do *shin*; uma vez passado a *xa* pronuncia-se naturalmente *ja*.

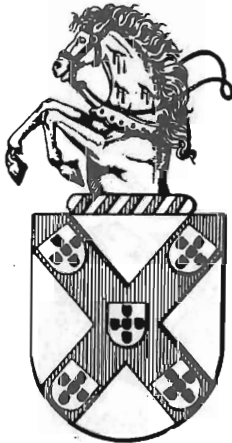
PH HL KN

faalcane - vê-se1 . aqui, este1 . direito

PaL QaN

falcane - cetro, insígnia . cana2

É um símbolo da justiça ou da magistratura. Tanto é falante português (falcão) como caldaico (estar direito).



Faro

FARO

Nome de várias famílias uma das quais descendente de D. João I. Nome raro mas existente entre os cristãos-novos de Bragança (levantamento de Abade de Baçal). Brasão do sec. XV. No timbre, uma égua com três lançadas no pescoço.

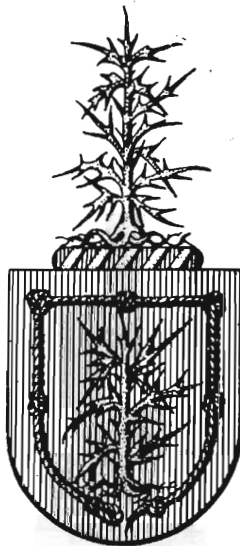
P'R

parol

faro - égua2

FAZENDA*70

«Nada se sabe acerca desta família» cujo nome significa propriedade agrícola. Diz-se que o primeiro do apelido foi João da Fazenda, assim chamado por ter um ofício na Fazenda Real» (não diz a época). O brasão é anterior a 1509. Igual ao **Coimbra, Montoia e Temudo** quanto ao cordão com um cardo no centro.



Fazenda

P'H SMD

fasémede - parte, porção, e canto, beira, lado4 . atar, ligar, e parelha, jugo1

P'H SMD

fasémede - porção de . terra que uma junta de bois pode arar durante um dia4

A extensão de terra que uma junta de bois pode lavrar durante um dia equivale ao que os agricultores portugueses chamam *jeira* ou, também se diz, «terreno arável que comporta uma sementeira de 4 alqueires de trigo»; o termo erudito é *acre*. Portanto o termo *fazenda*, propriedade agrícola, tem origem nesta expressão fenício-hebraica⁷¹.

⁷⁰ Não consta no *Livro da Nobreza*.

⁷¹ J.P. Machado diz que «fazenda» vem do latim *facere* (fazer) no gerundivo *facienda* «coisas que devem fazer-se». Em apoio da sua posição cita as mais antigas ocorrências da palavra, 1ª - uns versos em castelhano de Afonso X, o Sábio (séc. XIII): «Par Deus, adail, muyt ey gram rrazon / de ssenpr en uos mha *fazenda* leixar»; 2ª - o foral do Freixo

FELGUEIRA

Desconhece-se a quem tenha pertencido este brasão, anterior ao sec. XVI. «Cabeça e pescoço de lobo lisonjado» (será um lobo?)

PH ELu GeRu

feeluguero - vê-se1 . em cima2 . estranho, hostil, inimigo2

PH ELu GRR

faelguerre - vê-se . em cima . ruminante4

PH ELu GôR

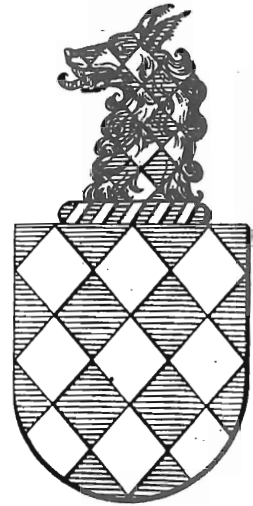
feelugôr - vê-se . em cima . filhote de leão ou de chacal4

PHL EGeRu

faaleguero - burro1 . misturado, confuso2

PHL GeRu

faalguero - burro . estranho2



Felgueira

FERREIRA

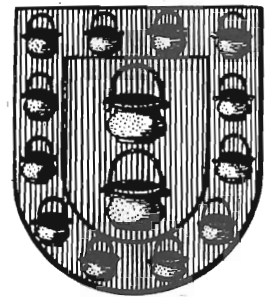
«Família antiga, talvez com origem num topónimo». Representa caldeiras de metal. Existe um Ferreira no *Armeiro-Mor* que não coincide com este. Tanto pode ser falante português como falante caldaico:

PH HaRu ERu

faarero - vê-se1 . tina, alguidar2 . cobre, e cadinho, almofariz2

PHR ERu

farero - ajuntamento1 . de cobre



Ferreira (de Espanha)

FOIOS

Nome duma família de «origem espanhola» (séc. XIV). Duas serpes abocanham uma barra.

P/PH Ai ŌS

fâaiox - boca, fala1 / vê-se1 . chacal4 . exprimir1 / socorrer, e apressar-se4



Fóios

(1152): «Mulier orfona non faciat postea nec *fazendeira* usque ad anno». Estas provas são falaciosas, os textos referem-se a *fazendas*, propriedades agrícolas e não à origem latina da palavra. É muito comum aos filólogos portugueses demonstrarem a origem latina das palavras inventando ou rebuscando um termo latino que se lhe ajuste. Neste caso bastou avançar o gerundivo de *facere*.

P/PH Ai ØS/ØwS

fâaios - boca, fala / vê-se . chacal . agir, intervir⁴ / consultar

P/PH IØS

fâious - boca, fala / vê-se . decidir, deliberar⁴

P'H ØS

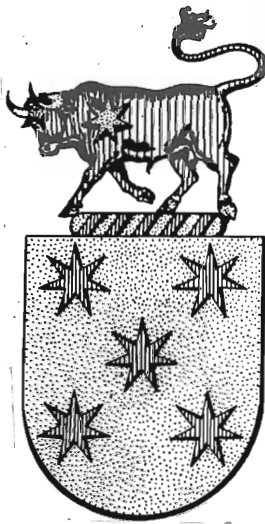
fâieoux - extremidade, lado, direcção, e parte, porção⁴ . exprimir¹, socorrer⁴

P'u ØS

fâouxe - para cá⁴ . agir, intervir⁴

FONSECA ou AFONSECA*

Nome e brasão anteriores ao sec. XII. No timbre, um touro em acção de marrar.



Fonseca

PN NSQ

fânexek - dianteira, nariz¹, rosto⁴ . acomete, e beija¹

AP ØN NSQ

afounexek - dianteira¹⁷² . vê-sel . acometer, e beijar

AP AN NSK

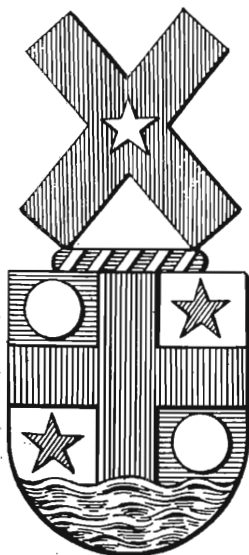
afanxek - dianteira . força¹ . armamento, armas⁴

PH HN NSQ

fanexek - ver, experimentar . aqui, para cá . acomete

FRADE

Parece referir-se a uma «família do sec. XII de que um dos membros combateu em Ourique». Representa água e astro (a harmonia dos elementos) separados mas também unidos por uma cruz e, em timbre, uma aspa com estrela.



Frade

PHR ØD/ED

farade - reunião, consenso¹ . dos elementos^{1/2}

PH RaDu

farado - vê-se, entende-sel . juntar, guiar, levar, e tempestade²

P'H RaDu

faeredo - partes, lados, direcções⁴ . juntar²

PRD

paradel

farade - abre, bifurca, cruza, divide, separa⁴

⁷² «Dianteira»: fen. *PaN* e *AP*.

PHR AD/HD

farade - terral . águas subterrâneas e celestiais⁴, e pai¹ / Adad¹, e trovão⁴⁷³

PR' AD/HD

farade - atravessa¹ . águas subterrâneas, e celestiais / Adad, e trovão

PHR HDH/ØDH

farada
ferauda - reúne . estende o braço⁴ / passa, atravessa⁴

Note-se:

RaD - «tempestade»

HD - «trovão» e «nome divino, Adad»

AD - «pai» e «águas celestiais ou águas subterrâneas»

FRAGA

«Família da Beira desconhecendo-se as gerações anteriores a 1481». Representa-se por um vulcão. Se o autor lesse o nome com o significado de «pedra ou laje» há muito disso nas Beiras enquanto vulcões, nenhum.

PHR AH

faraga - terral . braseiro⁴

PHR AH

feraga - reunião, conluio, acordo¹ . braseiro

PØR AH

fõraga - abrir, escancarar⁴ . braseiro

PH HaRGa

faarga - percebe-se, quer dizer¹ . inflamar-se⁴

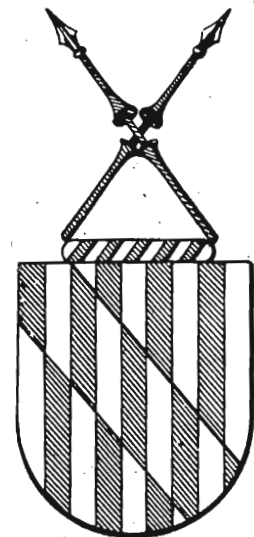


Fraga

FRANCA*

Anterior ao sec. XIV, usado por várias famílias com este nome. Soares de Albergaria diz que é duma família galega. Representa «quatro palas e uma banda atravessante entrecambada» sugerindo um suporte e um desarranjo do fundo. No timbre, duas lanças passadas em aspa.

⁷³ *Hadad, Ad* ou *Had* «pai, papá» e «único», é o deus Criador sírio e fenício da época tardia, equivalente ao Deus bíblico Yaweh. O nome de pessoa Ben-Hadad (filho de Hadad) era muito comum entre os sírios no séc. VIII, frequente na Bíblia. Hadad era sugerido pelo trovão, a voz do deus, como a de Yaweh. Adad só tardiamente foi suplantado pelo nome corânico Allah.



Franca

PH RaM KH

ferâmeça - vê-se, percebe-se1 . desmoronar, desfazer2 . aqui4

PHiR HN NKH

feirança - integridade1 . aqui1 . destruída4

PHR AM MKH

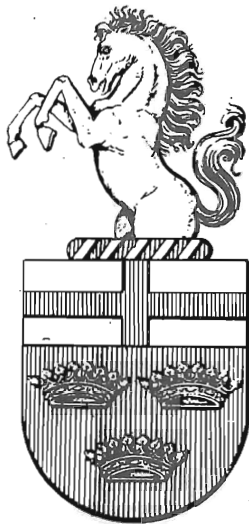
ferameça - associação1 . familiar, clã ou tribo1 . quebrada, golpeada4

PHR EMeQa

ferémeca - associação, acordo, reunião1 . força armada2

FRANCO

Discute-se sobre quem fossem as famílias com este nome de que existem vários brasões. Segundo José Ramon Onega é um nome judaico (galego)⁷⁴ também frequente entre os cristãos-novos de Bragança⁷⁵. Comporta uma égua.



Franco (outros)

PH RMK

farâmeco - percebe-se, vê-se1 . égua4

PaR' ANK

farânco - égua2 . a prumo, na vertical4

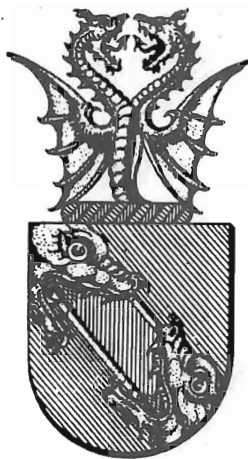
A significação «égua» encontra-se em dois vocábulos diferentes:

PaR - égua

RaMeK - égua

FREIRE*

«Família de origem galega que se uniu à dos Andrades desde o princípio e que passou a Portugal na Idade Média (Freire de Andrade)». Independentemente das «origens» ou dos «princípios», o certo é que os Freires e os Andrades usam o mesmo brasão: duas cabeças de serpe batalhantes. No *Armeiro-Mor* e no *Livro da Nobreza* consta **Freire de Andrade**. Lidos em «caldaico», um nome parece sinónimo do outro: o **Freire** é o título genérico do **Andrade** que sugere desporto ou luta.



Freire

PH R'i ØR

feraiere - ver1 . espectáculo4 . de adversários5

PHR ØR

feireire - ajuntamento1 . de adversários

⁷⁴ «Dados aos sujeitos que gozavam de franqueza (alforria)», *Los Judios de Galicia*, p. 632.

⁷⁵ Levantamento do Abade de Baçal, *Os Judeus no Distrito de Bragança*.

PHR ØwR

ferâure - ajuntamento . excitado1

PH R' ØR

feraeire - ver . parceiros1 . adversários

PH R' ØR

feraeire - boca, fala1 . de parceiros . adversários

FREITAS*

Família referenciada no século XII. Soares de Alberagria diz que é de D. João de Freitas, senhor de Freitas, perto de Guimarães, no tempo de D. Afonso III (séc. XIII). No timbre, dois braços segurando uma flecha, braços peludos («braços de leão», segundo o autor do *Armorial*).

PH ReTTu HS

feretas - vê-se, percebe-se1 . mão, punho2 . flecha4

PH ReTTu OS

feretâx - vê-se, percebe-se . punho . de leão4

PH ReTTu ØZ

ferétauz - vê-se . punho . cabra, pêlo de cabra4

PH ReTTu TIS

fereteis - vê-se . punho . de bode4

PH ReTTu AZ

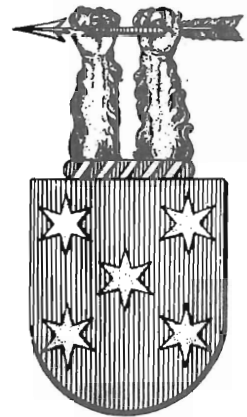
ferêtaz - experimenta . punho . apertar1

PH RØwT AZ

ferautaz - vê-se . esforçar-se4 . apertar

PH ReTu AZ

feretaz - vê-se . governo2 . apertar



Freitas

FRIELAS*

Desconhece-se a quem pertenceu, anterior a 1509. O Pseudo Albergaria escreve Freelas. «Com três mundos de ouro. No timbre, um mundo do escudo», mundos esses encimados por uma cruz. É um símbolo cristão. Pode ser:

PHR ELiS

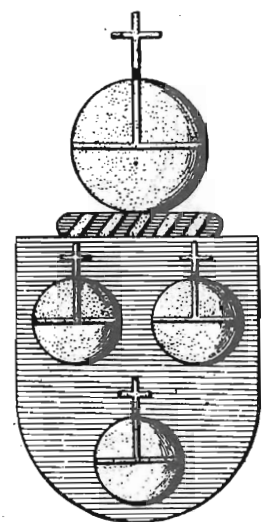
ferelis - encontro, associação1 . no alto2

PHYR ELiS

feirelis - integridade1 (cf. rotundo) . no alto

PH R' ELiS

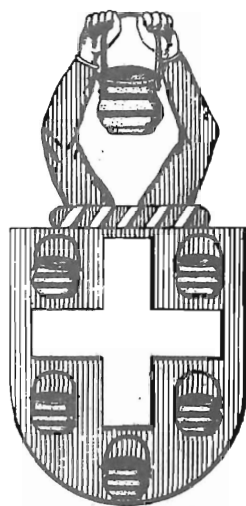
ferielis - entende-se1 . pastor, guia1 . no alto



Frielas

Pode ser um símbolo da Trindade, do «Bom Pastor» ou da Cruzada.

GANÇO



Ganço

«Encontra-se sempre escrito **Ganço**» (entendia-se que não se deve confundir com a ave). É o mesmo brasão que **Gançoso**. Os autores entre os quais Braamcamp Freire supõem, pelo facto de os dois nomes terem o mesmo brasão, de não haver carta de brasão em nome de **Ganço** e de haver uma datada de 1583 em nome de **Gançoso**, que este foi mesmo que Ganço. No entanto são nomes diferentes. Cinco caldeiras e uma no timbre suspensa por duas mãos.

HMS

gãmexe - cinco⁴, e ventre, barriga, abdomen⁴

HMS

gãmse - levedar, azedar (cozer)⁴

HM Zu

gãmezu - quente¹ . odor, exalação, secreção¹

HM S'

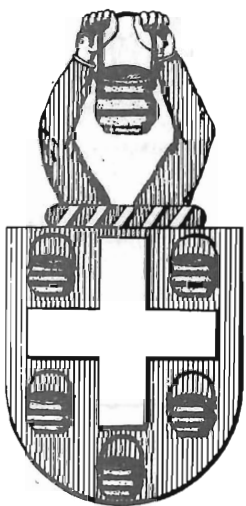
gãmsou - quente . prato¹

HM SØH

gamsoua - calor, quente . em cadeias, preso a uma cadeia⁴

O mesmo vocábulo significa «cinco» e «barriga, ventre» que sugere uma caldeira.

GANÇOSO



Gançoso

Carta de armas datada de 1583. O mesmo que **Ganço**. Cinco caldeiras e uma no timbre segurada por duas mãos.

HMS SØSØ

gamexsousou - cinco, e barriga, ventre⁴ . objectos fundidos⁴

HM SØSØ

gamsousou - quente, calor¹ . objectos fundidos

HMS SØSØ

gamsouso - levedar, azedar⁴ (cozer) . objectos fundidos

HMS ØS

gamzouse - levedar, azedar (cozer) . exprime, explica⁴

HM S' ØS

gamesaouse - quente . prato1 . exprime, explica1

HM MS' ØS

gammsâeze - quente . obtém, consegue4 . paus, madeira4

HM S' Zu

gamsouzu - calor . prato . odor, exala, exalação1

HMH ZaZu

gamezazo - leite coalhado, manteiga4 . partilhar2

Ganço e **Gançoso** são equivalentes e têm semelhança com o nome Caldeira, falante português com uma «caldeira». Podem ter origem no escudo uma vez que as «caldeiras» eram o emblema dos ricos⁷⁶.

GARRIDO

Desconhece-se quem fosse o seu utente. «Duas cabeças de serpe abocanham uma banda acompanhada por dois lobos rampantes» (podem ser dois chacais). É da linguagem dos duelos.

GRR IDu

garrido - expedição, estrada2 . lado, lado a lado, dueto, duelo, e aposta2

GRR R' IDu

garreído - expedição . companheiro1 . aposta, duelo

GôR IDu

gôrido - filhote de chacal ou de leão4 . lado a lado, dueto

GRR IDØ

garridou - expedição . revelar-se, fazer-se conhecido, fazer saber, avisar4

G'R iDu

garido - chamar1 . aposta, ao lado de, dueto

Ga R'i IDu

garreído - voz1 . espectáculo4 . dueto, aposta

Ga RiDu

garido - voz . leva aos lábios1

Ga R' IDu

garreído - voz . companheiro1 . aposta, lado a lado

GR IDu

guerido - ataque1 . lado a lado, duelo



Garrido

⁷⁶ Soares de Albergaria, *Triunfos...*, brasão *Caldeira*.

GRH IDu

guereído - luta, briga⁴ . duelo, aposta

G'R YD

garido - chamar, clamar¹ . parte, razão¹

Ga RiDu

garrido - voz . leva aos lábios

GaR IDØ

garidou - adversário . seleccionar, e tornar conhecido⁴

GaR YD'

garida - adversário . conhecer, tornar notável¹

HRR IDu

garrido - inflama-se, aquece¹ . aposta

HRR IDØ

garridou - fica rouco, inflama-se⁴ . conhecido, notável

Notem-se as homofonias:

GaR - adversário

G'R - chamar

Ga R' - voz . companheiro

GaRR - expedição

YD' - conhecer

IDu - aposta, duelo, lado a lado

IDØ - seleccionar, e revelar-se

YD - parte

RiDu - levar aos lábios

R' IDu - companheiro . avisar

R' IDu - companheiro . aposta

R' YD' - companheiro . conhecer

R'i IDu - espectáculo . aposta

Podia relacionar-se com a organização de duelos ou lides (**L-IDu**: «a dois, duelo»)⁷⁷.

⁷⁷ Há nos *Livros de Linhagens* (séc. XIV) referências a duelos com as expressões Fulano «cegou à lide» Beltrano, e Fulano «cegou entrante à lide». Dizem os comentadores que se trata de amputações mas os textos não dizem que alguém tenha ficado amputado; subentende-se, sim, que algum morreu. São fórmulas rituais para convidar ao duelo, de origem fenício ou púnica, vejamos: «Cegou à lide»: **SaHa H' L-IDu** (*ságá au lidu*) «gritar vamos! a duelo». «Cegou entrante à lide»: **SaHa AN TR ØMT L-IDu** (*saga anteraumte lidu*) «gritou eu recorro golpear em duelo». A resposta de aceitação é homófona: **ØNH TR ØMT L-IDu** (*aune teraumte lidu*) «respondo recurso de golpear em duelo».

GARRO

«Ignora-se a sua origem, sabendo-se que já no séc. XIV existia em Elvas um apelido Garro». Dois brasões. Leão marchante empunha uma bandeira; o de Matias **Garro** é de 1475, com uma «onça» saltante (ou será um leão novo?). São da linguagem de guerra.

GôR

gôr - filhote de leão⁴

GaRR

garre - expedição²

GaR

gar - inimigo, adversário²

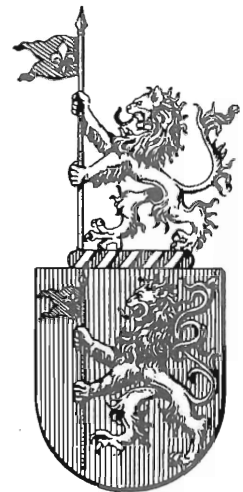
G'R

gar - chamar¹

GRH

guera - brigar, preparar ou fazer guerra⁴

O apelido pode ter origem no emblema ou na função de guerreiro.



Garro



Garro, de Nuno Martins
Garro

GENTIL

«Do membro duma família genovesa que se passou a Portugal» (não diz em que época). Tem por timbre uma «águia membrada e coroadada de ouro». Será melhor dizer que se trata da Fénix do mito oriental segundo o qual, chegada à decrepitude, a Fénix retirava-se para um sítio desconhecido, imolava-se pelo fogo e renascia das suas próprias cinzas; foi um arquétipo da regeneração, ou do Criador. O mito é detalhadamente reproduzido pelos nomes **Vaz** e **Vasques** e respectivos brasões.

SN TiLu

xentilo - parte, e muda-se, renova-se¹ . escombros²

SN TiLu

xantilo - com febre, com calor¹ . escombros, ruínas

S EN TiLu

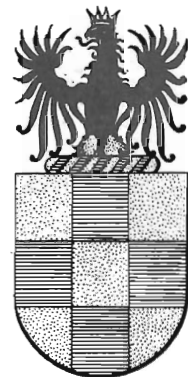
xaentilo - a qual . muda, transforma² . ruínas²

SNT ILu

xentilo - anos¹ . de Deus² (eternidade)

Sa ENT ILu

xaentilo - a qual é¹ . sacerdotiza² . deus



Gentil

S NT ILu

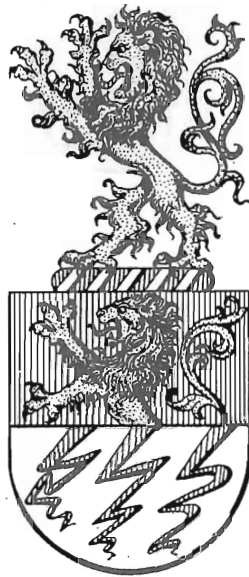
xanetilo - a qual é . interiormentel . deus

S ØNT ILu

xauntilo - a qual é . Anat, Ana1, a Criadora . deus⁷⁸

GIL

«Pertenceu ao físico Mestre Gil, nome de vários físicos do séc. XV e XVI que serviram D. Afonso V e D. Manuel». Diríamos que a expressão «Mestre Gil» pode referir-se a «físicos ou médicos» conhecidos sobretudo pelo método da sangria. Leão movente com três raios também moventes» (única ocorrência). Os «raios moventes» poderão ser uma sugerência de corrimento.



Gil, de Mestre Gil

S HiLu

xêilo

jêilo - o que é1 . corrimento, suco, resina2

S ILH

jâile - o que é . ansiedade4

S'iLu

jêilo - adivinho, oniromante, necromante

Lido **Gil** ao contrário - *lij*:

LIS

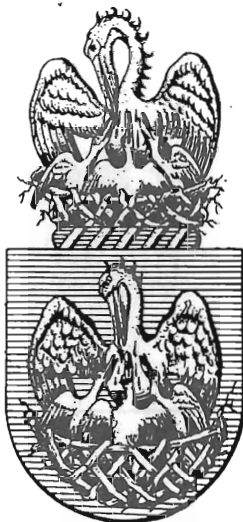
lije - leão4

LuS

luje - óleo2

GOMES

Diz-se que é de origem patronímica, «filho de Guna ou Goma» segundo J.P. Machado, mas este nome não se encontra na documentação antiga, enquanto **Gomes** aparece, esse sim, como nome próprio. Ignora-se o titular deste brasão que «talvez seja do séc. XIV em que se menciona um brasão com um pelicano» que não consta no *Armeiro Mor*. A primeira carta de armas em que é mencionado data de 1621. «Um pelicano no ninho ferido de vermelho».



Gomes

HMS

gomex - ventre, barriga, e agrupar, preparar para a guerra4

⁷⁸ Onta, Anta, Anatu ou Ana é o nome da deusa-mãe caldaica e fenícia, conhecida desde o séc. XX a.C. e cujo culto se difundiu em todo o Mediterrâneo antigo. Posteriormente chamou-se Astarté.

ḤMS

gomes - alimento azedo ou fermentado⁴

ḤM ES

gomex - calor¹ . novo ou dos novos²

ḤMS

gomes - acto violento, e planear, inventar¹

ḤMH ES

gomex - leite coalhado, manteiga, e fervor, calor⁴ . novos

ḤMôS

gâmos - vermelho, opressor⁴

GM ES

gâmex - devorar⁴ . novo, novos

GM ES

gâmex - juntamente com¹ . os novos

O dos Lencastres (inglês) tem também um pelicano no timbre (não no escudo).

GUSMÃO

«Figura esta família entre as mais ilustres de Espanha, provindo por varonia dos reis de Leão (...) donde descendeu São Domingos de Gusmão fundador da ordem dominicana». O brasão pode datar do séc. XII. Duas caldeiras xadrezadas com três serpentes saindo das asas.

ḤSMN

goxman - objectos de bronze⁴

G' SuM MaN

gôxuman - diz¹ . cozer ou assar² . vaso, vasilha, taça⁵

ḤwS MaN

gôxeman - preocupar-se com o⁴ . vaso

GôS MaN

gôxman - crosta, invólucro⁴ . vaso, vasilha

GôS SMN

gôxemen - crosta, invólucro . azeite, óleo, gordura¹

ḤuS MaN

gusseman - prensar para tirar o sumo das plantas² . vaso, vasilha

ḤS MaN

gâssman - dividir⁴ . vaso, vasilha



Gusmão

HuSu MaN

guxuman - salada² . vaso, vasilha

HS MN

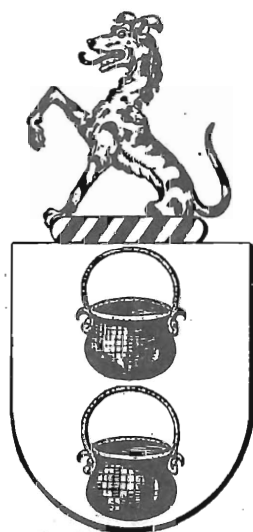
gasman - dividir, repartir⁴ . a parte, porção⁴, cada um²

HS MaN

gasmân - dividir, repartir . o maná⁴

O nome pode ter origem no escudo (ou no título duma pessoa generosa?).

LARA (De LARA)



Lara

Nome referenciado desde o séc. IX nos reinos das Astúrias, de Leão e da Galiza. Ao nome Lara se associam feitos políticos e míticos, nomeadamente a lenda de cavalaria dos príncipes de Lara. O nome era de Lara (conde de Lara, príncipes de Lara ...). O pseudo-Albergaria reproduz o brasão em Delara. Foi assim que os leram os autores dos dois brasões que lhe dizem respeito: 1º - caldeiras de cobre e um cão no timbre; 2º - caldeiras de cobre com xadrezado e com cabeças de serpente em cada uma das asas. Diz Soares de Albergaria que «as caldeiras foram insígnias de ricos»⁷⁹

DL ARu

delaro - balde⁴ . de levar ou trazer produtos²⁸⁰

DL ARu HH

delaraa - balde . de levar, trazer . águai

DL HaRu

delaaro - balde . alguidar, ou tina²

DL ERu

delero - balde . de cobre²

DL ER/ARu

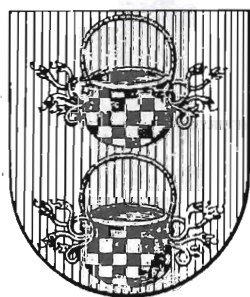
delelaro - balde⁴ . de cobre/de trazer, levar

DaLu ERu

dallero - regador² . de cobre

DaLu HH ØR

dalaâure - regador . de água . derramar⁴



Lara (outros)

⁷⁹ *Triunfos*, brasão *Caldeira*.

⁸⁰ DeL ARu: no glossário consta DeLi mas a leitura é *delaro* uma vez que a última vogal i desaparece perante a primeira vogal da palavra seguinte e avançando o acento («modo constructo», espécie de genitivo). Podemos também comparar com o acad. DaLu (regador) que será o mesmo vocábulo.

DLH ARu

delaaro - tirar água⁴ . levar, trazer

DaLu ARu

dalaru - correr aqui e ali, mensageiro² . de levar, trazer

DaLu ARu HH

dalaráa - corredor . levar, trazer . água

DaLu ØRH HH

dalâuráa - regador . de derramar, esvaziar⁴ . água¹

DaLL L-ERu

dallero - tributo² . em cobre

DaLL ARu

dalaro - tributos . levar, trazer

DLH ERu/ARu

delaro - fios de urdidura, e cabelos soltos⁴ . de cobre / levar, e vomitar²

D LaRu

dalaro - o que é¹ . cruzado (xadrezado)²

DaL LaRu

delaro - balde, regador . xadrezado

D AwL LaRu

daularo - o que é . corpo, barriga⁴ . xadrezado

Note-se **DLH ARu** - «fios de urdidura, ou cabelos soltos, vomitar»: as serpentes saindo das asas da caldeira fazem lembrar fios de teia e cabelos soltos como os de Medeia cujos cabelos eram serpentes; no entanto o símbolo das serpentes saindo da caldeira é comum a outros brasões (cf. **Gusmão** e **Pacheco**).

LEÃO ou LEON*⁸¹

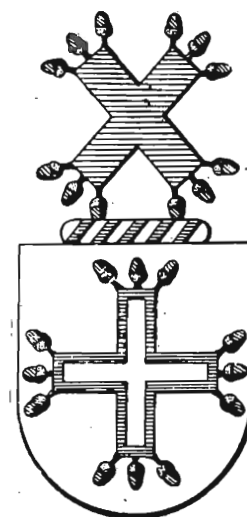
Um outro brasão **Leão** é falante português e representa um leão. O presente seria «da família de João Lopes de Leão, oriunda do reino de Leão». Há na lista dos judeus de Amsterdão apelidos Lopes de Leão mas ignoro se se trata da mesma linhagem. Comporta uma cruz maçanetada de doze bolotas e outra no timbre.

ALôN, ELôN

elon > leon - carvalho⁴

Le' AN

leiân - poder, domínio, administração² . poder, força¹



Leão (de João Lopes de Leão)

⁸¹ Não consta no *Livro da Nobreza*.

Tem semelhança com o **Bulhão**⁸².

LOPES*⁸³



Lopes
(de João Lopes)

Houve e há muitas linhagens com este nome que será de origem patronímica (filho de Lopo). É um apelido muito comum entre os cristãos-novos transmontanos a julgar pelo levantamento do Abade de Baçal (talvez por ser corrente em Portugal). O presente brasão data de 1475, concedido por D. Afonso V a João Lopes. Um corvo numa palmeira levantando vô e, no timbre, um corvo com as asas abertas e um ramo no bico.

L-ØP ØS

loupêse - ao pássaro¹ . da árvore⁴⁸⁴

L-ØP PS

loupex - ao pássaro . que se alastra, se difunde (cf. abre as asas)

L-ØPi ØS

loupêse - à ramagem⁴ . da árvore⁸⁵

L-ØP ES

loupex - ao pássaro . que se mexe²

L-ØP ES

loupéx - ao pássaro . do freixo, ou plátano²

LØ ØP ØS

loupése - quer seja⁴ . pássaro . da árvore

LØ ØPi ØS

loupese - quer seja . ramagem . da árvore

O autor não ignoraria a origem ibérica deste apelido que ele reproduziu muito correctamente em «caldaico», mas qual é origem do nome ibérico Lopo?⁸⁶.

⁸² Há topónimos portugueses Leião e Laão que podem ter sido sítios do «poder, administração».

⁸³ Não consta no *Livro da Nobreza*, de António Godinho (1518).

⁸⁴ L-ØP ØS: a partícula L- significa «em, a, para». A leitura do Ø (*Ayin*) neste caso, segundo o glossário hebraico, é exactamente ê (*loupêse*).

⁸⁵ L-ØPi ØS (leit. *loupéz*): a última vogal cai em favor da primeira seguinte desviando o acento (modo constructo).

⁸⁶ Tem falta de senso a hipótese de J.P. Machado segundo a qual Lopo procede do latim *Lupus* (lobo) através do francês *Loup, saint Loup* (o nome francês *Loup* procede de *lupus*?). Não vejo como é que os pais ibéricos dessem ao filho o nome dum animal selvagem e mal-amado e, para mais, símbolo do demónio e do lobisomem. Para a terminação patronímica ibérica *-es* proponho uma explicação em Soares.

LORDELO*

Nome antigo mas o portador do brasão viveu no sec. XV. Carneiros passantes postos em banda de cada lado de três quadrifólios e, no timbre, cordeiro com um quadrifólio na boca.

L-ØwR DeLu

lourdelo - no movimento, levantamento⁴ . da transumância, errância²

L-ØwR D ALu

lourdalo - no levantamento . do que é . carneiro²

LaRu DeLu

larudalo - ramificação, cruzamento² . transumância

LaRD ALu

lârdalo - sabonária² . carneiro²

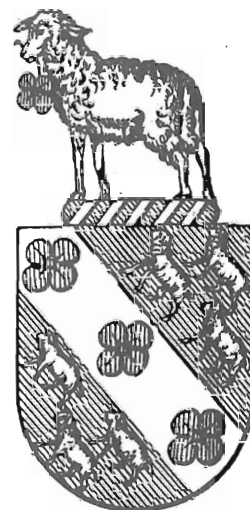
LaRD ALu

lârdalo - sabonária . emblema²

LaRD ELu

lârdelo - sabonária . no alto²

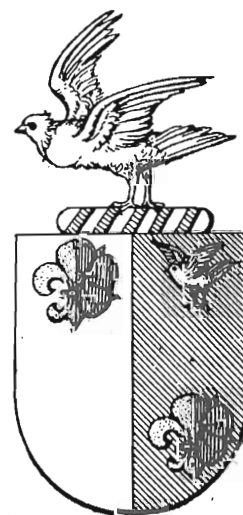
Sabonária ou saboneira: planta que foi utilizada no fabrico de sabão.



Lordelo

LORONHA

Brasão de Fernão de Loronha, mercador plebeu (ou cristão-novo) enobrecido⁸⁷. Solicitou ele ao rei D. Manuel, em 1506, que lhe aprovasse estas armas reconhecidas na Inglaterra (ou «dadas pelo soberano inglês», com meia rosa) que já eram do seu pai, o que só lhe foi concedido por D. João III em 1524, que lhe deu por armas «as que trouxe da Inglaterra, acrescentadas». Soares de Albergaria diz que estas armas foram as de Fernão de Loronha que serviu D. Manuel e D. João III o qual, quando ia para o Brasil, descobriu a ilha que tem esse nome (Loronha será o mesmo que Noronha). Meia rosa, meia flor-de-lis e uma pomba. No timbre, uma pomba. Podia ter sido construído com **de Loronha** para obter «pombo de correio».



Loronha

⁸⁷ «Morreu D. Manuel sem fazer a mercê (de lhe confirmar as armas) e Fernão de Loronha pediu a D. João III que lhe confirmasse por carta o alvará de seu pai, o que fez a 28 de Junho de 1524. Este príncipe, atendendo aos serviços prestados a seu pai e a ele próprio por Fernão de Loronha, o tirou do número geral dos homens e conto plebeu, reduzindo ao conto, estima e participação dos nobres fidalgos de limpo sangue e o fez fidalgo de cota e armas» (*Armorial Lusitano*).

L-ØwR ØINH

louroina - em movimento⁴ . pomba⁴⁸⁸

L-AwR ØINH

laoroina - ao amanhecer, ao despertar⁴ . canta⁴

LaRu ØNH

lârouna - bifurca² . dizer, réplica, testemunho⁴ (cf. meia-rosa)

DaL ØwR ØINH

dalouroina - correio, mensageiro² . em movimento⁴ . pomba

DaL ARu ØNH

dalarouna - correio . leva, e traz² . testemunhos, dizeres, réplicas.



Lucas

LUCAS

«Originariamente não era apelido mas patronímico. Os genealogistas pretendem que viesse de Espanha, de Inglaterra ou de Saboia onde existiam famílias do mesmo nome, outros dizem que era portuguesa originária de Belmonte... O brasão teria pertencido a alguém que embarcou numa nau da Índia logo depois do seu descobrimento» (séc. XV). Cinco peras e uma no timbre.

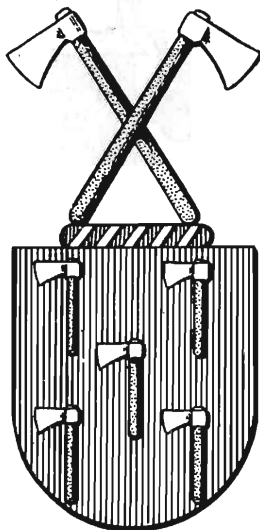
Lu QZ

lukaz - certamente² . fruta¹

LØØ QZ

lôðucaz - engolir, sorver⁴ . fruta

Pietro Camaiani define «brasão falante» como o da família ou pessoa que «para além do nome não tem nenhum facto glorioso de que se reclame» e dá este exemplo: uma família de Florença de nome Peruzzi desenhou sobre a porta um quadro com seis peras porque entendia que «é a das peras»⁸⁹.



Machado (moderno)

MACHADO

Há varios brasões **Machados**, um dos quais (séc. XIII) tem unicamente «machados». Este foi concedido a Alvaro Machado Pinto por Fernando II da Casa de Austria em 1636 pelos serviços que lhe prestou. Três machados, duas espadas cercadas das letras F.I.L.F. (referente à «livre oferta do Imperador Fernando»), um galo cantante, um coração do qual saem «eflúvios» e uma legenda latina em volta: *spes mea in deo est* (a minha esperança está em Deus).

⁸⁸ A grafia exacta é *IoNH* (leit: *iona*), «pomba». Uma metátese das vogais é possível e corrente.

⁸⁹ Piero Guelfi Camaiani, *Dizionario Heraldico*, art. Símbolo falante.

Machado está reproduzido no coração com os «eflúvios»:

MS SD

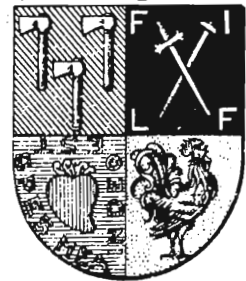
maxado - tirar para fora⁴ . amor, seio, coração⁴ (cf. «coração ao alto!»)

MH SD

maxado - o que é (ou vem)⁴ . do amor, peito, seio, mamas, coração

M' SD

maxado - por favor!¹ . amor, peito, coração



Machado (outros)

A legenda latina equivale a uma tradução de *maxado*:

MØSØH HDH/HD

mauxoâda - amparo⁴ . dar a mão, mão estendida⁴ / nome divino, Deus¹⁹⁰

MØSØH AD/ØD

mauxoâdo/

mauxoâudo - amparo . promessa, aliança² / compromisso, garante⁴

MØH SD

mauaxado - entranhas, interior, ventre⁴ . amor, peito, seio (coração)

MØSIØ AD

mauxiado - ajudador, resgatador (messias)⁴ . garante, promessa

MØSH HD/AD/HDH

mâuxaado - obra, trabalho, o que suceder⁴ . nome divino¹ / contrato² / mão estendida.

O nome **Pinto** está representado pelo «galo» mas também pode ter sido lido em caldaico referindo-se a uma fórmula de conversão:

Pi NeTu - fórmula, dizer¹ . conversão, e reviravolta²

pineto

Pi NiTu - fórmula, dizer . em cerco, à volta²

pinito

Pi NT - fórmula . interior¹ (das entranhas, do coração)

pinto

Note-se:

SaD - amor, peito, seio, coração

MØH - entranhas, interior

MØSH - obra, o que suceder (esperança)

HDH - estender a mão (esperança)

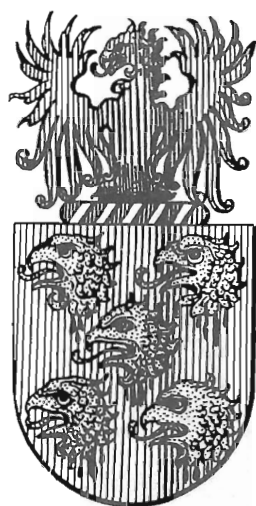
⁹⁰ *HD* «nome divino», v. nota em Madeira.

HD - nome divino

AD - promessa

Brasão particularmente secreto. «Machado» (utensílio) procede do herbaico; o apelido pode ter origem diferente da do utensílio⁹¹.

MADEIRA



Madeira

«Parece que esta família tomou o apelido de São João da Madeira, em terras da Feira (...). A pessoa mais antiga que se conhece é Afonso Martins Madeira que viveu pelos anos 1290». As suas armas são cinco cabeças de águia. No timbre uma águia abrindo as asas. Brasão muito sugestivo. Se o autor do emblema lesse o nome em português vulgar representá-lo-ia com árvores ou paus.

MD ERu

madero - numerosas1 . águias1

A águia do timbre será uma réplica da Fénix que é um dos mais arcaicos arquétipos do Criador que vimos em **Gentil** e que virá em **Vaz**.

MwD ERu

modero - agita-se, põe-se em movimento, e dissolve-se4 . águia⁹²

Pode ter sido um emblema identitário ou «totémico» ou que deu o nome ao portador do escudo.

⁹¹ J.P. Machado faz derivar «machado» do latim *marculatu*, diminutivo de *marculus* e *marcus* «martelo», sem outra informação (como pode *marculatu* dar machado?). Ora, vem do hebr. *MØSD* (*mâusado*) «machado, cinzel» associado a *MØSH* (*mauxá*) «obra, trabalho» ou *MØSH HDH* (*mauxada*) «trabalho . estender a mão», significação conforme com a função antropológica do «utensílio enquanto prolongamento do braço» e que nos remete para os primórdios do *homo laborans*. O apelido **Machado** não teria origem no «machado, cinzel» mas em *MØSH ADu* (*mauxado*) «obra, trabalho ou trabalhador contratado». Note-se que «contrato» (*ADu*) é homófono de «estender a mão» (*HDH*).

⁹² Também na mitologia oriental das origens, o universo tem origem na Ave chamada *HwL* («rodar, dançar em roda») a qual criou as coisas rodando sobre si-própria. No Génesis bíblico temos *Eloin*, plural de *ØL* («por cima») que rodava, pairava - como as aves chocam os ovos - sobre as águas para proceder à Criação. *ERu* (águia) confunde-se com *HR* (engravidar mulher). Sobre o mito fenício da Criação no qual se inspirou a Bíblia, v. M.E.S. *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa*, pp.220-221 («A Ave, o Ovo e a Fénix»).

MALHEIRO

Brasão (rio, ponte e árvore) «pertencente a certo homem chamado **Malheiro**, minhoto do séc. XII, cujo pai ou avô teve por apelido **Malho** e os descendentes chamaram-se **Malheiros**»⁹³.

ML ERu

malero - rio, torrente1 . árvore2

ML' ØwR

maleiure - água, rio, torrente, cheia1 . fura, vaza4

MaL LaRu

malharu - rio, torrente, cheia1 . atravessa, cruza2

MH LaRu

malaro - água1 . atravessa2

M-LaRu

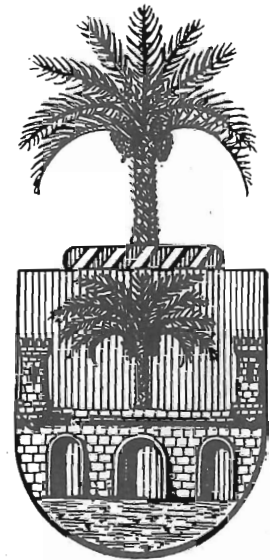
malaru - está atravessado

MaL ARu

malaro - rio . árvore, folhagens2

MeL ERu

melaro - eminência, altura, levantamento2 . árvore2



Malheiro

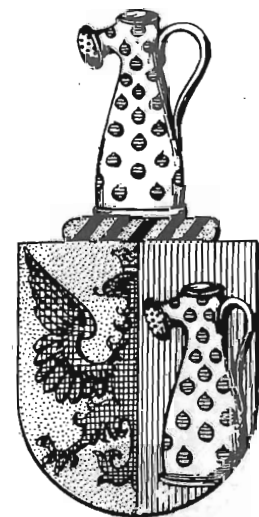
MARTINS (Estêvão)*

Há vários brasões **Martins** sem relação aparente entre o nome e o figurado (flor-de-lis, águia, castelo, etc.). O presente, de **Estêvão Martins**, é o último do *Livro do Armeiro-Mor*, desenhado no cimo da página que depois fica vazia como se o compilador esperasse desenhar outros (a compilação terminou em 1509). Estêvão Martins foi mestre-escola da Sé de Lisboa, primeiro provedor do Hospital Real de Todos os Santos e conde palatino (conselheiro no palácio) tendo morrido, ao que parece, em 1506. Teve por armas: partido, com meia águia coroada e uma almarraxa (regador para borrifar plantas domésticas); no timbre, uma almarraxa. Não há mais nenhum caso de almarraxa.

Muito representativo do símbolo falante: o autor leu o nome **Martins** como se fosse caldaico e, não contente com essa distorção, também leu em caldaico o nome próprio, **Estêvão**, onde foi encontrar a almarraxa.

STY ABN MH ART ENS

estieban maartênx - dar de beber1 . recipiente, vaso4 . água1 . folhas2 . débeis2



Martins, de Estêvão
Martins

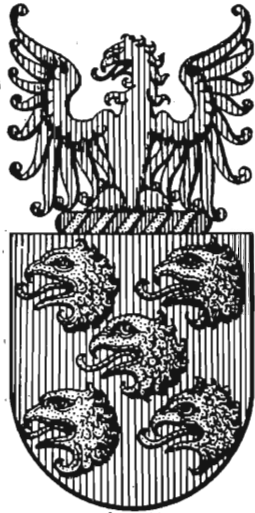
⁹³ Uns dizem que o apelido procede de *malho*, *martelo*, enquanto J.P. Machado dá-o como derivado de *malha* (rede para apanhar peixes). Os apelidos idênticos podem não ter a mesma origem, podem ser adaptações fonéticas, corruptelas, etc.

STI ABN M-ART ANS

estieban martânx - beber⁴ . vaso . para folhas . doentes incuráveis⁹⁴

Isto é «recipiente para dar de beber água aos ramos doentes». Exemplo típico de tradução pela fonética.

Com as más destacadas posições políticas e eclesiásticas, o utente saberia que o seu brasão tão invulgar e estranho à mitologia heráldica (passaria pelo de um criado doméstico?) era o produto da leitura do seu nome em «caldaico». Talvez, para disfarçar, o explicasse como representando a sua função de provedor de hospital (regar «plantas doentes»).



Medeiros

MEDEIROS

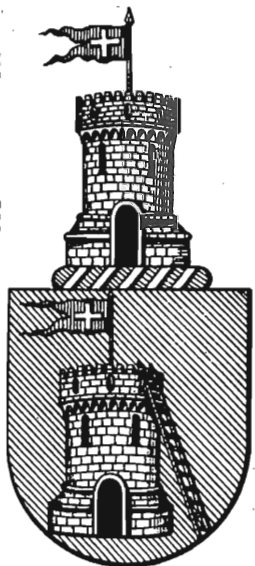
A origem da família que usou este brasão não é muito clara segundo o autor do *Armorial*, sendo a mais antiga que se conhece do séc. XIV. É o mesmo que **Madeira**.

MD ERu

madero - numerosas¹ . águias¹⁹⁵

MEGA

Desconhece-se o titular e a sua época. Torre com uma escada até ao topo.



Mega

MHH

mega - atingir⁴

MGY

magui - alcançar, chegar¹

MuHu

mugo - topo, cabeça, crânio²

MiGDaL

migdal - torre²

⁹⁴ *STY ABN*: a leitura *estieban* está exacta (hebr.): o alef (A) aqui, como noutros casos, vocaliza-se ê. A restante leitura também está conforme com os glossários. *ART* (folhas) só existe no acadiano e na terminologia da medicina mesopotâmica, não consta do hebr. bíblico. *ABN* significa em hebr. «vasos, recipientes, torno de oleiro, e pedra, prumo», em fenício «pedra, peso, machado de pedra».

⁹⁵ Pretende J.P. Machado que este nome provém de «meda», «local onde se juntam medas ou feixes de palha». A relação nome-brasão que vemos aqui sugere que nem tudo o que parece é.

MEIRA*+

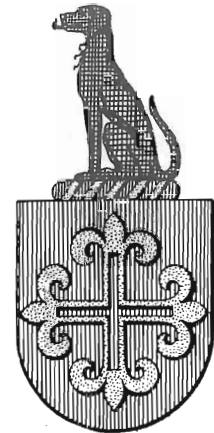
Família «galega e minhota» do séc. XIII. Um cão sentado.

MR

mera - cachorro¹

MR'

merá - mandar, reger, levantar-se dum salto¹, e senhor⁵



Meira

MEIRELES

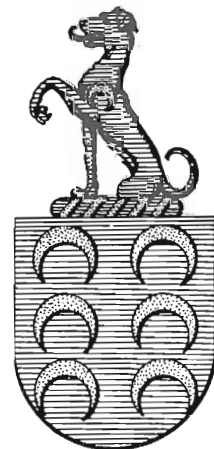
De uma família transmontana, do séc. XIII. Crescentes de lua e, no timbre, um cachorro.

MR ELiS

merelis - cachorro . ao, no alto²

MØR ELiS

mourelis - lua, sol, corpo luminoso⁴ . do alto⁹⁶



Meireles

MELO*+

«Uma das famílias mais antigas de Portugal, de Riba de Vizela» (séc. XII), ou da Vila de Melo segundo Braamcamp Freire⁹⁷. «Dobre cruz acompanhada de seis besantes de prata» («besante» é um disco pequeno, com origem numa moeda de Bizâncio segundo alguns, sendo pequeno sugere um furo). É o mesmo brasão do **Almeida** (embora sem relação de parentesco entre si). Porquê esta semelhança? O autor (achando o nome curto de mais?) lê-o também ao contrário: **Melo oleM, oleM Melo** de modo que resulta no mesmo que **Almeida**.

ML' ØLM

mâloulâm - cheio⁴ . de fechos⁴ (botões), e segredos, encobrimentos⁴

ML' ØLM

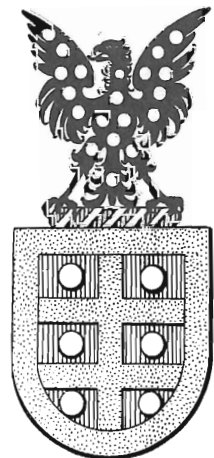
meloulem - cheio . continuamente⁴

ML' HLM

meloalem - cheio¹ . de golpes¹

HLM ML'

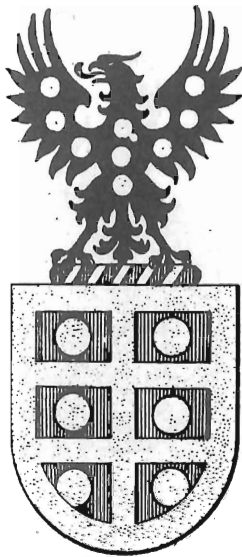
alemelo - de golpes . cheio



Melo

⁹⁶ J.P. Machado diz que este nome vem do «genitivo de *Maiorelle*» mencionado num documento do séc. X, mas não especifica o que significa.

⁹⁷ Braamcamp demonstra que é falsa a origem francesa que alguns atribuem ao nome Mello ou Melo mas que se relaciona com um topónimo referenciado desde 1288 perto de Valença.



Almeida

ØLM ML'

olemelo - fecho (botões) . totalmente, plenamente1

ØLM ML'

olmelo - continuamente . totalmente1, e cheio

Note-se:

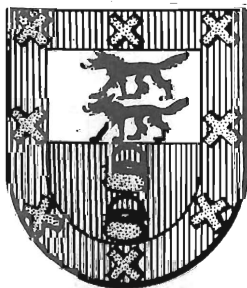
MeL' - cheio, e totalmente

ØLM - continuamente, e fecho (botões)

HLM - golpe

António Soares de Albergaria escreve numa nota ao lado do texto: «Melo: do hebraico *Milo*. Alguns autores hebreos dizem ser um lugar onde se faziam côrtes junto da torre de Sion na cidade de David». De facto, Bet-Millo (casa, tribo, clã ou terra de Milo) aparece na Bíblia como um sítio cujos notáveis se juntaram «junto do carvalho da estela para urdir um *complot* e elegerem por rei Abimelek». A Bíblia tanto diz que Milo é perto de Siquém como na colina de Jerusalém (*Juiz.* 9:6, *II Sam.* 5:9, *II Reis* 12:20). Esta origem para o apelido **Melo** será mítica mas podia constituir uma justificação para a leitura caldaica do mesmo.

MENA (De MENA)



Mena

«Família das principais da cidade de Toledo cujo solar fica no vale de Mena, em Castela-a-Velha. Passou a Portugal em época ignorada. No século XVI vivia em Pinhel Pedro de Mena (...) As armas dos Menas são: cortado; o primeiro de prata com dois lobos de negro passantes um sobre o outro; o segundo de vermelho com duas caldeiras, uma sobre a outra; bordadura de vermelho carregada de oito aspas». O brasão foi concebido com **Mena** e **de Mena**.

MaN

mane - vaso, vasilha5

DMH-HN

demena - igualdade de medida1⁹⁸

Di MeN

dimena - conforme, de acordo com4 . medida, número, soma2, ou parte, porção, figura, maneira1

Di MaN

dimane - de acordo . cada um2

⁹⁸ HN, do fenício, é a terminação para «medida».

MENDANHA

O nome é de **Mendanha** ramificado em Biscaia, Astúrias e Portugal; o brasão será anterior ao séc. XV. As armas que usaram os Mendanhas em Portugal são: uma cota de armas passada de três flechas gotadas de sangue. No timbre, as três flechas do escudo.

MN DN I'

mendânia - figura, porção, destino¹ . do julgamento¹ . adequado⁴

DM END ANN I'

damendannia - sangue¹ . inflige, impõe² . castigo² . adequado

DM MN DN I'

damendania - crime de sangue¹ . apela¹ . processo judicial . adequado

DAMANDA ANN

damandanna - um do outro, recíproco⁵ . castigo, e hostilidade²



Mendanha

MENDONÇA, MENDOÇA ou MENDOZA*+⁹⁹

Nome muito usado desde o séc. XI. «O apelido **Mendoça** (em Espanha Mendoza) deu quase sempre **Mendonça**». Armas dos Mendonças (Mendozas castelhanos): escudo franchado (dividido em quatro quadrantes): o primeiro e o 4º com banda de vermelho perfilada de ouro, o 2º e o 3º com um S, estando o da direita (a nossa esquerda) volvido; no timbre uma asa carregada de um S. Os **Furtados de Mendonça** usaram as mesmas armas com o S direito (na Sala de Sintra em que consta **Mendonças Furtados** está também volvido) e no timbre uma asa assente num pé de águia com um S.

MNDØ NSH

mendounsa - tem conhecimento, sabe⁴ . de plumagens, penas, voos, voar⁴ (ou sabe voar)

MN DØ NSH

mendounsa - porção, figura, maneira, e destino¹ . de saber, conhecer¹ . vôo, voar⁴

MN D'S

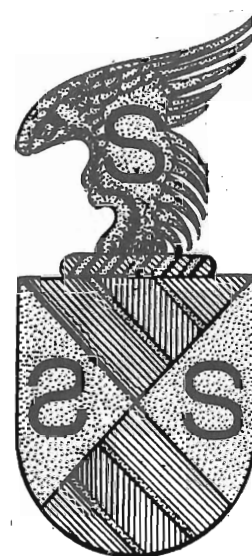
mendousa - figura, destino . levantar-se, e dar voltas¹

MN DwZ

mendossa - figura, porção, parte . dá saltos⁴

MN DaSu

mendâsso - figura¹ . retorcida, e que provoca confusão²

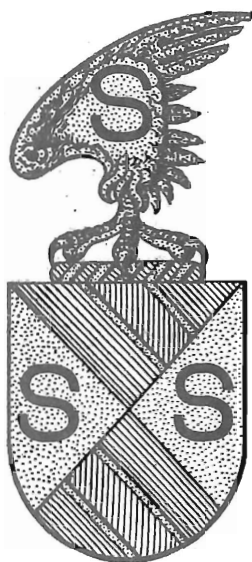


Mendonça ou Mendoça

⁹⁹ No Armorial manuelino da Sala de Sintra consta **Mendonças Furtados**.

MaN DaSu

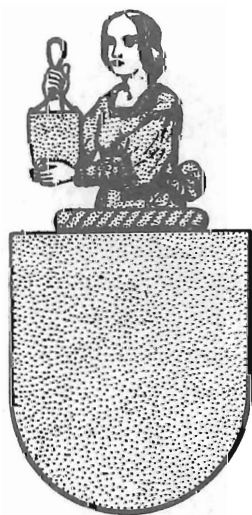
manedâsso - cada um 2 . retorcido



Mendonça Furtado
ou Furtado de Mendonça

Quanto aos **Furtados de Mendonça**: encontramos alguns entre os cristãos-novos ricos naturais de Bragança condenados pela Inquisição mas ignoro se são da mesma linhagem. Por outro lado, Francisco Bethencourt diz que, apesar da nobilitação de D. Diogo de Crasto (Castro), cristão-novo, que fora designado fidalgo da Casa real de D. João III em 1532, «libertado de todos os defeitos de nascimento em 1561», da integração dos familiares na mais alta nobreza e dos seus sucessos sociais e económicos com o comércio na Índia e em África, «os seus descendentes não foram poupados à suspeita de inabilitação» que impedia os cristãos-novos de aceder aos cargos públicos e às dignidades eclesiásticas; os netos de D. Diogo de Crasto, entre os quais se contavam Afonso **Furtado de Mendonça** e Jorge **Furtado de Mendonça** «apresentaram em 1633 uma petição de reconhecimento da sua limpeza de sangue» que lhe foi concedida pela comissão por 14 votos favoráveis e um desfavorável¹⁰⁰.

MENESES*+



Meneses (antigo)

Família das mais poderosas do País. O autor do *Armorial* liga a família aos reis de Leão e de Galiza (sec. X). O apelido é de origem castelhana e associa-se a um topónimo segundo parece. D. Telo Perez ou o seu filho D. Afonso Teles (m. em 1230) usaram este escudo segundo Braamcamp Freire. Ouro pleno, vazio, sem distintivo. No timbre, uma mulher ostentando o mesmo. É o único caso de brasão sem conteúdo.

Diz um autor que «a sua simplicidade faz pensar nos primeiros tempos da heráldica»¹⁰¹, simplicidade aparente porque é um dos mais imaginativos. Numa outra versão (Meneses de Cantanhede) representa-se com o mesmo fundo vazio mas com um princípio de desenho que alguns dizem ser um «anel encoberto» com origem numa lenda muito vulgar que não tem a ver com o primitivo emblema¹⁰².

¹⁰⁰ F. Bethencourt, *História das Inquisições*, p. 267. Não consegui descobrir se se trata das linhagens que usaram os brasões aqui apresentados.

¹⁰¹ Francisco de Simas Alves de Azevedo, *Les plus anciennes armes portugaises timbrées*, in *Archivum Heraldicum*, nº1, Lousanne, 1962, p. 3.

¹⁰² «Uma lenda muito romântica, inaceitável cientificamente, propagada no séc. XVII, modificou desde 1651 as armas dos Meneses. Renunciando ao belo 'ouro liso, passou a comportar 'ouro com uma sombra de anel ornada dum rubi'. Eis a lenda em poucas palavras: Ximene, filha do rei Ordonho II de Leão (falecido em 924), desonrada por um cortesão fugiu do palácio real. Abandonada pelo sedutor, refugiou-se na aldeia de Meneses onde viveu incógnita como serva dum agricultor rico de quem teve dois gémeos. Uns anos mais tarde, um caçador desencaminhado pediu hospitalidade ao agricultor. Ximene reconheceu que era o pai e fez-lhe servir uma omelette (que ela sabia ser o seu prato preferido) e os serventes foram os próprios filhos vestidos com partes da roupa

Diz Soares de Albergaria que a antiguidade dos **Meneses** «tem sido causa de lhes atribuírem mil patranhas sem fundamento como a da tortilha de ovos... mas todas as versões lhes dão princípio no reino de Leão».

Veja-se a originalidade do brasão vazio:

MN ES SiS

menesisis - destinado a1 . lugar do2 . emblema-placa, ornamento distintivo4.

MN ES SIS

menesis - parte do1 . lugar onde2 . emblema distintivo4

MN e ES são sinónimos: o MN indica «parte, porção» e o ES «lugar onde».

Temos ainda:

MNH SiS

menesis - acrescentar, pôr no lugar4 . emblema-placa, ornamento distintivo4

MN NS SiS

menenesesis - lugar da . bandeira, distintivo4 . emblema-placa

M' NS SiS

manesisis - qual?, e nenhum1 . bandeira, distintivo . emblema-placa

M'/MN NS IS

manesix - nenhum / lugar . distintivo, bandeira . está, existe4

MH NS ES/HS

menexex

menesés - o do4 . bandeira, distintivo . destruído2 / silenciado4

MN HS ES

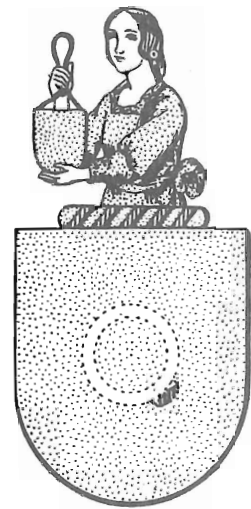
menesex - parte, figura1 . silenciada4 . destruída, mexida, pertubada2

MN ESES

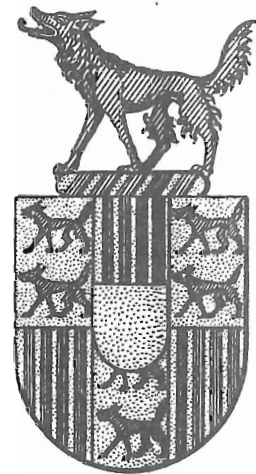
menexex - figura . maltratada2

MN ES IS

menexix - figura . destruída2 . há, está1

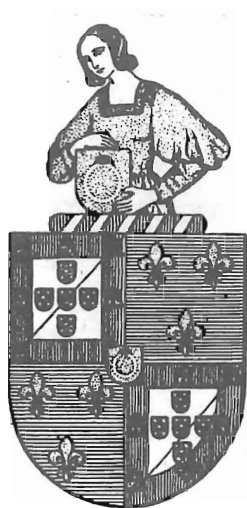


Meneses (moderno)



Meneses,
Condes de Tarouca

que ela trazia quando fugiu, e introduziu no prato o anel com o rubi que o pai outrora lhe oferecera. Surpreendido, o hóspede pediu explicações, perdoou à filha, enobreceu o agricultor e mandou organizar um torneio para festejar a sua alegria», Francisco de Simas Alves de Azevedo, *Les plus anciennes armes portugaises timbrées*, Archivum Heraldicum, nº 1, 1962, Lousanne. Cf. A. Braancamp Freire, *Brasões da sala de Sintra*, Vol. I p. 104. História sensivelmente semelhante á do rei Ramiro desenrolada em Gaia e reproduzida no *Livro das Linhagens*.



Meneses, Marqueses
de Marialva

MN-ESiS

menexix - para fazer de novo²¹⁰³

MN ESiS

menexix - parte, figura, destino¹ . fazer de novo, renovar²

M'N ESiS

manexix - recusa-se⁴ a . fazer de novo, renovar

Notem-se as redundâncias:

MN - parte, destinado a

ES - lugar, onde, para onde

NS - bandeira, flâmula, distintivo

SiS - distintivo-placa

e as equivalências:

1 - MN ES SiS

menéssis - parte destinada a . lugar onde . distintivo-placa

2 - MN NS SiS

mennéssis - parte destinada a . distintivo, bandeira . distintivo-placa

O termo **SiS** «emblema-placa, distintivo em forma de placa», é do *Livro do Exodo* utilizado para referir o ornamento que o sacerdote Arão devia ostentar na testa (reproduzido no cap. *Heráldica por Decreto Divino*): «Farás um distintivo-placa (**sis**) em ouro puro e gravarás nele, como um entalhe (sinete ou selo) 'Consagrado a Yaweh'» (Ex.28:36). «Eles fizeram o distintivo-placa da santa coroa de ouro puro e escreveram nele, como um entalhe 'Consagrado a Yaweh'» (Ex. 39:30). «Ele colocou a mitra sobre a sua cabeça e, sobre a mitra, sobre a cabeça, pôs um distintivo-placa de ouro, a santa coroa, como Deus mandou a Moisés» (Lev.8:9).

Este caso exemplifica bem o uso do «caldaico»: os três glossários são utilizados em simultâneo originando redundâncias.

Talvez o nome proceda do escudo que ficou vazio à espera do sinal identificador.

As armas que D: Pedro de Meneses (1367-1437) governador de Ceuta (primeira cidade de além-mar) exibiu no documento com que instituiu em 1431, em Ceuta, um morgadio e que constam na sua sepultura na igreja da Graça em Santarém contêm: o escudo dos Meneses (ouro pleno) partido com os Vilalobos e, no timbre, uma cabeça de lobo com a pele do corpo (vêem-se as quatro patas) entre dois cornos de veado que furam a pele. Lê-se dos dois lados das ar-



¹⁰³ MN- «Partícula para exprimir a acção de «movimento para», «terminus a quo», R. TombacK, o.c. p.184.

mas a palavra *aleo*. Na sepultura esta divisa está envolvida por um carvalho arrancado. Na instituição do morgadio, D. Pedro estipula que o uso da divisa *aleo* é obrigatório para os seus herdeiros¹⁰⁴. Diz o autor donde extraio estas referências que o *aleo* é «uma espécie de cana com a qual D. Pedro de Meneses teria prometido a D. João I defender a cidade de Ceuta contra os mouros» (não encontro esse significado nos dicionários)¹⁰⁵. Ora o *carvalho* que envolve a divisa, o *juramento* e o *emblema* (brasão) dizem-se **aleo**. Vejamos todas as rotações fonéticas do vocábulo:

ALH*àle,**âleo* - arvore magestosa, carvalho⁴**AiL***ail* - veado, carneiro, carvalho⁴**ALiY***alíto* - valentel**A'Lu***ailo* - banda, confederação, parentes, parentela²**AL/ALH***ellalooa,**elea* - deus máximo, altíssimo, poder, força, este(a), aquele(a), carneiro⁴**ALH***âlea* - juramento, imprecção, e este/a, aquela⁴**ALu***álul**áleo* - cidade, quinta, palácio, ornamento (emblema), raça de carneiros, touro celeste²**ALiH***alia* - cauda gorda, tipo de carneiro⁴ (cf. pele)**ALL***âllol**alho* - roupa, capa, borda do vestido¹ (cf. pele)**ALLa***alla* - além²

¹⁰⁴ Francisco de Simas Alves de Azevedo, *Les plus anciennes armes portugaises timbrées*, o.c. pp.1-2. A gravura é do mesmo autor. São as primeiras armas com timbre que se conhecem.

¹⁰⁵ Encontro no Cândia de Figueiredo e na Gr. Enciclopédia Port. e Bras., *alio*: «árvore de Damão» o que está fora de causa, e na Gr. Enciclop. *aleo*: «termo da heráldica, diz-se dos animais que se apresentam com asas» mas também o não vejo no glossário do *Armorial Lusitano* de que me sirvo, nem tem razão ser neste caso.

ØLH/ØL

âula/

ôla - subir, ofertar, apoderar-se / governar⁴, na presença de¹, e como, conforme⁴

ØLH

auléa - folhas, folhagens⁴

ØLY

âlio - ascender, subir e altíssimo (Deus)¹

ALô/

ØLwH

âlô/

âloa - se, ainda que⁴ / sacrifício, oferta queimada⁵

A palavra *aleo* é o denominador comum de todas as significações precedentes representadas no emblema. Em vez de «juro com esta cana defender a cidade», servindo-nos da lista de significações numa certa ordem, descobrimos este juramento: *âlea ôla âlio âula aloa aleo ailo laloo aleo allal alio ola aleo âlô âloa ôla aloa lôla aloa allo ailol* - juro . na presença do . altíssimo . governar . este . emblema . da parentela /ou: esta . cidade . de além-mar/ . valente . como o . carvalho . mesmo se (tiver de ser) . sacrificado, queimado . como . carneiro . /ou: como . esta . pele . de veado/ (ou este carvalho).

ALu, aleo (ornamento, emblema) é sinónimo de **SiS** (placa distintiva).

MESQUITA

«De uma família transmontana do sec. XIV». «Cinco cintas e um mouro no timbre». Segundo um mito referido pelo autor do *Armorial*, o brasão e o nome procedem de «cinco irmãos que ataram os cintos para subir a uma mesquita em Arzila e a tomarem, no tempo de D. Afonso V», mas essa origem é falsa, segundo o mesmo autor porque o nome já existia antes. Descobrimos entretanto que aquele mito foi extraído da rotação fonética do nome.



Mesquita

MSQ QITu

moxoqito - assalto, avanço⁴ . final²

MSK ITu/KITu

mexkito - estender, arrastar, tirar⁴ . vizinho, contíguo² / corda de linho²

MSKøT

maxkot - laços, cadeias⁴

MSwKH ITu

mexukitu - sebe de espinhos⁴ . vizinho, contíguo, confim²



Meneses

MaSØ KITu

maxokito - levar, carregar⁴ . corda de linho

MaSØ KiTTu

maxokito - levar, carregar . justiça, verdade²

MwSQ ITu

mosekito - tormento, aflição⁴ . extremo, confim

MôS KITu

môxkito - assistência, auxílio⁴ . corda de linho

MôS SQw KITu

maxxakkito - assistência, auxílio . levantar, erguer-se² . corda de linho

Note-se

QITu - final

KITu - corda de linho

ITu - confim, extremo, e vizinho, contíguo

O apelido **Mesquita** é frequente entre os primeiros judeus ou cristãos-novos minhotos chegados a Amsterdão (fim do séc. XVI) e, em menor quantidade, entre os transmontanos condenados pela Inquisição (levantamento do Abade de Baçal).

METELO, MATELA*

«O brasão é dos **Matelas** (sec. XIV) que depois derivou em **Metelo**». Duas esporas no timbre.

MuTeLu

mutelo - corredor, errante, vagabundo, espião²

MT ULu

matulo - homem¹ . das rédeas²

MT TL'

matela - homem . da arma¹

MiTT ULu

mitulo - arma divina² . rédeas

Ma-TL'

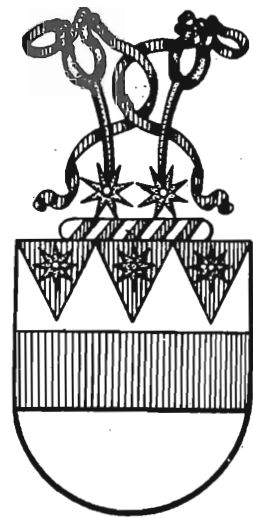
matelá - de armas (ofício das armas)¹

MiTT ELu

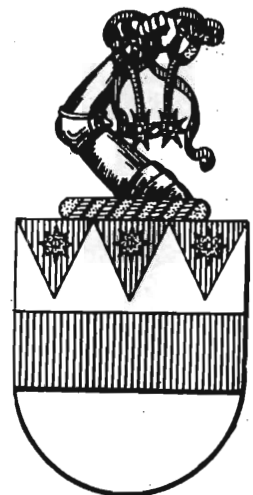
mitelo - arma divina . ao alto²

MiTT TL'

mittelou - arma divina . suspensa¹



Matela



Matela (outros)

MONTERROIO*



Monterroio

Duma família do século XIV. Duas cabeças de águia engrinaldadas e contrapostas, como um efeito de espelho.

MNT R00

manterroiou - parte, porção, herança¹⁰⁶ . dividida, despedaçada⁴

MNT RaI

manterraie - parte, porção . de espelho⁴

MNT R0H

manterroia - porção . da visão, do olhar⁴

MN T'R R0H

mantarroia - figura¹ . dobra, volteia⁴ . visão, olhar⁴.

MONTOIA



Montóia

Desconhece-se de quem fosse. Folhas rodeadas por um «cordão de São Francisco» segundo o autor do *Armorial* (que não dá a razão desse atributo; o cordão franciscano só tem três nós).

M0N TwH

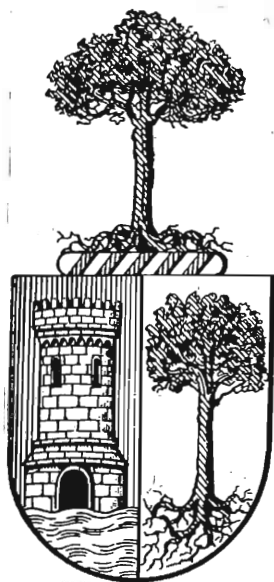
mountoa - referente a⁴ . fiar

MN TwH

mantoa - figura, maneira, destino¹ . de fiar⁴

Cf. Coimbra, Eça, Fazenda, Temudo

MORAIS*



Morais (antigo)

Entendem alguns que provém do castelhano *Morales* mas existem famílias e sítios *Morais* «desde o séc. XII». Torre dentro de água e uma árvore.

MH R' IS

mârais - águai . poder, liderança² . árvore²

¹⁰⁶ O termo *monte* alentejano, nome popular para «herdade», procede de *MaNTa* «herança, porção», tal como os topónimos *Manta* que se encontram em todo o País (*Manta Rota*, no Algarve: *MaNTa ReTu* «herdade, porção, parte de pastagem»). Entre os agricultores do centro-litoral, uma «manta de terra» era uma porção de solo que se cavava durante um dia.

MOREIRA

Do séc. XII. No timbre, «um lobo» (ou um cão?) levantado (a uivar).

MuR HR

murere - quadrúpede2 . geme1

MuR ØR

mureire - quadrúpede2 . em movimento, desperto, excitado1

MR'H ØR

mureire - papo4 . em movimento

MR HR

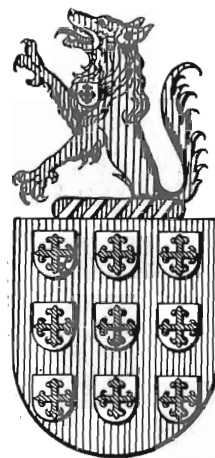
merere - cachorro1 . geme

MR' ØR

moreire - levantar-se dum salto, e rebelde4 . excitado

MÔRH ØR/HR

moreire - medo4 . excitado / geme



Moreira

NÓBREGA ou ANÓBREGA*

Família antiga (sec. XII) «com um solar em Nóbrega entre Douro e Minho» segundo Soares de Albergaria. Um açor voante no timbre.

ANHB BRH

anaborag - depredador1 . fugidio, rápido, e sinistro1

ANHB RaGa

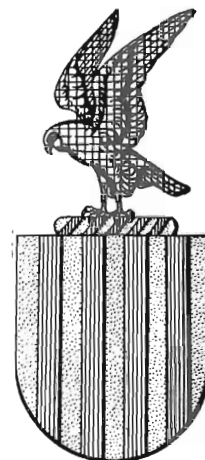
anabraga - depredador . malvado2

ANHB GaR

anobgar - depredador . ataca, precipita-se1

ANHB GRH

anabguera - depredador . guerreia4



Nóbrega

NOVAIS*

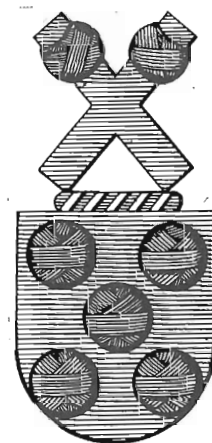
Novaes ou Nabais, família do séc. XI. No *Armeiro-Mor* consta Nabaes. Novelos de fio.

NaBaS

nabas - lâ2

NB AiS

nabaix - encoberto, recoberto1 . está4



Novais

OLIVA



Oliva

«De uma família que passou a Portugal em 1428». Um leão na água traspassado por uma lança quebrada e ensanguentada e no timbre um homem com a lança quebrada.

O autor do *Armorial* relata a história seguinte: «No ano de 1553, sendo capitão de Tânger Luis da Silva, estavam recolhidos na cidade uns alcaides mouros chamados Dorides, com receio do xerife, e veio a notícia de que havia um leão numa ribeira; o capitão quis ir matá-lo saindo alegremente com toda a sua gente, e os alcaides mouros saíram também com a sua. No caminho houve questão entre Lourenço de Oliva e um dos alcaides mouros acerca da cavalaria cristã, dizendo um deles que os que matassem o leão seriam os bons cavaleiros. Animado por tais palavras e pelo zelo e honra da cavalaria cristã e da sua pátria, Lourenço de Oliva adiantou-se a todos e logo que o leão saiu da ribeira avançou com o cavalo e traspassou o leão, mas o leão saltou-lhe aos peitos do cavalo e o feriu muito. D. Sebastião recompensou-o por este feito, e pelos méritos do avô, dando-lhe carta de armas e o presente brasão». Outros autores contestam essa procedência do brasão. Também existiu uma família espanhola Oliva passada a Portugal e tendo como armas um ramo de oliveira.

Os etnólogos deparam-se com certos mitos que ganham foros de história factual pela simples casualidade (ou sorte) de terem um dia sido escritos e - tal como o vinho e os amigos - quanto mais antigos forem por mais verdadeiros passam. A presente história do leão é também o efeito da rotação fonética e plurissemântica do nome **Oliva**:

Alu IB Ba'

âliba - cidade² . inimiga . cercada²

A'Lu IB

auliba - a banda² . do inimigo

Hw LIBBu

aulibo - ol . interior²

HL' IB

aleiba - ovelhas desgarradas⁴ . do inimigo

ØL L-IB

olletbe - em oposição⁴ . ao inimigo

ØL Ba'u

oulibao - a propósito¹ . entra¹, visita²

ØLi Ba'u

olibao - sobre⁴ . vem¹

HL IB

alibe - eh! [?]inimigo¹

HL LBe'

elêbea - eis, olha, há¹ . leão⁴

AwL Li-Ba'u

aullibao - o primeiro¹ . a chegar¹, a vir antes²

ØL L-IB

ouliba - é superior¹ . ao inimigo

ELi Bu

elibo - elevada, e santa² . palavra²

AwL Y Ba'

auliba - interior . deveras¹ . atravessa

ØL LiBu

oulibo - ao alto! . coração, ânimo!²

H'H Li-IB

âeliba - eh, vinde!⁴ . ao inimigo!

AL I Ba'

aliba - em direcção . onde?¹ . procurar, investigar²

AL Y B-HH

alibaa - em direcção . claro está¹ . da água, do pântano, do loda-
çal¹

AL LBe'

alleba - em direcção⁴ . do leão

HL LBe'

allêba - cá está, eis o . leão

ØL LBe'

ouleba - ocupar-se do¹ . leão

H'H LBH

aêleba - ai que⁴ . chama, fulgor raiva!⁴

ØL LBe'

ouleba - sobe¹ . leão

ØLL LBe'

olleba - mergulha⁴ . leão

ØL LiBBu

oulibo - para cima⁴ . ventre, ou coração²

ØL/AwL LBe'

auleba - por cima / da barriga⁴ . leão

AwL I Ba'

auliba - barriga⁴ . deveras¹ . penetra²

ØL LIBBu

aulibu - sobre . o ventre, o coração²

ØL/AwL IB

oullibe - por cima / da barriga¹ . do inimigo

AwL I Ba'

auliba - barriga . juro!¹ . atravessa

ØL L-YB Ba'

olibba - por causa disso⁴ . a soluçar¹ . vem

ALu I Ba'

aliba - ornamento, emblema² . juro, pela minha vida!¹ . vem

Hw Le' Ba'

ouleba . - ele¹ . poder, domínio, administração, e triunfo² . atravessal

Notem-se os sinónimos:

AwL - barriga, e supremacia, o primeiro

LiBBu - ventre, interno, e coração, ânimo.

ORNELAS*

Brasão dos sécs. XII-XIII, duma «família antiga de Portugal que tem por solar a honra de Dornelas, entre o Homem e o Cávado, actualmente no concelho de Amares (...) nome que passou a **de Ornelas**». Soares de Albergaria diz que o solar é na paróquia de Santa Marinha de Dornelas. Dornas, Dornelas, são nomes de rios no Minho e algures. Banda com flores-de-lis acompanhada por duas se-reias cada uma com um pente na mão direita e um espelho na mão esquerda. No timbre, uma sereia.



Ornelas (antigo)

ØwR Ne' L-ØSH

ournealâse - despida⁴ . volteia-se² . desde a cauda, o coccix⁴

ØwR Ne' LwS

ournealoz - despida . volteia-se . ser perverso, andar por caminhos errados⁴

ØwR NHL LwS

ornelloz - despida . do rio¹ . perversa

ØwR N' LwS

ouneloz - despida . anda, vamos!⁴ . por caminhos errados, na perversão

ØwR NHL ØS

ournélâux - despida⁴ . cuidadosamente⁴ . apronta-se⁴

ØwR N'L ØS

ournálâux despida . leito¹ . apronta-se

ØwR NaL ØS

ournálâux - despida . deita-se² . apronta-se

ØwR NHL ØS

ournélâux - despida . rio, ribeiro¹ . apronta-se.

ØwR N'L ØSH

ournálause - despida . leito . piscar o olho⁴

O dos Marinheiros também tem uma sereia no timbre. Há uma relação entre o apelido Marinho (com uma história de mulheres marinhas no *Livro das Linhagens*), Santa Marinha e a sereia de Ornelas.

PACHECO*+

Família do séc. XI. Duas caldeiras, e duas cabeças de serpe afrontadas no timbre.

PSQ

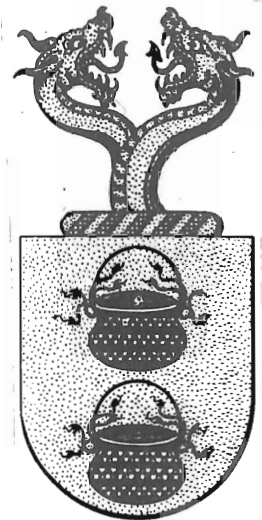
paxek - riso irónico, descancarado⁴

P' SaQu

paxaco - falar¹ . alto²

P' SeGu

paxego - bocal¹ . raivosa²



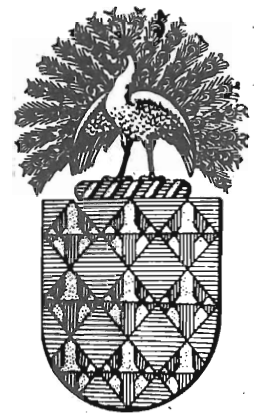
Pacheco

PAIS*

Nome atestado desde o séc. IX. «Foi o mesmo nome que Palais, patronímico de Paio, Pelaio e Pelágio». Brasão de Paio Rodrigues: um pavão no timbre.

PLS

peláx - revolver-se, rolar-se⁴ (pavonear-se)



Pais

PESSOA

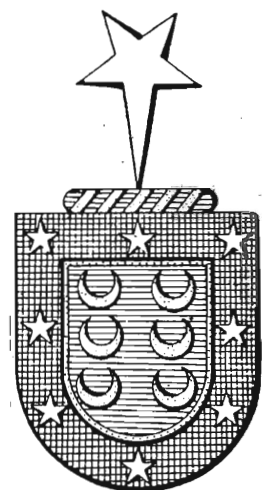
Anterior ao século XIV. Oito estrelas, seis luas e «um cometa» (uma estrela irregular) no timbre.

PeSu

peso - astro Júpiter²

PeSSu

peso - estropiado²



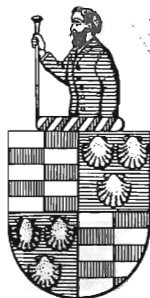
Pessoa

PIMENTA

Ignora-se a identidade exacta e a época desta família. Contém vieiras e, no timbre, um homem com um bastão (de peregrino ou de magistrado?)

Pi MNT

pimanta - diz2 . contagens, porções, fórmulas1 (de orante ou de magistrado)



Pimenta

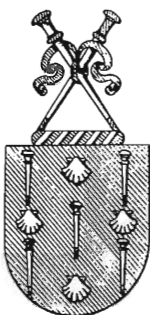
Pi MiNTu

piminto - diz . fórmulários, rezas2 (orante)

O brasão **Pimenta** é semelhante ao **Romeiro** nas conchas e no bastão donde se deduz que «pimenta» significou romeiro, monge giróvago, rezador ou pagador de promessas¹⁰⁷. Para a origem da concha, v. **Vieira**.

PIMENTEL*+

Do séc. XIII. Contém vieiras e, no timbre, um touro que curva o cachaço com uma vieira na testa.



Romeiro

P' MNT ALu

pimantalu - diz, fala1 . fórmula1 . touro celeste2

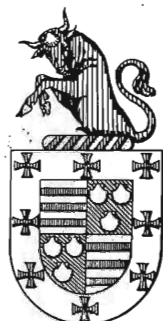
P' MNT ELu

pimantelu - diz . fórmulas . santas, puras, elevadas, superiores2

P' MNN TL'

pimanttela - diz . agachar, baixar1 . cerviz1

Foi sinónimo de **Pimenta** e de **Romeiro**.



Pimentel

PITA

De João Pita de Ortigueira «duma família da Galiza». Brasão de 1476 (ou anterior) confirmado por D. Manuel em 1497. Esquartelado: castelo com a entrada aberta, e duas serpes abocando uma barra.

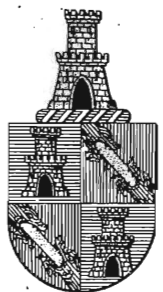
Pi T'H - boca, fala, grito1 . traça uma linha, demarca4

Pi Ta - boca, fala, grito . ataca1

PiT - confim, lado1

PiTu - abertura, brecha2

PeTH - palrar, e aumentar o espaço4



Pita

¹⁰⁷ O largo fronteiroço da igreja da Senhora da Luz, em Carnide (Lisboa), um velho santuário que foi muito concorrido, chama-se largo das Pimenteiras, e existe uma rua das Pimenteiras perto da igreja de Santos (Lisboa). Foram locais de albergue ou de ajuntamento de penitentes ou de romeiros - Pi MNT θ wR (*pimentâure*) «o que diz fórmulas de conversão, penitente» (cf. nota a **Vieira**).

- PaT - bocado, pedaço⁴
 PuTu - frente, face, rosto, largura²
 AP ITTa - rosto, nariz, entrada, câmara¹ . contíguo, e limite, contorno²
 AP' ITTa - víbora¹ . contígua, e limite, contorno.

PORTOCARREIRO*

O *Livro da Nobreza* regista **Portocareiro**. Família «relacionada com D. Henrique (sec. XII) e com o território de Canavezes». Um cavalo (ou égua) saltante com as crinas e as rédeas soltas. Será o efeito de tradução pela fonética?

PR'T/PeRTu ØQR ØR

pertoucareiro - crinal / cabeleira² . despregada⁴ . jumento macho¹

PRT ØQRH ØR

partoucaraeiro - puxa⁴ . açoite⁴ . jumento macho

PaRu TØ QR' ØR

parutoucaraeiro - égua². errante . invocal . jumento macho

PaRu TØ ØQR ERRu

parutoucarerro - égua . errante⁴ . desprega . laço²

PaRu Tw ØQR ERRu

parutôoucarerro - égua . sinal . despregar . laço

PaRu TØ QR' ERRu

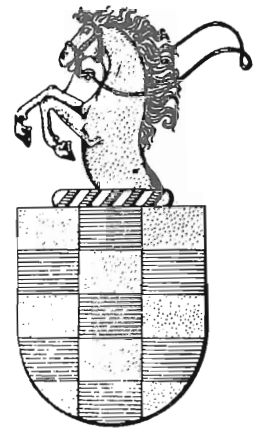
parutoucaraerro - égua . errante⁴ . evocal . laço

PaRu TØH KRH ERRu

parutoucarerro - égua . solta . amarra⁴ . laço

PaRu ØTôK QR ERRu

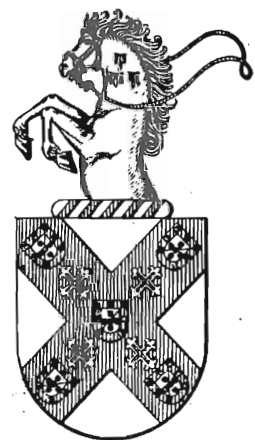
paroutocarerro - égua¹ . atada¹ . quebra⁴ . laço



Portocarreiro

PORTUGAL

«Provém este apelido do reino de Portugal tomado na família principal pelos descendentes de D. João I (sec. XV), por via do seu filho D. Afonso, I^o duque de Bragança e em outras famílias de menor categoria, ainda que nobres, simplesmente em alusão ao país onde nasceram» (não costa dos brasonários da Nobreza). Timbre: «um cavalo enfreado, ferido de três lanças no pescoço, vertendo sangue» (também pode ser uma égua). Estaria o autor do brasão a pensar no mito das antigas éguas da Lusitânia extremamente ligeiras porque o vento as



Portugal

emprenhava?¹⁰⁸. Efeito de tradução pela fonética. As «feridas» foram sugeridas pela terminação *-gal*.

PaRu TwH ALu

pârtogalu - égua² . pintada⁴ . é o emblema, o ornamento²

PaRu Tw GLY

partogalia - égua . sinal, marca⁴ . ferida¹

PaRu Tw G'L

partogal - égua¹ . sinal . mácula, mancha⁴

PaRu TØ HL'

partjougala - égua . magnífica¹ . adoece⁴

PaRu TwG ALu

partogalo - égua . viaja longe¹ . ornamento

PaRu TwG HL'

partogala - égua . viaja longe . desgarrada⁴

PaRu TØ HLi

pârtougali - égua . desgarrada⁴ . enfeite, adorno⁴

PaRu TØ GLH

partougala - égua . atacada⁴ . foge⁴

PaRu TØ GH ULu

partougaulo - égua . desgarrada . foge¹ . rédeas²

P'R Tw HL

portogal - emblema, ornamento⁴ . marca . escorrer, gotejar²

PØR Tw GLY

pourtogalia - aberto⁴ . sinal . ferida

PaTRu GLY

patrugalia - espada, cutelo² . feriu

PR'T TwH ALu

peratogalo - crinal . pintada . é emblema

¹⁰⁸ O mito correu as bocas do mundo antigo; as éguas da Lusitânia (de Olissipo, Scalabis, Conímbriga e de algures) eram «fecundadas pelo vento zéfiro ou favónio». «Não houve fábula mais autorizada nem mais acreditada do que a de conceberem e de parirem algumas vezes do vento as éguas da Lusitânia nos campos de Lisboa» diz António Pereira de Figueiredo, nas *Memórias da Academia Real das Ciências*, em 1825. Plínio (Hist. Natural, IV, 22) duas vezes afirmou essa maravilha, referindo-se a Olissipo como a «cidade nobre pelas éguas que nos seus campos concebem do vento favónio». Autores como Varrão, Columela, Solino, Virgílio e Sílio Itálico também se referiram a essas éguas da Lusitânia emprenhadas pelo zéfiro, e que os potros que delas nasciam não duravam mais do que três (ou sete) anos. Em *Origens Remotas da Cultura Portuguesa* explico que esse mito pode ter sido provocado por uma confusão de linguagem: os termos do «caldaico» com que os Lusitanos se referiam às suas éguas eram interpretados pelos romanos como se fossem latinos, isto é, por tradução fonética (Cap. «As éguas da Lusitânia emprenhadas pelo vento», pp. 199-203).

PeRTu UGaLu

pertugalo - cabeleira² . grande leão²

PeRTu GLH

pertugala - cabeleira² . descoberta, revelada⁴

E ainda:

PaRu TwG ALY - égua . viaja longe . valente¹

PaRu Tw HLi - égua . sinal . sofrimento⁴

PaRu T' HL - égua . atacada¹ . dorida, enfraquecida⁴

PaRu TØ GLØ - égua . errante . irrompe⁴

PaRu TØ GLH - égua . errante . parte⁴

PaRu TØ GH HaL' - égua . errante . fuge . desgarrada⁴

PØRu Tw HL - aberto . sinal . gotejar

PR TwG ALLa - romper¹ . viaja longe . além²

P' ReTu GLH - diz¹ . pastagem, e domínio² . fugir

Note-se a variação homofónica condizente com o desenho:

PaRu TwG ALu - égua . que viaja longe . emblema

PaRu TØ GH HL' - égua . errante . fuge . desgarrada

PaRu TØ GLH - égua . errante . parte

PaRu TØ GLY - égua . desgarrada . ferida

PaRu Tw GLY - égua . sinal . ferida

PeRu TØ GH ULu - fuge . desgarrada . fuge . rédeas

P'R TwGH ALLa - abre . viaja longe . além

PØR Tw HaL - aberto . sinal . escorre, goteja

PaTRu GaLH - espada . ferida

Variedade de sinónimos não homófonos:

«Ornamento», «desenho», «emblema» - **P'R, TwH, HaLi, ALu**

«Fugir», «errar», «degarrar» - **PeR, TØ, TwG, Gh, GaLh, HaL', ALLa**

O nome pode reproduzir-se unicamente com sinónimos:

P'R TwH ALu - ornamento . pintura . emblema

PØR TwG ALLa - abre . viaja longe . além

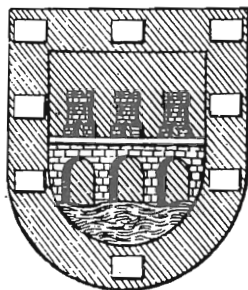
PeR TØ GaLH - fuge . errante . cativoiro

PeR TØ GH HaL' - fuge . errante . fuge . desgarrada

PeR TØ GH ALLa - fuge . errante . fuge . além.

PREGO

«Família originária da Galiza, ao que se diz» (sem menção de época). Ponte dum rio suportando três torres.



Prego

PR AH

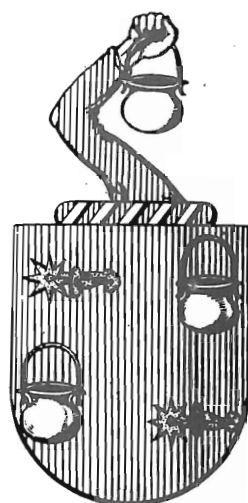
perago - rompel . ribeiro, água²

PR' AH

perago - banhar-se1 . ribeiro

PUGA

«Família da Galiza de que se passou um ramo a Portugal no tempo de D. João III» (sec. XVI). Duas esporas (sugerem ferrolhos de porta), duas caldeiras e uma no timbre.



Puga

PiH

piga - copo, vaso²

PoKa

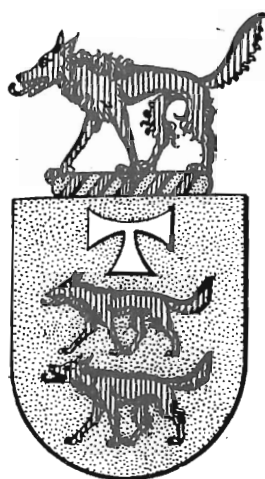
poka - vaso, frasco, ânfora⁴

PeHu

pegu - fechar²

QUEIMADO

«Família que já se conhecia no tempo de D. Dinis» (sec. XIII). «Dois lobos passantes», simétricos, sob um emblema chamado *tau*. Em vez de lobos podemos ver cães. O tau, última letra do alfabeto fenício e hebraico (T), também chamado cruz fenícia, foi o emblema de confrarias populares antigas e de uma ordem cristã, Ordem de Santo Antão ou frades do Tau, dedicada à assistência dos doentes, peregrinos e viajantes. Foi fundada em 1093 pelo papa Urbano II com o fim de socorrer os doentes atacados do chamado «fogo sagrado», «mal dos ardentes» ou «fogo de Santo Antão» (ergotismo) provocado por um fungo do centeio que dizimou muitas populações na Europa nos séc. IX-XIV. Os membros da Ordem dedicaram-se também ao tratamento de outras doenças em asilos e hospitais¹⁰⁹. Os cães eram usados para encontrar os transeuntes perdidos na montanha; diz-se que São Bernardo utilizava os cães - que passaram a ter o seu nome - para socorrer os extraviados nos Alpes.



Queimado

¹⁰⁹ Fernando da Silva Correia, *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas* p. 249, 367, 380, 561.

O nome **Queimado** derivou da actividade das velhas confrarias, o seu título de honra. Resulta duma espécie de crioulo em que se associam as ideias de «confraria, assistência» e «mal dos ardentes».

1 - A confraria do Tau

QIMH Dw

keimadô - estatuto permanente, decreto⁵ . enfermidade¹

QIMH ADu

keimaado - estatuto permanente . voto²

QYM MDØ

kaimadou - assistente¹ . do doente¹

QaM MDØ

kamadou - queima, arde² . doente.

KaM ØD

kamaoude - colhe, liga, e estrangeiro² . companheiro, afim, próximo

KMH ØDH

kamauda - busca⁴ . transeunte, passante⁴

KaM ØDH

kameida - colhe, liga, e estrangeiro . transeunte⁴

KaM HDH/ADu

kamada - como, igual, equivalente a² . estender a mão⁴ / voto

2 - Os cães emparceirados:

KaM ØD

kamaude - como, equivalente a, e estrangeiro . camarada, companheiro¹

KaM MaD

kamade - igual ao . padrão

KaM EDu

kamedo - como . um só²

KaM ØwD

kamaude - assim . repetido⁴

Note-se a plurissemântica de

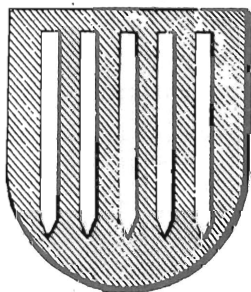
KaM - colher, estrangeiro

ØD - camarada, transeunte

ADu/HDH - voto/estender a mão

O todo encontra-se nas partes.

QUEIROGA



Queiroga

«Família originária da Galiza de que se passou um ramo a Portugal» (sem menção de época). Cinco verguetas (ou barras) soltas e aguçadas.

KaRu HGH

caraêga - ordena, e domina² . barras¹¹⁰

QR' HGH

caraêga - evocal . barras

QR' HGH

caraêgue - evoca . enumeração, contas¹

KRH HGH

caraêguê - negocia⁴ . barras

QwR HGH

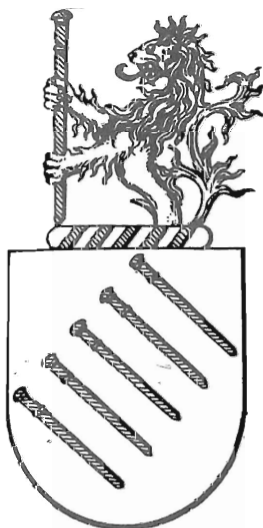
coraêguê - fio⁴ . barras

QwRH HGH

coraêguê - trave⁴ . barras

KiR HGH

kiorêguê - plataforma⁴ . barras



Varela

O nome tem origem no escudo ou numa profissão? Compare-se com o falante português **Varela**.

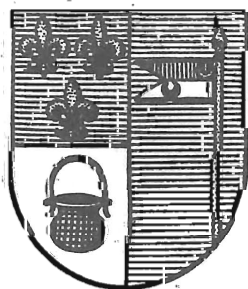
QUEVEDO

«Família castelhana...» anterior ao sec. XIV. Uma caldeira. É o mesmo que **Cabedo**.

KBD

kabedo - honrar, prestar homenagem, agasalhar¹

Podia ser insígnia de albergaria



Quevedo

QUINTAL ou QUENTAL*

«Família cujo membro mais antigo que se conhece, tomado do lugar do Quintal, Tondela, é do séc. XIV». Uma barra transversal e, no timbre, «pescoço e cabeça de lobo» (ou será um cão?).

1 - A barra atravessada:

¹¹⁰ *HeGê*: Hebraico moderno, «barras». Pode corresponder ao heb. antigo *HaG* «contar».

KN TaLLu

kentallo - fixado¹ . em transversal, e ripa²

KiN TaLL

kintall - jardim, horta, parque² . casal

QiN TaLL

Kintal - ninho² . casal²

KN TaLL

Kentall - fixar¹ . cobrir, fazer ninho⁴ e atravessado²

QeN TaL/TaLL

kental - família, património, ninho² . ombreira da porta¹ / atravessado²

KiMT ØL

kimtâul - família² . parentes¹

KiMT ØL

kimtauøl - família . canga, jugo⁴ (= família conjugal)

KiMT ALu

kimtalú - família . quinta, palácio, povoação²

2 - O cão:

QYM TaL

keimtal - assistente¹ . ombreira da porta.

QiM TaL

kimtal - estar de pé¹ . ombreira da porta

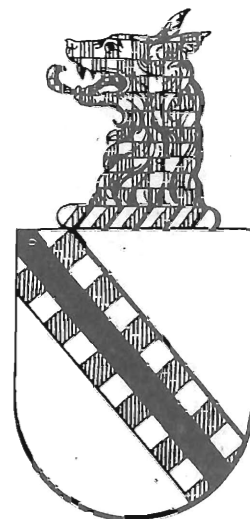
QN' TaL

kenetal - defender com zelo ou ciúme⁴ . ombreira da porta

KNT Alu

kental - companhia⁴ . quinta, palácio

Os segmentos do vocábulo têm a mesma significação que o todo. Note-se que ØL tanto significa «parentes» como «jugo, canga» (família conjugal)¹¹¹.



Quintal

¹¹¹ A ideia de que «quinta» procede do latim «quinta parte» como pretendem os latinistas deve ser posta em causa. Uma quinta é tão só uma empresa agrícola auto-subsistente, com toda produção necessária, variada, para a subsistência da família, equipada tecnicamente de forma igualmente autónoma, e eventualmente murada; um latifúndio alentejano não se chama quinta porque não é auto-subsistente (é monocultural). Uma quinta nunca teve uma dimensão definida relativamente a outras propriedades, tanto pode ser grande como pequena. Na Beira Interior (distrito da Guarda, por exemplo) quinta é qualquer propriedade agrícola com casa (Cf. M.E.S. *Fontes Remotas da Cultura Portuguesa*, p. 298 onde já se associa «quinta» a *KiMTa* «família, espaço da família»).

RANGEL de Coimbra e de Aveiro



Rangel, de Coimbra

O Brasão dos Rangel de Coimbra (sec. XII) apresenta sete romãs abertas no escudo e no timbre um ramo com três romãs. A romã foi um símbolo judaico e cristão-novo¹¹². A família **Rangel de Aveiro**, de que não se indica a época, tem um brasão cujo timbre é um ramo com três romãs abertas, e no escudo «corvos tendo cada qual um pão no bico» (tanto podem ser corvos como águias). Os emblemas foram concebidos a partir dos nomes **Rangel**, **Coimbra** e **Aveiro**.

Rangel:

RMS EL

ramsel - amachucado⁴ . em cima²

RMS EL

ramexel - mexido⁴ . em cima²

R'M SLL

ramexelle - está no alto . despojado, pilhado, saqueado⁴

R'M SAL

ramxal - está no alto⁴ . prisioneiro²

R'M SLH

ramxela - está no alto . em sossego⁴

R' NSL

reanxel - companheiro . solta-se, tira-se⁴

RØN NSL

roumxel - viço, frescura⁴. solta-se

RwN NSL

ronexel - o que está no alto⁴ . solta-se

RuMoN SLL

rumonxelle - romã, romanzeira⁴ . pilhada

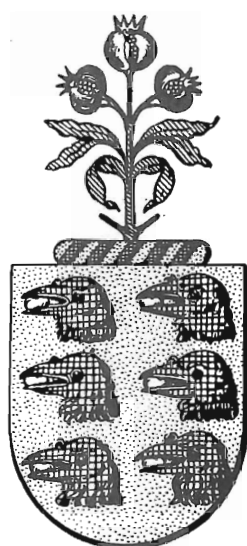
De Coimbra:

DKH INBu ØRH

dekainboura - destroça, estala⁵ . fruto² . descobre, derrama, entrega⁴

D KwH INB ØRH

dekoinboura - o que⁵ . a janela⁵ . do fruto . descobre, entrega



Rangel, de Aveiro

¹¹² A veneração de imagens de Nossa Senhora (de nomes diversos) com uma romã na mão foi um dos processos pelos quais os cristãos-novos dos sécs. XVI e XVII se reconheceram entre si nos cultos católicos (os ricos cristãos-novos encomendavam e ofereciam às capelas imagens marianas ostentando «símbolos de Israel»). A romã é um «símbolo de Israel» várias vezes citado no antigo Testamento e no Talmude (M.E.S. *Origens Orientais da Rel. Pop. Portuguesa*, pp. 45-56).

Aveiro:

ARIBu

> *abiru* - corvo²

H BR

abare - o . trigo, cereal⁴

AB ERu

abero - pail . águia²

AHB BR

aabare - gosta, amal . trigo, cereal

ABH ERu

abaéro - de acordo com⁴ . a águia²

EBERu

ebero - colheita, seara²

ABR

abero - asa, e voar, elevar-se⁴

De Aveiro:

DiH B-ERu

diabero - ave de rapina⁴ . da qualidade da águia

Comparem-se as romãs com as de uma moeda de Jerusalém do tempo da guerra dos judeus contra os romanos (sec. I d.C.) cuja inscrição diz «Jerusalém a santa».



RENDON

«Família de origem espanhola entrada em Portugal no séc. XV». Duas serpes que disputam uma barra e, no timbre, lanças quebradas. Uma variante, noutra colectânea, em vez das lanças do timbre tem uma mão com um listel e o lema: «*Vencer e nunca vencido*»¹¹³. É da linguagem desportiva.

R' HN DaNN

reindänn - ver¹ . medir¹, e aquil . força²

R' HN D AN

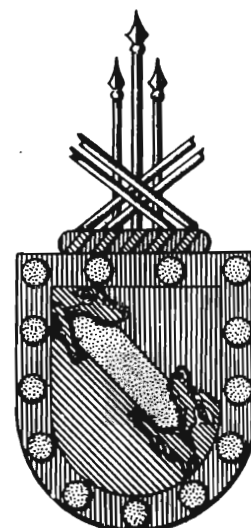
reindân - ver . medir . de quem é¹ . a força, e onde esteja¹

R' HN DaN

reindân - de ver . medir . processo, julgamento, sentença²

R' AN DaNN

reiandan - ver . eu (minha), força, e onde esteja . força



Rendon

¹¹³ Armando de Matos, *Brasonário Português*, Porto, 1940.

R' HN D AN

reiendân - ver⁴ . medir¹ . de quem é¹ . força, e onde esteja¹

RMH DaN/DaNN

ramedân - jogar⁴ . julgamento, processo, juízo, sentença / força²

R' NoDoN

Renodon - ver¹ . recompensar⁴

R' ØN DaN/DaNN

reeindân - companheiro . ver¹ . julgamento, processo / força²

RØiwN DaN/DaNN

reiundân - esforçar-se, ambicionar⁴ . processo / força

R' ØN D AN

reundân - parceiro¹ . ver . de quem é . força, e onde esteja¹

R' ND AN

renedân - parceiro . recompensa⁴ . força, e onde esteja

R' ND' AN

rendaân - parceiro . lançar fora, excluir⁴ . força

R' EMeD AN

reemedân - parceiro . impõe² . força

R' EMeD DaN

reemedân - companheiro . apoia² . processo

RØM DaN

reimedân - gritaria⁴ . processo

R' HN D AN

reendân - ver . aqui, e medir¹ . do qual é¹ . força

R' ND' HoN

reinedon - parceiro . excluir¹ . basta!⁴

R' ND ØN/DN

rendon - parceiro¹ . excluir . ver¹ / foral

RM DaN

ramedan - elevado¹ . processo

R' HN NoDoN

renodon - parceiro, e ver . eis, aqui está!¹ . recompensa⁴

Note-se a plurissemântica e a relação parte-todo:

ØN/AN - ver/eu, minha, força, onde esteja

HN/AN - medir . minha / força

DaNN - força

D AN - de quem é . força, onde esteja, eu (minha)

DaN - processo, juízo

D AN - quem é . forte

O listel «*Vencer e nunca vencido*» constitui o lema e a tradução de **Rendon**.

RESENDE*

De uma família conhecida desde o sec. XII. Duas cabras emparceiradas. É o mesmo do **Baião (Gosendo)** e do **Cabral**.

RES EMED

rexémede - cabeças², reses. juntas, vizinhas, juntamente²

RÂS EMED

râxémede - possuir² . juntamente

RØ ØZ EMED

reuzémde - apascentar⁴ . cabras⁴ . junto ou juntas

RØ SMD

reusémede - apascentar⁴ . a par, em parrelha¹, e em compromisso⁴

R' ØZ EMED

raouzémede - parceiro, sócio¹ . cabras⁴ . juntas, vizinhas

R'/RØ SEMD_u

rausemdul

reusemdu - parceiro / pastor . equipamento (em equipa)¹¹⁴.

Note-se **ReS** (*rêx*) donde proveio «rês, cabeça de gado».

RIBEIRO*+

Família referenciada desde o séc. X. Esquartelado: o primeiro e o quarto com palas ou barras, o segundo e terceiro com veiros (figura heráldica em forma de campânulas, recortes, cf. **Alvarenga** e **Vasconcelos**). No timbre, um lírio de folhas retorcidas (é o único caso).

R'i IB ØR

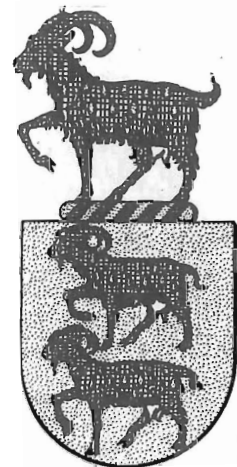
reibeiro - vê-se⁴ . flor¹ . movimentada, agitada¹

Ri BRY

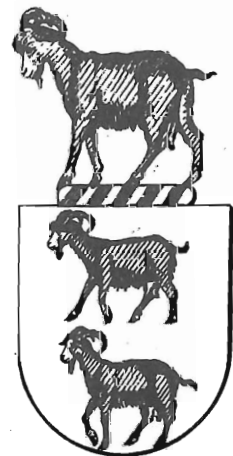
ribario - aspecto¹ . de recortes² (veiros)

RB BRY

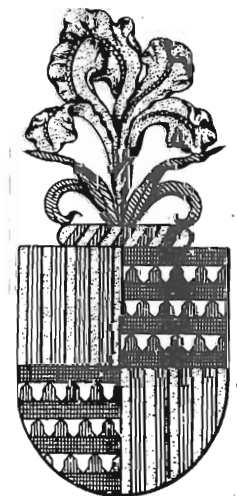
rebario - o quarto, a quarta parte¹ . recortado (veirado).



Resende



Cabral

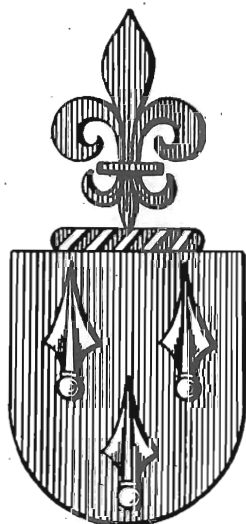


Ribeiro (antigo)

¹¹⁴J.P. Machado diz que o nome Resende «procede do germânico *Redisindus*: *reths*, 'conselho' e *sinths*, 'caminho'», e que daí provêm os vários topónimos *Resende* do norte do país. Contrariamente a esta explicação pangermanófila, o brasão e o nome sugerem as parcerias de pastores (como as actuais vezeiras de gado) em que os vizinhos são sócios do mesmo rebanho. Os sítios Resende seriam pastos comuns ou sítios onde moravam os sócios-pastores.

RODOVALHO ou REDOVAL

«Desconhece-se a origem e a época da família que ostentou este brasão». Também aparece **Redovalho** e **Redoval**. Três ferros de lança.



Rodovalho
(de Viana do Alentejo)

R0 DB' ALLu

raudobalho - liderar⁴ . força⁴ . instrumento perfurante²

RaDu B-ALLu

radubalho - guiar, conduzir² . pelo instrumento perfurante

ReDu B'L

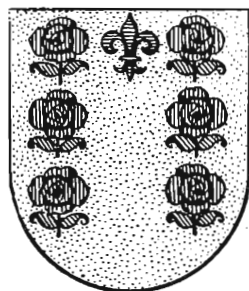
redubaal - condução, escolta, e perseguição² . fazer¹

ReDu B'L

redubal - escolta . senhor, e indivíduo ou cidadão¹

Pode ter sido uma função militar ou de polícia. Segundo o autor do *Armorial* «para alguns genealogistas, o nome procede de Redoval, na Normandia (França)». J. P. Machado diz que o nome «procede duma alcunha, rodovalho é nome de peixe», peixe esse que aparece de facto num outro brasão **Rodovalho**. Conclui-se que houve e há nomes semelhantes sem que, forçosamente, uns tenham origem nos outros. O uso do brasão e o seu conteúdo foram livres.

RUA



Rua

Dizem uns que o nome é de origem toponímica (Quinta da Rua, no Algarve), outros que o titular foi criado do Infante D. Fernando (sec. XV). Para uns era das Astúrias, para outros passou-se do Algarve para as Astúrias. Um tal Francisco Xavier da Rua obteve carta de armas em 1771 mas o seu brasão não tem nada de comum com o presente que datará do séc. XV. É um apelido frequente entre os cristãos-novos de Barcelos processados pela Inquisição (sec. XVII). Contém seis rosas.

RwH

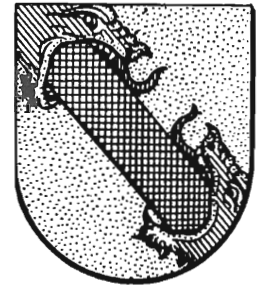
roá - aroma, sopro, ventol, e espírito⁴¹¹⁵

A escolha da rosa, protótipo do aroma, prova a imaginação do autor. Se a origem do apelido é toponímica, a Quinta da Rua foi «quinta dos aromas, ou das rosas». Geralmente é um nome teofórico, «do Espírito», originado na Bíblia (espírito de Deus).

¹¹⁵ Os glossários antigos assinalam *RwaH* (*ruag*) mas nas épocas pós-bíblicas diz-se *RwH* (*roá*).

RUS

«Família estrangeira, de que veio um ramo para Portugal. A sua origem não se sabe ao certo pois uns a dão como sueca enquanto outros dizem que tal apelido se encontra na Suíça» (o apelido é hoje frequente na Galiza e na América Latina). Duas serpes que abocanham uma barra.



Rus

RZ

ruz - competição, corrida

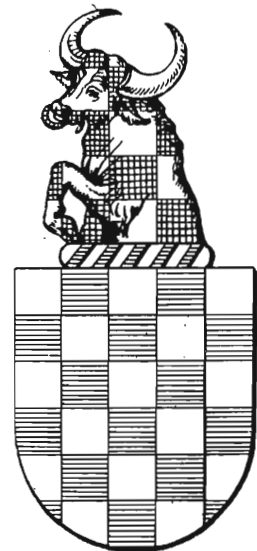
RwS

rus - mensageiro, estafeta

Tanto podia ser um nome desportivo como o de uma profissão (estafeta, mensageiro). Esta relação nome-emblema sugere que os esforços para encontrar a origem geográfica dos nomes podem ser vãos.

SÁ*+

Por ser raro, é um nome que se nota entre os cristãos-novos de Bragança¹¹⁶. «O princípio desta família é bastante nebuloso assim como a origem do apelido... Parece que da série de gerações que se podem dar como mais prováveis, o ascendente de maior antiguidade que se conhece, é Rodrigo Anes de Sá (...) que se diz ter vivido no reinado de D. Dinis e que era muito herdado no concelho e Lafões. Deste foi filho João **Afonso de Sá** que a maior parte dos genealogistas dá como o primeiro da família contemporâneo de D. Afonso VI e D. Pedro I, senhor da Quinta de Sá, no termo de Guimarães (sec. XIV) cujos filhos continuaram a linhagem». Portanto, as armas foram de João **Afonso de Sá**. Um touro alçado no timbre, lembrando o dos FONSECAS, concebido com **Afonso de Sá**.



Sá

APPu NSØ D S'

afu nsou de sá - parte dianteira² . levanta-se⁴ . a qual¹ . trepa¹

APPu NSw D S'

afu nsô de sá - parte dianteira . carrega⁴ . a qual . trepa

APP NSØ D'S S'

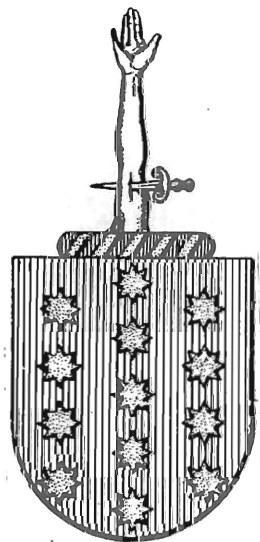
afu nesou des sá - parte dianteira . levanta-se . salta⁴ . trepa

APPu NS SØD S'

afu nesoude sá - parte dianteira . flâmula, bandeira⁴ . marcha, anda⁴ . trepa

¹¹⁶ Abade de Baçal, *Os Judeus no Distrito de Bragança*.

SALAZAR



Salazar

«De origem espanhola tendo um dos membros passado a Portugal no sec. XIV»: 13 estrelas e, no timbre, um braço trespassado por um cutelo com 3 dedos bem separados numa posição difícil. Composição muito astuciosa. Para satisfazer as muitas homofonias do nome, o autor variou o conteúdo imagético: 13, braço, punhal e 3 dedos rigorosamente separados. Porque, sendo o 13 número nefasto, devem afastar-se 3 para ficarem 10 (*ESaR*) que é um número feliz (*ASaR*).

1 - Treze (numero nefasto):

SL' ZRH

xalazara - irreverente⁴ . medida, e dispersar⁴

2 - Braço levantado e cravado:

SLL AZRôH

salazaroa - levantar⁴ . braço⁴

SLL AZRoH

sallazaroa - cravar, picar⁴ . braço

SaLL AZaRu

zallazaru - prisioneiro² . criminoso²

SL' ZaRu

xalazaru - irreverente⁴ . inimigo, opositor²

SL' ESeRu

xalezero - irreverente . gravado²

SaHaL AZRoH

xaalazaro - crivar, filtrar² . braço

SeLL AZRoH

selazaroa - espinho, agulha² . braço

SaL' AZRoH

salazaroa - contaminado² . braço

SaLL ASAR

salaaxar - prisioneiro² . soltar²

S'L ASR

salasar - exigir² . prender, amarrar⁴

3 - Separar três

SL' AZôR

xalazor - irreverentes⁴ . apertados⁴

SL' ASR

xalaser - irreverentes . unidos, engachados¹

S' HL' SRR

saalarre - eliminar¹ . desgarrados⁴ . teimosos⁴ .

SaLaS SaR - três² . apertados⁴

SaLaS ZwR - três . esmagados⁴

SaLaS ARR - três . amaldiçoados⁴

SaLaS SeR - três . aborrecidos¹

SaLaS SwR - três . obstinados⁴

SaLaS SaRRu - três . rebeldes²

SaLaS ZoR - três . intoleráveis⁴

SaLaS S'R - três . sobram⁴

SaLaS ZRH - três . dispersar, separar²

4 - Deixar só dez

SaL' ESER

salexer - pedir, procurar² . dez²

SaL' ASR

salaxar - pedir . felicidade⁴

SaL' AZ HR

salazar - pedir . força¹ . gravidez¹

SaL' AZ AôR

salazaôr - pedir . força . vida, luz, salvação⁴

SaL' ASR

salasar - pedir . acumular, entesourar⁴

SALZEDO ou SALCEDO

Família de Espanha (de Leão) de que passou um ramo a Portugal segundo o autor do *Armorial* que não diz em que época. O apelido é raro, mas frequente na lista dos primeiros judeus ou cristãos-novos de Amsterdão (que eram nortenhos) e entre os cristãos-novos de Bragança. Um escudete com cinco folhas «de golfão» no tronco de uma árvore.



Salcedo

ZL SD/SeD

zalsedo

zalxedo - sombra¹ . do tronco⁴ / peito, amor, e campo²

SEL ZD

selzedo - costela² . do peito, amor, sustento¹, e árvore chamada *Zed*

SLØ SD

seloucedo - costa, prancha, viga⁴ . do tronco

SLH SD

xelaxede - sossego⁴ . do campo, e amor, peito¹

SLH SD

selased - recusar, rejeitar⁴ . caçar¹

SAL SeD

salcede - passar, penetrar² . tronco, campo

SL SD

xalxede - perguntar¹ . campo, terreno, e medida de distância¹

SaL SeD

salcede - invocar² . tronco

S'L ZeD

xalzede - invocar, pedir esmola⁴ . peito, sustento, arvore *Zed*

SHL SeD

xaalsede - alegria, gritos de jubilo⁴ . tronco, campo

SaL/S'LH SDu

xalexedo - perguntar² / invocar⁴ . génio guardião, protector², ou campo, terreno¹

Pode tratar-se duma referência ao tronco sagrado do *Zed* que, segundo Moret, é uma «conífera do Líbano, símbolo do Adonis fenício e do Osiris egípcio tidos como espírito da vegetação. O *Zed* venerava-se sob a forma de um tronco verde (tronco do *Zed*) a que a Bíblia faz muitas referências (para o condenar) e a que chama também *Ashera* ou *Asharot* (felicidade). Nos tempos arcaicos houve a «cerimónia do *Zed*» que era um rito a que se sujeitavam os faraós do Egipto entre outros reis «para renovarem o nascimento», isto é, para evitarem serem sacrificados uma vez chegados à velhice¹¹⁷. Salomão, para agradecer às suas mulheres (fenícias) e aos diplomatas fenícios que vinham negociar com ele, instalou o tronco sagrado no próprio templo de Jerusalém. O culto do tronco sagrado existiu na Lusitânia. Certos cultos marianos, antes de serem cultos de imagens de Nossa Senhora, foram cultos de troncos de árvores¹¹⁸.

Também faz lembrar uma *mezuzza* viária¹¹⁹ ou um culto aos deuses viários:

SL S EDu/HDu

xalxeêdo - evocar . o que é² . único² / nome divino¹

SL SDu

xalxedo - invocar o génio guardião.

¹¹⁷ *Histoire de l'Orient*, Paris, PUF, 1941, pp. 174, 221 e cf. J. Frazer, *Esprit des blés et des bois*.

¹¹⁸ *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa*, pp. 9-12 (referência a vários cultos de imagens nos troncos) e p. 22 em que a Senhora prefere um tronco à igreja do mosteiro cisterciense, em Ceissa (Montemor-o-Velho).

¹¹⁹ *Mezuzza* é um texto invocatório do nome de Deus colocado na ombreira da porta e nos caminhos em favor da prosperidade. Tanto era um texto bíblico como uma prece aos génios guardiões (V. cap. *Nome na Ombreira*).

SANCHES ou **SANCHEZ** (de Portugal)

Há vários brasões com este nome tendo elementos comuns que são: torre com escada, caldeiras, bandeira, braço com espada desembainhada, galo cantante. O nome comum é de origem patronímica (filho de Sancho), de muitas linhagens. Para estes brasões, o nome foi lido com a terminação *xêz* ou *txêz* que significa espoliar ou roubar. Caso típico de tradução pela fonética:

1 - Panela, escada

S AN/HN SS

xaenxéze - trepar¹ . para, até² / aqui, olha aqui!¹ . despojos, roubar¹¹²⁰

S NiS SS

xanixéze - trepar . bandeira² . despojos de guerra, roubar

SEN SS

xenexéze - panela de cobre² . despojos

S' AN SS

saanxéze - prato¹ . meu¹ . espoliar

SM SS

xamxéze - nome, reputação, fama⁴ . de espoliar, de ladrão

ZAN SS

z anxéze - ornamento (brasão)² . de ladrão

ZN SS

z anxéze - espécie⁴ . de ladrão

SeN SS

senxeze - mau² . ladrão

SuM SS

sumxéze - cobiça, desejo, sede² . de espoliar

SaM SS

samxéze - preço² . roubar, ou do roubo

SN SS

senxéze - arpão, gancho⁴ . de ladrão, ou roubar

SN SS

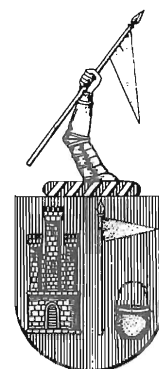
xenxéze - correr¹ . espoliar, roubar

2 - O galo

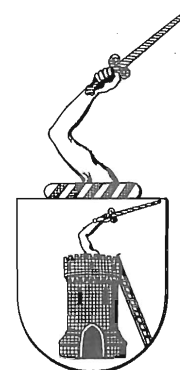
SeM SS

xemxéze - ouvir, escutar² . ladrão

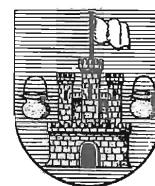
¹²⁰ SS (*xeze*), fen. «despojos, ganhos de guerra» ou *ThS* (*tjeze*) «ladrão, e roubar»; hebr. SSH (*xeze*) «espoliar, saquear».



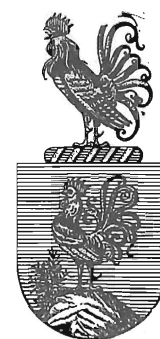
Sanches
(da Ameixoeira)



Sanches
(vindos de Espanha)



Sanches
(de Vila Viçosa)



Sanches (do Porto)

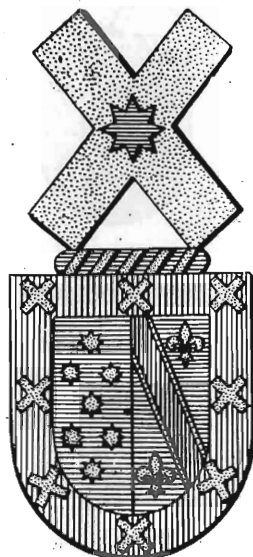
S'H HN/AN SS

saanaxéze - está em alvoroço⁴ . aqui, olha aqui¹ / ao, contra² . ladrão

S ØNH/AN/HN SS

xaounaxézel

xaanaxéze - o quel . canta, replica⁴ / até, para, contra² / aqui¹ . ladrão¹²¹



Sanches (de Castela, outros)

SANCHES (de Castela)

Outros **Sanches** «vindos de Castela» têm brasões muito diferentes dos anteriores mas idênticos entre si: partidos com sete estrelas (três em triângulo e uma em baixo, ou dois grupos de três e uma ao meio) e, no timbre, uma estrela ou uma aspa com uma estrela. O nome foi lido com a terminação *-xex* que significa «seis».

SeM SS

xemexêxe - pôr, colocar² . seis⁴

SaN SS

xanexêxe - mudar-se para² . seis

S' EM SS

saemxex - eliminar, varrer¹ . tornar² . seis

S' ØM SS

saðmexêxe - varrel . gente, povo, com, como, ou até¹ . ficarem seis¹²²

S' ØNH SS

saounxêxe - eliminal . o que está em baixo⁴ . ficam seis

S' HN SS

saenxêxe - elimina . este aqui!¹ . ficam seis

S' ANS SS

saanxxêxe - elimina . fraco, doente¹ . ficam seis

S' Hw M-SS

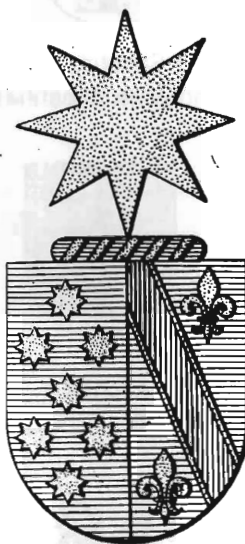
saamexêxe - varre-o . para seis

S' AM/EM SS

saamxêxe - elimina . a mãe, avó, madrasta⁴ / o sogro² . ficam seis

S' AN SS

saanxêxe - elimina . a mim, e onde quer que seja¹ . ficam seis



Sanches (de Castela)

¹²¹ ØNH, heb. «responder, replicar e cantar»; ANa, acad. «para, por, até, contra, mediante»; AN, fen.: «eu, onde quer que seja, e força».

¹²² ØM, fen. (leit. *ame*): «gente, antepassado» e «com, como, contra, até»; hebr. ØM (leit. *ame*): «parente, companheiro de clã, povo, nação», (leit. *aim*): «companhia de, junto de, com»; AM, hebr. (leit. *eme*): «mãe, madrasta, avó», (leit. *im*): conjunção «se».

S'-HN SS

saenxêxe - elimina à medida de 1¹²³ . seis.

SARMENTO

«Família espanhola que procede do conde Fernão Gonçalves, talvez do séc. XIII». Treze arruelas (número nefasto). É o mesmo que **Bustamante**.

SR MNT

sarmanto - aborrecida⁴ . contagem, porção, dose, fórmula enfeitiçante¹

SR MNT

xarmanto - canta, insidial . fórmula enfeitiçante

SaRR MNT

sarremanto - oculta² . fórmula enfeitiçante¹

SR MNT

sarmanto - opressora⁴ . fórmula enfeitiçante

SaRR MNT

sarremanto - fictícia (cf. feitiço)² . fórmula, dose

SeR MNT

xermanto - oráculo, canto² . fórmula enfeitiçante

SRR MNT

sarremanto - amarra, envolve, hostiliza⁴ . fórmula enfeitiçante

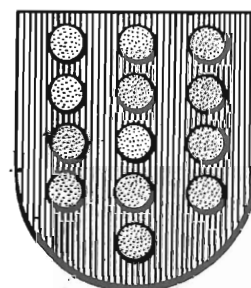
SR MN TU

sarmentú - eminente . maneira, contagem, dose, porção¹ . conjuro! esconjuro! («livra!»)²

SR MN TU

xarmentú - contar¹ . logo após⁴ . esconjuro! («livra!»).

Não era o apelido do seu portador; pode ter origem no escudo ou numa alcunha (os judeus tinham a alcunha de Treze). Cf. **Bustamante** e **Salazar**.



Sarmento

SECO

Várias «famílias antigas» com este nome. Um leão meio escondido por detrás duma banda.

ZØQ

zauk

zeik - apagado⁴



Seco

¹²³ HN, do fenício, terminação para «medida».

SK

sak - coberto1

SaQ

sak - apertado2

SQ

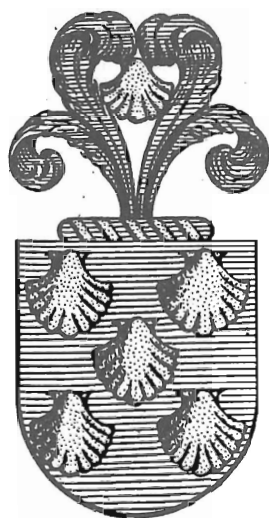
sak - agarrar, tirar1

SaQØ

xakou - desmononar, desabar, caír4

SEQUEIRA*+

«Família antiga» sem menção de época. Conchas (vieiras) emblema dos penitentes, e uma elevada no timbre.



Sequeira

SaQ ERu/ARu

xakerul

xakaro - eleva-se2 . o cadinho/peixe (= concha do peixe)2

SaQ ERu/ARu

xacaro - beber, regar2 . cadinho/peixe

SaQ ARu

xacaro - fato de penitente2 . peixe

SaQ ØRH

xakeira - carregar, e fato de penitente¹²⁴ . converter-se1

ZaQ ERu/ARu

zakerol

zakaro - carregar2 . cadinho/peixe

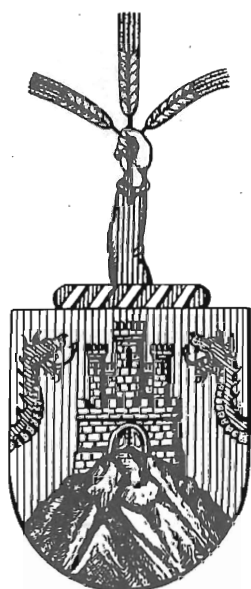
ZaQ ØRH

zakeira - correr para2 . se mudar, se converter

SeQaRu

sekarol - pronunciar2

Comparar com **Calheiros**. Proponho uma explicação para a concha em **Vieira**.



Serra

SERRA

«Há muitas famílias com este nome mas só uma se conhece com carta de armas» (da Lousã). Duas cabeças de serpe ladeiam um castelo sobre um penhasco, e no timbre, um braço empunha três espigas. Todos estes elementos foram aí postos para contemplar as homofonias da pequena palavra **serra** lida em «caldaico».

¹²⁴ *Shaq* tanto significa «carregar» como «fato de penitente».

SR'

sera - espiga, colheita²

S'R

xerre - cevada¹

SRRu

serru - serpente, e constelação da Hidra (Serpente)²

SR

ser - estreito⁴; elevado¹; dorso, costas, espaldar¹; atacar¹; seixo, pederneira¹

SwR

sôr - sitiar, e penha, rocha⁴

SRR

xerre - acampamento¹, e inimigo¹

SRH

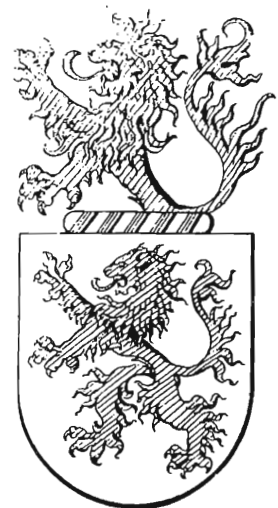
sera - eminência²; estreiteza, angústia⁴

SRR

serre - ocultar-sel

SILVA*₊

O titular do brasão era de Valença, de São Julião da Silva, do séc. XI mas «fantasia-se que eram as armas do rei de Leão», segundo Braamcamp¹²⁵. «Família das mais consideradas a qual se diz provir dos reis de Leão» segundo o autor do *Armorial*. E Mattoso: «os Silvas radicam na região de Braga e Lanhoso mas em meados do séc. XII um deles é alcaide de Santa Eulália, na Beira»¹²⁶. Escudo e timbre: um leão.



Silva

Se LB'

xeleba - o que é² . leão⁴

Si LB'

xileba - dádiva, presente⁴ . do leão

Si LBi'

xilebia - dádiva, presente . da leoa⁴

SiL LB'

sileba - protecção, sombra² . do leão

Si LBu

xilebo - o que é . recto¹

¹²⁵ Braamcamp Freire, II, p. 3. Segundo Soares de Albergaria o nome provém dum governador romano da Lusitânia, Othon Sílvio, mas este «gabava-se de descender do 1º rei de Troia e, por outra linhagem, de Júpiter e de Venus».

¹²⁶ *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 297.

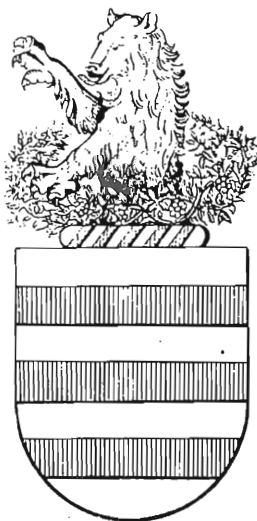
Si LBH

xileba - o que é . chama, fulgor, raiva⁴

Muitos outros braços comportam um leão que é uma espécie de uniforme de Cavalaria. Esta solução «caldaica» (hebraica) para o **Silva** seria aleatória se não se dissesse que o nome provém dos reis de *Leão* e que este era o seu emblema. A tradição clarifica as coisas. *Leão*, nome da cidade e do reino nortenhos, é a tradução de **Silva** ou o inverso; pode o nome **Silva** ter origem no conteúdo do «escudo do leão» uniforme de Cavalaria lido em hebraico e/ou ser o «leão» de origem totémica.

SILVEIRA (da SILVEIRA)*

Parece ter pertencido a uma família do séc. XIV. «Um urso numa capela de folhagens» (ou será um misto de urso, leão e raposa?). Pode ter sido lido **da Silveira**.



Silveira

SiL B-ERu

silbero - cesto⁴ . em folhagem²

SiLL B-ARu

silbaro - protegido² . com folhagem

SiLL L-BeRu

silbero - cesto . ao meio²

SeLiB ERu

selibera - raposa² . da folhagem

SeLiB ØwR

selibeura - raposa . desperta-se, excita-se, move-se⁴

S LB' ERu

xelebero - que é² . leão⁴ . da folhagem

S LB' ARi

xelbérie - que é . leão . leão⁴¹²⁷

Si LB' HR

silebere - demónio⁴, desolação¹ . leão . da montanha¹

D'S ELi B-ERu

daselibero - levanta os pés, salta¹ . por cima² . da folhagem

DaSu LeB' ØwR

dasulbeura - torce, endireita, traz confusão² . o leão . move-se⁴

¹²⁷ Heb. *Ari* (leit. *érie, ério*) «leão».

SOARES ou XUARES

Soares é de origem patronímica (filho de Soeiro) havendo do apelido referências antigas e diversos brasões (um «castelo»). O *Armorial* diz que o presente é dos **Soares** de Toledo que vieram para Portugal; Soares de Albergaria e o pseudo-Albergaria distinguem este de outros **Soares** escrevendo **Xuares**. Albergaria diz que existia uma sepultura numa igreja de Beja com o epitáfio **Xuares**. Comporta duas serpes que disputam uma barra, dois vasos de flores e um vaso no timbre.

A disputa das serpes:

SwH RES

xoarex - igual, equivalente⁴ . cabeça

SwH RS

xouares - igual . devorar¹

S00 RES

xouarex - colar, aglutinar⁴ . a cabeça

S00 RES

xouârex - acariciar⁴ . a cabeça

S00 0R RS

xouourex - carícia . adversário⁵ . consentel

S0H RES

souarex - baixar, curvar⁴ . a cabeça

S0H RuZ

soaruz - interessante⁴ . corrida, competição¹

SwH RuS

souarus - nivelada⁴ . competição

SwH R0S

xuarous - equivalente⁴ . derrota⁴

SwH R'S

xoarêx - equivalente, igual . soma, total⁴

SwH RAS

xoarax - retribuição, e equivalente⁴ . adquirir²¹²⁸

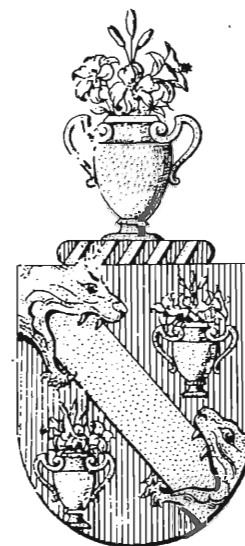
As plantas

SwH AR 0S

xouaarez - equivalente, e retribuição . levar² . planta, ramo⁴

S00 ERES

xouaerex - carícia, mimo . da agricultura²



Soares, de Toledo

¹²⁸ *SwH*, hebr. significa «igual, equiparar, comparar, equivalente, conveniente, nivelar, retribuir, pagar, restaurar, desistir, desviar, e restabelecer, restaurar».

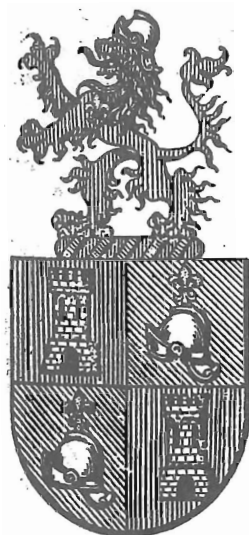
S00 ARS

xouares - mimo . da terra⁴

Qual será a origem do nome ibérico Soeiro e da terminação *-es*?¹²⁹

SOBRINHO ou SOBRINO

Há dois brasões com este nome que Soares de Albergaria escreve **Sobrinho**. Um deles é duma «família antiga cujo nome já existia em 1285, no Minho, sobrinho de Pedro Sobrinho, cónego de Orense, pelo que se deverá supôr ser espanhol» tendo como armas: dois cintos com as fivelas para cima. Em Montemor-o-Novo, em 1490, vivia um Fernão Sobrinho cujas armas são duas torres e dois cascos, e no timbre um leão com casco.



Sobrinho

S_iBB RIN_u

xiberino - cinto² . presente, ou amado²¹³⁰

S_iBB R'i INH/IN_u

xibereinal

xibereínu - cinto . parceiro¹ . violento, e ver, olho 2

S_iBB BR' INH

xibbreíne - cinto . gordo⁴ . aperta⁴

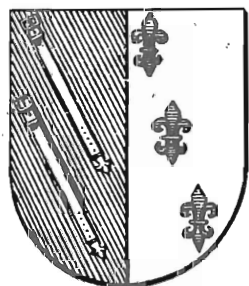
S_i BR' INH

xibreíne - o que é . gordo⁴ . aperta⁴

SB' R'i/R' INH/IN_u

sebrainal

sebreínu - ir à guerra, exército⁴ . visão⁴ / parceiro⁴ . violento² / vê-se²



Sobrinho (outros)

SB' RiN_u

xâberino - cativo, e ancião¹ . presente

¹²⁹ Vários autores tentaram descobrir a origem de *Soeiro* mas ficam em desacordo. Há um que (na obseção de encontrar uma raiz latina para tudo o que existe ou como se tudo o que existe tivesse que ser latino) apresentou *sus* «porco», «porqueiro» hipótese que J.P. Machado considera «verossímil» sem a menor justificação. Nós é que preguntamos: qual era a família que dava ao seu filho o nome «porco»? Também não há acordo quanto à origem da terminação patronímica ibérica *-es* (Rodrigues = filho de Rodrigo). Uns dizem que vem pelo genitivo latino do nome do pai (do Rodrigo) e outros dizem que vem pelo dativo ou ablativo (no, com, pelo Rodrigo); o problema - rudimentar - é que 1): o genitivo, o dativo e o ablativo não terminam em *-es*, 2): pelo ablativo ou dativo não teria sentido (no, pelo Rodrigo) e 3): não se constata essas derivações nos textos antigos. É mais simples considerá-la com origem no acadiano em que *ES* (*éx*) significa «novo». Aplicado a qualquer nome próprio temos Rodrigues = Rodrigo novo, Martinez = Martim novo... Corresponde ao *junior* latino e às terminações patronímicas de outras culturas (nas eslavas, *itch*).

¹³⁰ *RIMu* ou *RINu*: o *M* e o *N* substituem-se regularmente.

SOTO ou SOUTO

Pertenceu a uma «família espanhola», sem menção de época. Oito cadeados abertos em torno duma águia.

ST

xât, xute - prender, fixar, dominar¹

SaT

xâte - dentro²

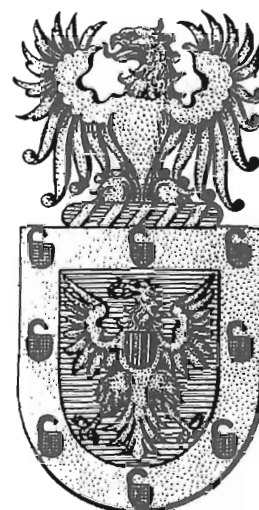
S ØwTH

xaoute - que é¹ . de apertar⁴

S ATu

xeato - que é . de porteiro²

O conteúdo é o contrário do *falante português Seabra* (se abra).



Soto

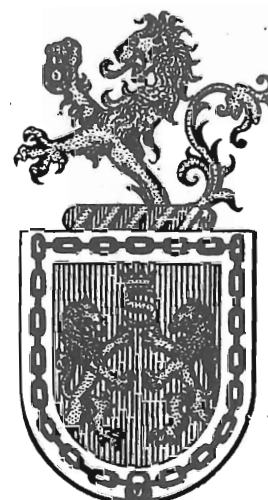
SOUSA*+

Nos nobiliários medievais é a família com mais prestígio, segundo J. Mattoso¹³¹. «Família das mais antigas e ilustres de Portugal que teve origem nos reis godos como deduzem os genealogistas em gerações seguidas até o primeiro apelido (...) donde descende D. Gomes Echingues, governador da comarca de Entre Douro e Minho, senhor de Felgueiras (séc. XI) (...) O primeiro que trouxe este apelido foi D. Egas Gomes de Sousa tomado da terra do mesmo nome, senhor de Novelas e Felgueiras, valente batalhador...» segundo o autor do *Armorial*. Escudo de vermelho com uma caderna de crescentes, de prata.

A caderna de crescentes lunares sugere «expansão».

SwS

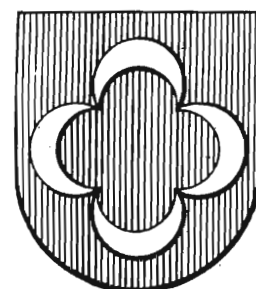
sôse - resplandecer, desabrochar, brotar⁴ (diz-se nomeadamente das flores e das sementes). Equivale ao quadrifólio, símbolo heráldico vulgar mas este é mais imaginativo.



Seabra

TEIXEIRA*+

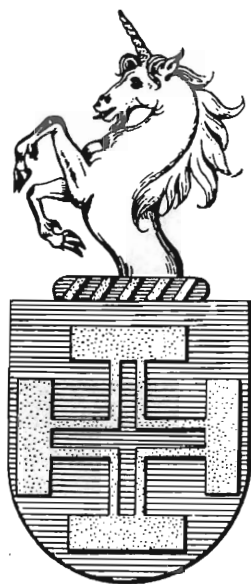
Pertenceu a D. Hermígio Mendes Teixeira (senhor de Teixeira), rico-homem de D. Sancho I (sec. XII), nome também frequente na Galiza. É o mesmo do **Xira**, sem parentesco entre si. «Os Teixeiras professaram ordens militares, emigraram para o sul» segundo Mattoso¹³². Há um bom número de **Teixeiras** na lista dos primeiros



Sousa (antigo)

¹³¹ *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 300.

¹³² *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 297.



Teixeira

judeus ou cristãos-novos chegados a Amsterdão no fim do séc. XVI. No timbre, um unicórnio ou licórnio.

Animal fantasmático muito falado na Idade-média e reproduzido na arte, a licórnio ou unicórnio era errante e guardava o pudor das mulheres solitárias que esperavam pelos maridos entretidos na guerra; mas também as assediava. Santo Agostinho dedicou-lhe quase um tratado. Era hermafrodita (autofecundava-se) e, por isso, associava-se à Virgem Maria que engendrou sem a participação do homem. O seu único corno, «flecha espiritual, raio solar, espada de Deus, penetração do divino na Natureza, equivalia ao Espírito Santo que fecundou a Virgem»¹³³.

O seu mito reproduz-se rodando o nome:

TØ SiRH

teisira - oferece, e magnífico1 . pico, espinho, flecha4

Te' SRH

teisera - morde2 . esposa, dama4

Te' SeRu

teixero - morde . carne, e coração2

Te' SiRu

teixiro - morde . alto2

Te' SRH

teixera - morde2 . fulminal

THw SR

tauxere - deseja1 . umbigo, cordão umbilical1

TØH SRH

touexera - vagabundeia4 . solta-se1

TØH SaRu

tauxaro - vagueia . vento2

TØ' SR

tâixere - oferece1 . assedia, insidia, cantal

T' AS HR

taaixêre - ataca . mulher4 . engravida mulher1

T' AIS HR

taaixere - ataca . homem4 . engravida mulher

T' S'R

teixare - ataca . quem fica, sobra, resta1 (cf. mulheres solitárias)

T' SeRu

teixer - ataca . durante a aurora2

T' SeRu

teisero - ataca . serpente2

¹³³ Jean Chevallier et Alain Gherbrant, *Dictionnaire des symboles*, art. *Licorne*.

T' ISaR

teixare - ataca . direito, e alto²

T' ISR

teixere - ataca . integridade, honestidade⁴ (cf. mulheres puras)

Pode ter sido um dos nomes da licórnica e um nome teofórico. Pode o nome ter origem no símbolo desenhado no escudo.

TEMUDO

É uma variante antiga de **Temido**. O brasão data de 1465, ou é anterior, segundo os autores. Uma águia de duas cabeças sustentando a cabeça dum mouro porque o brasão foi dado a um tal **Temudo** «por ele ter morto um mouro», e «um cordão de São Francisco» segundo o autor do *Armorial* que não justifica.

TaMu IDu/IDØ

tamidou - tecer² . sabe, conhece, e recompensa² / percebe, ensina⁴

TaMu ØD

tamoude - tecer . em torno, em volta, e em compromisso¹

TaM MD

tamade - tece . medida, padrão, modelo, e roupa, fato⁴

TaM UDu

tamoude - conjura, jura² . mal, atribulação, desgraça²

Pode ter sido o ofício de alfaiate mas o pressuposto de «ter morto um mouro» e o nome também sugerem o título da feiticeiro que «tece malefícios» (cf. **Temido**). É o mesmo cordão dos **Coimbra, Fazenda, Montoia** e **Eça** (disposto neste último doutra forma) com os sinónimos **Qw** (cordel), **SèMeD** (medir), **TwH** (fiar) e **AZ** (apertar).



Temudo

TOVAR

«Família de origem castelhana passada a Portugal como refugiada» (sec. XIV). Duas cabeças de leão que abocanham ou disputam uma barra.

ThB ARi

tjobari - prestar atenção ao¹ . leão⁴

ThB ARi

tjobari - repete, volve, responde¹ . leão

ThB ARu

tjwbar - resposta¹ . vomita²



Tovar

ThB ARu

tjwbar - resposta . traz e leva²

ThB BaRu

tjwbar - dirige¹ . declaração²

Tw BaR

taubar - sinaliza⁴ . notifica, declara²

Te'u BaR

tâubar - morde, consome, gasta² . declaração²

Tw BaR

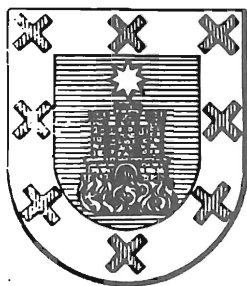
toubar - demarca uma linha⁴ . notifica, declara

T' ØBR

taoubar - ataca¹ . lado oposto⁴

VALDEVESSE

«Família castelhana cujo apelido originário é **Valdevieso**» (não diz a época). Um castelo sobre chamas e uma estrela no cimo.



Valdevesso

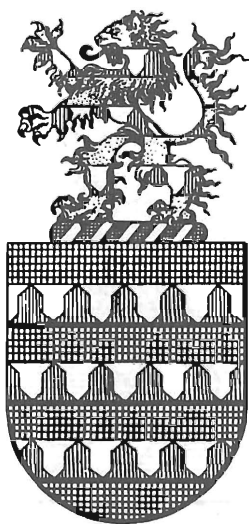
BLD Bi-AZH

baldebieze - região administrativa (poder da)¹ . a atear fogo, a aquecer⁵¹³⁴

BLH DwB AZH

beladobeze - consome-se⁴ . gasta-se, dissolve-se⁴ . a atear fogo

Comparar com **Berredo**. O castelo está exactamente a «atear fogo, a aquecer» e não a «arder» como o de **Berredo**.



Vasconcelos

VASCONCELOS*+

«Antiga linhagem com origem no reino de Leão» segundo o *Armorial*. Brasão do séc. XIII ligado a uma família conhecida pelo topónimo Vasconcelos, no concelho de Amares (Braga) e cuja referência mais antiga é de 1258¹³⁵. Três séries de veiros e, no timbre, um leão veirado.

BSØ KN SLS

basokanxelx - corte, recorte⁴ . posto, disposto¹ . três vezes¹

BaSu KN SLS

baxukanxelx - está² . disposto . três vezes

¹³⁴ AZH: a leitura é *eze*.

¹³⁵ Braamcamp Freire, I, p. 337.

B-ASQ-HN SLS

baxekenxelx - com divisão, distribuição medida ou calculada . três vezes¹³⁶.

O apelido pode ter origem na leitura do brasão. Vimos em **Alvarenga** a proposta para a figura chamada veiro (*BRY* «corte, recorte»); *BSØ* é um sinónimo de *BRY*. Em italiano o veiro diz-se *vajo* que também pode proceder de *BSØ* e que daria exactamente *vajokânxeles*. O brasão **Vasconcelos** tem analogia com o dos **Alvarengas** (veiros distanciados). Conhecem-se relações de parentesco entre as duas famílias¹³⁷, pela proximidade dos respectivos territórios, mas os brasões são anteriores a essas relações.

VAZ e VASQUES

«**Vasques** é patronímico de Vasco. cuja forma abreviada é **Vaz**» apelido de muitas linhagens sem relação entre si. O apelido **Vaz** é muito citado nos meios de cristãos-novos nortenhos perseguidos pela Inquisição (Braga e Bragança) e na lista de Amsterdão. O *Armorial Lusitano* apresenta cinco brasões **Vaz**; o de Pedro Rebelo Vaz é um brasão-uniforme (torre no mar). Os outros quatro são: 1º - fénix saindo do fogo 2º - leão saindo duma árvore putrefacta, 3º - leão saindo duma árvore quebrada, 4º - leão entre duas penas de pavão.

1º - Fénix no fogo. Usado por Tristão **Vaz** (o autor não diz qual fosse a sua época nem consta do *Armeiro-Mor*). Vejamos o mito da Fénix já enunciado em **Gentil**: «Segundo transmitiram Heródoto e Plutarco, a Fénix foi uma ave maravilhosa oriunda da Etiópia que tinha o poder, depois de se consumir na fogueira, de renascer das suas cinzas. Quando chegava a hora (estando doente ou velha), construía um ninho de gravetos perfumados onde se consumia pelo seu próprio calor. No Egipto a Fénix relacionava-se com as cheias do Nilo e com a regeneração da vida. O mito é comum a outras culturas nomeadamente à hindu. A Fénix evoca o fogo criador e destruidor que está na origem do mundo e que será também o seu fim. O fogo é como um substituto de Orfeu (deus grego da recriação)» e do deus hindu Shiva, deus da criação/recriação representado com múltiplos braços a executar a dança frenética do devir cósmico, a morte e o renascimento das coisas¹³⁸.

Com a rotação fonética e com a pluri-semântica do curto vocábulo, sem sairmos da vocalização *BÂX - BAX - BÊX*, reproduz-se integralmente e com a maior das clarezas o mito da Fénix. O único problema é ordenar as significações:



Vaz (de Tristão Vaz)

¹³⁶ *HN*, do fen., terminação para «medida».

¹³⁷ Em 1335 D. João I confirmou por carta a João Mendes de Vasconcelos a jurisdição de Alvarenga (Braamcamp Freire, I, p. 342).

¹³⁸ Jean Chevalier, Alain Gherbrant, *Diction. des Symboles*, art. *Phenix*.

BaS

bax - cativa²

B-AS

bax - na doença²

BS

bax - afasta-se¹

B-HS

bax - em silêncio⁴

Ba AZ

baaz - entra . então, e aí¹³⁹

B-ES

bex - no fosso, na profundeza²

B-ØS

bâx - na putrefacção⁴

BAS

bas - raiz²

W AZ

baz - e aí

B-AZH

baze - ateando fogo, ardendo⁴

B-ØS

bez - com paus¹

B-ES

bex - de freixo, perturbado, ou novo¹⁴⁰

W-ES

bex - e destroi-se²

B-AS

bex - no fogo⁴

W-ASa

waxa - em oferta queimada⁴

B-ØS

bâx - na podridão⁴

BeS

bes - lama, lodo, lodaçal⁴

BaS

bâx - fedor, nojo, cheira mal⁴

W AZ

waaz - mas . aí, então

¹³⁹ *AZ* ou *AZi*, hebr. «então, ou aí».

¹⁴⁰ *ES*, acad, significa simultaneamente «fosso, profundeza, mexer-se destruir, perturbar, freixo, plátano» e «novo, fresco».

B-AS

bex - no fogo, na insignificância⁴¹⁴¹

B-HS

bax - no silêncio

B-AS

baix - no fundamento, existindo⁴

BAS

bax - existe, está atenta²

BS

bax - espera¹

W AZ

waz - de modo que¹ . então

B-ES

bex - mexendo-se, na profundez²

B-AS

bas - saindo²

B-AS

bex - através do fogo⁴

B-ASS

báxx - ganhando coragem⁴

WAS

was - nasce, sai, apresenta-se²

Ba AS

baax - chega¹ . do fogo⁴

B-ESS

béxx - renovada²

B-AZ

baz - em forças¹

W-AZ

waz - e então⁴

BS

bex - afasta-se, descansa¹

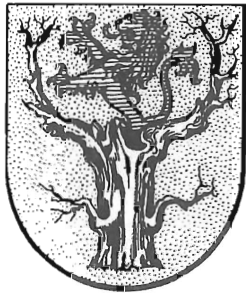
B-AS

bax - com a existênci⁴

BS

bex - regozija-se, pára, atrasa-se, espera¹

¹⁴¹ *AS* (*ex*) em hebr. significa «fogo» e «pouco, insignificante»; *AS* (*aix*), «há», «existe» e em arameu «fundamento»; *AiS* (*aix*), «homem»; diferenças mínimas de pronúncia para significar coisas tão diferentes, diríamos. O uso desses termos neste mito da Fénix sugere que eles são mais próximos do que parece quando isolados.



Vaz (de Rui Vasques)

BAS

bax - existe, é, tem, produz, está atenta, pertence, torna, é cativa²¹⁴²

2º - Leão saindo duma árvore oca, putrefacta e talvez queimada. «Brasão dos **Vazes** concedido por D. Afonso V em 1476 a Rui **Vasques**» (não consta do *Armeiro-Mor*. É uma variante do mito da Fénix. «Leão» e «putrefacção» são o mesmo vocábulo (**ØS**, leit. *âxe*)

B-ØS

bâx - com o leão, como leão, no leão⁴

B-ØS

bâx - como que em putrefacção¹⁴³

WAS

was - sai²

BS

bax - parte, afasta-se¹

B-ØS

bes - da natureza da árvore¹

B-ES

bex - em destruição²

B-AS

bax - pelo fogo⁴

B-ES

bex - na profundidade²

W AZ

baz - e . então

BS

bax - afasta-se, parte da¹

BAS

bas - raiz²

B-ES

bex - a mexer, como novo, no freixo, no fosso, em destruição²

B-AZ

baz - apertando-se⁴

B-AS

baz - saindo²

¹⁴² Note-se como *BaS*, do acadiano, significa por um lado «ser, existir, haver, pertencer, tornar, produzir» e, por outro, «ser cativo», o que remete para uma visão hindu-budista da existência. As coisas tornam-se cativas existindo e renascendo. Tanto *BaS* (acad.) como *AS* (hebr.) significam «ser», «existir»

¹⁴³ *ØS* hebr. tanto significa «leão» como «putrefacção».

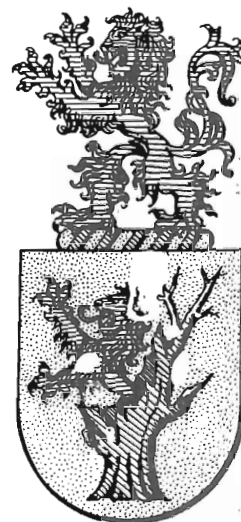
B-AZ

baz - com forçal

WAS

was - nasce, apresenta-se, oferece-se²

3º - Leão saindo duma árvore oca, putrefacta e quebrada. Foi do **Vasques** que no séc. Xº também se dizia **Belasco**, **Belascus** e **Basques**. Segundo o autor do *Armorial* «os Vasques e os Vazes têm brasões semelhantes»; mas não são iguais. O **Vasques** difere do **Vaz** anterior quanto à árvore:



Vasques

Ba ØS KH ES

baexkés - chega¹ . o leão⁴ . aqui, assim⁴ . a mexer

B-ØS QS

bêsques - de entre a árvore¹ . cortada, lascada¹

BaS Ke ES

baxekek - produz² . assim⁴ . o freixo, o fosso, a destruição, o novo, o fresco²

BAS SQØ ØS

baxxekaes - está . desmoronada⁴ . a árvore

BAS Ke ES/AS

baskeex, baskax - raiz² . conformemente⁴ . destruída, mexida/está

BAS Ke ES

baxkeex - está² . conforme à . destruição, profundeza²

BAS Ki AS

baxkiax - produz² . cicatriz de queimadura⁴ . o fogo

BAS K-AS/ES

baxkax, baxkek - cativo² . assim do fogo⁴ / profundeza, destruição²

Ba SaQ ØS

baxekâx - vem, chega¹ . eleva-se² . o leão⁴

Ba Sa QwS

baxakox - vem . trepa¹ . armadilha⁴

B-AS QS

bazkes - saindo² . a lasca

B-AS Ke ES

baskas - escapando-se² . desse modo⁴ . da destruição²

B-ØS K-ØS

baxkês - da putrefacção⁴ . como a⁴ . árvore

B-AS K-ØS

baxkax - do fogo⁴ . como a . putrefacção⁴

B-OS KwS

boskos - da árvore . restos de pavio, de vela⁴

B-AS Ke ES

baxkeês - da existência⁴ . como a⁴ . destruição

Ba' S QS

baxekes - atravessa² . o que é¹ . lasca¹

B-ØS KHH ØS

bâxkaês - putrefacta . inexpressiva⁴ . árvore

B-AZ Ke ØS

bazkeês - apertando-se⁴ . conforme⁴ . a árvore

B-AS K-ES

basekes - saindo² . então . do fosso

B-AZ K-AS

bazkax - fortalecendo¹ . assim a existência

WAS K-ES

waskes - nasce, apresenta-se, oferece-se² . a mexer, e como novo²

W-AZ K-ES

wazkex - e então, aí⁴ . assim novo

B-AS K-ES

baxkex - sendo⁴ . pois novo

BS K-ØS

baxkax - regozija-se, descansa, afasta-se¹ . da putrefacção

BAS K-AS/ES

baxkax, baxkex - existe, tem, produz, está atento, pertence, torna, é cativo² . conforme à existência, ao insignificante, ao fogo / novo, mexe, fosso, freixo.



Vaz (de Martim Vaz)

4º - Leão entre penas de pavão, de Martim **Vaz**. Foi este Martim Vaz que D. Manuel mandou com António Rodrigues à França, Alemanha e Inglaterra, por volta de 1505, para se informarem da heráldica e das obrigações dos oficiais de armas nesses países. Martim Vaz tinha a posição de arauto, o segundo lugar do corpo de oficiais d'armas. A partir dessa época ficou a heráldica sujeita ao controle dos oficiais d'armas e terminou o uso livre do brasão.

As armas «foram-lhe concedidas pelo imperador Maximiliano». Três pombas voantes que são o símbolo do arauto ou mensageiro, meia-águia e cabeça de leão entre duas penas de pavão no timbre. O autor fez um compromisso com os brasões **Vaz** adoptando meia-fénix e meio-leão acrescentando, por sua conta, duas penas de pavão. Muito significativo. Dir-se-ia que as penas de pavão são para fazer um belo efeito. Mas não só. Basta procurar como se diz «pavão» em hebraico:

Pavão - **tawwaz**¹⁴⁴

¹⁴⁴ *Tawwas* «pavão», do hebr. pós-bíblico (cf. dicionários hebraicos modernos) não assinalado nos glossários antigos. Quanto ao W, o hebraico pós-bíblico, por influência das línguas ocidentais que contêm o V, utiliza o W como consoante que chega a ler-se Vê.

E temos alusões tanto ao «leão» como ao apelido **Vaz**:

Tw WAS

tawas - marca, assinatura⁴ . do **Was** (**Vaz**)

Tw B-0S

taubâx - marca, assinatura . com leão

T' WAS/B-0S

tawas - guarita, câmara⁴ . do **Was** / com o leão.

T0 WAS

tjowas - magnífico¹ . **Was**

As «duas» penas também podiam informar que o portador não adoptou «metade» dos brasões **Vaz** mas que os duplica e exalta:

TB WAS

tjabwas - repetir, voltar¹ . o **Was**.

TeB WAS

tebwas - realçar, erguer² . o **Was**

TB WAS

tôbwâs - feliz . condução para fora, saída, oferta, nascimento⁴ . do **Was**

TB AS/WAS

tôbax - benevolente⁴ . fundamento, existência / do **Was**

Podemos ter ainda para **Martim Vaz**:

MRTIM B-0S

martim bâs - obstinado, rebelde⁴ . como o leão, ou na companhia do leão

Pelas penas de pavão do brasão pessoal de **Martim Vaz**, oficial de armas responsável da heráldica, descobrimos que também ele recorreu à leitura do nome em hebraico para o brasonar. É evidente que foi ele quem concebeu o seu brasão limitando-se o imperador Maximiliano (a ser verdade a notícia) e depois o rei D. Manuel a reconhecê-lo. Como podia ele, o segundo responsável da heráldica, deixar o seu brasão por mãos alheias e ignorar o que nele figurava? O oficial d'armas conhecia portanto a significação do seu brasão. As penas de pavão são a sua marca pessoal acrescida ao brasão dos **Vazes**.

Os exemplos **Vaz** mostram como se podem construir mitos, histórias (e até teologias), fazer um quadro, ilustrar em grafismo um nome, etc., com uma só palavra.

Os brasões **Vaz** «leão saindo da árvore» e «fénix no fogo», muito diferentes quanto ao conteúdo visual mas com o mesmo glossário ou

sinónimo, são bons exemplos de como procediam os autores dos brasões «falantes caldaico», vejamos: o utente chamado **Váz** (*Bâz*), querendo desenhar o seu nome-brasão em caldaico, vocalizava *B-AS*, *B-ES* ou *B-ØS*. Dizendo *BAS*, *B-AS*, encontrava «existir, ser, cativo, na existência, no fundamento, a sair, no fogo»; com *B-AZ* vinha à ideia «ser forte»; se pronunciava *B-ES* ocorria-lhe «no fosso, novo, a mexer, no freixo»; *B-ØS* lembrava-lhe «na árvore ou com paus»; *B-ØS*, «no leão, na putrefacção». E desenhava em conformidade. Foi assim que dois autores desenharam brasões diferentes para a mesmo nome ou que o segundo, face a um já existente, optou por outra variante. Por caminhos diferentes desenharam o mesmo mito sob duas formas: leão a sair da árvore putrefacta e fénix a sair do fogo.

Aproveitemos o nome **Váz** para exemplificar mais uma vez o processo de formação dos vocábulos «caldaicos». Se tomarmos o fonema **Â** como *pivot* e os anexados na rotação o **S** e o **B**, temos:

Â + S	>	ØS	«árvore»
A + S	>	AS	«existência, e fogo»
Ø + S	>	ØS	«podridão, e leão»
B + A	>	BA	«vir, entrar»
BA + S	>	BAS	«existir, produzir, pertencer, cativar»
BA + S	>	BAS	«raiz»

O vocábulo, ou arranjo, *BAS* representará ainda um fenómeno simbólico particularmente arcaico, talvez anterior ao neolítico: o eterno retorno da existência, a morte e a renovação das coisas em que árvore e o fogo são os elementos primordiais, e complementares: o fogo destruindo renova, segundo o mito da Fénix. O fogo também é o Sol. «Fogo» e «existência» dizem-se pelo mesmo vocábulo (*AS*), «destruição» e «novo» também (*ES*). Esse simbolismo explicaria o facto de uma boa parte dos brasões portugueses adoptarem ora um leão mítico rampante (remexendo) ora uma águia de asas espalmadas (fénix mexendo, recriando-se); parecendo, a priori, emblemas sem imaginação e repetitivos, podem ter sido representações da Criação: o leão evoca a força mas também a precaridade das espécies (o termo para «leão», é o mesmo que para «podridão») enquanto a Fénix representa a perenidade da vida, a energia regeneradora, Gaia, o Espírito.



Vedra

VEDRA ou VADRE

Ignora-se quem fosse esta família, Vadre ou Vedra, e a sua época. O brasão representa oito cestos em torno duma árvore.

B-ADR

badre - na árvore gigante¹



Velez



Maça

B-ADR

beadre - em cerco, ou no cercado¹

B-EDuRu

beéduro - na quinta, no casal, na aldeia²

B-ØDR

beaudre - no povo, na colectividade⁴

BDR

badre - dispersos⁵

B-ØDR

baudre - reunindo-se¹, e alinhando-se⁴

B-DR'

bedra - no, com o braço¹ (cf. cesto)

B-DR'

bedra - a semear, ou no semeado¹

B-ØDR

baudre - no que está cavado ou sachado⁴

B-ADRu

beadro - à sombra¹

B-UDR

beudre - no celeiro¹

B-ADRa

baidra - na eira⁵

BD R'

badera - separar, individualizar¹ . parceiro

BD R'

badera - parte igual⁴ . parceiro¹

BD R'

badera - tagarelar, palavrear⁴ . parceiro

B-DR

bedara - a brilhar, a bem falar¹

B-HDR

beâdre - tratando-se com distinção⁴

B-ADR

bédere - magnificando⁴

VELEZ

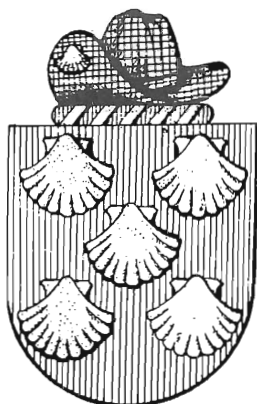
«De origem galega e asturiana» (desconhece-se a época). Uma maça ou moca com pontas de ferro nas mãos dum mouro.

B-LeS

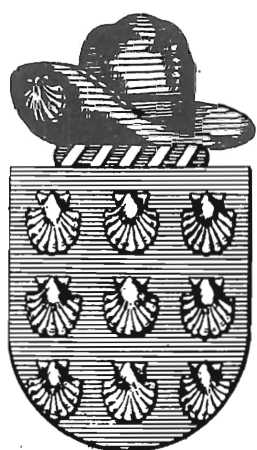
belexe - com, na maça (ou na massa)²



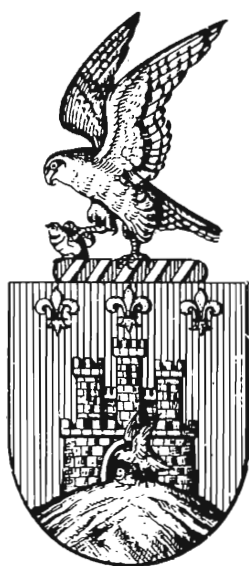
Velez



Velho



Calça



Veloso

B-LaS

belaxe - amassando, diluindo, moendo²

BLS

belàs - arranha⁴

Compare-se com o falante português **Maça** onde a moca tem a mesma forma.

VELHO*

«Uma das mais antigas linhagens portuguesas, procedente de D. Soeiro Guedes e de sua mulher D. Aldonça Guterres da Silva, por seu filho D. Nuno Soares que foi chamado o Velho por diferença do seu neto de igual nome, rico-homem de D. Afonso Henriques» (séc. XII). Cinco vieiras e, no timbre, um «chapéu de romeiro».

B-ALL

balho - de, com roupa¹

Comparar com o brasão da família **Calça** que contém 9 vieiras e, no timbre, um chapéu com a vieira. Considero que o **Calça** é falante português. Entretando a relação do **Calça** com o «chapéu» ajuda a compreender o «chapéu» do **Velho**: «chapéu» está para o **Calça** como «com roupa» está para **Velho**.

VELOSO

Família «originária da Galiza» (séc. XIII) também nomeada **Velosa**. Um «açor» à saída do castelo com uma «perdiz» nas garras e, no timbre, o mesmo açor.

BaL ASu

baalâso - senhor, dono² . da saída²

B'L OS

belouxe - senhor . intervém⁴

BaL OSS

balouxexe - senhor . esmaga, pisa⁴

B-LaS

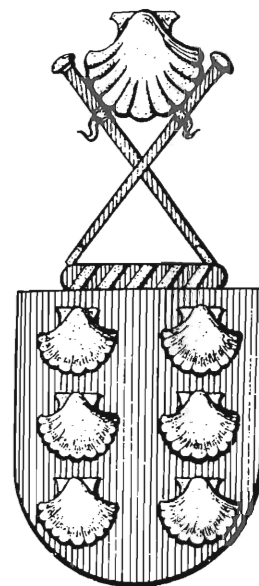
belâxe - amassando, moendo²

BLS

belàs - arranha⁴

VIEIRA*+

O *Livro da Nobreza* contém **Viera**. «Parece existirem várias famílias deste apelido, de origem geográfica, umas que o tomaram de Vieira do Minho e outras de Vieira de Leiria. A linguagem antiga é a de proveniência minhota e a pessoa mais recuada que dela se conhece, Rui Vieira, fidalgo muito honrado do tempo de D. Afonso II e de seu filho D. Sancho II, que viveu pelos anos de 1220, senhor da quinta de Vila Seca, na freguesia de São João, comarca da Vieira (...) Alguns dizem, todavia, que o apelido já existia em 1044...». Mas a relação entre o nome e o topónimo também pode ser a inversa (os topónimos terem origem nos nomes do proprietário ou frequentadores), e até pode não haver relação entre uns e outros. Contrariamente ao autor que imagina apenas dois sítios Vieira, segundo o *Repertório Toponímico do Exército* há pelo menos 12 topónimos Vieira, 30 Vieiros e 2 Vieirinhos, sem contar os Casais, Montes, etc., do ou da Vieira. O brasão contém vieiras e uma elevada no timbre.



Vieira

Bi ERu

bieru - como cadinho²

Bi ARu

biaro - como 1 . peixe²

Bi ERu/ARu

biero - como . cadinho/do peixe² (concha)

Bi ØRH

biâira,

bieura - para . derramar, esvaziar⁴ (água)

Bi ØwR

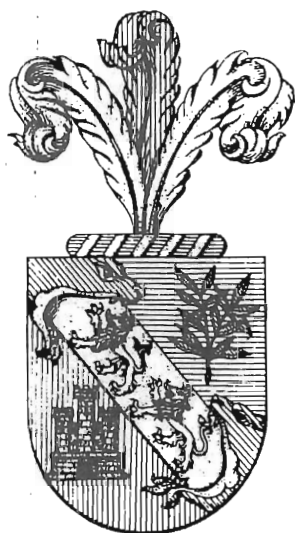
Biâura - em . movimento, deslocação, levantamento, e acordar⁴ (converter-se, «catecúmeno»).

Compare-se com **Calheiros** e **Sequeira**. A vieira era o emblema dos errantes, peregrinos e penitentes (usado por eles) e ainda o é dos catecúmenos católicos¹⁴⁵.

¹⁴⁵ J.P. Machado diz que «vieira» deriva de *veneria*, «espécie de concha, assim chamada pela semelhança com a concha com que pintam Venus ao sair das águas», explicação ad-hoc e ideológica. Não consta que se tenha usado em português o termo *veneria* ou *venera* em vez de *vieira*. É evidente que o objecto representado nas mãos de Vénus se classificou de *venera* por referência a Vénus (latim: *Venera*) e não seria um nome mas um adjetivo. Permito-me duvidar que *vieira* possa, etimologicamente, provir de *venera*. Nem se compreende que importância pudesse ter a tal representação artística e erudita de Venus entre o povo da Lusitânia, ou se alguém a conhecia, para dar esse nome à vulgaríssima concha. A vieira foi o emblema dos peregrinos ibéricos, dependurada no bastão ou na roupa como hoje se reconhecem os de Santiago de Compostela se bem que o símbolo fosse mais antigo do que esse santuário; é ainda hoje utilizada na liturgia católica, na pia baptismal, para derramar água sobre o neófito. Dependurada ao peito dos penitentes, a concha servia para eles beberem água (dum cântaro ou duma fonte) estando proibidos de a beber directamente ou pelos meios vulgares (púcaros ou jarros)

XARA

Supõe-se duma família do sec. XV. «O apelido provém, segundo parece, duma erva chamada xara». Duas serpes ibocanham ou disputam uma barra sobre a qual passam dois leões, planta e castelo.



Xara

SR'

xârá - fluxo, corrida¹

S R'

xará - o que é, é de¹ . aliado, parceiro¹

SR R'

xar - príncipe, banda, e bracelete, cordão umbilical¹ . aliado

SRH

xera - fulminar, soltar, e insidiar, cantar¹

SaRH

xara - vencer, e examinar, observar²

SRH

sera - contender, lutar⁴

SRR R'

xerrá - estender, e inimigo¹ . parceiro

SØRH

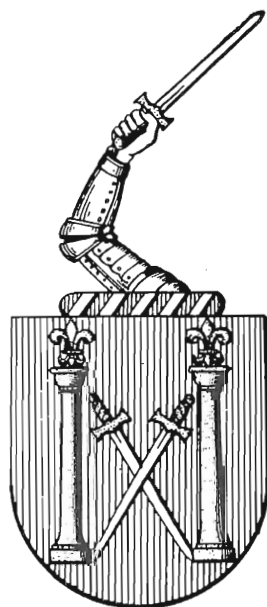
xaura - calcular, estimar, e rachar⁴

TjRRY

txarria - poderoso¹

SaRR R'

sarrá - fictício, é a fingir² . parceiros²



Ximenes

XIMENES

Diz o autor do *Armorial*: «Querem alguns autores que esta família seja originária da Itália (...), dizem outros que vem de Aragão (...). Foram os **Ximenes** de Aragão corregedores da vila de Ledesma e um deles, por nome Fernando Ximenes ficou prisioneiro dos portugueses na batalha de Toro pelo que veio para Portugal onde os seus des-

de que se serviam as pessoas do comum (os «puros»). No mesmo caso estão os neófitos. Em virtude desta função, a concha passou a ser o símbolo dos penitentes e dos que estavam em vias de redenção como os neófitos católicos. Em vez do latim *veneria* proponho estas duas origens confluentes: 1º - do acad. *Bi-ARu* «pelo, no peixe, e *Bi-ERu* «pelo, como, no cadinho» (a concha é o cadinho do peixe); associando *Bi-ERu* e *Bi-ARu* temos «no ou com cadinho peixe» > *biera*, isto é, «concha»; 2º - do hebr. *Bi-ØwR* (*biaura, bieura*) «para derramar, scorrer, entornar» que era a função da concha para os penitentes e para os actuais neófitos, ou «para se mudar, se converter, se levantar, acordar, despertar, se movimentar, se excitar» significações que apontam para as ideias de errância, peregrinação, penitência e rito baptismal.

cedentes tiveram grande casa e gastaram somas importantíssimas em fundações religiosas, instituições de vínculos e esmolas. Os Ximenes de Aragão, se originariamente não tinham sangue hebreu, adquiriram-no depois pelos vários casamentos que fizeram com pessoas de famílias judaicas». Independentemente do estereótipo do sangue judaico (o judaísmo é uma religião e não um efeito de sangue), ficamos a saber que os **Ximenes** do brasão, que será dos sécs. XIV ou XV, foram judeus; os seus descendentes do séc. XVII encontram-se nos cadernos da Inquisição de Braga e Barcelos. Também há um bom número de **Ximenes** (Levy Ximenes, Ximenes de Belmonte, Ximenes Pereira, Ximenes Teixeira, etc.) na primeira lista dos judeus ou cristãos-novos chegados a Amsterdão; seriam abastados uma vez que, pelo menos 11 Ximenes, constam na lista dos que deixaram legados à sinagoga¹⁴⁶.

Brasão: duas colunas erectas e, entre elas, duas espadas cruzadas. No timbre, braço dum guerreiro.

SiM-HN NaS

ximenâx - levantar⁴ à medida, por medida¹ . suporte, poste²

SiM-HN NS/NaS

ximenes

ximenâx - levantar, erigir à medida . haste de sinalização, bandeira / poste

SiM MiNS

ximinex - levantar . acampamento¹

Si MN NeS

ximenex - dádiva⁴ . parte, porção⁴ . vida²

Si M-ENES

xiimenex - dádiva . do⁴ fraco, pobre²

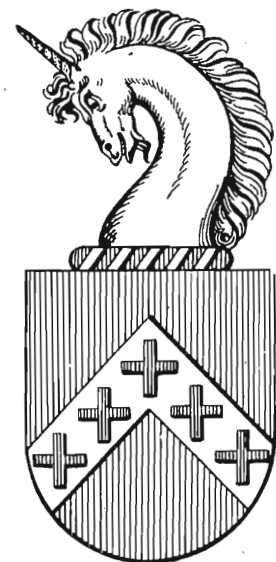
Si M' ENES

ximeenex - dádiva . por favor!¹, por causa⁴ . fraco, pobre

A fama de benfeitor, em Portugal como no exílio, fez jus ao nome.

XIRA*

Família do sec. XII. «Diz-se que provém da Inglaterra, de Guilherme de Schire, o qual veio na armada que auxiliou D. Afonso Henriques a tomar Lisboa pelo que este príncipe quando repartiu as terras lhe deu Vila Franca que se ficou a chamar de Xira, que aí morou numa torre chamada de Xira. Tudo isto é fantástico pelo menos não



Xira

¹⁴⁶ Cf. *Pauta dos senhores e Senhoras que deixarão legados à santa irmandade ETS HAIM*, publicada por David Franco Mendes e J. Mendes dos Remédios, in *Os Judeus Portugueses em Amesterdão*, pp. LIV-LVIII.

que se refere à etimologia de Xira, no português antigo, *Cira*» diz o autor do *Armorial*. Direi também que esta história senhorial foi inventada ad-hoc para atribuir uma «origem inglesa» ao nome da povoação, tendência de pequenos letrados de província. É um vulgar mito etiológico «dignificante»¹⁴⁷.

No *Armeiro-Mor* o brasão consta em nome de **Velxira**. O escudo é: «Asna de prata carregada de cruzetas» (a asna é um figura em forma de V invertido). No timbre, uma licórnica ou unicórnio como o de **Teixeira**. Também se podia extrair da palavra o mito da licórnica.

SiRH

sira - pico, espinho, flecha⁴

SRI

xeria - ponta de flecha⁴, fulminar, e soltar¹

SiRH

xira - canto, melodia⁴, e umbigo¹

SiR

xira - canto, cantar, e carne¹

SiRu

siro - elevado, eminente, e chefe²

BLS SiRH

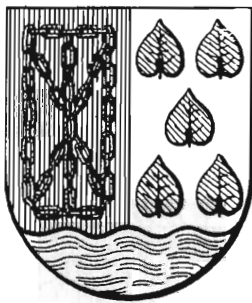
belesira - arranha⁴ . pico, flecha

BeL SiRH

belsira - senhor¹ . ponta de flecha

BeL SiRu

belsiro - senhor . eminente



Zamudio

A figura heráldica asna diz-se em francês *chevron* (derivado de *chèvre*, cabra). A asna do **Xira** pode ser o arranjo duma antiga figura em forma de pico ou corno.

ZAMÚDIO

«Família espanhola que se difundiu na Beira», do séc. XII. Uma cadeia de oiro interligada, fundo de água, folhas de plantas («golfão»).

¹⁴⁷ De facto, entre outros J. P. Machado atribui o nome Xira ou Cira ao de um «cruzado germânico, Sira Johannis, de Atouguia que viveu no séc. XII» sem dar o menor índice de ligação entre este pretense cruzado germânico e o sítio de Vila Franca. É uma relação inventada a partir da justaposição dos dois nomes. Num trabalho anterior mostro que Xira ou Cira se integra numa constelação de nomes fenícios centrada no nome Carcavelos, sítio perto de Loures e de Lousa, procedendo Cira de *sirh* (*sira*) que significa «canao, barco» (hebr. pós-bíblico). O nome da povoação vem do facto de ter havido aí um local de travessia do Tejo hoje substituído pela ponte (*Orig. da Rel. Pop. Portuguesa*- Seguido de *Ensaio sobre toponímia antiga*, pp 290-292.

SMID

samido - ligadura⁴

SMD

samad - atar¹

SaMaDu

samado - ligar, embrulhar, atar, fazer um penso²

SaMMu DØH

samudoua - planta medicinal² . conhece⁴

SMiD Dw

samidou - ligadura . doente¹

SaMaD Dw

samadou - fazer um penso . doente

SeMMu Dw

semudou - ferida² . doente

SaMMu Dw

samudu - planta medicinal² . doente

SaM UDu

samudu - resgatar, pagar o preço² . mal, atribuição²

SaMu Y Dw

samidou - tem sede² . logo¹ . está doente¹

SaMu Dwi

samudoui - pagar preço² . doente⁴

ZaMØ UDu

samoudu - amaldiçoar, execrar⁴ . mal²

* * *

Os autores usaram os vocabulários que nós só conhecemos desde o princípio do nosso século. Está representado sobretudo o acadiano. Os hebraístas medievais que conhecessem apenas a Bíblia compreenderiam cerca de um terço da linguagem desses brasões.

Comparemos o número dos *falantes* «caldaico» com o conjunto do armorial. Excluídos os estrangeiros, o total dos nomes brasonados do *Armorial Lusitano* são cerca de 800¹⁴⁸; há nomes com mais do que um brasão, sem relação entre si ou «diferenciados» em graus de parentesco. Vou classificá-los em brasões *mudos* e

¹⁴⁸ O facto de excluir os emblemas estrangeiros torna aproximativo o número total dos portugueses (pode haver erro nessa distinção). Também é aproximativo pelo facto de a alguns nomes se associarem mais do que um brasão, ou de um brasão ser utilizado por duas ou mais famílias.

brasões *falantes*. São *mudos* quando são símbolos correntes do poder político ou de Cavalaria (castelo, torre, apetrechos de guerra, temas metafóricos ou quiméricos como leão, águia, serpe, dragão), com eventuais exceções. Um autor francês classifica-os de brasão-uniforme (uniforme de guerra e de Cavalaria). São também *mudos* os escudos ordenados com sinais heráldicos abstratos (aspas, veiros, besantes, barras, asnas, flores-de-lis, estrelas, crescentes lunares, xadrezado, cruces) que não sugerem nada.

Temos então:

Total dos brasões, aproximadamente	- 800	nomes
Brasões-uniformes, políticos e mudos	- 399	«
Brasões falantes português	- 190	«
Brasões falantes «caldaico»	- 171	«
Brasões falantes (?) indecifrados	- 40	«

Os «indecifrados», contendo temas explícitos, teriam sido falantes mas ficaram incompreendidos¹⁴⁹. Os falantes «caldaico» constituem um número bem representativo do total dos falantes, equiparável ao dos falantes português. Desprezaram-se alguns menos sugestivos ou que remetem para conceitos abstratos entrando na categoria de mudos ou uniformes. O número dos falantes português está muito favorecido, alguns representam coisas vagamente equivalentes ao nome, a imaginação falhava. A percentagem entre os dois grupos de falantes manteve-se até D. Manuel, e temos este indicador: de 1419 e 1494, desde a decisão da criação do corpo de oficiais de armas por D. João I e o momento em que D. Manuel eliminou a liberdade heráldica, foram passadas 27 cartas de brasão das quais: 8 brasões de tipo «uniforme» representando um castelo ou «mouros» (premiando autores de feitos guerreiros em Marrocos)¹⁵⁰, 7 são falantes português¹⁵¹, 8 são falantes caldaico¹⁵², 1 é um misto de português e de caldaico¹⁵³. Lembremos que

¹⁴⁹ Por exemplo **Alvelos** - estrela e cão; **Amador** - pavão; **Anaia** - cão; **Arca** - cão; **Argumelo** - urso preso a uma árvore; **Baldaia** - rosas; **Barbeita** - cabra presa a uma árvore; **Beça** - lobo e luas; **Bem** - cornetas; **Caldas** - cinco ciprestes; **Cordovil** - cão preso a uma árvore; **Corelha** - uma donzela numa torre; **Dogaldo** - cegonha com uma cobra; **Gaio**, **Gaioso** - peixes, etc.

¹⁵⁰ São eles: Martins Esteves Boto, Lopo Esteves, António Leme, João Lourenço, Fernão Luis, Diogo de Azambuja, Pero de Alcáçova, Afonso Garcês.

¹⁵¹ Gil Simões (leão subindo um «cimo»), Vasco Peres Gante (duas «gantes» de armadura), João Gonçalves Câmara de Lobos («lobos»), Fernão Gomes da Mina (cabeças de negros), Álvaro Lopes Chaves («chaves»), João Garcês (uma «garça»), Gonçalo Pires Bandeira (leão rampante numa «bandeira»).

¹⁵² Fernão Gil Montarroio, Álvaro Gonçalves de Cáceres, Gonçalo Vaz Campos, Álvaro António Frade, Nuno Martins Garro, Rui Vasques, João Lopes, Diogo Cão.

¹⁵³ **Andrade** do Arco. Classifico-o de «misto» por precaução porque pode ser exclusivamente «caldaico», o apelido do Arco teria tido origem no brasão. Os 3 três restantes (Martim Vicente de Vasconcelos, Gabriel

o brasão oficializado pela carta de armas era, por regra, um emblema anterior *assumido*. No século áureo da heráldica portuguesa e do judaísmo português, esta posição de igualdade entre os *falantes* é sugestiva. Lembremos que entre os 72 da Sala de Sintra a relação é de 20 falantes caldaico para 10 falantes portugueses.

A partir do séc. XV só um costume tenaz levaria a traduzir pela fonética nomes como Lopes, Bernardes, Estêvão Martins, Domingos Dias, Lucas, Portugal, Gomes, Cabral, etc. Com D. Manuel terminou o costume entrando em funções o rei d'armas e a perseguição aos hebraístas. Ao impôr-se por lei que os reis d'armas sejam «latinos», pressupunha-se que nem todos os brasonadores o eram. Também se proibiu de dar sugestões. O escudo de Estêvão Martins adoptado no fim do séc. XIV (morreu em 1505) e inscrito em último lugar no *Livro do Armeiro Mor*, devia ter sido dos últimos. De qualquer forma, alguns oficializados depois já seriam usados antes.

Os falantes caldaico anteriores aos sécs. XIV-XV são identificados com linhagens nortenhas, Minho, Trás-os-Montes, Galiza e Aragão. Deverão corresponder ao princípio da «extensão das famílias nobres para o Sul» de que fala Mattoso¹⁵⁴, quer dizer, à predominância da iniciativa dos nortenhos sobre os sulistas. «As condições de exploração dos latifúndios no Centro e no Sul prestavam-se mais à agricultura de produção do que as incontáveis parcelas do Norte, onde se tornava difícil escapar ao velho sistema do autoconsumo, cada vez mais inadequado às novas condições económicas. O Entre-Douro e Minho não perde todavia a aura como região das origens e das tradições familiares; fica-lhe para sempre associado o prestígio de guardar o património simbólico (...). O carácter de reservatório das tradições e símbolos da nobreza permanece portanto, durante muitos séculos, no Entre-Douro e Minho»¹⁵⁵.

Uma resenha sobre um armorial galego publicada em *Armas e Troféus* dá conta duma «extraordinária quantidade de apelidos comuns à Galiza e a Portugal»; 45 dos apelidos galegos usam os mesmos brasões que os apelidos portugueses; desses 45, 14 figuram nesta série de brasões «caldaicos»¹⁵⁶. Isso significa uma

Gonçalves, Henrique de Almeida) não constam no *Armorial Lusitano* que me serve de guião (Lista publicada por Carlos da Silva Lopes, *Quadro das Cartas de brasão do séc. XV*, anexo à o.c.). O autor diz que «o reflexo da nossa expansão marítima no campo da heráldica não foi tão grande como se supõe. Para se ver como foi reduzido basta examinar as cartas de brasão quatrocentistas. Facilmente se conclui que os serviços considerados consistiam quase exclusivamente em feitos de guerra contra inimigos do Reino, em especial contra os mouros de Marrocos. Era, pode dizer-se, o espírito de cavalaria que dominava na concessão dessas mercês» (p. 111).

¹⁵⁴ *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p.296.

¹⁵⁵ *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 311.

¹⁵⁶ O autor duma recensão da obra *Blasones e Linajes de Galicia*, por Frey José-Santiago Crespo Pozo (Compostela, 1957) publica uma lista de 316 apelidos comuns à Galiza e a Portugal. De entre eles, 45 brasonados «representam coincidência das armas nos armoriais portugueses» (não publica os brasões). Anoto os nomes constantes em *Blasones* que são comuns a esta série e assinalo em **negro** os nomes, entre

mesma origem para o apelido e para o brasão. A partir da tese de Machado de Faria de P. Cabral sobre a precedência dos emblemas ao brasão, podemos pensar numa antiga identidade totémica lioneso-galega para a primitiva heráldica portuguesa.

Os cristãos novos do Minho, a julgar pelos cadernos da Inquisição, usavam os nomes que aparecem nesta lista dos caldaicos inclusivamente alguns caídos em desuso ou pouco vulgares como Cogominho, Camelo, Cão, Temudo, Rua...¹⁵⁷. Os mesmos aparecem, genericamente, na lista dos portugueses refugiados em Amsterdão no fim do séc. XVI (eram sobretudo minhotos), e os outros nomes não se distinguem dos apelidos actuais¹⁵⁸.

Conheciam os *armigerados* a significação do brasão? Pressupôr a afirmativa é uma questão de lógica do próprio sistema, porque eram *assumidos*. Se hoje alguém fizer ou encomendar um logotipo, ex-libris, *badge*, carimbo, emblema ou cartaz para o seu nome ou para a sua firma, responsabilizar-se-á pela relação nome/desenho, exigirá que o grafismo faça sentido com o produto ou com o nome. Para mais o brasão era um emblema altamente estimado e um símbolo da honra pessoal e familiar. Morria-se para defender o seu brasão. Um brasão mal concebido era objecto de perguntas indiscretas (armas de *enquerre*) e podia dar azo a difamações. As pessoas não eram menos curiosas ou desconfiadas nem mais ingénuas do que hoje, e eram mais intriguistas. A família Lucas, sabendo que toda a gente associa esse apelido ao nome latino, interrogar-se-ia sobre o facto de aparecerem «peras» no escudo (porque não um leão, uma serpente ou outra alegoria?). E como é que os Abelhos explicavam a «foice» (instrumento dos servos da gleba) espetada numa colmeia, duas coisas sem relação, simbolicamente díspares e até ridículas para os gostos da Cavalaria? E Estêvão Martins, um cortesão, como aceitou ele um «regador» doméstico? E os Salazares com uma composição arripiante? E onde é que está a imaginação heráldica no «aqueduto» do fidalgo Bernardes? Tudo coisas nada conforme aos ideais da Cavalaria.

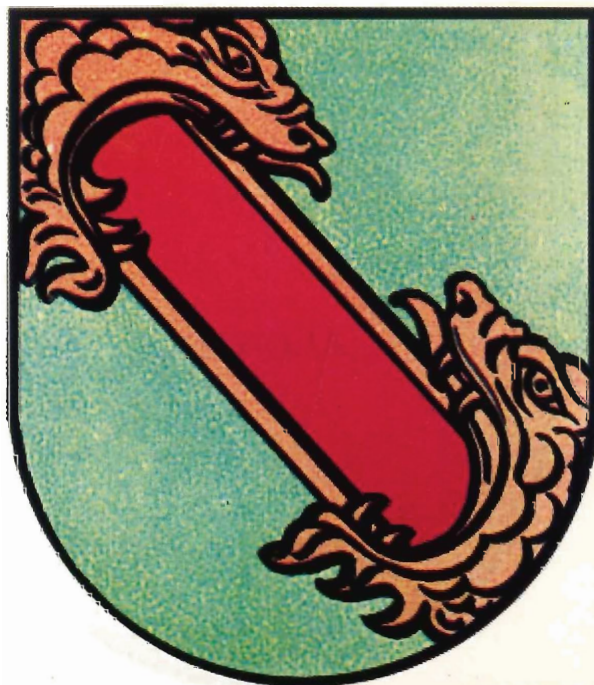
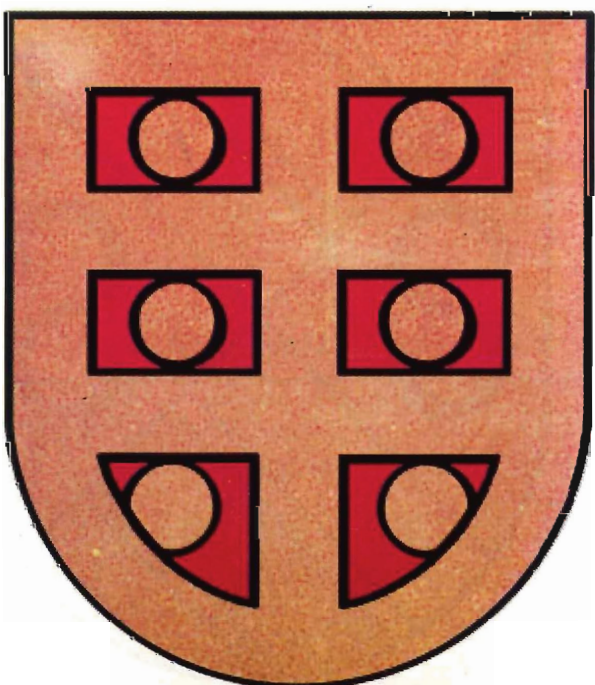
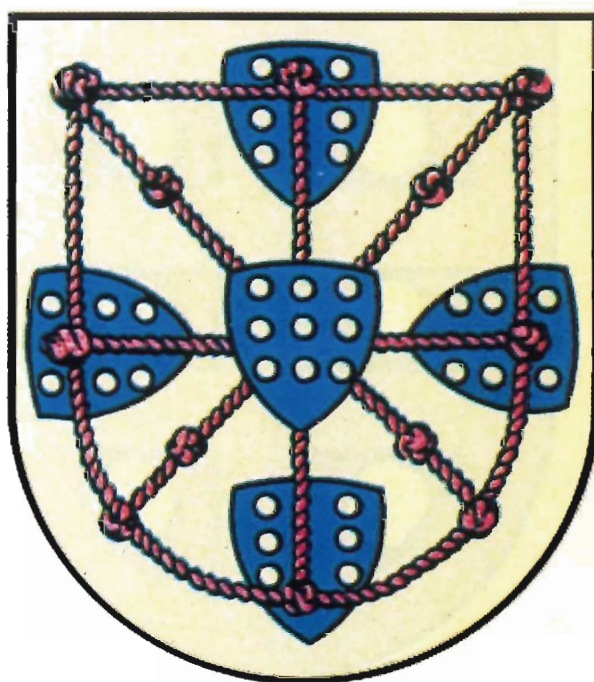
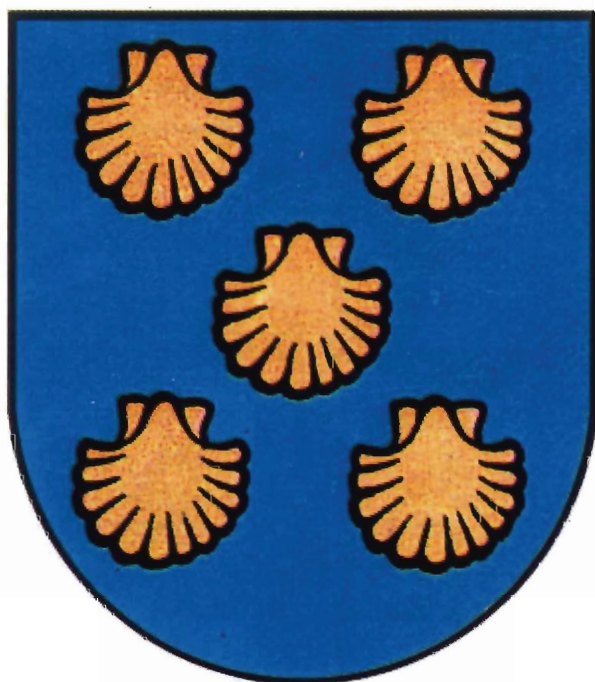
os 45, que o articulista diz representarem «coincidência das armas nos armoriais portugueses» (serão brasões galegos falantes caldaico): **Abelho**, **Abreu**, Alvarenga, **Almeida**, Andrade, Araújo, Bacelar, **Barros**, Brandão, **Cão**, **Cabral**(?), Camões, Campos, **Centeno**(?), **Chacim**, Dias, Eça, **Falcão**, **Fonseca**, Fraga, Franco, Garrido, Gil, Gomes, Lopes, Madeira, Meira, Melo, Mendanha, Mendoça, **Meneses**, Mesquita, Morais, Moreira, **Novais**, Pimentel, **Portocarrero**, Queiroga, Refoios, Resende, Rua, Salcedo, Sanches, Sarmiento, Sequeira, **Silva**, Silveira, Sobrinho, Sousa, Salazar, Vasconcelos, Veloso e Vieira. A interrogação (?) significa que no *Armorial Lusitano* o nome tem dois brasões e o articulista não especifica qual seja a versão. Portanto 12 ou 14 dos 45 nomes brasonados que têm armas comuns são falantes «caldaico» (Lista dos nomes em *Armas e Troféus*, 1960, nº 2 p. 211).

¹⁵⁷ Cf. Luis de Bivar Guerra, *Um Caderno de cristãos-novos de Barcelos*, *Armas e Troféus*, 1959-1961.

¹⁵⁸ Lista publicada por David Franco Mendes - J. Mendes dos Remédios, o. c.

De entre as culturas que nos rodeiam, só as antigas línguas semitas médio-orientais conhecem a propriedade de os vocábulos se desdobrarem em significações concordantes, em que a parte contém o todo levando à possibilidade de descobrir as potencialidades do vocábulo dissociando as raízes que o formam. Este processo, que produz a plurissemântica dos vocábulos, leva a que narrações lendárias, históricas e teológicas tenham resultado da rotação da palavra. Dito de outro modo: se o desdobramento fonético do nome, a sua rotação como se viu, permite reconstituir o desenho ou a história que se lhe associa, é porque o nome é fenício, púnico ou hebraico, ou foi sujeito a uma tradução pela fonética. Nenhum nome português ou latino é susceptível de criar esse efeito, nem a língua latina se constituiu da mesma forma que as semitas; não podemos ter a veleidade de descobrir que, por exemplo, o «milagre das rosas» de Coimbra foi inventado pela divisão dos nomes Isabel ou Dinis.

A cultura revelada por estes brasões será a fenício-púnica ou a judeo-hebraica? A resposta é difícil mas a distinção pode ser inútil. É a mesma língua. A cultura bíblica é uma variante da cultura fenícia. O judaísmo sefardita (mediterrânico) pode ter sucedido à cultura dos fenício-púnicos que adoptaram o monoteísmo bíblico, primeiro por oposição a Roma, depois por oposição ao cristianismo quando este se uniu ao império. A Bíblia falava a língua dos fenício-púnicos.





SILVA

3

PACHECO

8



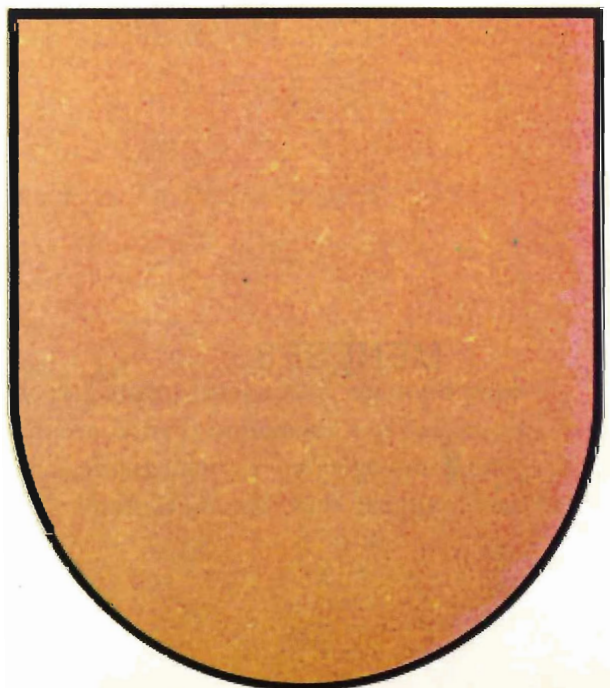
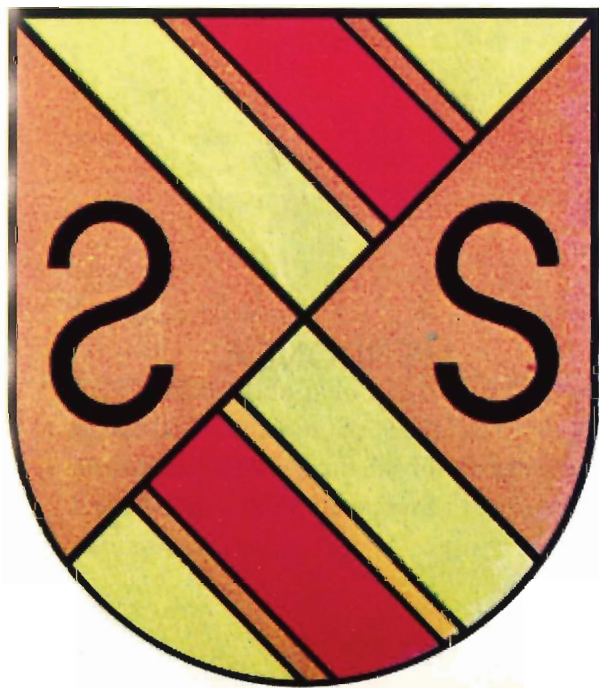
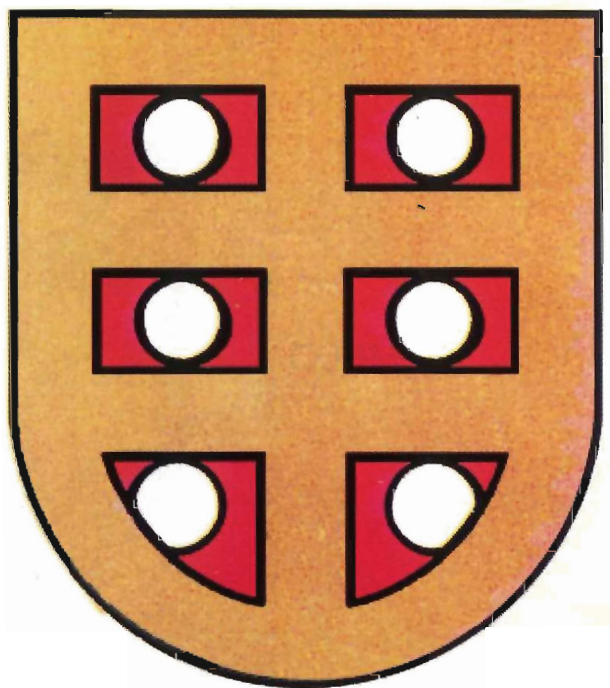
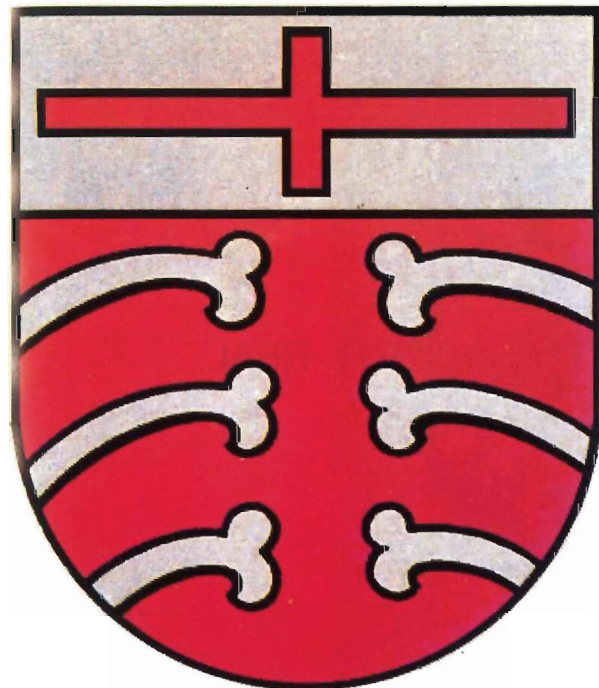
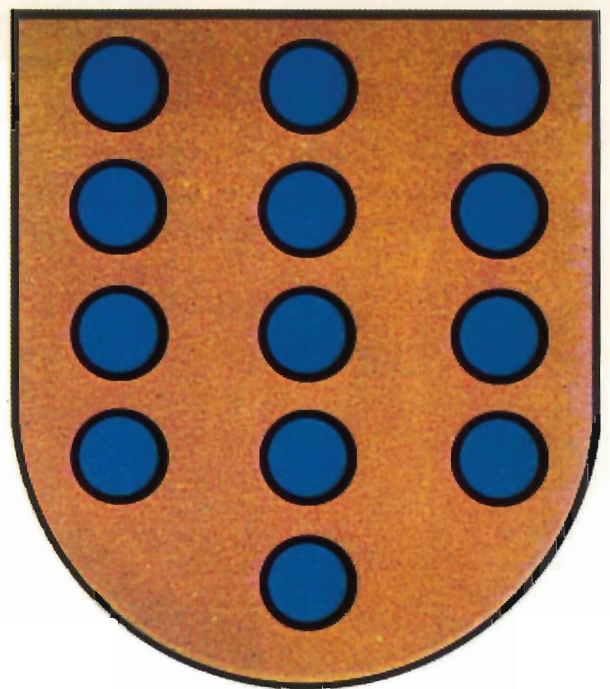
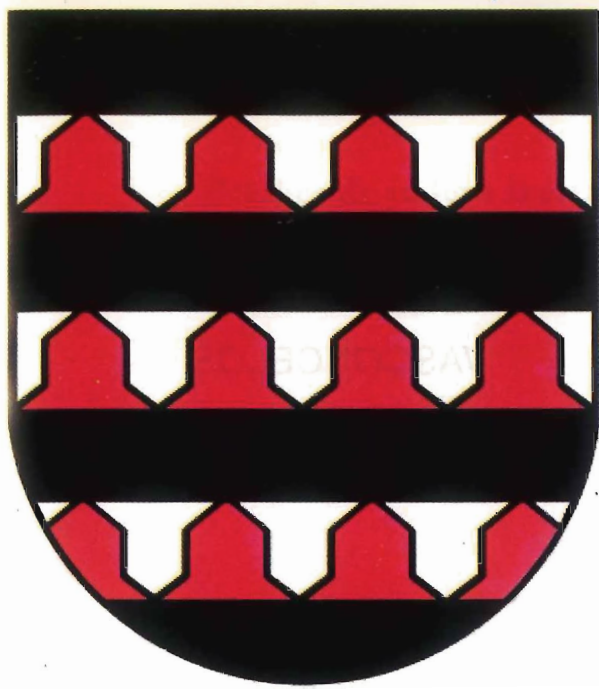
EÇA

SEQUEIRA

ANDRADE

ALMEIDA





CASTRO

VASCONCELOS

MELO

CORTE-REAL

MENESES

MENDONÇA

Brasões de judeus ibéricos passados a Gibraltar e Marrocos
(in Abecassis, *Genealogia Hebraica, Portugal - Gibraltar*).



1 - Jacob Cansino

Brasão concedido pelo imperador Carlos V em 1556 a Jacob Cansino, originário, segundo parece, de Los Cansinos, na Andaluzia, refugiado; foi intermediário entre o imperador e os sultões de Marrocos e depois embaixador do imperador neste país. Armas: uma caldeira e um galgo marchante. KaN SeNu - fazer, preparar² . recipiente em cobre²; ou está em duas línguas: *cão* . recipiente em cobre.



2 - Joshua Hassan

Família de banqueiros e mecenas de Marrocos e Gibraltar. As suas armas são: um galgo, três caldeiras e, no timbre, um castelo e uma chave. HaSaM - fechar o caminho, tapar, conter⁴; Ha SaM - o que tapa, o que contém¹; ASaM - celeiro¹.

VI
JUDAÍSMO NORTENHO

A VERDADE É JUDAICA

Sendo os brasões de origem nortenha, convém sugerir alguns tópicos sobre o peso da cultura hebreo-judaica nessas regiões tanto mais que há tendência entre os investigadores para associar o judaísmo às cidades do sul. Vou no entanto abordar esse tema sob o ângulo da Etno-sociologia.

O monoteísmo, a grande revolução religiosa da Humanidade, foi uma criação hebreo-judaica, face a todos os politeísmos sendo a Bíblia o monumento mais genuíno da Humanidade e o único texto verdadeiramente universal que se conhece. Também nunca é de mais lembrar - porque os preconceitos são tenazes - que o hebreo-judaísmo é uma religião e uma cultura; os judeus são os seguidores da religião do Antigo Testamento, a lei de Yaweh, do Sinai ou a «Lei de Moisés» como eles dizem, os quais não reconhecem em Jesus a qualidade de Messias (e ainda menos a de filho de Deus). Todos os autores constataam a impressionante coerência do judaísmo contra os ventos e as marés da História. Os católicos é que têm tendência para esquecer que o Antigo Testamento é a «palavra de Deus» e um texto revelado com o mesmo valor que os Evangelhos. Os ritos que os judeus beirões praticavam e que justificaram a condenação e a expulsão de milhares deles pela Inquisição foram «prescritos por decreto eterno para vós e para os vossos filhos onde quer que vivam»¹. A isso chamam *cumprir a Aliança*; na sua lógica, se a palavra de Deus é eterna e imprescritível, ninguém a poderá revogar, nem os profetas nem o próprio Deus porque Ele não muda nem se contradiz. Se as religiões monoteístas que partiram da Bíblia (o cristianismo e o islão) declaram como dogma que o Antigo Testamento é a palavra de Deus, e como Deus não se contradiz, devem essas religiões render-se à evidência das boas razões dos judeus. Tais eram os argumentos da Sinagoga repetidos até à exaustão aquando das célebres polémicas de Aragão no séc. XIII, promovidas pelo monarca na praça pública entre rabis e teólogos cristãos. Também os católicos desconhecem que Jesus foi um judeu praticante até ao último dia da sua vida segundo os evangelhos (a «última ceia» foi a sua celebração da páscoa judaica), foi circuncidado, respeitava o *shabat* (os fariseus acusavam-no de fazer milagres durante esse dia), participava nas festas bíblicas, frequentava o templo e a sinagoga. Jesus até disse que não veio abolir a Lei nem os Profetas mas completá-los². A lógica judaica é imbatível.

¹ Lev. 3:17.

² Mat. 5:17.

Porquê, então, o ódio ao judaísmo? É um tema complexo que se explica melhor pela Psicanálise do que pela Etno-sociologia e que não cabe analisar aqui; digamos apenas que a grandiosidade da tradição judaica e a eficácia racional da sua cultura fazem emergir nas outras culturas uma inveja indizível que assume um cunho de sagrado. Foram eles que Deus escolheu para revelar a «Sua palavra»: «Fui eu, Yaweh, que vos separei destes povos para que sejais o meu povo... Fui eu que vos santifiquei, vós sereis santos porque eu sou santo... Tu és um povo consagrado a Deus e Deus escolheu-te para seres o seu povo entre todos os povos que vivem na terra», segundo dizem as Escrituras³. O problema é que há outras culturas que se autoproclamam predestinadas e eleitas, e não toleram ser preteridas. O anti-semitismo tem algo de comum com, diríamos, uma inveja mística, e por isso é irracional.

O judaísmo nortenho pode ter sido impulsionado pela oposição ao sul; o desenvolvimento duma religião por oposição cultural é uma regra geral. O catolicismo galaico-minhoto, com a sua longa lista de padroeiros paroquiais tidos como «mártires sob o império romano» (Eulália, Marinha, Quitéria, Eufêmia, Torcato, etc.), é um efeito da oposição tenaz dessas regiões a Roma. Os mártires cristãos foram resistentes ao poder de Roma os quais, na falta de uma expressão política que não existia, se justificavam com a simbólica monoteísta e messiânica. Desrespeitar o culto dos ídolos oficiais era o mesmo que enfrentar a ideologia do Poder. Cada mártir era um revolucionário anti-colonialista e houve muitos na Península até Diocleciano, isto é, dez anos antes da união do império e da igreja católica (ano 313) que passaram a confundir-se no exercício do Poder⁴. Se o catolicismo nortenho ficou eivado de paganismo naturalista e orgiástico é porque tudo o que era não-romano foi aceite, tudo entrou para afirmar a diferença, e porque - na união contra o inimigo comum - nada se proíbia e excluía em contradição com o purismo exclusivista de Roma. Assim o judaísmo deve muito às oposições entre Cartago e Roma, entre o império e o messianismo, entre Roma papal e as comunidades locais, entre a cristandade e o islão. Perante o risco da invasão islâmica, o judaísmo nortenho teria feito «frente comum» com o cristianismo contra o islão, na época identificado com o sul, cujo conceito de «guerra santa» tanto ameaça os cristãos como os judeus. Por outro lado, também a religião popular ibérica se caldeou e se afirmou durante o período islâmico (enquanto os costumes «pagãos» foram perseguidos na Europa pelo poder político-elesiástico durante a alta idade média) porque os cultos locais eram tolerados pelo poder mourisco e não puderam ser reprimidos pela igreja católica que perdeu os meios políticos de repressão de que abusou (contra os judeus nomeadamente) durante o período visigótico⁵. As religiões são antes de mais estratégias de oposição

³ Lev. 20:24, 11:44; Deut. 14:2, entre outras referências.

⁴ M.E.S., *Origens Orientais da Rel. Pop. Portuguesa*, 185-189. Os mais antigos padroeiros das paróquias minhotas e galegas, algumas instituídas no séc. V, são nomes de mártires sob o Império os quais devemos interpretar como «resistentes» ao Império.

e, só secundariamente, modelos de salvação; a teologia é como uma pantalha que mantém o sistema de valores simbólicos em oposição.

O judaísmo ibérico, que foi precedido pelas religiões fenício-púnicas, propagou-se a partir de Marrocos cuja população berbere também foi fortemente judaica até à chegada do islão. Foram até os berberes judeus que opuseram resistência armada aos invasores árabes sendo o líder dessa resistência uma mulher que os magrebinos conhecem pelo nome ou título hebraico de *Kahina* (sacerdotiza), enquanto o cristianismo africano de então, a poderosa Igreja africana, não se opôs ao invasor motivada pelo seu rancor à Igreja romana confundida com o império.

A religião judaica afirmara-se em prestígio e em quantidade sob a romanização nomeadamente como forma de resistência ao panteísmo oficial de Roma (tal como o cristianismo primevo). Na sequência da vitória de Maçada e da segunda destruição do Templo (sec.I d.C.), os romanos deportaram as populações da Palestina e da Síria para os latifúndios do Ocidente (a Palestina passou a fazer parte da Província Romana da Síria). Dispersos pelo Mediterrâneo, os «sírios» desenvolveram o comércio com o Oriente, influenciaram as religiões locais difundindo o monoteísmo a partir do qual, com as ondas do messianismo, as religiões populares do império adquiriram um cariz anti-romano. Os «sírios» deportados acabaram por marcar o cristianismo ocidental; o culto do Crucifixo e as primeiras festas marianas foram inovações dos «sírios» do Ocidente⁶. O próprio cristianismo havia nascido na Síria.

Pelas actas do primeiro concílio ibérico (em Elvira, Granada, no ano 308, a menos de dez anos do fim da grande perseguição de Diocleciano), estando a hierarquia eclesiástica a tentar a união promíscua com o poder político, ficamos a saber que os judeus da Lusitânia faziam concorrência ao cristianismo: eram chamados pelos agricultores a «benzer os frutos da terra»⁷ e as populações participavam nos seus banquetes rituais que podem ter derivado nos bodos beirões do Espírito Santo⁸. O mesmo concílio proibiu o casamento entre as raparigas cristãs

⁵ Durante o período católico godo reuniram-se na Península 18 concílios (em média, um de seis em seis anos) presididos pelos monarcas estando a igreja católica confundida com o poder político. Todos os concílios incidiram sobre proibições dos costumes «heréticos» locais e os judeus que foram expulsos para França. Durante o período islâmico (em que o judaísmo e o cristianismo foram livres em contrapartida dum imposto por cabeça) nenhum concílio foi convocado. Porquê? Porque faltavam à Igreja os meios políticos e jurídicos para intervir nos costumes do povo; o que resultou em liberdade religiosa (Cf. M.E.S. *Origens do Cristianismo Português*, pp. 211-216).

⁶ Sobre este tema, v. M.E.S. *Origens do Cristianismo Português*, pp. 55-63, que se baseia sobretudo em Ernest Renan.

⁷ «Deve-se admoestar os proprietários para que não deixem que os seus frutos que receberam de Deus sejam benzidos pelos judeus, a fim de que não se torne nula ou inútil a nossa bênção. Quem isso fizer depois desta proibição seja afastado da assembleia» (Can 49º)

⁸ Sobre o cunho judaico do culto do Espírito Santo, o grande culto dos Açores e um dos mais genuínos das Beiras até aos anos 50 do nosso século, v. M.E.S. *Origens Orientais da Rel. Pop. Portuguesa*, pp. 107-147.

e os rapazes judeus⁹. O judaísmo foi igualmente muito activo no período visigótico, vítima de perseguição e de razias. Em 613 houve perseguição e conversões forçadas. Muitos milhares foram expulsos para França. Nova perseguição de 630 a 640. O concílio de Toledo (637) foi organizado contra os judeus e os que recusaram o baptismo tiveram de sair do reino, sendo expropriados dos bens e dos filhos¹⁰. As actas dos concílios de Elvira e de Toledo estão à vista e quem pretender (como alguns historiadores) que o judaísmo é medieval ou «veio a coberto do islão» está longe de se aperceber da mais notável qualidade da cultura judaica que é a capacidade de iniciativa.

JUDEO-CRISTIANISMO

Entrando progressivamente os judeus no cristianismo, a religião popular judaizou-se. Um certo número de crenças e de cultos nortenhos e beirões têm «costela judaica» a acrescentar às influências mediterrânicas anteriores¹¹. O priscilianismo é um caso flagrante; foi um movimento nortenho fundado por Prisciliano de Ávila. Com a união do poder religioso ao poder imperial, os asturianos, os galegos e os lusitanos abriram um cisma no cristianismo, por volta de 370 (no momento em que todas as religiões outras que a cristã foram proibidas pelo imperador Teodósio). Pretendiam um cristianismo de puros e tendencialmente sincrético, sendo um movimento teológico com muitas afinidades com o judaísmo e as práticas dos essénios. O priscilianismo foi um *flash* de criatividade teológica e litúrgica, a única criação teológica que existiu em Portugal até hoje. Constituiu-se em dioceses e paróquias autónomas. Não reconhecia a autoridade da Igreja de Roma nem a eficácia dos sacramentos católicos. A suas fontes teológicas eram, antes de mais, o Antigo Testamento; utilizava os textos hebraicos e não a Vulgata latina. Atribuía especial valor aos textos que tinham a aderência dos meios populares como o *Livro de Henoc*, *A Vida de Adão e Eva*, as *Odes de Salomão* e o *Evangelho dos Hebreus*, com grande relevância para o *Livro de Daniel* pelo seu carácter messiânico e apocalíptico. O efeito que um texto tinha na edificação espiritual dos fiéis é que era o critério da Revelação (o canon cristão ainda não estava definitivamente fixado). Considerava Jesus como um profeta e não como Deus. A liturgia era iniciática, misteriosa, e um tanto orgiástica com ágapes, cantatas e danças sagradas. Os fiéis reuniam-se fora das aldeias, nos mon-

⁹ *Actas do Concílio de Eliberi in* Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, e M.E.S. *Origens do Cristianismo Português*, p., 1993, pp. 149 e ss.

¹⁰ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. I, p.57.

¹¹ Identifiquei detalhadamente o semitismo na religião popular portuguesa das Beiras (idêntica à das regiões nortenhas mas menos ostensiva) em *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa*.

tes, nas grutas e em subterrâneos. Dava-se grande importância à astrologia do tipo caldaica (os astros eram objecto de culto) e aos tabus alimentares bíblicos.

As mulheres eram ordenadas sacerdotessas ou pastores e as principais missionárias dessa Igreja que os detractores acusavam de praticar a promiscuidade sexual. Prisciliano apresentou-se em Roma para discutir a sua teologia com o papa Dâmaso e fez-se «acompanhar por um esquadrão de mulheres», segundo os seus acusadores. O movimento defendia o «livre exame», isto é, a interpretação individual da Bíblia (com a «graça de Deus») e nisso avançou o protestantismo em mil anos. Enfim, o priscilianismo confundia-se com a religião do Antigo Testamento, a futura Cabala judaica, a gnose, a teologia caldaica de Zoroastro e o arianismo (doutrina fundada por Ário que negava o dogma da divindade de Jesus). Em 567 (157 anos depois da morte de Prisciliano) o concílio de Braga ainda ditava 17 cânones contra a facção priscilianista (os outros 22 cânones foram dedicados a questões de liturgia), o que prova que a corrente era vigorosa. Prisciliano foi condenado pelo concílio de Bordéus e degolado pelo «braço secular» em 408, sendo a primeira vítima do modelo inquisitorial da Igreja. Os seus discípulos trouxeram o seu corpo para um local na Galiza chamado «santuário de Prisciliano» onde foi objecto de peregrinações da Lusitânia, das Astúrias e do sul da França não obstante as condenações de Santo Agostinho contra o culto do «falso mártir». Para alguns autores, o «santuário de Prisciliano na Galiza» é o actual de São Tiago de Compostela, as relíquias que aí se veneram não são do apóstolo Tiago (que não veio à Galiza) mas as de Prisciliano¹².

JUDEUS GALEGOS

Há vasta documentação sobre a intensa presença da religião judaica nas Astúrias e na Galiza desde os suevos e sobretudo na alta idade-média¹³. O santuário de Compostela cresceu à sombra do judaísmo. Conhecem-se as iniciativas dos judeus no comércio - sobretudo de câmbios - e nos ofícios de médico, boticário, curandeiro, ervanário e vendedores de objectos religiosos ao longo das rotas do santuário e em Compostela¹⁴. Diz um autor: «Os judeus à sombra dos bispos compostelanos dedicavam-se a todas as actividades de carácter industrial ou artístico que produzissem algum lucro. Estes judeus dedicados ao comércio e às artes industriais foram o fermento da burguesia galega em geral, mas sobretu-

¹² Para maior desenvolvimento sobre o priscilianismo, v. M.E.S. *Origens do Cristianismo Português*, 1993, pp. 167-211.

¹³ Remeto os interessados para a volumosa obra (706 p.) de José Ramon Onega, *Los Judios en el reino de Galicia*, 1981.

¹⁴ Vicente Risco, *História de Galicia*, pp. 100-101 cit. por José Ramon Onega, *Los Judios en el Reino de Galicia*, p.186, Julio Caro Baroja, *Los Judios en la Espana moderna y contemporânea*, Madrid, 1978, T. II, 175-178.

do da compostelana, tendo alcançado o apoio dos reis frente ao poder feudal dos bispos e arcebispos e da nobreza galega altiva e soberba»¹⁵. A língua hebraica era usual (aldeias galegas há que dizem ter sido essa a primeira de Espanha). Até se conhece um hino cultural a São Tiago, do séc. XI, que mistura as línguas latina e hebraica, um caso único (salvo erro da minha parte) em toda a liturgia cristã. Reproduzo-o aqui (os termos hebraicos vão em **negro**):

Prosa Santi Jacobi
(louvor a São Tiago)

*Letabunda et **xemeha** gaudeat Yspania*
(alegre e alegre regozije-se a Espanha)

*In gloriosi Jacobi almi prefulgenti **nizaha***
(no insigne brilho da glória do preclaro Tiago)

*Qui **hole celos haion in celesti (gloria) niehtar**¹⁶*
(que os altos céus hoje na celeste glória ornamenta).

*Hic Jacobi Zebedey **ahiu mevorah Johannia***
(Este Tiago Zebedeu irmão do bendito João)

*Supra **iamah Galilee a salvatore nicra***
(na margem do mar da Galileia pelo salvador é chamado)

*Velut **mezaper amuna predicat biuda** (...)*
(e assim o prègador a verdade prèga na Judeia)...

*Est apostoli **debar quedossa***
(É de apóstolo a palavra santa)

Et Christi resurrectio
(e a ressurreição de Cristo)

Mirabilis ascensio
(a admirável ascensão)

*Est ejus predicatio **rama**.*
(é a sua prègação elevada).

*Dei **omer magnalia***
(disse as maravilhas de Deus)

Prophetarum praeconia
(os ditos dos profetas)

Edducit in testimonia
(trouxe em testemunho)

Et David vaticinia
(e as profecias de David)

¹⁵ José Ramon Onega, o.c. p. 187. Também não faltam em Leão e Galiza inscrições em hebraico dos séc. X-XI, ver F. Cantera - J. M^a Millás, *Las Inscripciones hebraicas de Espanha*, Madrid, 1956.

¹⁶ Segundo a transcrição hebraica proposta, *nktr*.

Sunt in concordantia

(estão em concordância)

Aperte magid hic omnia

(abertamente *anuncia* ele tudo)

*Tunc guedaloz miracula faciebat*¹⁷

(por isso *grandes* milagres fazia)

Preclara prodigia

(grandes prodígios)

Sedim razim rodef

(*espíritos vagabundos perseguia*)¹⁸

Christi athleta

(atleta de Cristo)

Zarha atque gratia.

(*brilho e graça*).

Hic natan se martirio (...)

(Ele *entregou-se* ao martírio)...

In poli leholam gloria

(no cimo *da eterna* glória)

Oh Jacobe, Christicole

(oh Tiago, cultuador de Cristo)

Sis protector omak

(sê protector *da tua gente*)¹⁹.

O hino está em creolo (mistura de duas línguas), a língua dominada emerge por as suas expressões serem mais explícitas e usuais. Tem alguma razão a tradi-

¹⁷ *Gadolt*, «grandes coisas».

¹⁸ Adaptação a partir da transcrição hebraica exposta em pé-de página e da tradução latina do Padre Fidel Fita («demónios maus expulsava») enquanto o texto galego diz *sezim razim rozef*; conjugando o texto com a transcrição hebraica e com a tradução latina, também podia ser *radim razim resef* («demónios corredores fora») e *xexim razim rosef* («sessenta corredores fora») ou *s'sim razim rozef* («fugidios corredores fora»), seria uma fórmula de exorcismo.

¹⁹ Apresentado pelo Padre Fidel Fita em *Los Judios gallegos en el siglo XI*, Bol. Real Academia de la História, T. XXII, pp. 178 a 180, Pedro Echevarria Bravo, *Cancionero de los Peregrinos de Santiago*, 1971, reproduzido por Jose Ramon Onega, *Los Judios en el Reino de Galicia* p. 663 que dá os equivalentes latinos dos termos hebraicos e reconstitui estes em caracteres hebraicos em pé-de-página. A tradução latina é nossa. Os autores que transcrevem este hino não extraem dele todas as ilacções possíveis. O padre Fidel Fita, a quem se deve a publicação deste hino, diz que está em três línguas (com o grego). Ora, as palavras gregas que nele constam são apenas *ysquiros*, *cosmi climata*, *athleta* e *sarcophagum*, o que não faz com que o hino seja trilingue ou que a língua grega seja significativa no texto; esses termos gregos (excepto *ysquiros*?) já haviam passado ao latim. O tipo de creolo que resulta deste texto é mais erudito do que aquele que encontramos nas centenas de expressões idiomáticas do linguajar popular português, decifradas em *Fontes Remotas da Cultura Portuguesa* e que traduções pela fonética.

ção galega quando diz que «a primeira língua da Galiza foi a hebraica»²⁰. O estudo da toponímia galega pelos métodos da Etnologia traria outras provas da herança hebraico-fenícia galega²¹. Entretanto, pretendem os modernos que a cultura galega é «celta» (germânica), restos de uma ideologia pan-germanista e anti-semita que se difundiu na Europa mediterrânica com o *Affaire Dreyfus* (fins do séc. XIX). As provas do celtismo galego são nulas, não vão além da gaita de foles. E a prova linguística? A Cultura é antes de mais a língua. Em toda a Europa ocidental, quando as regiões se querem demarcar da cultura dominante, latina ou saxónica, reclamam-se invariavelmente da origem celta que passa por sinónimo de «cultura outra» ou «cultura dominada». Os arqueólogos sustentam hoje que os celtas não ultrapassaram as faldas ocidentais dos Pirinéus; Armando Coelho que estudou exaustivamente as citânias do norte de Portugal demonstra que estas são de «civilização predominantemente púnica, dos sécs. IV-III a.C., enfermando a atribuição de uma ‘civilização céltica’ a esta região»²². Quem está sempre pronto, como os ibéricos, para enaltecer o prestígio da sua cultura, só por distração identifica os antepassados remotos com os celtas; os ibéricos pouco ou nada aprenderiam dos celtas (originários da Europa central) que só conheceram a escrita com a romanização enquanto ela já era usada na Península no séc. VIII a.C.; a civilização, a cultura e a religião dominantes que temos hoje são de origem mediterrânica, quer se adira a elas quer não.

Os reinos cristãos do Norte contavam com intensa população judaica, mas Astorga e Lugo eram centros hebraicos de grande importância. Os bispos de Lugo e de Astorga considerados por Roma como «muito experientes em judaísmo», foram encarregados pelo papa Gregório IX (séc. XIII) de recolher todos os exemplares do Talmud nas respectivas dioceses por serem ofensivos a Cristo. O papa encarregou os mesmos bispos de uma mediação com o rei português D. Sancho II que não respeitou uma bula que o reprendia de ter ao seu serviço, no seu palácio e perto da sua pessoa, muitos israelitas. O rei «apoiava os judeus em prejuízo dos interesses cristãos e o clero português sentia-se diminuído e ofendido com aquele apoio»²³.

Além do comércio, os judeus galegos destacavam-se nas ciências ocultas, cabalísticas e nicromânticas. «Fugidos do Sul pela pressão dos mouros almohades,

²⁰ Por «primeira» entende-se uma precedente. Esta posição também é a de alguns letrados entre os quais o historiador Benito Viceto, em *Historia de Galicia* (sete tomos) citado por José Ramo Onega (p. 26.).

²¹ A toponímia galega é, grosso modo, a mesma que a do Minho. Abundam as Chedas, Achadas e Cachadas que são do acadiano *shad* ou *shed* «campo, lavoura»; Cachadas forma enfática de Achada, e *kas shad*, «casa de lavoura». Existem aí muitos topónimos Carcavelos (do fenício, *karka belus*, «domínio do senhor, feitoria») e que em Portugal são o centro de constelações de nomes fenícios incluindo os Cadouços (*kadosh* «santuário») cf. *Ensaio sobre Toponímia Antiga*, anexo de *Origens Orientais da Rel. Pop. Portuguesa*.

²² Armando Coelho Ferreira da Silva, *A Cultura Castreja*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, 1986, p. 316.

²³ José Ramon Onega, o.c. p. 205-207, Meyer Keyserling, *História dos Judeus em Portugal*, p. 6.

aproveitaram as possibilidades de desenvolvimento cultural, político e económico que oferecia a Galiza. Por esta razão, o elemento judaico aumentou consideravelmente em todo o país galego muito especialmente nos núcleos urbanos. Todas as vilas e cidades galegas contavam com uma judiaria ou pelo menos com uma comunidade dedicada aos negócios e ao comércio.

Diz um autor: «Muitos judeus compraram terras no meio rural e confundiram-se com a população fazendo-se proprietários livres que cultivavam as suas próprias terras com a ajuda de servos. A política de fomento, inspirada pelos reis, consolidou a posição dos povoadores judeus e deu-lhes ocasião para se estabelecerem com carácter permanente no reino galaico-leonês. Mas, afirmada a sua independência económica, impuseram-se politicamente exigindo liberdades e direitos frente aos poderes clássicos da nobreza e do clero. Naturalmente, não formularam tais exigências como grupo racial ou religioso mas como classe social, já confundidos ou assimilados com o resto da população, fazendo causa comum com o elemento popular. Por isso cremos que o nascimento na Galiza da burguesia, composta na sua maioria por judeus, teve o seu impulso mais poderoso na vinculação hebraica ao processo de democratização surgido nestes séculos, germe da vida municipal. Nos documentos encontram-se exemplos reiterados de como os artífices e impulsionadores das liberdades municipais eram judeus ou conversos»²⁴. Também houve «durante o século XI lutas violentas em terras de Orense entre as gentes poderosas que protegiam os judeus no seu comércio e os que, por um ou outro pretexto, viam com maus olhos semelhante protecção, inclusivamente o desenvolvimento do próprio comércio»²⁵.

Voltemos a São Tiago. Os autores não repararam nas possíveis ligações entre o culto de São Tiago de Compostela e a religião judaica; vale a pena levantar a questão. Sabe-se que a relação entre Compostela e o apóstolo de Jesus é um mito medieval. Em contrapartida Tiago foi o *apóstolo dos judeus da Diáspora*. A sua única epístola tem este endereço: «*Tiago, servidor de Deus e do Senhor Jesus Cristo, às doze tribos da Diáspora, saúde!*». Em todo o seu texto (cinco capítulos) não há uma única referência à missão messiânica de Jesus (que é mencionado duas vezes por Senhor Jesus Cristo). O apóstolo justifica várias vezes as boas razões da religião judaica e cita a *Sinagoga* (sic) como lugar onde não deve haver diferença entre ricos e pobres, apela ao respeito da Lei (a Tora) e à palavra dada, a exemplo de «Abraão nosso pai» e de «Raab a prostituta» (que serviu os hebreus na conquista de Jericó), exorta os leitores à modéstia e à contenção verbal, diz que devem ser solidários dos pobres porque são os ricos que oprimem os judeus, os levam a tribunal e blasfemam sobre o santo *Nome* (de Yaweh), e apela ao míni-

²⁴ José Ramon Onega, o.c. p. 210.

²⁵ Julio Caro Baroja, *Los Judios en la Espana moderna y contemporânea*, T.I p. 61; José Ramon Onega, *Los Judios en el reino de Galicia*, p. 172.



mo da religião quando se não pode praticar o resto: «A religião pura e sem mácula consiste nisto: socorrer os órfãos e as viúvas e abster-se de toda a sujidade do mundo». Muito no estilo judaico, aconselha a simplicidade de vida e exemplifica como se deve socorrer os indigentes, não fazer exceção nas relações interpessoais, evitar as ofensas e demonstrar a fé com obras; exorta a «esperar pacientemente a vinda do Senhor porque ele está próximo... como os agricultores esperam a chuva depois da sementeira ... e que são bem-aventurados os constantes como Job porque o Senhor é compassivo e misericordioso»; com isto os judeus entenderiam claramente que o Messias ainda não viera e há que esperá-lo pacientemente. Enfim, ausente qualquer referência à missão salvadora de Jesus e à sua divindade, valorizada como está a Lei do Sinai e a Sinagoga, qualquer rabi ortodoxo assumiria este texto; o Senhor Jesus (citado apenas duas vezes sob esta forma) passa por um *rabi* (senhor) como houve e há muitos em Israel. São Tiago podia passar por um judeu secreto. Houve cristãos-novos com o apelido *Santiago*²⁶ (não os houve *de Jesus* ou *da Encarnação*). A imagem popular de São Tiago errante, apoiado num bordão e ostentando a vieira de peregrino (com a significação que vimos), podia ser o símbolo do judeu na diáspora²⁷.

O judaísmo transmontano, ligado à Galiza, desafiou o terror da Inquisição até aos meados do séc. XVIII. No distrito de Bragança entre 1550 e 1755 foram processados, segundo o levantamento do Abade de Baçal, 1.709 cristãos-novos, 942 homens e 767 mulheres (diferença que se deve à maior habilidade feminina para o disfarce religioso). A cidade de Bragança contou nada menos do que 812 condenados. Quanto ao pontencial económico que esse estrato rico representava no distrito, 272 eram oficiais do têxtil, sedas e correlativos («o que mostra a enorme importância de tal indústria na região bragançana desde os tempos antigos»), 243 mercadores, 210 oficiais de couros e calçado, 21 lavradores, 10 advogados... Baçal diz que «à margem da lista do auto de 1593 há a seguinte nota manuscrita da época: *Neste auto e nos dois antecedentes se arruinou a cidade de Bragança*»²⁸. Depois desta hecatombe do que eram as primícias da burguesia empresarial transmontana, a tal ponto se arruinou Bragança que ainda se não levantou, sendo hoje o protótipo europeu da população pobre e atrasada.

Apesar do terror, por volta de 1718 a cidade de Bragança ainda era habitada, segundo outro autor, «quase exclusivamente por judeus; em 17 de Junho de 1718 a inquisição de Coimbra celebrou um auto-da-fé em que figuravam mais de 60 cripto-judeus desta localidade»²⁹. Nessa mesma época, reinando em Lisboa

²⁶ Abade de Baçal, *Os Judeus no Distrito de Bragança*, p. 27.

²⁷ Cf. M.E.S. *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa*, p. 184. A Epístola de Tiago não é aceite pela Igreja Reformada, talvez em virtude da sua temática exclusivamente judaica.

²⁸ *Os Judeus no Distrito de Bragança, Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 1977, Tomo V, pp. CV, CVI, CXI e 48.

²⁹ Meyer Kayserling, *História dos Judeus em Portugal*, São Paulo, Pioneira, p. 278

e em todas as cidades a mais terrível das misérias, esgotadas as rendas do Estado, o exército e o funcionalismo sem receber os soldos, e quando já banqueiro nenhum dava crédito à Corte, o embaixador português em França Luis da Cunha escreveu no seu *Testamento Político* que dirigiu ao futuro D. José: ‘Quando Sua Alteza ocupar o trono, encontrará quase despovoadas muitas aldeias e vilarejos como, por exemplo, os burgos de Lamego e Guarda, Fundão e Covilhã e a cidade de Bragança. Perguntando por que estas localidades caíram em ruínas e por que se destruíram as suas indústrias, encontrará poucos que terão a coragem de dizer a verdade, isto é, que foi a Inquisição que, encarcerando e destruindo muitos pelo seu crime de judaísmo e forçando outros a fugir com suas riquezas, temendo confisco ou prisão, destruiu estas indústrias e arrasou estas cidades e aldeias»³⁰.

«RAÇA JUDAICA»

O povolêu aplicava aos fiéis da sinagoga o termo «raça» o que levou os historiadores positivistas a pensar que os judeus eram de raça distinta da dos ibéricos. Ora o termo «raça» não tinha o conteúdo que tem o conceito moderno (que é do séc. XIX). Os classificativos «raça de gente, «raça malvada», «má-raça», são ainda da actual linguagem popular para gente com costumes diferentes, seita religiosa, etc. O povo distingue as raças pelo vestir: basta alguém usar vestes diferentes (jelaba, bubu, turbante, saias pelos tornoselos) ou barbas longas para ser classificado de «raça diferente». Os textos da Inquisição sobre os judeus não contêm referências a traços fisiológicos que os diferenciasssem dos cristãos, embora haja quem os tivesse visto... *ruivos*, sendo eles de origem mediterrânica³¹. Enfim, àqueles que esperam distinguir os seguidores da religião de Yaweh pelo *facies* aconselha-se o livro de Mário Saa, *A Invasão dos Judeus*: no início do século, este «sábio» (assim se classificavam os etnógrafos), observando os *facies* dos ministros de Salazar, deputados da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, outros políticos, republicanos ou banqueiros, descobriu (e desmascarou) o conluio dos judeus, astutamente introduzidos nos altos postos do Estado Novo, para o minar (a qual deus devem os portugueses retribuir a graça de a sua Cultura ter engen-

³⁰ Halliday, *The Present State of Portugal*, cit. p. Meyer Kayserling, *História dos judeus em Portugal*, São Paulo, Pioneira, p. 285.

³¹ Luis de Bivar Guerra, *Um Caderno...* p. 59. e Onega: «Têm-se pintado os judeus sob diversas formas, destacando o clássico nariz encurvado, dentes salientes, olhos em amêndoa... Em Portugal sustem-se que, aí, os judeus são gente mais branca e mais ruça do que morena ou trigueira. Nos processos inquisitoriais aparecem caracterizações de cristãos-novos como *louros* de cor e de cabelo e brancos de rosto. Caro Baroja diz que não foi possível comprovar-se este extremo mas encontraram-se penitenciados ruços», *Los Judios en el Reino de Galicia*, pp. 564-5.

drado sábios deste calibre?). Também Camilo Castelo-Branco foi acusado de ter sangue judeu; entretanto, outros sábios mais sagazes demonstraram que «Camilo, tão injustamente acusado de judeu, era-o em pouco mais do que 4%»³² (pode Camilo descansar em paz e fez-se jus à ciência). Tolices destas e daquelas são fruto do obscurantismo mas é certo que foram muito aceites pelos nossos sábios-de-cordel que, quando lhes corria de feição, traduziam em ciência o famigerado *vox populi vox Dei*. Foi esse tipo de sabedoria que dominou na área do pensamento social desde a Inquisição (para não dizer desde os primórdios da Universidade) até aos meados do nosso século, não obstante o Renascimento, o Iluminismo e o Positivismo. Com algumas excepções mas, essas, ou vieram de judeus e cristãos-novos ou de resistentes.

Os inquisidores só distinguiam os judeus pelo seu modo de rezar ou pelo costume de mudar de roupa ao sábado (os cristãos faziam-no ao domingo). Os de Belmonte só se diferenciaram dos cristãos pelas suas tradições e Schwarz até cita um velho judeu que, não se tendo apercebido de diferenças entre os seus e os outros, justificava-se desta forma: «Chamamo-nos *judeus* porque nós nos *ajudamos* uns aos outros»³³.

Também os judeus galegos «têm os traços correntes do Homem mediterrânico e nada os distingue dos outros espanhóis, o que facilitou a sua integração no resto da população sem graves tensões. O povo judaico carece de unidade antropológica (i.é, antropofísica) e era difícil ou impossível distingui-los. As investigações efectuadas sobre necrópoles hebraicas levam a conclusões de que os restos osteológicos examinados, no conjunto, mostram traços atribuíveis à tipologia mediterrânica, diferiam muito pouco, no conjunto, aos actuais espanhóis»³⁴.

O facto de alguns judeus usarem nomes ou apelidos hebraicos leva também a dizer que eles eram estrangeiros. Ora no passado a onomástica era muito variada e auto-atribuída, parecendo de origens diversas ou tendo de facto origem em falares locais. A onomástica foi-se homogeneizando e massificando; hoje é repetitiva com tendência para o abandono dos apelidos raros. Em todo o caso, se hoje é indispensável o uso de um apelido fixo, no passado ele era relativo, sendo frequente o uso de apelidos diferentes e de alcunhas tanto mais que não havia registos. A mudança de religião levava a adoptar um nome conotado com a nova. Os nomes dos judeus tanto podiam ser pré-latinos como recentes, adoptados com a conversão, aquando duma campanha religiosa, conjuntura de rigorismo ou fundamentalismo, tentativa de distinção, etc., e podiam ser a tradução do nome cristão (Bento - Baruch). Os cristãos novos podiam ter duas identidades, uma

³² Luis de Bivar Guerra, *Um Caderno de Cristãos-novos de Barcelos*, o.c. p. 60.

³³ Samuel Schwarz, *Os Cristãos Novos em Portugal no Século XX*, p.49.

³⁴ A. Domingues Ortiz, citado por José Ramon Onega, *Los Judíos en el Reino de Galicia*, p. 565.

interna ao meio judaico e outra pública para o meio cristão. Judeus e cristãos-novos mudavam de nome para escapar à perseguição policial da Igreja ou quando mudavam de residência. O Abade de Baçal diz que os judeus transmontanos «tinham um nome oficial público mas na intimidade da seita tinham outro. Algumas vezes o nome rabínico vinha a descobrir-se segundo vemos por José Rodrigues Mendes, na sinagoga Moisés Mendes Pereira»³⁵. Elias de Montalto, cristão-novo de Castelo Branco e que, uma vez fugido, foi médico da corte francesa de Louis XIII e de Maria de Medicis, mudava de nome cada vez que mudava de residência, por assim dizer, sendo conhecido por vários nomes, ora ibérico ora hebraico, ora profano ora religioso³⁶. Num outro trabalho demonstrei o valor relativo do uso de apelidos árabes ou islâmicos pelos ibéricos durante a ocupação marroquina: o nome islâmico não significa que o portador fosse de origem islâmica. Circunstâncias várias faziam com que a pessoa adoptasse esse nome: por conversão livre ou forçada, adopção do apelido da parentela do patrão, etc; acontecia que todos os habitantes, islâmicos ou cristãos, dum feudo adoptassem o apelido do senhorio com o patronímico *Ben-* (filho de); porque eram súbditos e protegidos do senhor, passavam a reclamar-se da sua linhagem e até a dizer-se descendentes de Maomé. Era uma «ficção jurídica de parentesco, espécie de adopção colectiva própria dos semitas», segundo Pierre Guichard³⁷. Assim os convertidos ao judaísmo se consideravam filhos de Israel e da tribo de Judá, isto é, um pseudo-parentesco.

TRIBO DE JUDÁ

As referências judaicas à tribo de Judá são religiosas e não genéticas. Os textos bíblicos que falam das tribos israelitas são recentes ou míticos. O que existiu foram grupos constituídos a certo momento histórico sobre um plano regional e administrativo (sec. X a.C aprox.) reclamando-se cada região de um antepassado epónimo³⁸. Há tribos israelitas que só existiram no papel (Aser, Zebulon, Manassés, etc.). A actual religião reorganizou-se no exílio de Babilónia (sec. V a.C.) com a população oriunda da Judeia e cujo antepassado epónimo era Judá. Levando a

³⁵ «Apontado no auto da Inquisição de Lisboa de 6 de Julho de 1732», *Judeus...* o.c. p. XCIII.

³⁶ Cf. Richard Ayoun, *Inquisição*, Lisboa, Universitária Editora, 1989, pp.75-91.

³⁷ M.E.S. *Os Mouros Fatimidias e as Aparições de Fátima*, p. 75. Pierre Guichard, *Structures Sociales «orientales» et «occidentales» dans l'Espagne musulmane*, Paris, Mouton-E.H.E.S.S., 1977, pp. 328-341. O autor também diz que os topónimos iniciados por Ben- e Beni podem ser «muito anteriores à ocupação islâmica», de origem fenícia ou cartaginesa.

³⁸ Norman K. Gottwald, *As Tribos de Yahweh - Uma Sociologia da religião de Israel liberto (1250-1050 a.C.)*, pp. 353-391.

Bíblia à letra, se os deportados da Judeia permaneceram fieis à Lei de Yaweh, a tribo de Judá já não era genuína porque a «linhagem santa estava misturada com os povos da terra» (Esd.9:12).

A identificação com uma tribo ancestral responde à pretensão vulgar de encontrar origens antigas e puras para a religião, um pseudo-parentesco gerador de solidariedade socio-política. Como todas as genealogias para além de certa época, também as judaicas são fictícias ou metafóricas, os apelidos foram livres e podem ser fantasistas, uma descendência ideológica³⁹. Os judeus são filhos de Israel como os americanos se intitulam «filhos da América ou da Liberdade», os católicos «filhos da Igreja» e os portugueses da «família lusitana».

O casamento judaico é endogâmico, mas é uma endogamia religiosa: sendo o futuro cônjuge de outra religião, ele tem de se converter previamente ao judaísmo. Tal é a endogamia judaica. Os judeus sempre se miscigenaram com gente de outro meio, quer a Lei o permitisse quer não (porque o seu rigor variou), desde o fundador (Moisés casou com uma etíope). A Bíblia censurou os casamentos com mulheres estrangeiras porque, se elas não se convertessem à religião de Israel, levavam os maridos à «prostituição com os deuses estrangeiros» (adopção da religião da mulher) uma vez que eram elas que transmitiam a religião e influenciavam maridos e filhos. Se o judaísmo asquenasi (Europa central) alimentou certa propensão para a segregação (porque o meio envolvente não é mediterrânico), o mesmo se não passou com os sefarditas (Mediterrâneo e Península ibérica) que sempre praticaram casamentos com estranhos ao meio. Nas judiarias portuguesas moravam os pobres que se casavam entre si enquanto os ricos moravam fora. Os judeus ibéricos casaram com gente cristã durante toda história de Portugal; o concílio de Elvira pretendeu proíbiu-lo. Segundo a Lei, os servos, os próximos clientes e «todos os que vivem na tua casa» devem entrar na religião⁴⁰; é a razão por que os cristãos proibiam os judeus de terem servos cristãos (inutilmente, aliás).

Paralelamente ao casamento com estranhos, sempre houve entrada de pessoas de outras religiões no judaísmo a começar, obrigatoriamente, pelos «servos, próximos clientes e todos os que vivem na tua casa», como diz o versículo citado. São os «judeus prosélitos». No Mediterrâneo antigo, povoações inteiras de não-semitas aderiram à religião judaica. Por outro lado, uma parte da diáspora não chegou a aceitar a reforma de Esdras no que toca às relações com o meio exterior à pretensa tribo de Judá; os refractários justificavam-se com o facto de a permanente perseguição de que eram vítimas ter origem no fechamento social que essa reforma acentuou.

³⁹ Norman K. Gottwald, *As tribos de Yahweh*, pp. 249-250, 316-319, 582-583, Max Weber, *Le Judaisme ancien*, pp. 358-502.

⁴⁰ Exemplos: Lev. 17:10, Num. 9:14, Num. 15:16, Ex. 12:14 e 48.

O profeta Isaías (sec. VIII-V?) já se tinha atribuído a missão da conversão dos «povos do mundo» à religião de Yaweh (é chamado o «profeta dos prosélitos»). Conhece-se a história de Jonas que fora obrigado por Deus a «ir prègar à grande cidade de Níneve» dos caldeus a santa religião contra a sua vontade; desculpando-se com a falta de jeito para missionário, recusou, «comprou um bilhete e embarcou para Tarsis»; resultou o episódio da viagem forçada de regresso no ventre da baleia em direcção a Níneve que o profeta *malgré-lui* acabou por converter. Os historiadores do judaísmo constataam a conversão de não-semitas à religião judaica desde os tempos mais antigos, tal como os genealogistas modernos⁴¹. Mesmo durante a Inquisição, cristãos (nomeadamente frades) aderiram ao judaísmo⁴².

Flávio Josephus (historiador dos judeus, sec. I d.C), cita frequentes conversões; no tempo de Tibério e de Cláudio até foi moda entre as grandes figuras da corte⁴³. Também houve distinção entre «religião judaica» e «judaísmo cultural», sendo este um tipo de educação e de conduta admiradora da cultura hebraica. Momsen, historiador da civilização Roma, faz referência ao «judaísmo refinado» ou «novo judaísmo» da escola de Alexandria, cultivado por grupos de letrados imbuídos de helenismo que aderiam à cultura judaica sem praticar a religião⁴⁴. O proselitismo desenvolveu-se sob e em todo o império «com uma amplitude prodigiosa» associado ao messianismo em favor do fim do império e como efeito da decadência do politeísmo⁴⁵. O próprio Jesus notou a azáfama missionária dos fariseus: «Hipócritas! Percorreis a terra e o mar para fazer um prosélito»⁴⁶. Os berberes do sul de Marrocos, que não são semitas, aderiram ao judaísmo atraídos pelo seu messianismo.

Mas não se entrava no judaísmo como em qualquer igreja. A admissão era gradual fazendo lembrar as religiões inciáticas (prosélitos de primeiro, de segundo e de terceiro grau). O Abade de Baçal dá este pormenor: «Se alguém quer abraçar a religião judaica, três rabinos ou homens de autoridade são obrigados a

⁴¹ José Maria Abecassis, que procede ao levantamento genealógico dos judeus saídos de Portugal para Gibraltar e Marrocos (hoje nos estratos altos) também refere casamentos de judeus com mulheres estranhas ao meio, convertidas (*Genealogia Hebraica - Portugal e Gibraltar, Sécs. XVII a XX*).

⁴² Frades, intelectuais e nomes conhecidos como Uriel da Costa, Meyer Keyserling, *História dos Judeus em Portugal*, pp. 243, 244, 259, 274, 275.

⁴³ *Histoire des Juifs*, p. 614.

⁴⁴ II, 846.

⁴⁵ Max Weber, *Le Judaïsme Ancien*, p. 522, Momsen, *Histoire Romaine*, II, p. 845.

⁴⁶ Mat. 23:15. São muitos os testemunhos sobre os judeus conversos e a exogamia judaica. Além dos já citados: Guignebert, *Le Monde Juif vers le Temps de Jesus*, Paris, La Renaissance du Livre, 1935 pp. 22 e ss, Adolphe Loods, *Les Prophètes d'Israel*, pp. 275 e ss. Também tratei deste assunto em *O que é um Judeu*, introdução a Samuel Schwartz, *Os Cristãos-novos em Portugal no séc. XX*, Ed. do Instit. de Sociol. e Etnol. das Religiões da UNL, 1993, pp. IX-XXII.



saber os motivos de tal resolução e, se o acham apenas fundado em razões de ordem mundana, demovem-no, insinuando-lhe os trabalhos que em toda a parte vexam os judeus. Se todavia insta e o reconhecem sincero, circuncidam-no e, depois de curado, banham-no em água na presença dos três rabinos que o examinaram ficando a ser considerado judeu»⁴⁷. O proselitismo abrandou desde a idade média contrariado pelas perseguições católicas e hoje é dificultado pelo sionismo israelita. Para aderir à religião judaica exigem-se provas genealógicas e registos das embaixadas do Estado de Israel. A religião está condicionada pela cidadania israelita, o judeu é cidadão do Estado de Israel.

JUDAÍSMO PORTUGUÊS NO SÉC. XV

Sendo o séc. XV o período áureo da heráldica portuguesa, na continuação do «espírito novo» que vimos, convém lembrar a importância do judaísmo português nessa época recorrendo aos historiadores.

Costa Lobo cita os favores devidos pelos monarcas D. João I e D. Duarte aos judeus ricos e cultos. Quanto a D. Afonso V (em França, viveu à custa do cristão-novo Duarte Brandão), «sempre em apuros de dinheiro, valiam-lhe os judeus e aconselhava-se com Isaac Abravanel. O seu médico era mestre Moussem, rabi-mor. Em Miranda do Douro equiparou em privilégios e franquias os judeus aos cristãos. João II mostrou-se ferinamente bárbaro com os judeus desterrados de castela; nem ele nem os judeus portugueses os queriam no reino e trouxeram consigo uma pestilência assoladora: mas defendia os nacionais contra as incriminações das cortes. Judeus eram o seu médico mestre Leão, os seus cosmógrafos mestres Rodrigo e Josepe, e muitos dos seus agentes fiscais e financeiros. Em 3 de Dezembro de 1493 expedia ele uma carta régia de repreensão aos juízes e corregedor de Lisboa que acolhiam falsas acusações, sem provas nem testemunhas, contra os judeus 'algibebes, latoeiros, e ourives, os que ousam comprar e vender roupas novas e velhas, de homens e de mulheres, coisas de latão e ferro, joias, saias, mantos novos e velhos (...)

«A ocupação principal era o comércio. Os menos afortunados exerciam ofícios mecânicos, de sapateiros, alfaiates, algibebes, ferreiros, latoeiros, armeiros e outros. A comuna de Lisboa, essa, tinha outra importância. Havia aí naturalmente todas as graduações de fortuna; mas, no todo, era muito rica. De onde procediam esses haveres? Os afazendados empregavam-se unicamente no comércio de mercadorias e dinheiro. Multiplicavam principalmente a sua fazenda pelo tráfico do cabedal monetário sobretudo em transacções com o governo, com os nobres e com as corporações eclesiásticas. No século XV encontram-se por toda parte como

⁴⁷ *Os Judeus no Distrito de Bragança*, p. LXXXVII, não diz se era ou não um costume local.

delegados do governo ao qual arrematavam almoxarifados, alfêndegas, sisas, jugadas, ou como agentes, no mesmo emprego, das ordens militares, dos mosteiros e das comendas. Às Cortes de 1490 que se agravavam das opressões cometidas pelos judeus na arrecadação dos tributos e até das *enormidades* que não podiam recontar, responde D. João II que maiores vexames praticam os cristãos em situação semelhante (...). A administração fiscal que se estendia a todó o reino, era composta na maioria de empregados judeus, mas as cortes de 1490 exigiam a sua exclusão desses cargos fiscais»⁴⁸. A comuna era rica mas sabemos também que se assinalava por homens doutos. A ela está ligado o nome de mestre Guedelha, astrólogo e médico da corte de D. Duarte e dos primeiros anos de D. Afonso V. Desses soberanos recebeu ele o usufruto do serviço real que pagavam os seus correligionários da vila. Era mestre Guedelha um profundo sábio em ler o futuro na posição relativa dos astros»⁴⁹. Mas também eram agricultores⁵⁰, como os do norte de Portugal e da Galiza.

Tesoureiros reais de D. João I a D. João II (equivalentes aos actuais ministros), conselheiros do rei ou teóricos em finanças, foram judeus - D. Judas, David Negro, Isaac Catelão, Isaac Abravanel - para além de outras posições privilegiadas na Corte como médicos, ourives, astrólogos, costureiros e alfaitaes dos reis e das princesas, etc⁵¹. Vimos que Isaac Catelão, perito em finanças públicas, aconselhava D. Duarte «a que não consentisse em Portugal estrangeiros que exercessem o ofício de ourives, sedeiros, sirgueiros, borzegueiros e outros mesteres de luxo que provocam os homens ao desgoverno e a despesas não honestas bem escusadas, e que chamam à corte os fidalgos para andarem vida ociosa, suas heranças deixando perder, quando em tempos antigos os senhores residiam em suas terras e as melhoravam; aconselhava que, para tolher os desmandos da opulência e para facilitar a todos as coisas necessárias á vida, fiscalizasse o preço de todas as mercadorias segundo o regimento da boa justiça, a qual é dar a cada coisa seu merecer, e dar ao homem o que seu é, para os homens viverem em regra de gran fartura e riqueza, fora de toda a míngua e pobreza que é cativoiro contra a liberdade»⁵². Era a racionalidade burguesa que nascia na Europa.

Segundo outro autor, o número dos judeus convertidos ao cristianismo, a que os ex-correligionários chamavam *tornadiços*, era reduzido comparado com o dos outros reinos peninsulares, conversão desejada pelos monarcas como uma possibilidade de manter os seus préstimos sem contendias populares. Nesse momen-

⁴⁸ António de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, pp. 514 e ss.

⁴⁹ Costa Lobo, o.c. p. 156.

⁵⁰ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no séc. XV*, 1982, pp. 274 e ss.

⁵¹ M. J. P. Ferro Tavares, o.c. pp. 279 e ss., 301. Costa Lobo, pp. 514-524.

⁵² Costa Lobo, o.c. p. 394.

to, «o favor dos monarcas, as honras e cargos concedidos aos recém-convertidos criam dentro da sociedade cristã uma minoria privilegiada, não pelo nascimento mas pelo proselitismo e que priva e se cruza com as melhores famílias cristãs às quais leva riqueza monetária. A sua permanência em cargos económico-financeiros junto do rei, da nobreza e da Igreja, em lugares cimeiros da administração urbana e até do próprio clero, provoca o ódio das classes média e baixa da maioria cristã velha. Será dentro da perspectiva de ascensão económico-social destas que se deverão entender os levantamentos de Toledo de 1449 e 1467 e os massacres de 1473 no vale de Guadalquivir, entre outros, e não só dentro da leitura de heréticos por criptojudaizantes (...) A existência de uma elite judaica, frequentadora da corte e privada da família real, cria uma situação especial da administração da comuna lisboeta. Aqui os cargos tornam-se honoríficos e hereditários, sendo possível a sua acumulação. Surgem por vezes verdadeiras dinastias no exercício dos ofícios (...) A proximidade do soberano, fonte de prestígio, serve de protecção e apadrinhamento a correligionários seus⁵³.

O Poder necessitava da iniciativa dos judeus mas a plebe fazia-lhes guerra. O conflito era cultural encontrando uma linguagem e uma justificação na religião. Face à iniciativa e à criatividade de uns, o motor do conflito era a inveja, um valor persistente ainda hoje em todos os estratos sociais (a religião popular está repleta de ritos «contra a inveja»). «Era este o problema: o ódio crescia contra aqueles que em situação de igualdade, disputavam cargos e profissões»⁵⁴ e é essa inveja - produto da mediocridade - que se lê em toda a perseguição anti-judaica.

Os judeus eram mais instruídos do que os cristãos. A religião judaica implica o manuseamento da Bíblia, do Talmude e de outros textos enquanto as práticas católicas são fórmulas repetitivas e rituais gregários em que só o padre conhece as Escrituras e tem a palavra. As judiarias animavam escolas ou academias «onde estudantes pobres tinham bolsas instituídas pela comuna, estudavam ao lado dos mais ricos a Bíblia, o Talmude e os pensadores e filósofos judeus, escolas essas que se situavam perto das sinagogas numa nítida definição e dependência do estudo para com a religião»⁵⁵. Enquanto isso, a leitura entre os fiéis católicos nunca foi uma preocupação da sua igreja cuja liturgia ficou em latim até 1960. A Bíblia devia ser lida em latim (na tradução *Vulgata* de São Jerónimo com muitas falsificações). Foi Lutero quem traduziu pela primeira vez a Bíblia para o vernáculo (para português só o foi no tempo do marquês de Pombal por João Ferreira de Almeida). Sabe-se que foram os judeus quem introduziu a tipografia em Portugal conhecendo-se alguns dos primeiros trabalhos impressos, a Bíblia e rituais⁵⁶. Em

⁵³ Maria José Pimenta Ferro Tavares, o.c. pp. 431, 133, 221-224.

⁵⁴ Antonieta Garcia, *Caderno de Culpas*, p.22.

⁵⁵ M. J. P. Ferro Tavares, o.c. p. 351.

⁵⁶ Existem na biblioteca de Frankfurt outros textos sobre o Pentateuco impressos em Lisboa em 1489, Costa Lobo, o.c. p. 157.

1578 o italiano Sasseti escrevia sobre os portugueses: «Ao contrário dos cristãos-novos, o cristãos-velhos das classes superiores são gente de pouco saber mas muita soberba, e tão teimosa que demovê-los das suas opiniões é impossível. Eles é que sabem tudo e a sua terra é a melhor do mundo; pecam pela locacidade vã. Três quartos das palavras consistem em *vossa mercê* e em juras pelos santos evangelhos ou por estas barbas...»⁵⁷.

Também é significativo que, «ao contrário de outros reinos peninsulares, os portugueses não produziram obras de polémica anti-judaica, e as raras que se conhecem parecem não ter grande originalidade em relação com as polémicas europeias (...) A raridade e o silêncio das fontes levam-nos a concluir pela sua irrelevância»⁵⁸. Aliás, depois de Prisciliano (sec. IV), apesar do peso e da estabilidade da igreja católica em Portugal, e da imensa rede de conventos, jamais houve a menor criação de obra teológica. Está justificada a «irrelevância da polémica teológica contra o judaísmo».

QUESTÕES DE SANGUE

Como ao judaísmo e ao brasonário se associam preconceitos sobre o sangue ou linhagem (azul, vermelho, limpo) difundidos pela Inquisição, entende-se que os judeus não seriam brasonados por causa da sua linhagem «impura». Ora, ficou dito que a relação do brasão medieval com a nobreza e com a linhagem está errada: até D. Manuel o brasão foi livre. Os *armigerados* tanto eram cristãos como judeus. O critério da «limpeza de sangue» do candidato a um brasão só foi introduzido no tempo de D. João V juntamente com a prova de os seus antepassados «terem sido tratados à lei da nobreza com armas, criados, cavalos e amas para os filhos», inovações de frei José da Cruz reformador do cartório da nobreza de D. João V⁵⁹. Sob o Iluminismo português não era difícil passar por fidalgo, sendo os critérios de fidalguia fixados por esses *maîtres à penser* que eram a turbamulta de frades parasitas e lascivos. Por outro lado, se não vemos mais referências a judeus ou cripto-judeus no brasonário é porque os «antigos linhagistas omitiam ou mascaravam em várias famílias a sua origem cristã-nova»⁶⁰.

Vejamos, mesmo assim, o crédito que merece a linhagem sanguínea dos cristãos velhos. Vimos que as buscas genealógicas, uma moda já antiga, passaram a ser frequentes com D. Manuel para as pretensões ao brasão, e com a Inquisição para descobrir os cripto-judeus mas as fraudes sobre a linhagem também passa-

⁵⁷ Cit. por V. Magalhães Godinho, *Estruturas*, p. 111.

⁵⁸ M. J. P. Ferro Tavares, o.c., p. 439.

⁵⁹ Marquês de São Payo, *Cartas de Brasão de Armas*, in *Armas e Troféus*, nº 3, 1960, p. 237.

⁶⁰ Luis de Bivar Guerra, *Um Caderno de Cristãos-novos de Barcelos*, 1961, nº 2, p. 181.

ram a ser regra. A riqueza dos cristãos-novos purificava-lhes o sangue. O *Caderno de cristãos novos de Barcelos*, da Inquisição, contém um parágrafo para Duarte **Brandão** que diz: «É da descendência dos Brandões. Era cristão-novo; uns dizem que foi baptizado em pé (...) outros dizem que era filho ilegítimo e que tomou o apelido dos Brandões (...). Seja o que fôr, ele foi insigne cavaleiro que em Inglaterra obrou grandes feitos e conseguiu muitas honras»⁶¹; o facto de ser cavaleiro põe fim à polémica. Um parágrafo para Baltazar de Pina de **Afonseca**: «Gozou de títulos e favores da casa real; teve vários filhos dos quais Dona Antónia de Pina Mascarenhas; alguns irmãos inteiros desta Dona Antónia foram sambenitados por judaizantes se bem que não se sabe de onde o herdassem»⁶²: só alguns irmãos foram de sangue impuro, o pai não o foi nem a mãe. Também é flagrante o caso do descobridor Diogo **Cão** cujos descendentes nunca foram inquietados, até que os acusados num processo organizado em Barcelos, por volta de 1600, são dados como seus descendentes e judaizantes⁶³. É evidente que se tratava de considerações religiosas, a religião condicionava o sangue.

Na Guarda os polícias da Inquisição caem sobre um nome: Fernão Lopes da Costa que é acusado de alimentar e socorrer os cristãos-novos presos ou fugidos; entretanto um despacho superior suspende as buscas: «Fernão Lopes da Costa é um homem muito rico e válido nesta terra, pelo que pareceu conveniente não se fazer mais diligência sem ordem dos senhores Iquisidores»⁶⁴. Embora os cristãos-novos não fossem uma comunidade, havia cumplicidades entre gente do poder para encobrir, e entre o povo, nomeadamente para deixar fugir os presos⁶⁵.

Os comissários de Santo Ofício também se «deixariam subornar por interesses pessoais ou materiais e dirigir o inquérito de forma que um indivíduo mais que suspeito no sangue fosse dado como limpo, o que é confirmado por casos que se amontoam quanto mais nos apartamos do século XVI (...) Dava-se como prova de limpeza de sangue de uma família a existência nela de eclesiásticos e de cavaleiros»⁶⁶. Um judeu podia esconder-se por detrás de um hábito religioso. A

⁶¹ Luis de Bivar Guerra, *Um Caderno de cristãos-novos*, Armas e Troféus, 1960, nº 3, p. 311.

⁶² Auto da fé de Coimbra em 1621, Luis de Bivar Guerra, *Um Caderno...* 1960, nº 3 p 318 e 1960 nº 1, p.102.

⁶³ Luis de Bivar Guerra, *Um Caderno*, Armas e Troféus, 1961, nº 2, p.188, que cita o genealogista Dr Julio Teixeira, *Fidalgos e Morgados de Vila Real* T. I p. 228.

⁶⁴ Maria Antonieta Garcia, *Caderno de Culpas*, p. 304.

⁶⁵ Maria Antonieta Garcia, o.c. p. 77.

⁶⁶ Pedro de Azevedo, *Irregularidades da limpeza do sangue dos familiares de Vila-Real*, Arquivo Histórico Português Vol X., cit. por L. Bivar Guerra, *Um Caderno*, Armas e Troféus, 1961, nº 2 p.180. «O aparecimento numa família de familiares do Santo Ofício, cavaleiros de ordens militares, eclesiásticas ou seculares, não prova que ela fosse de origem cristã-velha», Pedro de Azevedo *História genealógica de uma família do Alentejo, Facilidades na habilitação para a Ordem de Cristo no séc. XVII e Patranha Genealógica*, cit. por L. Bivar Guerra, *Um Caderno*, Armas e Troféus nº 1, 1959, p.61.

perseguição justificava todos os meios⁶⁷. Uma vez vestidos do hábito, os conventuais podiam ser solidários dos perseguidos: da comissão dirigida por António Homem, lente de cânones e cónego de Coimbra para a canonização de Isabel de Aragão, fazia parte um bom número de freiras de Santa Clara e de Santa Ana; acabaram por ser descobertas como judaizantes, sendo António Homem executado em Lisboa em 1624 (os cristãos-novos de Coimbra incentivaram a canonização de Isabel de Aragão porque viram nela a «Nova Ester em Portugal» como dizia um texto)⁶⁸.

Até se obtinha estatuto de cristão-velho e de limpeza do sangue por carta régia. Diz um autor: «Existem vários exemplos de integração individual de cristãos-novos portugueses que obtêm acesso ao estatuto de cristãos-velhos através de cartas régias, acesso às ordens militares e até a títulos de nobreza, nomeadamente entre os finais do séc. XV e as primeiras décadas do séc. XVI (...) Podemos encontrar para o reinado de D. João III um número significativo de casos de ‘limpeza do sangue’ e nobilitação dos cristãos-novos (...) que são objecto de cartas régias de ‘limpeza do sangue’ e até feitos cavaleiros da casa real. Caso mais flagrante é o D. Diogo de Castro nobilitado por D. João III em 1561 que o libertou, aos irmãos e descendentes, de todos os ‘defeitos’ de nascimento»⁶⁹. Os seus netos, Furtados de **Mendonça**, perante um novo surto de perseguição recorreram ao mesmo processo. É de notar que, em Espanha, o rei proibiu os *Livros Verdes* em 1623 em que se acusavam praticamente todas as grandes famílias da nobreza espanhola de terem ascendentes judeus⁷⁰. Se D. Manuel proibiu os livros

⁶⁷ Maria Antonieta Garcia, *Caderno de Culpas*, p. 99.

⁶⁸ Resumindo uma explicação que desenvolvo noutra obra, os judeus dos sécs. XVI-XVII difundiram uma ideia segundo a qual se devia a Isabel de Aragão a protecção que D. Dinis reservou aos judeus, um papel semelhante ao da Rainha Ester que influenciou a rei Assuerus na libertação dos judeus de Babilónia. Havia suspeitas de que por detrás do interesse pela rainha Isabel estavam os cristãos-novos. O seu processo de canonização foi um jogo de escondidas. Leão X (1516) procedeu a uma cerimónia de beatificação mas nas actas aparece uma espanhola, Branca; os portugueses, sem lerem a bula, pensando tratar-se da rainha portuguesa intronizaram Santa Isabel em Coimbra. O processo de canonização só foi instaurado a pedido de Filipe II (porque ela era espanhola). Os depoimentos sobre os seus milagres são um rol de invenções populares: «odor do cadáver», «curou umas gengivas», «curou uma mordedura de sanguessuga», «um cego de dois olhos ficou a ver de um», «restituiu o leite a certas mulheres», «curou doenças com um remédio feito com lagartixas moídas», etc., linguagem típica de quem inventa milagres; o «milagre das rosas» não lhe era atribuído porque é um plágio, já constava no *curriculum* da sua tia Santa Isabel rainha da Hungria. Filipe IV «deu um óbulo de 12.000 cruzados» para apressar o processo de canonização mas este, sistematicamente adiado, foi objecto de novas falsificações. O papa Urbano VIII recebeu o «óbulo» mas não adiantou. Bento XIV (já no tempo de D. João V) retomou o processo, procedeu à cerimónia de canonização de Isabel de Aragão mas a acta está errada. A rainha Isabel acabou por não ficar beatificada nem canonizada correcta ou oficialmente. M.E.S. *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa*, pp.190-194. A. de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, Arq. da Univ. de Coimbra, ed. facsimilada de 1894, p. 463.

⁶⁹ Francisco Bethencourt, o. c. p. 266.

⁷⁰ F. Bethencourt. o.c. p. 267.

de genealogias e atribuiu ao rei de armas a exclusividade de os elaborar, foi para se assegurar do monopólio da arbitrariedade.

GENTE DA *NESSAO*

Os portugueses sob a Inquisição classificavam os judeus de *gente de nação* que, aliás, eram discriminados como estrangeiros (também os próprios judeus usaram este classificativo). Ouvindo isto, admitia-se que só os judeus eram de ou da *nação*. Os cristãos não seriam da nação? Esta linguagem que é sintomática da insanidade mental anti-judaica também não suscita a curiosidade dos historiadores sobre o que ela pudesse significar, nem a ausência de questionamento é de admirar uma vez que o anti-judaísmo é irracional. Todos se limitam a reproduzir os dizeres da rua do tempo que alguns classificam de noite da ignorância. Ora, não se tratava do conceito moderno de nação (que é do séc. XVIII); aquela palavra aplicada à gente de religião judaica tem origem na tradução fonética do termo fenício e hebraico:

NS' (leit. *nessao*) - «partir, separar-se, levantar acampamento, pôr-se a caminho»⁷¹.

Corresponde ao grego *diaspora*. A gente de *nessao* são os judeus que se dispersaram. Mas é um tema religioso; a *nessao* é o próprio conteúdo espiritualista da religião judaica, a transitoriedade da existência. Na sequência da expulsão do Paraíso terrestre (que é o convívio de Deus) ou de Sion (Jerusalém celeste e terrestre), a mística do judaísmo é a da transitoriedade. O Homem é peregrino e está de passagem, a existência é fugaz. Também os antigos cristãos desenvolveram a mística da caminhada para a Jerusalém celeste, ou *Sion*, que é a morada de Deus sendo o paraíso prometido a verdadeira pátria do crente. Santo Agostinho, depois da invasão de Roma pelos bárbaros, compôs a monumental obra *Cidade de Deus*, a *Sion* celeste, oposta à cidade terrena que é este mundo provisório⁷². Os cristãos é que deixaram de acreditar na transitoriedade do mundo. As peregrinações medievais sugeriam a errância em busca de *Sion*, a subida à Jerusalém celeste. A Cavalaria visava a descoberta do Graal que era uma expressão de *Sion*. A cultura judaica (económica, científica) assume o princípio da *nessao* que se traduz pela incerteza da situação presente. É um estado de espírito que incita ao trabalho de adaptação, à criatividade intelectual e económica, ao esforço quotidiano e à poupança. É o sentimento de *nessao*, aliado a uma educação virada essen-

⁷¹ O termo ocorre mais de 200 vezes no Antigo Testamento. As «nações do mundo», também centenas de vezes citadas na Bíblia, dizem-se *am* ou *oum* (sociedades, gente).

⁷² «A gloriosíssima cidade de Deus que nos tempos presentes se encontra peregrina entre os ímpios vivendo da fé, espera desde já a pátria definitiva e eterna até que haja um julgamento com autêntica justiça; conseguirá então a vitória final e uma paz completa» (Prólogo a *Civitate Dei*).

cialmente para a autonomia do indivíduo, que está na base dos êxitos que todos reconhecem aos judeus. Contrário a isso é a crença mágica na estabilidade, a preguiça rotineira e a imprevidência que leva os ingênuos a pensar que o bem-estar está garantido e que caminhamos para o melhor dos mundos.

VII
O PODER DO NOME

SENHORES DO NOME

As teorias sobre a origem israelita da heráldica que vimos e a tendência dos hebraístas para as astúcias linguísticas fazem lembrar uma capacidade judaica medieval reconhecida e recomendada pela aristocracia cristã: o *Baal-shem* (dono ou senhor do nome) ou *Shem-tob* (nome bom). O *Baal-shem* era um tipo de sábio, curandeiro ou taumaturgo a quem judeus e cristãos atribuíam a virtude sobrenatural do controle sobre o *Nome* (de Deus). Deduz-se da Bíblia que quem *conhece o nome* dum pessoa tem poder sobre ela¹, *pronunciar o nome* significa dominar o nomeado, *extreminar o nome* dum povo é extreminar o povo². A capacidade do *baal-shem* manifestava-se no saber escrever sobre pergaminho, em hebraico, amuletos milagrosos de teor cabalístico, com as letras do *Nome* ou outras letras do alfabeto. Tanto eram semi-alfabetizados como grandes eruditos. Esses escritos, trazidos consigo ou dependurados em casa, tinham muita fama e a aristocracia cristã também recorria a eles. Contavam-se muitas histórias sobre os poderes milagrosos dos *Baal-shem*, ubiquidades, curas, salvamento de navios, etc³. Havia no século XIV judeus portugueses conhecidos por *Sem Tob*⁴ mas não se diz se o nome correspondia ao título em questão. O conhecimento do *Nome* era de grande relevo no judaísmo antigo; pretendia-se que só alguns dos religiosos mais experientes o conheciam, objecto de tabu e de segredo⁵.

O jeito de escrever amuletos em hebraico sobre pergaminho não anda longe das artes clássicas. Sendo especialistas em tipografia, os judeus também se dedi-

¹ Gen.32:30, Juiz.13:18.

² Jos. 7:9, Isa. 14:22., 2 Sam. 18:18.

³ Untermann, Alan, *Dicionário judaico de lendas e tradições*, Rio de Janeiro, Zahar, 1992; *Encyclopaedia judaica*, Jerusalem, 1971.

⁴ M. J. P. Ferro Tavares, pp. 278 e 405.

⁵ O Deus dos cristãos não tem nome próprio («Deus» é um atributo). O Deus bíblico tem um nome «que lhe é próprio»: Yaweh («o que existe») mas os judeus estão proibidos de o pronunciar; utilizam circunlóquios ou atributos como, o Senhor, o Altíssimo, o Eterno, o Deus de Israel, etc. Isto porque o *Nome* pode ser mal utilizado (o 2º Mandamento diz: «Não invocarás o nome de Deus em vão»); no passado temia-se que o *Nome* pudesse ser aprendido pelos «ímpios» que o desrespeitariam. A transmissão do *Nome* aos fiéis judeus era um rito iniciático, pretendia-se que só os mais experientes o sabiam; era transmitido como um segredo na sinagoga ao jovem «capaz de o aprender», da boca do rabi ao ouvido do neófito, no meio do grande barulho da assembleia para ninguém mais poder ouvir esse segredo. V. M.E.S. *Origens Or. da Rel. Pop. Portuguesa*, pp. 134-137.

cavam à iluminura. Cita-se um tal «Samuel de Medina que foi um bom iluminador da Bíblia editada em 1490. A um judeu de Faro é atribuído um tratado das cores. É provável que a esta arte se apliquem um Moisés, esmaltador em Évora ou um Guedelha Levi dourador, ambos de Lisboa. Outros dedicam-se à encadernação, são pergaminheiros como José Ruivo, Jacob Sadiáz ou Moisés Vidal»⁶. Os tratadistas de cores, esmaltadores e pergaminheiros, fazem lembrar a arte do brasão em que as cores e os metais se chamam «esmaltes» sendo a sua combinação um objectivo fundamental em heráldica. O tratado do judeu de Faro sobre as cores começaria forçosamente pelo texto do *Êxodo* concernente os paramentos de Arão que é mesmo com que abrem os antigos tratados de heráldica.

Adivinhos e quiromantes judeus estavam estabelecidos ao longo das rotas de Compostela com os médicos e os boticários. Na corte de Lisboa pontificaram astrólogos como mestre Guedelha perito em «adivinhar o futuro a partir da posição dos astros» por conta de D. Duarte e Abraão Zacuto que compôs o *Almanaque Perpétuo* das lunações, foi astrólogo e cronista de D. Manuel tendo os seus trabalhos «possibilitado a Vasco da Gama e a muitos descobridores a concretização de seus grandes planos melhorando os cálculos astronómicos, a altura das estrelas...»⁷. A astronomia por um lado e a astrologia por outro eram a continuação, na Renascença, da «ciência dos Caldeus» que os judeus diziam ter aprendido no exílio de Babilónia onde brilhou o profeta Daniel, adivinho particular de Nabucodonosor. Daniel, um adivinho excepcional a quem a academia dos sábios da Caldeia ficou a dever a sobrevivência, era um modelo para os judeus médicos e adivinhos que serviam os monarcas cristãos conquistando com isso a sua benevolência para com os judeus perseguidos⁸.

Num meio de iletrados, quem tinha poder sobre o *Nome* e conhecia as argúcias da língua «que Deus falava» estaria mais habilitado do que ninguém para brasonar os nomes num escudo...

⁶ M. J. P. Ferro Tavares, o.c. p 375.

⁷ Meyer Kayserling, *História dos Judeus em Portugal*, pp. 106-108.

⁸ Os sábios da Caldeia foram ameaçados de exterminação por «falaciosos», porque exigiam («segundo as regras da sua profissão») que o cliente relatasse primeiro o sonho ao intérprete: «O rei teve sonhos que perturbaram o seu espírito, ordenou que viessem os magos e os adivinhos e disse-lhes: ‘Tive um sonho e estou desejoso de saber a sua significação’, ao que os adivinhos responderam: ‘Ó rei, conta o teu sonho aos teus servidores e nós descobriremos a sua significação (...)’ Mas o rei respondeu: ‘Vejo que estais a ganhar tempo... Estais conluídos para inventar discursos mentirosos; digam-me qual foi o meu sonho e o que ele significa’ (...) e ordenou a exterminação dos sábios da Caldeia. Foi então que se lembraram de Daniel...» que primeiro adivinhava os sonhos e depois interpretava-os, e o rei poupou a vida aos sábios (Dan. cap. 2).

O JUDEU DÁ SORTE

Ensalmos, pragas, responsórios e outras técnicas da palavra foram especialidades atribuídas à gente da *nessao*, e também havia judeus casamenteiros solicitados pelas famílias cristãs (prefigurando as actuais agências matrimoniais...) que Gil Vicente pôs em cena sob os nomes de Leitão e Vidal⁹. Apesar dos textos e documentos anti-judaicos estarem repletos de propaganda contra médicos, cirurgiões e boticários judeus, as cortes e os palácios dos nobres procuravam ter médicos judeus¹⁰. Porquê?

Se eles eram procurados é porque sabiam do ofício. Mas havia mais: dizia-se que «O judeu dá sorte». E esse pressuposto tanto ajudava os debutantes a lançarem-se na carreira como os veteranos a seleccionar a clientela.

Elias de Montalto cristão-novo de Castelo Branco, fugido (1599), teria caçoado com o princípio de que «O judeu dá sorte». Havia cortesãos, fidalgos e burgueses que queriam ser tratados por um médico «judeu não convertido» com exclusão de qualquer outro. Foi assim que Montalto, médico em Florença e professor em Pisa, instado para privar com Louis XIII e Maria de Médicis (1573-1642), foi «completamente submergido pelos favores da rainha» para que integrasse a corte de França. Sabendo Montalto que as cortes católicas estavam proibidas de incluírem judeus e infiéis, impôs as suas condições: «só aceitaria se continuasse a praticar a religião judaica». A rainha pediu autorização ao papa para ter na corte um «infiel», foi atendida, e Montalto foi o único que praticou oficialmente o judaísmo na corte de França. O génio foi corroborado pela superstição. De facto, «corriam velhas lendas tenazes sobre a superioridade médica do ‘judeu de crença’ sobre o ‘judeu convertido’. Esta lenda ficou ilustrada em 1538 quando François I solicitou a Carlos V que lhe enviasse de Espanha um médico judeu. Carlos V delegou um judeu convertido que se gabou da sua conversão a François I. Ora este recusou ser tratado por um judeu convertido. Foi necessário mandar vir de Constantinopla um judeu não convertido que curou o rei com leite de burra. É neste sentido que Elias de Montalto podia representar perante as supersticiosas damas florentinas, que eram Maria de Medicis e Leonora Caligai, uma garantia contra o mal e contra a doença, guardando-o na sua companhia graças a uma destas luxuosas excepções que o catolicismo do séc. XVII autorizava ao nível mais elevado»¹¹.

Diz Baroja que «foram muitíssimos os médicos judeo-espanhois de que existem notícias. As cidades mais ilustres, os reis e os nobres tiveram físicos judeus

⁹ Costa Lobo, o.c. p. 523.

¹⁰ Julio Caro Baroja, *Los Judios*, o.c. II, pp.179-185.

¹¹ Richard Ayoun, *Un Medecin marrane au service de la couronne de France, Elie de Montalto*, in *Inquisição*, Lisboa, Universitária editora, p. 82.

que viviam, também, numa posição algo perigosa porque eram acusados de envenenar os reis cristãos ou de provocar a sua morte por outros meios». O judeu era entendido como uma personalidade misteriosa, detentor de saberes ocultos, astrólogo, conhecedor dos corpos, das plantas e das palavras sagradas curadoras numas ocasiões e mortíferas noutras»¹².

NOME NA OMBREIRA

Os amuletos do *baal-shem* e as superstições sobre a língua que Deus falou evocam a *mezuzá* das casas judaicas. Consiste num pedaço de pergaminho encerrado num tubo ou estojo preso ou encravado na ombreira direita da entrada da porta (*mezuzá* significa «ombreira da porta») com os seguintes dizeres bíblicos: «Ouve oh Israel: o Senhor nosso Deus é o único Deus. Amarás o Senhor com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças. Que estas palavras fiquem no teu coração. Repete-as ao teu filho, di-las deitado, de pé e no caminho. Prende-as á tua mão como um sinal e sobre a tua fronte como uma fita. Escreve-as nas ombreiras e nos pilares da tua casa»¹³. Tal é o conteúdo. Na capa do estojo ou do pergaminho escrevem-se as letras **SDY** (*shadai*) que formam um dos nomes antigos de Deus («omnipotente») e que são também as iniciais da frase *Guarda das Portas de Israel*¹⁴. *Shadai* também pode significar «nosso protector, nosso génio guardião e nosso campo»¹⁵. Ao sair e ao entrar, o habitante toca na *mezuzá* e repete o conteúdo. O rito tem estas contrapartidas: «Eu, o Senhor, darei ao vosso país a chuva no seu tempo, chuva de outono e chuva de primavera, e tu poderás recolher o teu trigo, o teu vinho novo, e o teu azeite; darei ao teu gado erva nos campos. Terás tudo em abundância»¹⁶. A *mezuzá* assinalava a casa do fiel judeu, Deus era o «guarda das casas de Israel que Ele controla como uma torre de vigia».

Havia e há muitos modelos de *mezuzas*, mais ou menos elaborados e artísticos em qualquer suporte, metal, pedra, madeira e até tecido. Alguns estojos ou placas podiam conter no exterior o nome da família ou da pessoa¹⁷. O seu uso é obrigatório sob formas várias e consoante os meios, inclusivamente suspenso do

¹² V. Julio Caro Baroja, *Los Judios*, o.c. II, p. 175-178, José Ramon Onega, *Los Judios en el Reino de Galicia*, p. 220-221.

¹³ Deut. 6:4-9 e 11:13-21.

¹⁴ *Shumar Daltwt Ishrael*.

¹⁵ Do acadiano *shad ay* «nosso protector, nosso amor, nosso campo», como *adon* «senhor» -> *adonay* «nosso senhor».

¹⁶ Deut. 11:14-15.

¹⁷ Costume marroquino, *Encyclopaedia judaica*, art. *Mezuzá*.

pescoço, enrolado no braço ou nas mãos (filacteras). O Talmud classifica a *mezuzá* como «um dos sete processos com que Deus envolve os israelitas pelo seu amor para com eles». Maimónides (séc. XII) que escreveu o *Livro dos 613 Mandamentos* classifica a colocação da *mezuzá* como o 15º mandamento positivo¹⁸. Os samaritanos entre outros, depois da ocupação bizantina ou árabe, fazem as suas *mezuzas* com largas placas de pedra que prendem à ombreira direita da porta ou no caminho da casa, uma *mezuzá* viária (o brasão **Salcedo**, nome vulgar entre os judeus de Amsterdão e de Trás-os-Montes lembra uma *mezuzá* viária evocadora dum génio guardião). Podem também encontrar-se, em Israel, à entrada dos edifícios públicos. Na idade média aqueles dizeres bíblicos eram substituídos ou corroborados por textos mágicos e cabalísticos e por nomes de génios protectores. O costume esteve tão deturpado pela magia que Maimónides se insurgiu contra «esta perversão dum mandamento», contra «estes corações loucos cujo propósito é enfatizar o amor de Deus a residir no seio dum amuleto»¹⁹.

Este costume da *mezuzá* pode associar-se ao de «consagrar a casa a Deus» que Maimónides considera ser o «116º mandamento positivo»²⁰ e com a proibição de «cobiçar a casa do próximo, a sua mulher ou o seu campo» que é o «166º mandamento negativo»²¹. A *mezuzá* protege contra a inveja. Diz ainda um autor francês do séc. XVII que «o judeu que edifica uma casa deve deixar, segundo o preceito dos rabinos, incompleta uma parte dela em memória da desolação de Jerusalém e do Templo, basta para isso que deixe meio metro quadrado de parede sem revestimento de cal onde escreverá algum texto bíblico alusivo ao caso»²².

Será possível estabelecer uma passagem entre estes costumes e os primeiros brasões desenhados em caldaico? O estojo ou a placa de pedra da *mezuzá* com o nome da família escrito ou substituído por um desenho seria uma *ombreira* falante. A *mezuzá* equivale a um brasão. A parte não revestida de cal (meio metro) podia ter sido utilizada para colocar uma placa com o efeito da leitura do nome do proprietário em hebraico.

MOEDAS FALANTES

Os íbero-púnicos conceberam *moedas falantes* antes de os ibéricos medievais usarem brasões *falantes* caldaico. O autor deste trabalho interpretou 13 mo-

¹⁸ Moisés Maimónides, *Sefer Hamitsvoth* (livro dos mandamentos), art. P 15.

¹⁹ Cf. *Enciclopaedia judaica*, art. Mezuzah.

²⁰ Baseado em Lev. 27:14.

²¹ Com base em Deut. 5:21.

²² Abade de Baçal, *Os Judeus no Distrito de Bragança* p. LXIV, que cita Leão de Modena, *Cérémonies et coutumes qui s'observent aujourd'hui parmi les juifs*, 2ª edição, Paris, 1681.

edas (e/ou medalhas) ibéricas legendadas em «escrita ibérica» (descobre-se que é fenício-púnica) dos séc. III-I aC. As moedas comportam ilustrações bizarras: um homem com os maxilares arrancados, um homem com a boca fechada por um sistema de botões e um listel que sai, um cabrito rodopiando diante da efígie dum homem, um anzol junto à boca dum homem, uma lagartixa diante da boca dum homem, um cabrito saltitante, uma mulher com três ganchos no pescoço, um cavalo transportando um cesto na boca, um boi magestoso antropomorfizado, uma legenda com seis letras espalhadas entre os seis raios de uma estrela, uma balança desequilibrada, um elefante passando sobre uma ponte e, no verso, um génio alado a oferecer uma grinalda...²³

Qualquer observador que tenha um dia visto uma página com os estilos da escrita fenícia concluirá sem dificuldade que as moedas estão legendadas nessa escrita. Alinhadas as letras, comparadas as palavras que daí resultam com a bizarra figura da moeda, descobre-se que a língua da legenda também é a fenícia, mais precisamente fenício-hebraica com cerca de metade dos termos em hebraico. Era a língua oficial de Cartago. A inscrição legendava a figura. A figura é a reprodução visual da inscrição e funciona como tradução.

Lida num sentido (direita-esquerda), a inscrição descreve ou comenta a gravura; lida no outro sentido dá o equivalente a pesos e a medidas ou a moedas da época (o asse e o dracma são as menções mais frequentes). A pessoa era incitada a interpretar a figura soletrando as letras; aprendidas estas, tomava conhecimento do valor da moeda.

Alguns signos estão distorcidos ao ponto de se confundirem com dois ou três caracteres alfabéticos. São deformações propositadas para obrigar a ler todas as hipóteses, porque todas são válidas, devendo-se esgotar todas as possibilidades de leitura. Percorrendo assim as várias versões, a legenda vai fornecendo mensagens diversas e todas estão em conformidade com a estranha figura. Essas mensagens tanto são económicas relacionadas com a moeda como constituem uma pedagogia, regras de educação e de bom senso: contenção nas palavras, repúdio da sedição, silêncio nos negócios, escrúpulo dos pesos-e-medidas... A moeda tinha então a dupla função de troca e de comunicação; talvez também servisse para ensinar a língua, como os métodos primários que ilustram o texto pedagógico e visualizam o significante. Salvo erro, não se conhece outro sistema monetário com esta capacidade pedagógica e de comunicação²⁴. O uso do glossário é o mesmo que o dos brasões: as sucessivas leituras do texto comentam a ilustração que foi concebida para o visualizar.

²³ As moedas interpretadas integram o levantamento a que procedeu Untermann Jurgen, *Monumenta Linguarum Hispanicarum*, Germany, 1975.

²⁴ M.E.S., *A Escrita ibérica*, Comunicação apresentada no 1º Congresso Mediterrânico de Etnologia Histórica, Lisboa, 1991 (Actas: *Revista Mediterrâneo*, nº 1, 1992). *Revista Mediterrâneo* nº 8-9 (1997). *Dicionário Fenício Português* (anexo).

QUEM LIA OS BRASÕES?

Que relação houve entre os brasões desta série e a cultura do meio onde eles foram usados? Quem os produziu? Quem os inaugurou? Quem conhecia a sua significação? Uma resposta satisfatória exigiria o estudo dos brasonários galego, leonês e castelhano porque os mais antigos têm aí origem. Sé temos hipóteses. Por exemplo: o brasão caldaico foi usado por chefes de linhagem cristãos que desconheciam o hebraico; os interessados solicitavam a um judeu (por exemplo o *baal-shem*) que lhos desenhassem e ele reproduzia a significação do nome no escudo; ou o utente ignorava ingenuamente a relação entre o mome e o figurado (o que não é credível num cavaleiro) ou ele sabia que o emblema reproduzia o nome na «língua que Deus falava». Há notícia de um judeu de Faro, Abraão, a quem é atribuído um tratado das cores enquanto outros são esmaltadores e pergaminheiros²⁵. A «ciência das cores» era fundamental em heráldica, vimo-lo na lei de D. Manuel e na relevância que dá Vaz Velho ao texto bíblico sobre as cores e as pedrarias dos paramentos de Arão. A técnica de brasonar podia associar-se às virtudes do «senhor do *Nome*» que fazia amuletos; talvez o brasão pessoal inventado por um judeu favorecesse a prosperidade do portador e da família, como a *mezuzá*, os horóscopos ditados por um astrólogo judeu, o encontro entre namorados arranjado pelos casamenteiros da gente da *nassao* e como a medicina por um «judeu de crença», porque o judeu dá sorte.

Mas é difícil imaginar um cristão a pedir a um *rabino* que lhe fizesse um desenho adaptado ao nome familiar. As relações eram tensas. E como não havia ligação entre o significado vulgar do nome e o desenho do emblema, que diriam os familiares, os vizinhos e o padre? Não diriam para a circunstância que o *judeu é mau agoiro*, e que o desenho que ele concebeu era bruxedo? Não estava o piedoso cavaleiro cristão conluiado com a «gente da nação»? Podíamos imaginar artistas ou tertúlias de hebraístas secretos a quem se encomendavam os brasões à semelhança do que foram os oficiais dirigidos pelo *reis d'armas*, mas a extensão no tempo (sécs. XII-XV) e a diversidade regional em que aparecem os brasões dificultam essa hipótese. Custa a admitir que, durante os séculos em que o brasão foi livre, se recorresse a tais especialistas nos espaços de Portugal, Galiza, Leão, Castela e Aragão.

Podíamos pensar que o emblema falante caldaico ou hebraico era um meio de reconhecimento entre judeus, criptojudeus ou cristãos-novos por meio do qual, nomeadamente, evitavam a acusação de *tornadiços* e mantinham a confiança entre si. A tradução do nome no escudo sugeria que o portador continuava a ser dos «nossos». Podia até esse tipo de brasão ter algo em comum com as chamadas, no mundo da heráldica, *armas de enquerre* (brasões enigmáticos, com erros in-

²⁵ M. J. P. Ferro Tavares, o.c. p. 375.

tencionais para «questionar»). De facto, equanto o brasão falante português podia ser lido por qualquer peão, o falante caldaico incitava à pergunta «Que relação há entre o nome e o escudo?» Aos suspeitos respondia-se ao acaso (a arte de brasonar compreendia o enigma e a metáfora) enquanto o criptojudeu não tinha necessidade de perguntar. O brasão podia favorecer as solidariedades, como os toques-e-sinais das organizações iniciáticas. Aliás um forasteiro do séc. XVII, referindo-se aos judeus portugueses que, fugindo, desembarcavam em Gibraltar, anotou isto: «Aqueles judeus não conheciam ali ninguém mas logo encontraram amigos. Bastou para isso fazerem certo trêjeito com a boca para logo serem correspondidos com um esgar igual por parte dos judeus marroquinos. Em pouco tempo estávamos rodeados por cinquenta hebreus. Essa gente usava entre ela certos sinais de reconhecimento, como se pratica entre as confrarias dos franco-mações. Esses sinais constituem um dos maiores segredos da tal sociedade se dermos crédito ao que dizem os membros da mesma. Se a Inquisição os apanhasse, ver-se-iam brindados com o mesmo tratamento que ela dá aos hereges»²⁶.

Esta explicação para os brasões tem lógica, mas só valeria para o século XVI em diante; ora, é exactamente o momento em que os nomes deixam de ser brasonados em hebraico. Até ao séc. XVI não consta que as perseguições anti-judaicas justificassem um sistema de códigos tão considerável como o do brasão heráldico. Só a razia sob a dinastia dos godos (com o concílio de Toledo) que levou à expulsão dos judeus justificaria esse sistema de disfarce. Mas a perseguição durou pouco porque, entretanto, os mouros impuseram a sua ordem aos bispos e não sabemos se os emblemas heráldicos em causa existiam nesses tempos.

Mais viável será a explicação tradicional segundo a qual a «primeira língua da Hespanha foi o caldaico». Foi a dos fenício-púnicos que a estirpe nortenha com *capacidade heráldica* conheceria. Os seus brasões *falantes* seriam referências da identidade e perpetuavam a cultura dos antepassados, e sinais de distinção ou de inconformismo face ao latinismo e ao arabismo sulistas. O apelido traduzido no escudo podia ser prerrogativa das elites galega e leonesa que se reclamavam de ter uma ascendência sagrada, Noé, Túbal, Israel, cuja língua - a que Deus falou - é a única que não vem da confusão de Babel. O escudo teria ainda virtudes idênticas às da *mezuzá* e dos amuletos escritos com o *Nome*.

Esta hipótese pressupõe a persistência da língua dos fenício-púnicos na Ibéria cujo paradigma erudito é o hebraico bíblico. O hino de São Tiago, em creolo, é uma prova do uso dessa língua, a acrescentar aos resultados das investigações arqueológicas de espólios fenícios e etnolinguísticas. A reforçar temos o facto de um certo número de escudos ter dado origem ao nome do portador: os arautos, ou o meio, *leram em caldaico* os sinais do escudo passando o utente a usar essa

²⁶ Charles Frederic de Merveilleux (1723-1726) in *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Trad. Prefácio e Notas de Castelo Branco Chaves, Bibl. Nac. Lisboa, 1989, p.179.

leitura como «nome de guerra»; noutros casos gravou-se no escudo a alcunha, o atributo, a qualidade ou a função do portador; alguns conteúdos foram símbolos totémicos, nomeadamente da tribo de Judá cujos membros podiam optar por vários termos para «leão»²⁷, ou símbolos locais. Um certo número, atestada a relação nome-desenho, foram vocábulos fenícios ou hebraicos em voga²⁸. Aceitar esta explicação implica o seguinte dilema: ou os emblemas são muito mais antigos do que se suspeita, anteriores à heráldica medieval, ou a língua foi usada até aos séculos XII-XIII.

O número dos «nomes de guerra», alcunhas ou ápodos com origem no escudo ou nos apetrechos do guerreiro, pode ser vasto. Os 20 «caldaicos» da Sala de Sintra podem ser todos considerados «nomes de guerra». Essa importância do «nome de guerra» explicar-se-á pelas tradições belicosas e caudilhistas dos ibéricos e pelo normal estado de desordem em que viviam certos grupos desde o fim do império romano, ou mesmo antes, até ao fim da idade média: ladrões de caminhos e salteadores, banidos pela justiça, mercenários, vagabundos, cavaleiros errantes... Os emblemas com duas serpes ou leões que abocanham uma barra terão origem nos jogos de guerra ou torneios. O **Garrido** sugere um organizador de duelos.

O autor romano Silius Italicus (I^o séc. d.C) na opoepia *Púnica*, sobre a 2^a Guerra Púnica (219-202 a.C.) organizada pelo general cartaginês Haníbal, a partir da Espanha para a conquista de Roma, citando os povos nortenhos da «indomável Ibéria» que aderiram à campanha, caracteriza-os assim: «O ocidente inteiro está lá com as nações situadas no fim do mundo. Primeiro os cantábricos que nem o frio, nem o calor, nem a fome os domarão, e que sabem triunfar de todas as fadigas. Levado por uma paixão singular, este povo quando se vê envelhecido e envelhecido pelos anos subtrai ao destino os anos doravante inúteis para os combates porque, sem guerra, não suporta a existência. Aos seus olhos, de facto, bater-se é o único objectivo da vida e ficar em paz é um opróbrio»²⁹. E os da Galiza (que no tempo, compreendia as regiões ao norte do Mondego ou do Douro e a actual Galiza): «A rica Galiza enviou a sua juventude, peritos na interpretação das vísceras das vítimas, do vôo dos pássaros e dos fogos do céu. Ora vociferam cânticos bárbaros nos seus idiomas nacionais ora, batendo à vez os pés no chão, se comprazem em chocar com ritmo sonoro os seus escudos pequenos de couro.

²⁷ O hebraico tem sete termos para «leão» (o que sugere a grande importância do conceito) dos quais 5 encontram-se nesta série; *LB*, *ØS*, *ARi*, *LiS* e *GaR*.

²⁸ Dou estes exemplos que remetem para funções, profissões, desporto, religião, temperamentos ou referências míticas: *Andrade*, *D'Araújo*, *Barata*, *Brandão*, *Bustamante*, *Cabedo*, *Cão*, *Cogominho*, *Carmona*, *Chacu*, *Cotimo*, *Couceiro*, *Fazenda*, *Fagundes*, *Garro*, *Garrido*, *Mena*, *Mendanha*, *Metelo*, *Montoia*, *Pimenta*, *Pimentel*, *Queiroga*, *Quevedo*, *Rendon*, *Resende*, *Rodvalho*, *Rua*, *Rus*, *Sacoto*, *Sarmento*, *Teixera*, *Temudo*, *Tovar*, *Vieira*, *Xara*, *Xira*. Ressalve-se que nomes idênticos podem ter origem diferente.

²⁹ *Punica*, Lib. III, 325-332, tradução francesa de Pierre Miniconi e Georges Devallet.

Tais são os seus passa-tempos, os seus jogos de homem e os seus divertimentos rituais. Tudo o resto é tarefa atribuída às mulheres: confiar as sementes ao sulco da terra e carregar na charrua para virar a gleba, seriam sinais de fraqueza para os machos; tudo o que não é puro labor guerreiro é profissão da infatigável esposa do marido galego. Viriato é quem os conduz, com os lusitanos tirados dos seus esconderijos...»³⁰. Note-se que o «escudo pequeno de couro» será o escudo redondo assente sobre o ventre que figura nas estátuas de guerreiros lusitanos e nortenhos do início da época romana e frequentes nos espólios arqueológicos do Norte; o escudo era o emblema do guerreiro luso-galaico. Diga-se também a propósito que ainda hoje as mulheres minhotas e galegas são quem se ocupa da agricultura, prestigiando-se com o título de «lavradeiras»; nos campos e em casa os homens, que tratam as suas esposas de «minha patroa», fazem figura de ajudantes delas. É um dos traços do matriarcado nortenho³¹. Voltando à *Punica*, os lusitanos e os galegos ofereceram a Haníbal, como presente, as suas armas de general; é o que diz Silius noutro lugar: «Os povos ribeirinhos do Oceano vieram oferecer ao chefe os seus presentes: um escudo de rude brilho obra-prima do país da Galiza, um casco encimado por uma crista resplandecente na qual, por cima do timbre branco, vibra e treme uma pluma de neve; uma espada também, e uma lança capaz de causar milhares de mortos; enfim uma tríplice couraça tecida com malhas de ouro, absolutamente impenetrável aos golpes. Estas armas feitas em bronze e aço duro e cobertas com o ouro do Tejo, ele as examina em cada pormenor, olhos brilhantes de alegria, e compraz-se em ler nelas a origem do seu reino (...)». Em seguida, Silius descreve detalhadamente os adornos esculpidos pelos «artistas galegos» no escudo, alegóricos ao poder de Cartago: Dido fundando Cartago, uma cabeça de cavalo, desembarque de Eneias e o seu refúgio numa gruta, cães de caça, Haníbal oferecendo aos deuses uma libação de sangue, cenas da Eneida, a cidade de Sagunto e os meandros do Ebro que Haníbal «em desprezo do tratado com Roma, ultrapassou apelando à guerra contra Roma todos os povos submetidos a Cartago»³² (entre os quais os galegos). Noutras passagens sobre os combates na Itália, o escudo de Haníbal é dito o «seu escudo da Galiza»³³.

Tais referências à época púnica (corroboradas pela civilização das citânias), para além de evocarem a rude oposição dos nortenhos a Roma, assinalam o seu fascínio pelo escudo de guerra (que era de couro espesso ou de madeira forrada de couro) donde procede o brasão. Note-se que o escudo seria um apetrecho vulgar

³⁰ *Punica*, Lib. III, 344-355.

³¹ O matriarcado demonstra-se também pela análise da religião e da mitologia, cf. M.E.S. *Religião Popular Portuguesa*.

³² *Punica*, Lib. II, 395-455. Na época, explorava-se ouro nas águas do Tejo sob a forma de pepitas; a Galiza era uma região rica em ouro (ainda se explora no Minho).

³³ IV, 325.

do homem nortenho, talvez sinal de masculinidade, e usado nas danças guerreiras (que fazem lembrar os pauliteiros de Miranda). Os sinais inscritos sob uma forma ou outra nos escudos dos nortenhos e que deram o brasão heráldico, lidos na língua caldaica-hebraica que era a de Cartago, podem datar da época púnica tendo alguns sido símbolos colectivos ou totémicos. Este texto de Silius (autor bem documentado sobre os púnicos) devia servir de *memorandum* para corrigir o estereótipo do «celtismo» galego que ninguém nos diz em que consiste³⁴.

Há duas épocas para a feitura dos brasões desta série. Os mais antigos datam dos sécs X-XIII (ou anteriores). Entre estes figuram os da Sala de Sintra usados por linhagens às quais se tribui a fundação ou a afirmação da nacionalidade. A julgar pelos *falantes* de Sintra (20 em caldaico e 10 em português) diríamos que nos tempos antigos, os interessados por um escudo *falante* tinham tendência para o brasonar em caldaico. Com a imposição do português nas escrituras oficiais (séc. XIII) teriam declinado as antigas referências linguísticas; o judaísmo ganhou importância social e cultural e impôs o hebraico bíblico aos interessados. Ou talvez isto: nos primeiros tempos os *falantes* eram concebidos na língua que se considerava ser a original do apelido (os caldaicos em caldaico, os portugueses em português); nos sécs. XIV-XV, com o prestígio da língua «que Deus falava» e que foi a dos antepassados, qualquer apelido ou nome era susceptível de ser brasonado em hebraico com o recurso à tradução pela fonética, fossem eles **Bernardes, Domingos Dias, Estêvão Martins, Cáceres, Lopes ou Soares.**

³⁴ Noutro trabalho sugiro que o termo «celta» atribuído pelos autores romanos a certos povos da Península pode proceder duma confusão de línguas. *Shlt* (*xelte*), em hebraico (e púnico), significa 1) «o que tem domínio, poder autónomo, tirano» no sentido de autocrático, que não está sujeito a outro domínio ou império e 2) «escudo redondo e pequeno». Os povos *celtas* do ocidente peninsular seriam os que não estavam sujeitos ao poder romano, que se governavam autonomamente, isto é, livres. As cidades *celtas* coincidem frequentemente com os topónimos terminados em *-briga* que, em hebraico (*brih / beriga*) significa «ferrolho, muralha, cidade amuralhada» que é a expressão do *xelte* enquanto governo autónomo. Curiosamente, *Shlt* com a mesma leitura também significa no mesmo glossário «escudo pequeno e redondo» (em latim, *cetra*) que era o apetrecho do guerreiro luso-galaico; talvez uma estátua dessas estivesse erecta à entrada das suas cidades como emblema de autonomia ou *xelidade* (Cf. *Dicionário Fenício-português*, 2ª parte/Introdução, pp. 48 e 71). No texto de Silius, Haníbal e os púnicos são frequentemente chamados *mouros*; o topónimo minhoto de Mouros e as abundantes lendas nortenhos sobre os mouros não se referem aos islâmicos mas aos púnicos.

CONCLUSÃO

Os emblemas heráldicos constantes nesta lista foram concebidos pela leitura do nome em fenício-acadiano ou em hebraico, glossários diferentes duma mesma língua que no Ocidente foi a do império cartaginês, ou porque se entendia que o nome tinha essa origem ou porque foi traduzido foneticamente. Um certo número de nomes tem origem na leitura do escudo feita pelo arauto nos torneiros ou pelo meio circundante, «nomes de guerra». A língua em que esses emblemas foram concebidos ou lidos só podia ser uma «língua de uso».

Apesar da relação nome-brasão que se descobre nesta série não se deve supôr que os nomes idênticos tenham a mesma origem; repete-se isto frequentemente neste trabalho para contradizer o senso-comum e os filólogos tradicionais que não têm a perspectiva da complexidade do Social; pressupõem que a língua, a religião e os factos sociais têm uma origem fixa associada ao princípio da autoridade; dos dicionários etimológicos clássicos até se deduz que a língua falada tem origem na escrita. Frequentemente os encontramos a inventar uma palavra latina a partir da portuguesa dizendo depois que esta provém daquela, o que constitui uma fraude. Os nomes idênticos podem ter origens diversas e são sobretudo corruptelas de nomes e de falares diversos; a escrita homogeneizou-os ou refê-los.

O brasão herdou os sinais inscritos no escudo pelos quais se reconhecia o guerreiro encoberto pelas armas defensivas tornando-se depois um emblema intentizador (identidade diferenciada), de distinção e de posse. Desempenhou a função de uma bandeira que unia o clã familiar e o distinguiu da massa. Identificava e separava. O brasão pessoal defendia-se com a honra, a abnegação e o mito. É um produto social de qualidade (objecto de prestígio e de emulação) e, como tal, é um *item* sociológico. Porque a sociedade se reflecte nas suas produções, e porque a parte já contém o todo, o brasão é um indicador da Cultura do seu tempo.

Os antigos brasonários foram formas de registo de pessoas assumindo uma identidade de acordo com os papéis sociais vigentes ou com os ideais particulares, e a heráldica uma «moda» que se inscrevia contra o anonimato e a vulgaridade. O *armigerado* valorizava o seu nome e distinguiu-o da plebe sem rosto. Tinha *capacidade heráldica* quem se considerava livre e aspirava a emergir da grei informe, mas tal *capacidade* era auto-atribuída, um impulso individual, um estilo, um capricho, não era um pressuposto jurídico. A heráldica enquanto «moda» foi precursora da sociedade de indivíduos que nascerá com a burguesia industrial, cri-

adora de novos estratos sociais e de diferenciação pessoal. Em Portugal, o brasão foi livre e *assumido*, não foi um sinal exterior de fidalguia, até ao século XVI.

Não são muito variados os estudos portugueses sobre a heráldica¹; os autores interessam-se pelas genealogias e pela técnica, com as excepções que vimos; mas a matéria-prima também é pobre porque não houve heráldica burguesa. A proscrição da livre *capacidade heráldica* pela lei manuelina lançou o descrédito sobre o brasão autorgado, frequentemente sinal de «nobreza postiça» como diz A. Langhans, donde o mal-estar de alguns face ao seu genuíno e legítimo lebelo. A própria aristocracia foi vítima do servilismo parasita que votou ao *Venturoso* e aos que lhe sucederam².

Associado à fachada, o brasão da fidalguia sumiu-se com a caliça, sinal de que se esbateram os valores das elites, ou de que as elites se dissiparam na massa, ou de que eram improfíguas. O retrato cultural da sociedade portuguesa exposto pelos forasteiros dos sécs. XIV-XV, período áureo do brasão, onde se nota a ostentação e a imitação do rico, a pobreza encoberta, a desvalorização do trabalho, o analfabetismo, a rusticidade, a indiferença face às outras culturas (xenofobia), etc., é válido ainda hoje, *mutatis mutandis* no que respeita os fenómenos de civilização. O brasão da época tenderia para ser um sinal exterior de fidalguia e não de individualismo burguês como na Europa. A Cultura é imorredoura. Hoje, a pretexto de democracia, ouve-se um idêntico discurso anti-elitista sobre, nomeadamente, o sistema escolar que, para não produzir insucesso... deve manter-se ao mais baixo nível. É a ideologia da plebe contra o individualismo tanto mais que, como naquela era pós-medieval, as aspirações ao tratamento de *senhor* vão de par com o analfabetismo ou a iliteracia.

O brasão europeu era sinal de autonomia individual que passou a distinguir os produtos capitalistas. Hoje, em Portugal, é tão raro encontrar um brasão familiar como cruzar-se com uma ave exótica. Resistem ainda no Norte. Os que existiram nas fachadas de Lisboa desapareceram por completo. Salvou-se apenas o do rei que é omnipresente, nas fontes, nos altares, tectos ou frontispícios das igrejas (o culto que aí se prestou foi a Deus ou ao rei?). A veneração beata, exclusiva, do brasão e outros sinais do rei diz muito sobre o estado de fusão da plebe com a realeza esclavagista, sendo isso a causa de a Cultura não ter engendrado uma

¹ Almeida Langhans fez o ponto da Bibliografia até 1974 em *A Heráldica Portuguesa, seus Estilos e Semiótica*, o.c.

² «A nobreza em Portugal morreu. Não foram os decretos de 1834, não foi a abolição dos vínculos em 1860, que a mataram. Não houve assassínio, houve suicídio. Uma educação piegas, uma perfeita incapacidade administrativa, uma degeneração resultante dos cruzamentos do mesmo sangue, uma sorte de fatalismo ainda mussulmano, foram as causas principais que deram cabo da fidalguia portuguesa. Ao menos, sirva isto de lenitivo, acabou ela alegre; morreu a rir, a escarnicar daqueles que pouco e pouco lhe foram comendo os morgados, as casas, os bens, lhe foram usurpando os direitos, as regalias, os títulos. Agora chora ela, mas já não tem remédio (Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, I, p. 6).

racionalidade burguesa. Sem elites criativas, o povo viveu em fusão com el-rei, alapado ao sinal do caudilho, demitido em favor do manda-chuva e a macaquear a nobreza («todos têm na cabeça fumos de fidalgo»). Os monumentos do passado só são estimáveis se se disser que o rei os «mandou fazer». É a demissão em favor do caudilho. A Cultura ainda não rescindiu o culto do rei, presa à memória do rei pela umbigueira; por outras palavras, ainda não cortou com a percepção tradicional da sociedade. Entre a plebe e o clero-nobreza era o vazio confirmado pela ausência do brasão burguês.

Se no discurso positivista da História, fundado no escrito oficial, ocorrem com grande frequência as menções à nobreza e ao clero é, antes de mais, porque esses estratos foram os únicos produtores da escrita mas o problema também se situa ao nível do consumidor dessas estórias. Falar de História de Portugal é recorrer à lista dos seus reis (nada mais tedioso para um forasteiro do que ouvir os historiógrafos de cordel ou os cicerones a referir a História que é uma sucessão de reis). O facto é que as referências ao brilho dos reis e à felicidade das infantas, sendo um dos processos de mistificar o passado, colmatam a frustração quotidiana. Dizia um forasteiro em 1799: «Quase tudo neste país é famoso pelo que foi, não pelo que é»³. A mesquinhez e a impotência do presente iludem-se com o mito dum passado brilhante.

O século XVI é um marco. Na cultura pós-manuelina deixou de haver lugar para as livres marcas individuais; não havendo livres sinais individuais há tirania. Ora, o fim do livre brasão data da instauração da Cultura actual que tem sido pródiga em *fascismos*. O reinado de Manuel I^o - que os historiógrafos, num reflexo condicionado de subserviência, classificam de *venturoso* - assinala entre nós a afirmação do poder pessoal do monarca; o rei suprimiu as liberdades cívicas de que o brasão foi um sinal como proscreeu a diferença religiosa que o judaísmo representava. Sucedeu-lhe a inquisição clerical, o obscurantismo político e o afundamento da pátria, como um castigo bíblico, porque os povos têm as pátrias que merecem. Com os fumos da primeira fogueira também se evaporaram as veleidades de criação científica, filosófica e teológica (até aos anos 70 do nosso século) porque a criação científica pressupõe individualidade e diferença. A razão tradicional venceu a racionalidade burguesa emergente na Europa.

A azáfama das expedições marítimas que reinventaram o escravagismo que já estava esquecido não é apenas uma coincidência relativamente à proscricção das liberdades cívica e religiosa. Vistas pela Sociologia histórica, as expedições marítimas portuguesas representaram uma fuga às mudanças que se processavam em toda a Europa concretizadas na reestruturação agrária, na invenção de tecnologias, no comércio urbano e na valorização do trabalho livre. Os modernos - porque o

³ Richard Croker (1799), in *Portugal visto pelos ingleses*, Compilação de Maria Laura Bettencourt Pires, Lisboa, INIC, 1981, p. 110.

discurso histórico é camaleónico - pretendem converter, ou branquear, as aventuras coloniais em «contactos de culturas» quando elas se traduziram em razias genocidas e massacres de culturas, e quando a ideologia dos empreendedores era tão só o escravagismo. Diz um analista das mentiras da História que «no discurso histórico há glórias acrescidas, esquecimentos voluntários e tabus. Existiram personagens que merecem o respeito por certos actos da sua vida mas cujos erros se não sublinham porque, deteriorando a sua imagem, deteriora-se a do país. Cada geração enfrenta uma maré de erros, mentiras ou banalidades de que é muito difícil livrar-se mas aceitá-los é servilismo. Se a verdade histórica é um mito, a existência da mentira histórica é a única verdade demonstrável»⁴. Penso que isto se aplica também aos desígnios do *Venturoso*. Aliás, é-se tão lesto em criticar o «antigamente» estereotipado num regime recente, quanto todos se comprazem em heroicizar o engenho e a arte dos monarcas do passado. É a contradição da mentira histórica, a memória factual contradiz o mito.

Creio, com este estudo, ter chamado a atenção para um tipo de criatividade que foi o brasão *assumido* na «língua que Deus falou». Acabou radicalmente com a perseguição ao judaísmo. Mas permanecem em aberto interrogações como a de saber quem concebeu esses brasões e a relação que houve entre eles e os saberes do meio.

Para responder a essas questões seria necessário estudar a origem remota dos brasões galaico-asturianos como sugere Machado de Faria de P. Cabral, uma vez que os chefes de linhagens em causa são originários dessas regiões, tendo alguns sido emblemas totémicos de comunidades ou tribos. Para isso é necessário cruzar os caminhos da Etnologia com os da História positiva. Um brasão identifica mas também oculta. A História positiva revela a identidade do portador do emblema e as regras da sua feitura enquanto a Etnologia descobre o que não foi escrito. O escrito não dá conta global do real; porque a Cultura é o costume, o óbvio ou o intuído e não carece de exposições, as razões que mobilizam o psiqué e o intelecto podem não ser exprimíveis ou ficar na sombra. Também se aplica à investigação heráldica o método da moderna Etnologia que se enuncia deste modo: «Por detrás do que o actor social deixou a descoberto, justificado, expresso, deve o investigador descobrir o que aquele procurou encobrir», recorrendo à lógica que rege o sistema de valores que constitui a Cultura.

⁴ André Gillois, *Le Mensonge historique*, p.286.

BIBLIOGRAFIA

Moisés Espírito Santo

São Payo, Marquês de

Reis de Armas, in *Armas e Troféus (Órgão do Inst. Port. de Heráldica)* nº 3, 1960.

Cartas de Brasão de Armas - Um Ensaio de Diplomática, in *Armas e Troféus* nº 3, 1969.

Silva Lopes, Carlos

As Conquistas e os Descobrimentos na Heráldica Portuguesa do séc. XVI, in *Armas e Troféus (Órgão do Inst. Port. de Heráldica)* nº 2, 1960.

Simas Alves de Azevedo, Francisco de

Les Premières Armes Timbrées, in *Archivum Heraldicum* nº 1, Lausanne, 1962.

Soares de Albergaria, António

Triunfos de la Nobleza Lusitana y Origen de sus Blazones (1631) (manuscrito, Biblioteca Nacional).

Soares de Albergaria, (Pseudo) António, Armaria (Cod. 1118 da Bibl. Nacional).

Sousa Lara, António da Costa de Albuquerque de

Heráldica Diplomática (Contribuição para a sua sistematização) in *Armas e Troféus (Órgão do Inst. Port. de Heráldica)* nº 1, IIIª série, Tomo IIIº, 1974.

A Heráldica Política e a Sociologia da Informação, Braga, Sep. de *Armas e Troféus (Órgão do Inst. Port. de Heráldica)* 1975, *A Heráldica Familiar e a Sociologia da Informação*, 1981.

Stubbs Saldanha Monteiro Bandeira, Luis

Vocabulário Heráldico, Lisboa, Gabinete de Estudos Heráldicos e Genealógicos, 1985.

Thiebaud, J. M.

Dictionnaire des Termes du Blason, Besançon, Cetre, 1994.

Vaz Velho, Antonio José

Tezouro Heráldico de Portugal ou Tratado de Armaria Portuguesa e Arte de Brasonar os Escudos dos Reis e Famílias Nobres destes Reinos (1820), Lisboa, Gabinete de Estudos Heráldicos e Genealógicos, 3 Vol., 1958.

Vaz-Osório da Nobrega, *Armas Animadas*, in *Armas e Troféus (Órgão do Inst. Port. de Heráldica)* nº IV, 1963.

Viel, Robert

Les Origines Symboliques du Blason, Paris, Berg International Editeurs, 1972.

2 - HISTÓRIA, SOCIOLOGIA e GENEALOGIAS

Abecassis, José Maria

Genealogia Hebraica - Portugal e Gibraltar, sécs. XVII a XX, 5 Vol., Lisboa, 1990.

Albwachs, Maurice

La Topographie Légendaire des Evangiles en Terre Sainte, Paris, PUF, 1971.

Almeida, Fortunato de

História da Igreja em Portugal, 4 vol., Porto, Porto Portucalense, 1967.

Alvez, Francisco M. - Abade de Baçal

Os Judeus no Distrito de Bragança - Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança, Bragança, T. Vº, 1977.

Ayoun, Richard

Um Medecin Marrane au Service de la Couronne de France: Elie de Montalto, in *Inquisição*, Lisboa, Universitária Editora, 1989.

Bandarra

Profecias do Sapateiro de Trancoso, Apres. de António Carlos Carvalho, Lisboa, Vega, 1989.

Bethencourt, Francisco de

História das Inquisições, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

Bettencourt Pires, Maria Laura

Portugal Visto pelos Ingleses, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.

Bivar Guerra, Luis de

Um Caderno de Cristãos-novos de Barcelos (Lista dos Judeus que se baptizaram em Barcelos e das gerações que deles precedem) in *Armas e Troféus (Órgão do Inst. Port. de Heráldica)* n.º 1 (1959-1960), T. I, n.º 2 (1960), T. I, n.º 3 (1960), T. II, n.º 1 (1960), T. II, n.º 2 (1961).

Apresentação de

Braamcamp Freire,

Brasões da Sala de Sintra, Lisboa, IN/CM, 1973.

Braga Santos, Piedade, Teresa Rodrigues e Margarida Sá Nogueira,

Lisboa Setecentista vista por Estrangeiros, Lisboa, Livros Horizonte, 1996.

Brito, Frei Bernardo de

Monarquia Lusitana, Lisboa, Imprensa Nac./Casa da Moeda (fac-simile), 1974.

Cantera, F. e J. M^a Millás

Las Inscripciones Hebraicas de Espana, Madrid, 1956.

Carrère, J.B.F.

Panorama de Lisboa no Ano de 1796, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989.

Castilho, Júlio de

Lisboa Antiga, 12 Vol., Lisboa, 1935.

Chevallier, Jean et Alain Gherbrandt

Dictionnaire des Symboles, Paris, 1978.

Costa Lobo, António de Sousa Silva

História da Sociedade em Portugal no séc. XV e outros estudos históricos (1903), Lisboa, Coop. Editora (fac-simile) 1979.

Espírito Santo, Moisés

Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa, Seguido de *Ensaio sobre Toponímia Antiga*, Lisboa, Assírio e Alvin, 1988,

O que é um judeu? Intr. a Samuel Schwarz, *Os Cristãos-Novos em Portugal no séc. XX*, Lisboa, Inst. Soc. e Etn. das Rel. da UNL, 1993.

Origens do Cristianismo Português, Precedido de *A Deusa Síria de Luciano*, Lisboa, Inst. de Soc. e Etn. das Rel. da UNL, 2^a ed. 1997.

Os Mouros Fatimidas e as Aparições de Fátima, Inst. de Soc. e Etnol. das Rel. da UNL, 1995.

Ferreira da Silva, Armando Coelho

A Cultura Castreja no Nordeste de Portugal, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 1986.

Franco Mendes, David e J. Mendes dos Remédios

Os Judeus Portugueses em Amesterdão, Lisboa, Tavola Redonda, 1990.

Garcia, Maria Antonieta

Denúncias em Nome da Fé - Perseguição aos Judeus no Distrito da Guarda de 1607 a 1625 (Caderno de Culpas do Bispado da Guarda e seu Distrito e das Visitações), Lisboa, Inst. de Soc. e Etn. das Religiões da UNL, 1976.

Os Judeus de Belmonte - Os Caminhos da Memória, Lisboa, Inst. de Soc. e Etn. das Religiões da UNL, 1993.

Moisés Espírito Santo

Gillois, André

Le Mensonge Historique, Paris, PUF, 1995.

Gottwald, Norman K.

As Tribos de Yahweh - Uma Sociologia da Religião de Israel Libertado (1250-1050 a.C.), São Paulo, ed. Paulinas, 1986.

Italicus, Silius

Punica - La Guerre Punique (latim-francês), tradução francesa de Pierre Miniconi e Georges Devallet, Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1981.

Josephus, Flavius

Histoire des Juifs Contre les Romains, Paris, Lidis-Brepols, 1981.

Lopes, Fernão

Crónica de D. João Iº, Porto, Civilização, 1970.

Magalhães Godinho, Vitorino

Estruturas da Sociedade Portuguesa, Lisboa, Arcádia, 1980.

Os Descobrimentos Portugueses e a Economia Mundial, Lisboa, Presença, 4. Vol. 1971.

Maimónides, Moisés

Sefér Hamitsvoth (Livro dos Mandamentos), Paris, L'Age de l'Homme, 1987.

Meyer Kayserling

História dos Judeus em Portugal, São Paulo, Pioneira, 1971.

Mattoso, José

A Nobreza Medieval Portuguesa - A Família e o Poder, Lisboa, Imprensa Universitária, Estampa, 1981.

Identificação de um País - Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096-1325, 2 Vol., Lisboa, Imprensa Universitária, Estampa, 1985.

Merveilleux, Charles Frédéric de

O Portugal de D. João Vº visto por três forasteiros (1723-1726), Pref. de Castelo-Branco Chaves, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989.

Mommsen, Theodor

Histoire Romaine, Paris, Robert Lafont, 1985.

Moret, Alexandre

Histoire de l'Orient, Tome I, Préhistoire, IV et III Millénaire - Egypte, Elam, Sumere et Akkad-Babylone, Paris, PUF, 1941.

Nietzsche, F.

O Nascimento da Tragédia, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996

Onega, José Ramon

Los Judios en el Reino de Galicia, Torregalindo-Madrid, Edit. Nacional, 1981.

Piel, Joseph-Maria

A Demanda do Santo Graal, Lisboa, Imprensa Nac./Casa da Moeda, 1988.

Pimenta Ferro Tavares, Maria José

Os Judeus em Portugal no séc. XV, Lisboa, UNL., 1982.

Salomon, H.P.

Os Primeiros Portugueses de Amesterdão, Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1595-1606, Braga, 1983.

Sarna, Nahum M.

Exploring Exodus - The Heritage of Biblical Israel, New York, Schocken Books, 1986.

Schwarz, Samuel

Os Cristãos-Novos em Portugal no séc. XX (1920), Reed., Lisboa, Inst. Soc. e Etn. das Rel. da UNL, 1993.

Sérgio, António

Sobre a Revolução de 1383-85, in Breve Interpretação da História de Portugal, Lisboa, Sá da Costa, 1974.

Silva Correia, Fernando da

Origem e Formação das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, Henrique Torres Editores, 1944.

Silva Dias, J. S. da,

Os Descobrimentos Portugueses e a Problemática Cultural do séc. XVI, Lisboa, Presença, 1988.

Untermann, Alan

Dicionário judaico de lendas e tradições, Rio de Janeiro, Zahar, 1992.

Vaconcelos, A. de

Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa), Coimbra, Arq. da Univ. (fac-simile), 1993.

Weber, Max

Le Judaïsme Antique (Etudes de Sociologie de la Religion, T. 3ème), Paris, Plon, 1971.

Ética Protestante e Espírito do Capitalismo, Lisboa, Presença, 1996.

Vários

Enciclopaedia Judaica, Jerusalém, 1971.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa e Rio de Janeiro, s/d.

3 - ETNO-LINGUÍSTICA e DICIONÁRIOS

Benaudis, Jacques

Le Dictionnaire Essentiel Français-Hebreu /Ha-Milone Ha-Yesodi Tsarfati-Ivri, Paris, Oriente Marketing, 1982.

Branden, A. Van Den

La Grammaire Phenicienne, Beirut, Ed. Université Saint-Esprit/Librairie du Liban, 1969.

Charles, F-Jean

Grammaire Hebraïque Elementaire, Paris, Letouzey et Ané, 1943.

Espírito Santo, Moisés

Dicionário Fenício-Português - Contendo as línguas e dialectos falados pelos fenícios e cartagineses (fenício, acadiano, aramaico e hebraico bíblico) Lisboa, Inst. de Soc. e Etn. das Rel. da UNL, 2ª Ed. 1995.

Ensaio sobre Toponímia Antiga (anexo de *Or. Or. da Rel. Pop. Portuguesa*).

Fontes Remotas da Cultura Portuguesa, Lisboa, Assírio e Alvin

1989.

A Escrita Ibérica, Lisboa, *Revista Mediterrâneo* nº 1 (1992) e nº 8-9 (1996), Lisboa, Instituto Mediterrânico da UNL.

Fabre d'Olivet

La Langue Hebraïque Restituée (1823), Paris, Delphica (fac-sim.), 1985.

Figueiredo, Cândido de

Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Lisboa, 1899.

Furlani, Giuseppe

Grammatica Babilonese e Assiria, Roma, Instituto per l'Oriente, 1949.

Gordon, Cyrus H.

Ugaritic Textbook III - Grammar, Roma, Pontificium Institutum Biblicum, 1965.

Moisés Espírito Santo

Jestin, Raymon

Abregé de Grammaire Sumerienne, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1951.

Machado, José Pedro

Dicionário Onomástico e Etimológico, Lisboa, Editorial Confluência, 1984.

Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

Segal, M & M.B. Dagut

English Hebrew Dictionary, Jerusalem, Publishing House Kiryat-Sefer Ltd., 1990.

Tombak, R.

Comparative Semitic Lexicon of the Phoenician and Punic Languages, Missoula-Montana (EUA), Scholars Press, 1978.

Untermann, Jurgen

Monumenta Linguarum Hispanicarum, 3 Vol., Wiesbaden, Dr. Ludwig Reichert Verlag (Alemanha), 1975.

Referências bíblicas

The Holy Scriptures of the Old Testament Hebrew and English, London, The British & Foreign Bible Society, 1985.

La Bible de Jérusalem, Trad française. de l'Ecole Biblique de Jérusalem, Paris, Les Editions du Cerf, 1978.

A Bíblia Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento, trad. de João Ferreira de Almeida, São Paulo, Soc. Bíblica Trinitária do Brasil, 1994.

Moedas falantes



↑ Δ Δ Φ Δ Σ Μ

1



Φ Δ Μ Φ Μ Δ Δ

2



Δ Χ Α Α Δ Δ

3

Moedas falantes

Moedas ibéricas da costa mediterrânica (sec. II^o a.C - I^o d.C) legendadas na chamada escrita ibérica (que é fenícia). Os signos podem estar sobrepostos (para economizar espaço) ou distorcidos para poderem ser lidos com variantes concordantes com a imagem.

1 - Moeda que no recto contém uma cara com o maxilar destruído. A inscrição (constante no verso reproduzida por Unterman) está no estilo de escrita «fenícia antiga». O penúltimo signo são dois caracteres anexados. Da direita para a esquerda, entre algumas dezenas de leituras - todas conformes com a imagem - temos:

M DB QL QI - quem . calunia ou conspira . leviandades . vomita
MDBQ ØL QI - arrombado . por causa de . vomitar
M DB QL KI - quem . calunia . queima-se . cicatriz de queimadura, e realmente
MDBR QL KI - boca, fala . queimada . realmente, e cicatriz de queimadura.

2 - Moeda de seis linhas com a efígie do deus Baal (o Sol). Também serviu de medalha ou amuleto, donde o furo. Proveniente de Sagunto, do séc. I^o a.C. Valia um *asse* segundo os especialistas em numismática antiga. Está num estilo de escrita fenícia que se situa entre o período «aramaico» e o «fenício moderno». A leitura faz-se a partir do sinal (:). O penúltimo signo a partir do furo pode ser B/D/R e o último Ø/B/D/R. Comporta múltiplas leituras todas concordantes, por exemplo:

Num sentido:

ZR SHS QØ - moeda de . seis . linhas*
ZR SHS QR - moeda de . seis . fios
SB SHS QD - girar, vultear . seis . medidas
SD SHS QB - correr . seis . ditos, dizeres

* ZR: do púnico, «moeda de valor desconhecido».

Noutro sentido:

BQ SHS RZ/RS - *beca* de . seis . corridas, voltas, vezes/barras**
BQ SHS DZ - *beca* de . seis . voltas
DQ SHS BZ - pequenos . seis . ganhos, lucros, ou cortes, retalhos.
RQ SHS RZ - lâmina (moeda) de . seis . corridas
ØQ SHS RZ/RS - sulcada . seis . corridas, vezes/barras.

** BQ (BeQ?): «*beca*, moeda fenícia e hebraica correspondente ao dracma grego».

3 - Moeda do boi proveniente de Sagunto (antiga colónia púnica, perto de Valencia). O seu valor era de um *asse* (moeda romana). Está também num estilo entre o «aramaico» e «fenício moderno». Os dois últimos signos lêem-se TR, «touro» em fenício, o que facilita a descoberta. O 2^o pode ser R/B. O 3^o N/M, o 4^o e o 5^o podem ser S S, A A, SA ou AS.

Da esquerda para direita:

QRN AS/SA TR - ter chifres . fundamenta / que é . touro

QRN ASA TR - ter chifres . armação de telhado . do touro

QR MSS TR - convida a : agarrar . touro

Da direita para a esquerda:

RT SA MRQ - ordem do governo, ou selo . que é . em lâmina (de metal).

RT AS MRQ - ordem do governo, selo . *asse* . em lâmina

RT AS SN RQ - selo, ordem do governo . *asse* . câmbio . lâmina de metal.

RT AS MN BQ - ordem do governo . *asse* . conta . *beca*

RT ASM BQ - ordem do governo . paga, restitui . *beca*

RT ASSM BQ - selo . por . *beca*

RT AS MDK - selo . *asse* . em chapa batida.

No púnico o S e o S podem confundir-se e permutar.

Leão de Judá

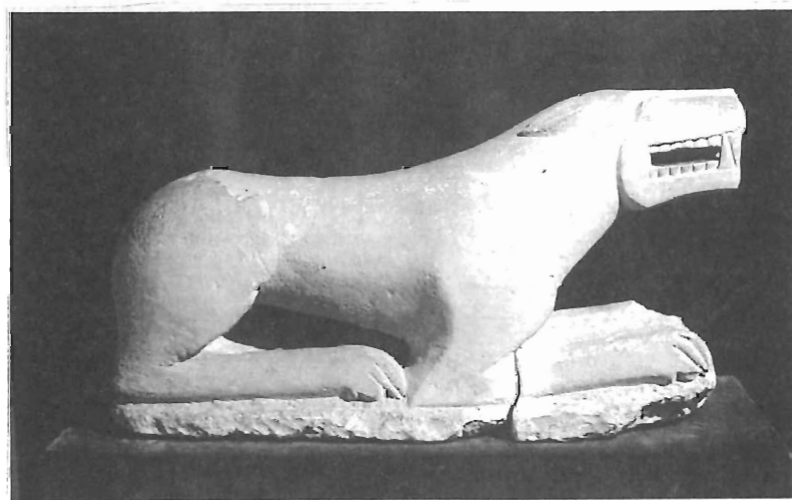


Selo do ministro de Jeroboão, rei de Israel (786-746 a.C.). O texto diz: «De Shemâ / servidor de Jeroboam» (*Histoire des Juifs contre les Romains*, de Flavius Josephus, ed. Paris, Lidis/Brepols).

8

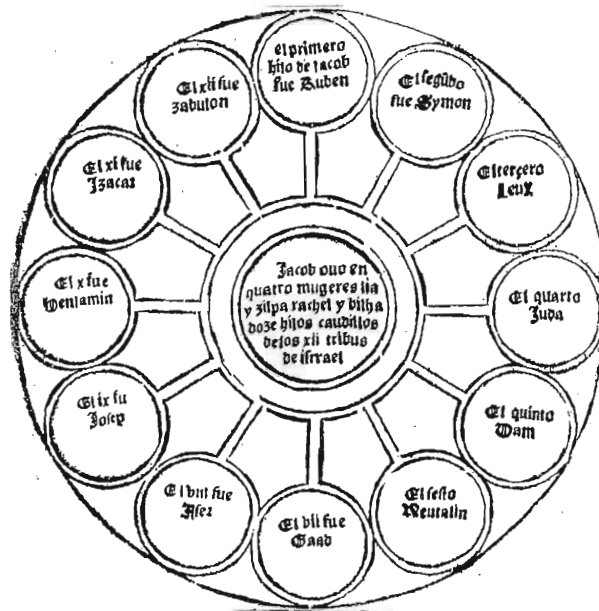


Leão marchante na parede da Casa do Leão ou Casa do Rabino (Trancoso) que pertenceu a um judeu rico, na antiga judiaria.

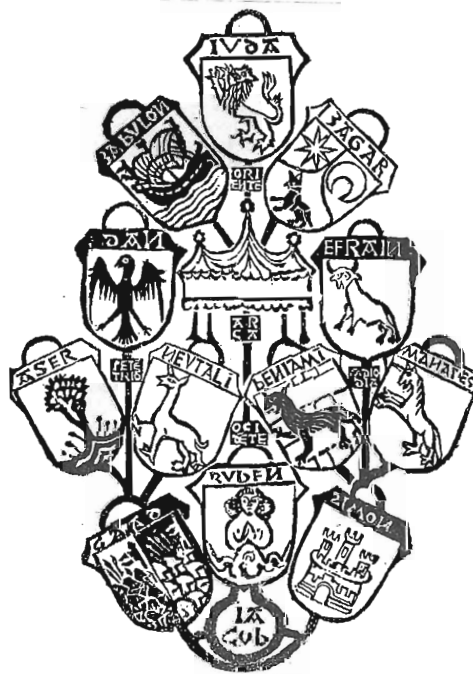


Escultura chamada leão ibérico (Museu Arqueológico de Córdoba).

História medieval da heráldica



Os 12 filhos de Israel sob a forma de medalhão tal como teriam figurado no peitoral de Arão segundo a prescrição bíblica. Os autores castelhanos e portugueses do séc. XV viram aí a origem das 12 cores da heráldica; no centro diz: «Jacob teve das quatro mulheres Lia, Zilpa, Raquel e Bilha doze filhos chefes das XII tribos de Israel», com os nomes em volta.

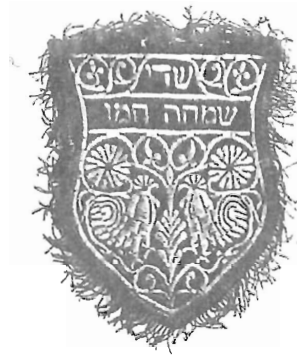


Os brasões das 12 tribos em torno da Arca da Aliança. Estas duas gravuras são do livro *Blason General y Nobleza del Universo* de Pedro de Gracia Dei, editado em 1489 e dedicado ao rei português D. João II; foram reproduzidas por António Rodrigues, rei d'armas de D. Manuel, que copiou igualmente todo o texto sob o título *Tratado Geral da Nobreza* (1540 aprox.).

O nome na ombreira



1



4



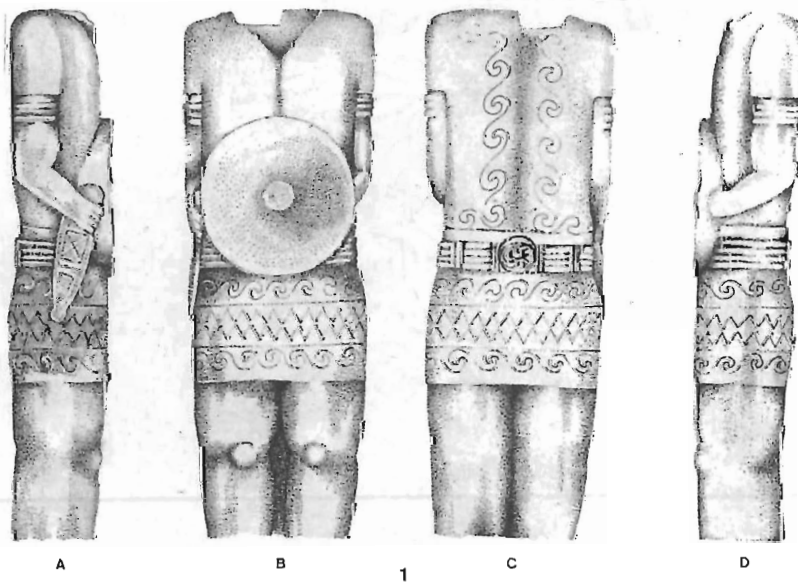
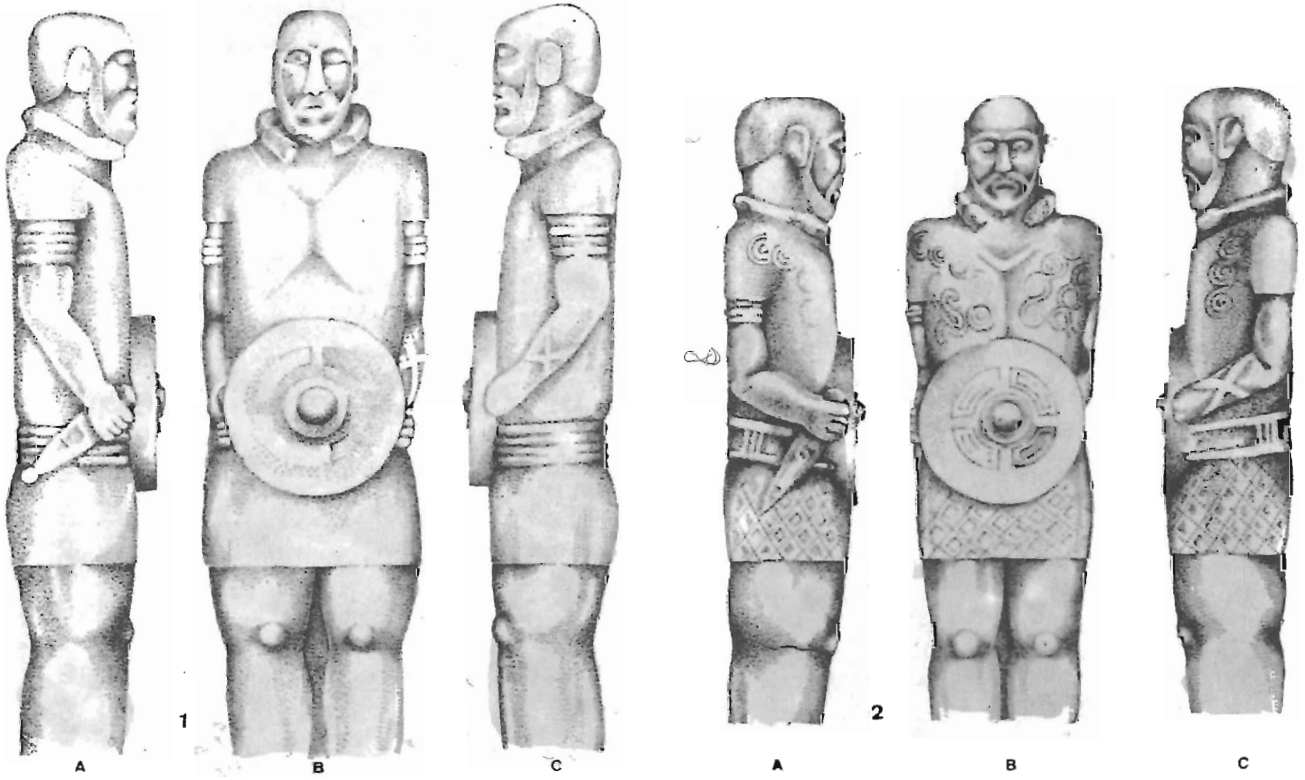
2-3

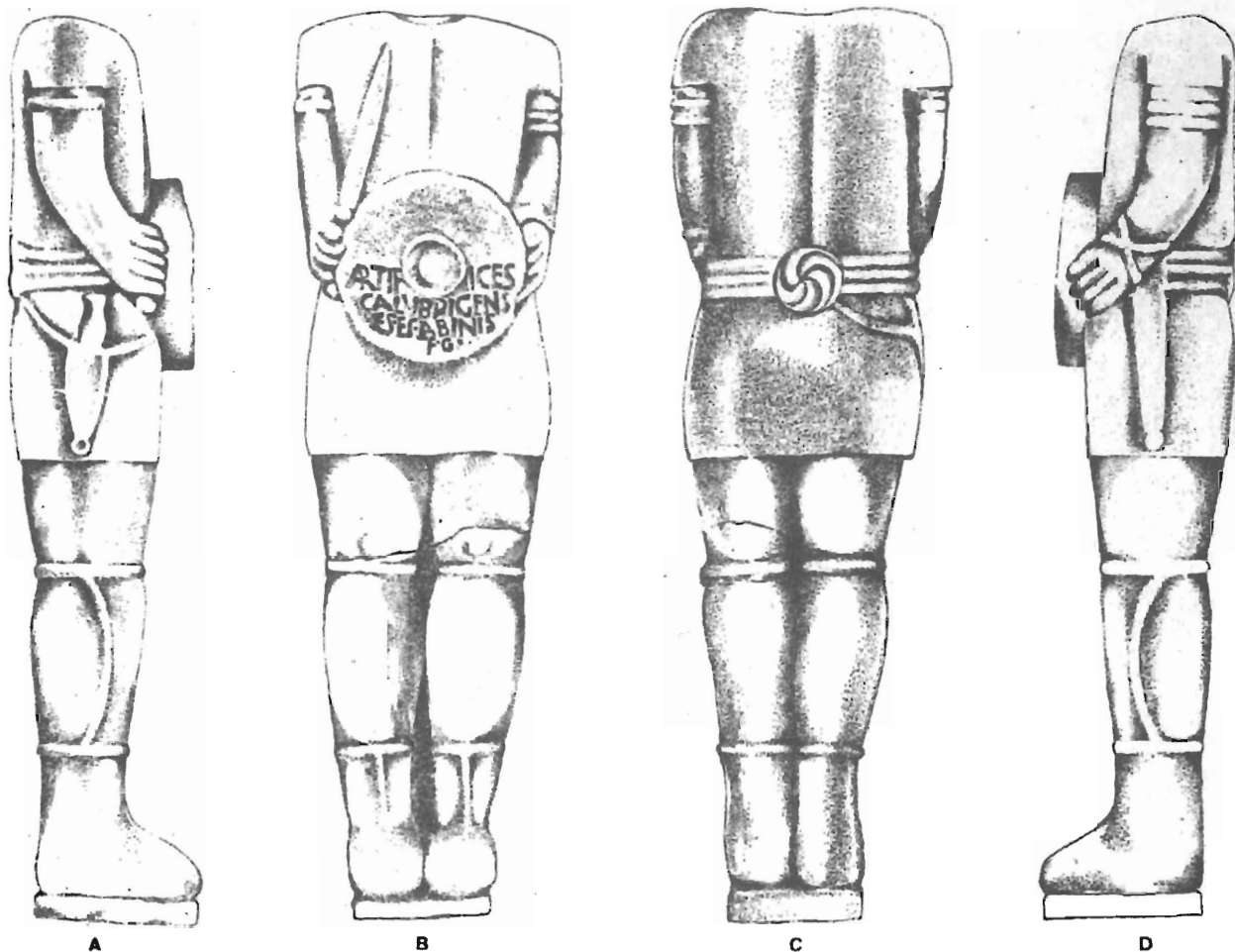
Mezuzas judaicas. 1 - Homem tocando na mezuzá ao sair da porta; 2-3 estilos de mezuzas em metal; 4 - mezuzá marroquina em tecido (em forma de escudo) com a palavra SDY (Shadai) e o nome duma mulher (Enciclopaedia Judaica).



Entrada triunfal em Roma no Templo da Paz (sob o imperador Tito) do tesouro do Templo de Jerusalém: o candelabro judaico em ouro, a mesa dos pães da proposição em ouro e as trombetas de prata (à direita), capturados pelo vencedor da Guerra dos Judeus contra os Romanos (70-73 d.C). O templo foi destruído e ergueram-se estátuas de deuses pagãos romanos no local. De que é que o Império se vangloriou? De ter pilhado o tesouro do pequeno povo da Judeia ou de ter silenciado a religião (inextinguível) do Deus bíblico? (*Gravura de La Guerre des Juifs contre les Romains, de Flavius Josephus*).

Escudos luso-galaicos





As citânias do norte de Portugal revelam uma civilização pré-céltica, tartéssica e púnica (secs. VIII-III a.C.). O guerreiro numa postura hierática, com o *cetra* à frente (que hoje diríamos na posição militar de sentido ou de parada), foi um símbolo das povoações luso-galaicas enquanto as *villae* romanas do sul exibiam a estátua dum magistrado romano. São numerosos os vestígios destes bustos nortenhos e todos idênticos como o são também aquelas estátuas romanas, de largas e vistosas togas, todas feitas pelo mesmo molde. O escudo do guerreiro seria o emblema da autonomia como a toga era o sinal do cidadão romano. Também, tendo o sul aderido rapidamente a Roma, os do norte (que hoje se intitulam *invictos*) fizeram guerra a esses colaboracionistas, segundo Estrabão. Era o punhal e o escudo dos *viriatii* («esforçados») contra a toga amaneirada dos sulistas. O *cetra* segundo os dicionários latinos traduz-se por «escudo pequeno de couro»; em hebraico-púnico *shêlte* tanto significa «escudo redondo e pequeno» como «dominar, tyrannizar, exercer poder pessoal» que se coaduna com a antiga autocracia. O termo «celta» aplicado a estas povoações pelos cronistas romanos pode ter sido originado pela confusão de línguas, significando «poder autónomo, cidade livre» enquanto os latinos entendiam «celta». Era com este escudo (preso ao antebraço esquerdo por uma correia) que os homens no tempo da 2ª guerra púnica dançavam na praça (batendo ritmadamente uns escudos contra os outros) enquanto todo o trabalho agrícola era atribuído às mulheres, segundo Silius Italicus, e que hoje se chamam «lavradeiras». (Gravuras de Armando Coelho Ferreira da Silva, *Cultura Castreja no Nordeste de Portugal*).

Outras publicações do Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões da U.N.L.

Os Cristãos-novos em Portugal
por Samuel Schwarz (1920, reedição).

Os Judeus de Belmonte - Os Caminhos da Memória
por Maria Antonieta Garcia.

Religião e Ideal Maçónico - Convergências
por vários autores (actas dum colóquio)

O Touro e o Destino
por Fernando Teixeira

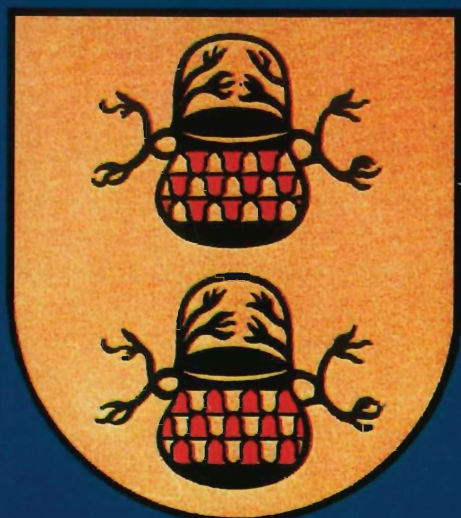
Origens do Cristianismo Português, precedido de
A Deusa Síria, de Luciano
por Moisés Espírito Santo

Dicionário Fenício-Português
(contendo os glossários utilizados pelos fenícios e cartagineses e o hebraico bíblico).
por Moisés Espírito Santo

Os Mouros Fatimidas e as Aparições de Fátima
por Moisés Espírito Santo

Denúncias em Nome da Fé - «Caderno de Culpas do Bispado da Guarda e das Visitações» (perseguição aos judeus do distrito da Guarda de 1607 a 1625)
Transcrição e notas de Maria Antonieta Garcia

Tradições Religiosas entre o Tejo e o Sado - Os Sírios do Santuário da Atalaia
por Luis Marques



O brasão português foi livre até ao reinado de D. Manuel I e só a partir de então passou a ser, em exclusividade, uma marca de nobreza e fidalguia. É um símbolo *identizador* (valoriza a diferença). A grande expansão que conheceu o brasão pessoal até ao séc. XV relaciona-se com o desejo de individualização dos mesteirais e dos guerreiros, prenúncio da cultura burguesa que estiolou entre nós como testemunham a expulsão dos judeus por D. Manuel e a Inquisição que durou até 1820.

Muitos brasões heráldicos são classificados de *brasões falantes* (o conteúdo foi sugerido pela significação vulgar do nome). Muitos parecem *falantes* mas o conteúdo não corresponde à significação actual do nome, ou desconhece-se a significação do nome. Que significavam esses nomes? Ou em que língua foram lidos? Estudam-se aqui cerca de 200 desses emblemas, anteriores ao séc. XV, que «divergem» relativamente à língua portuguesa. Descobre-se que: 1) - os conteúdos representam a significação do nome pronunciado em «caldaico» (associação dos glossários hebraico e acadiano) que foi a língua dos fenício-púnicos e do judaísmo popular, 2) - alguns nomes tiveram origem nos sinais heráldicos inscritos nos escudos dos portadores lidos em «caldaico» (foram nomes-de-guerra).

Depois duma breve história da Heráldica e duma sociologia do Brasão, faz-se referência ao que se disse na Península desde a Idade-Média até ao séc. XIX sobre a origem dos brasões, isto é, que «a Heráldica tem origem na Bíblia», e daí se pode deduzir o prestígio que teria o brasão ibérico *ordenado* na «língua que Deus falou».

A Heráldica portuguesa procede do norte da Península (Astúrias e Galiza); também a religião judaica, que sucede à cultura dos púnicos, foi aí muito influente desde a dinastia dos suevos até ao séc. XVIII.

Qual foi a relação entre o brasão *ordenado* em hebraico e a cultura envolvente? Quem é que *lia* e compreendia o conteúdo desses escudos de armas?

O presente trabalho de Etnologia Histórica contribuirá tanto para o estudo da Heráldica como para a História da Cultura, mas sugere também que estes símbolos se enquadram nas diferenças identitárias (conflituais) entre o Norte e o Sul.